

Coletção IBEGEANA

Sumário deste número

EDITORIAL: Perspectivas de 1945 — CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO (pág. 1475).

COMENTÁRIO: Evolução, Conceito e Método da Geografia — PROF. JOSÉ VERÍSSIMO DA COSTA PEREIRA (pág. 1477).

TRANSCRIÇÕES: O Vale do Amazonas — I — MATIAS DE OLIVEIRA ROXO (pág. 1482). — Geografia Cultural do Brasil — VII — DR. B. BRANDT (pág. 1492).

RESENHA E OPINIÕES: O elemento negro (pág. 1500). — Vital de Oliveira e o Rio Grande do Norte (pág. 1501). — A população de fato do Distrito Federal e a sua distribuição por zonas e circunscrições (pág. 1502). — O petróleo e a civilização moderna (pág. 1512) — Introdução à Geografia Econômica e Humana do Nordeste (pág. 1516). — Línguas faladas no lar e conhecimento do português no Paraná (pág. 1519). — Panamá (pág. 1528).

CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO: A Monarquia Britânica — I — SIR DONALD ST. CLAIR GAIMER (pág. 1531). — Programa de Geografia (pág. 1546).

TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS SEMANAIS: Octogésima oitava tertúlia, realizada em 5 de dezembro de 1944 (pág. 1554). — Octogésima nona tertúlia, realizada em 12 de dezembro de 1944 (pág. 1559). — Nonagésima tertúlia, realizada em 19 de dezembro de 1944 (pág. 1560). — Nonagésima primeira tertúlia, realizada em 26 de dezembro de 1944 (pág. 1563).

NOTICIÁRIO: CAPITAL FEDERAL — Presidência da República (pág. 1577). — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (pág. 1578). — Ministério da Aeronáutica (pág. 1579). — Ministério da Agricultura (pág. 1579). — Ministério da Educação e Saúde (pág. 1583). — Ministério da Viação e Obras Públicas (pág. 1583). — INSTITUIÇÕES PARTICULARES — Academia Brasileira de Letras (pág. 1588). — Associação Brasileira de Normas Técnicas (pág. 1588). — Instituto dos Arquitetos do Brasil (pág. 1588). — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (pág. 1588). — Instituto Nacional de Ciência Política (pág. 1589). — Sociedade Brasileira de Estatística (pág. 1589). — Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (pág. 1592). — CERTAMES — I Congresso Brasileiro de Arquitetos (pág. 1593). — UNIDADES FEDERADAS — Bahia (pág. 1594). — Minas Gerais (pág. 1594) — Pará (pág. 1595). — Paraíba (pág. 1595). — Paraná (pág. 1595). — Pernambuco (pág. 1596). — Rio Grande do Norte (pág. 1596). — Rio Grande do Sul (pág. 1596). — Santa Catarina (pág. 1596). — São Paulo (pág. 1597). — Território do Amapá (pág. 1597). — MUNICÍPIOS — Bambuí (pág. 1598). — Barbacena (pág. 1598). — Belo Horizonte (pág. 1599). — Crato (pág. 1599). — Guarapuava (pág. 1599). — Lins (pág. 1599). — Ouro Preto (pág. 1605). — Parnaíba (pág. 1605). — Vassouras (pág. 1605). — São Luís (pág. 1605). — Sengés (pág. 1606). — Silva Jardim (pág. 1606).

BIBLIOGRAFIA: APONTAMENTOS BIO-BIBLIOGRÁFICOS: Professor Álvaro Astolfo da Silveira (pág. 1607). — REGISTOS E COMENTÁRIOS BIBLIOGRÁFICOS — Livros (pág. 1608). — Periódicos (pág. 1612). — CONTRIBUIÇÃO BIBLIOGRÁFICA ESPECIALIZADA — Mapas (pág. 1613). — RESTROSPECTO GEOGRÁFICO E CARTOGRAFICO — Revista Marítima Brasileira — Relação por autor, dos trabalhos de caráter geográfico publicados na Revista Marítima Brasileira — III — (Letras M a P) (pág. 1617). — MAPOTECA CENTRAL DO C.N.G. — Catálogo Geral — XII — Mapas de ns. 801 a 815 (pág. 1620).

LEIS E RESOLUÇÕES: LEGISLAÇÃO FEDERAL — Ementário dos decretos-leis publicados no mês de dezembro de 1944 (pág. 1621). — íntegra da legislação de interesse geográfico — Decretos-leis (pág. 1626). — Decretos (pág. 1628). — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interesse geográfico (pág. 1635). — LEGISLAÇÃO MUNICIPAL — íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interesse geográfico (pág. 1649). — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Estatística — Junta Executiva Central — íntegra das Resoluções de interesse geográfico aprovadas em 1943 (pág. 1650). — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — Diretório Central — íntegra das Resoluções ns. 151 a 160 (pág. 1652) — DIRETÓRIOS REGIONAIS — Rio de Janeiro — íntegra das Resoluções ns. 1 a 5 (pág. 1661).

Boletim Geográfico

Ano II

JANEIRO, 1945

N.º 22

Editorial

Perspectivas de 1945

Ao Conselho Nacional de Geografia 1945 apresenta-se promissor.

Em julho completará o Conselho o seu 8.º ano de existência, tendo êsses sete primeiros anos — vividos sob o influxo dos mais puros ideais e animados dos melhores propósitos — constituído uma base sólida a fundamentar nos anos sucessivos realizações crescentes e fecundas.

Sete anos de serviços devotados; e agora, mais outros sete anos se inauguram, em uma nova série, de mais responsabilidades e de maiores afirmações, os quais, entretanto, serão certamente vividos com maior entusiasmo e esforço... não fôsse para tão grande ideal tão curta a vida.

Realmente, a experiência adquirida nos primeiros anos de existência e a evolução ininterrupta dos serviços, são fatores inestimáveis de êxito com que conta o Conselho para a execução do seu vasto programa de 1945.

Outro fator importante e honroso, a refletir o aprêço que a obra do Conselho merece das altas autoridades do país, é o fato do seu orçamento, crescente de ano para ano, ter experimentado em 1945 um aumento sensível, por forma que já agora se pode pensar em programas de porte, com os quais o Conselho consolide os seus serviços administrativos e técnicos, dando-lhes — sobretudo a êstes — organização adequada e desenvolvimento compatível.

Nessas condições, deverá 1945 assistir à instalação do “Serviço de Geografia e Cartografia”, repartição técnica central do Conselho, criada pelo Decreto-lei n.º 6 828, de 25 de agosto último, ao qual compete a execução dos trabalhos geográficos, cartográficos e aerofotogramétricos da alçada do Conselho.

Evidentemente, não se poderá esperar que, no primeiro ano de instalação, o Serviço entre em funcionamento a pleno efeito: existem materiais a adquirir, é necessário formar técnicos, há organizações a estabelecer, e tôdas essas providências devem ser atendidas com segurança, eficiência e equilíbrio.

Entretanto, pode-se dizer — o que já constitui apreciável afirmação — que o Serviço iniciará os seus trabalhos geográficos, cartográficos e aerofotogramétricos em 1945; será um ano de sensível produção, apesar de inicial.

No setor geográfico ressalta o lançamento do serviço das “análises regionais”, que consistirá no palmilhamento das unidades fisiográficas e culturais do Brasil e sua interpretação por geógrafos especializados, de modo que a

administração e o público venham a ter, para os seus estudos e projetos, esquemas fiéis das diferentes zonas do país, de interesse e atualidade em seus problemas.

No setor cartográfico, a terminação do preparo e a consecutiva publicação de fôlhas da Carta do Brasil ao milionésimo e o início do preparo das primeiras fôlhas da Carta Brasileira na escala de 1:500 000, hão de constituir as realizações de maior monta.

No setor aerofotogramétrico e geodésico, é difícil um prognóstico, dado o estado atual dos estudos de organização, que não permite maiores afirmações, a não ser que em 1945 os trabalhos de triangulação geodésica passarão a ter feição sistemática e planificada e que se iniciará a instalação aerofotogramétrica adequada aos trabalhos que se tenha em mira.

Tudo indica também que em 1945 se ampliem de muito as relações internacionais do Conselho, tendo em vista as conseqüências e deliberações da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, dentre as quais ressalta a criação pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História da Comissão de Geografia Aplicada, cuja instalação e funcionamento inicial foram objeto de oferta do Brasil, a qual certamente será aceita depois do trâmite regulamentar pelos órgãos deliberativos do Instituto Pan-Americano.

São pois animadoras as perspectivas de 1945.

CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO
Secretário Geral do Conselho Nacional
de Geografia



A Propósito da Evolução, Conceito e Método da Geografia *

Prof. JOSÉ VERÍSSIMO DA COSTA PEREIRA
Antigo Prof.-Chefe do Colégio Universitário da
Universidade do Brasil e membro da Comissão
Diretora da Biblioteca Geográfica Brasileira

Entendida no seu mais amplo sentido como *ciência da Terra*, a geografia é um dos mais velhos ramos do saber humano.

O seu aparecimento liga-se à aspiração, que tiveram os homens recém-saídos da vida selvagem, de deixar fixada a recordação dos lugares em que viveram, numa área variável segundo as necessidades da vida e os meios disponíveis de locomoção. Por certo, cada vez que pronunciavam o nome de um lugar, sentiam a necessidade e o desejo de saber onde se encontravam e em que condições de extensão e distância se achavam em relação com aqueles diretamente apreciados por si mesmos.

A noção de *localização* só foi possível, no entanto, depois de terem os homens conseguido solucionar o problema da *direção* que conduziu naturalmente a um outro novo conhecimento: o da *distância*.

Todavia o problema da direção só foi resolvido depois que os homens sentiram a necessidade de criar *pontos de referência* mediante os quais pudessem guiar-se através da vastidão e dos acidentes da superfície terrestre. Ora, cedo verificaram, como é natural, pela *observação*, que os principais pontos de referência eram dados pelo nascer e pelo pôr do sol. E assim, depois de se terem apossado dos meios indispensáveis ao reconhecimento imediato da direção de um daqueles pontos principais de referência, os homens aprenderam a guiar-se e, pela criação de outros novos pontos, surgiu a *orientação*, esta como uma consequência da pequenez do homem em relação ao tamanho da Terra e do limitado círculo abrangido pela vista humana.

Se de comêço necessitaram os homens de orientar-se sôbre a Terra, de início também tiveram que adaptar-se ao solo e ao clima. Os fundamentos no entanto, da ciência geográfica, só foram estabelecidos no último terço do século XIX. Por isso mesmo Erich Obst, em artigo firmado em 1923, escreveu "a geografia é ao mesmo tempo, uma das ciências mais antigas e uma das ciências mais modernas", valendo a pena lembrar ainda, a conhecida advertência de Franz Schnass: "a geografia tem um passado longo, mas uma história breve".

Só mesmo quando dois espíritos vigorosos, Humboldt e Ritter, tiveram a concepção dinâmica da Terra, interpretando os fatos e os fenômenos que nêles se realizam, segundo leis e processos científicos, é que a geografia se firmou definitivamente como ciência.

Na sua marcha evolutiva, contribuição valiosa para a formação da geografia foi, sem dúvida, a da astronomia, a mais antiga das ciências de observação.

Surgida na Babilônia, naquele grande centro de civilização asiática, a astronomia preparou os elementos matemáticos da *localização*, que figuram na base de toda geografia geral. De fato, valendo-se da astronomia e da matemática, a geografia conseguiu precisar as *orientações-padrões*, que são os pontos cardeais do horizonte, e, adquiriu meios capazes de avaliar melhor as distâncias e os afastamento entre os lugares. A geografia começou a aparecer, nesta altura, como uma verdadeira "ciência de posições".

* N.R.: Palestra feita ao microfone da Rádio Nacional, no curso de geografia dado pelo autor, em 1942, na Universidade do Ar.

Em rigor, a geografia nasceu porém, mais tarde, nas margens e nas ilhas do mar Egeu, tendo sido os filósofos da Escola Jônica os primeiros geógrafos, verdadeiramente conscientes, da Humanidade. A explicação do fato foi feita por Bertacchi: "O mar que liga os povos mais diversos e distantes, tem sido o grande generalizador das idéias; na Grécia criou, a um só tempo, o filósofo e o geógrafo".

E "não podia deixar de ser assim, porque o filósofo, êste novo personagem que se apresenta sôbre o limiar da Europa, desconhecido no Oriente semítico, devia sentir primeiro o bisonho ideal de uma grande figuração gráfica do mundo, devia primeiro investigar-lhe as origens com um esforço audaz da razão: intuição admirável que ligou o pensamento helênico, desde a sua remota origem, ao pensamento moderno".

Nunca é demais insistir sôbre a importância do estudo da sua evolução histórica já exaltada por Ratzel: "A geografia não se apresenta sem conhecer a sua história". "É uma particularidade desta ciência. O que para outras ciências é útil, na geografia é indispensável". Resta, agora, saber qual o melhor modo de se lhe fazer a história imprescindível.

Ora, a análise da evolução de ciência geográfica em suas relações causais, como justamente acentua Konrad Kretschmer, deve ser examinada como tendo ocorrido aquêlo desenvolvimento em relação a um determinado centro de cultura, porquanto só a partir de um ponto precisamente indicado torna-se possível acompanhar a lenta ampliação do horizonte geográfico e, simultaneamente, os progressos científicos das representações e das doudas opiniões que se foram formando a respeito do organismo terrestre e do aspecto e acidentes de sua superfície.

Não se trata aqui de abrir uma exceção para a geografia, na regra geral seguida para o estudo da evolução histórica de uma ciência. Pelo contrário; na história de tôdas as ciências o inconveniente existe. No caso particular da geografia, sabe-se que os escandinavos pisaram o solo da América cinco séculos antes de Colombo e que as pirogas dos polinésios — quem sabe ao certo quando? — percorreram milhares de lugares no Pacífico. Do ponto de vista da evolução histórica da geografia, poder-se-ia dizer, entretanto, que disso resultasse uma extensão duradoura de conhecimentos? Na história da geografia só devem entrar os atos e as obras que sobreviveram aos seus autores e que redundaram em benefício da ciência.

Nestas condições, o ponto de partida deve ser mesmo o ciclo de cultura europeu-mediterrâneo, não sendo possível, dentro de tal limitação, o exame dos conhecimentos geográficos de todos os povos situados fora do mesmo.

Por tudo isso não é de supor que os povos orientais possuíssem uma geografia verdadeiramente científica, embora existam nos seus relatos de guerras e conquistas, muitos dados de interesse, ou mesmo narrações de caráter geográfico-descritivo, acêrca das regiões próximas dominadas.

Esta advertência não só se aplica à Babilônia e Assíria, mas também se estende ao Egito e se refere aos Hebreus. Nenhum dêsse povos ultrapassou o seu horizonte geográfico da reduzida zona do Mediterrâneo ocidental. Apenas os Fenícios, vivendo junto ao mar e dispondo de escasso território para a população, desde alta antigüidade se dedicaram à navegação costeira e, de ilha em ilha, percorreram todo o Mediterrâneo até o atual estreito de Gibraltar, indo mais tarde também às costas do Atlântico, atingindo o sul da Inglaterra. Sabe-se até, que uma das cidades fenícias, *Cartago*, enviou em 415 A. C., *Hannon* para reconhecer a costa ocidental da África, com o propósito de fundar colônias, o qual provávelmente atingiu o Camerum, enquanto seu irmão *Himilcon* chegou à Bretanha, viajando as costas atlânticas para o norte.

Como tôdas as ciências, a geografia só se constituiu após longos esforços, devido não só à complexidade dos fenômenos naturais e humanos como à própria extensão da Terra.

De fato, desde que a caravana humana começou a desfilar através dos séculos, vem empregando esforços para conhecer a superfície do Globo, levada

muito mais por tendências profundas do que pelo espírito de aventura, muito mais pela necessidade de assegurar os meios de subsistência do que pela simples e pura atração de encontrar ou atingir terras desconhecidas.

Interesse econômico, interesse colonial, zelo religioso, tais foram os principais móveis que compeliram os homens à exploração do Globo. A esses três móveis mais antigos, juntaram-se, nos últimos séculos, mais outros dois: o zelo humanitário e a curiosidade científica.

Entretanto, obstáculos enormes se opuseram à revelação mais rápida da superfície do planeta. Por um lado, *obstáculos físicos* (extensões marítimas, maciços montanhosos, desertos áridos, rios impetuosos, climas ingratos, florestas espessas, animais selvagens, doenças diversas, etc.) por outro, *obstáculos humanos* (dialetos desconhecidos, costumes originais, hostilidade dos indígenas, antropofagia, fanatismo xenófobo ou religioso, rivalidades políticas e econômicas, etc.).

A uns e outros venceram os progressos realizados no domínio da técnica, quer técnica alcançada nos meios de transporte, na higiene, na profilaxia, quer na demonstrada no próprio modo de enfrentar as dificuldades. Para isto tanto valeram — tudo segundo o ritmo das circunstâncias — a engenhosidade, a persistência e a pertinácia dos exploradores; a força, as qualidades de tato, a diplomacia, a decisão, a tolerância, o heroísmo de quantos enfim inscreveram seu nome na grande epopéia da revelação da Terra.

Partindo do grande centro de cultura europeu-mediterrâneo, a evolução da geografia se processou através uma dualidade metodológica, assaz bem conhecida, passando no seu desenvolvimento, por vicissitudes, por transformações mais ou menos lentas, porém sempre contínuas, até atingir por último, o esplendor de seu organismo científico atual.

Para bem compreendê-lo convém recordar que o domínio próprio dos estudos geográficos é constituído pela dupla zona em que a camada inferior da nossa atmosfera (troposfera) entra em relação com a crosta terrestre e a superfície dos mares. Em todos os pontos onde entre essas duas zonas concêntricas, o contacto se estabelece, aí se encontram e se produzem três grupos de fenômenos primordiais: o *calor solar*, fato essencial porque êle é — na frase de Brunhes — “o grande principio de toda atividade e de toda vida”; os *fatos atmosféricos* com os *fatos geográficos* deles resultantes; os *fenômenos da vida vegetal, animal e humana*.

Antigo era o conceito da geografia que considerava a Terra estaticamente, isto é, como não sujeita a uma evolução constante que lhe renova incessantemente o aspecto sob o império de leis inflexíveis e apenas se detinha em descrever-lhe simplesmente a superfície.

O conceito moderno é o dinâmico, pelo qual visa a geografia a distribuição, na superfície do Globo, dos fenômenos físicos, biológicos e humanos, as causas dessa repartição e as relações locais d'aqueles fenômenos. Nestas condições, reveste-se de caráter essencialmente científico e filosófico, ao mesmo tempo que conserva a feição descritiva e realista tão do gosto dos adeptos do velho conceito estático.

Procurando a uma só vez, conhecer a repartição dos fenômenos superficiais, físicos, biológicos ou econômicos, e pesquisando as causas de uma tal distribuição para ligá-las depois a leis gerais com o propósito final de investigar-lhes os efeitos, o geógrafo é indubitavelmente sábio *sui-generis*, que se sobreleva a qualquer outro, por isso mesmo que faz a uma só vez a Ciência e a Filosofia.

“A preocupação das leis gerais é um principio científico, bem o disse De Martonne; a pesquisa das causas é uma preocupação filosófica”.

Na superfície da Terra o geógrafo encontra efetivamente o seu material de estudo em dois mundos que constituem domínios objetivos. Um é a *Natureza*, orgânica e inorgânica, desenvolvendo-se segundo lei de finalidade; outro é a *Cultura* em cuja formação trabalham a tradição histórica e a vontade individual. Esses dois objetivos não se encontram isolados espacialmente, mas sim estreitamente correlacionados. Mesmo quando em determinados momentos um deles sobrepuja o outro até o ponto de ser lícito falar de *paisagens naturais*, ou de *paisagens culturais*, a correlação existe. O geógrafo deve dedicar

a sua máxima atenção justamente nessa íntima interdependência entre a Natureza e a Cultura espacialmente manifestada, fixando ainda, na frase feliz de Franz Schnass, o máximo cuidado “neste modo de plasmar-se reciprocamente o Homem e a Natureza”.

A noção da *paisagem* em geografia aparece com o objeto de evitar o extravio na plethora de ciências geográficas objetivas, e ainda, a penetração indébita nas esferas não geográficas através de considerações geofísicas e culturais. “O geógrafo deve ter olho sintético; deve ver em bloco”, disse W. Rossier. Preocupando-se de preferência, com as *diversidades* da superfície, estabelecendo semelhança e contrastes dos seus aspectos mais salientes, o geógrafo deve deter-se na análise da *paisagem* entendida como uma parte do espaço que — se me permitem dizer — forma em si um todo completo. Nesse sentido a geografia é a análise da *paisagem*, como acentuou Vidal De La Blache. As formas, os fenômenos e os aspectos da superfície terrestre, resultantes das forças e dos agentes físicos, que continuamente trabalham, modelando-a ou transformando-a sob os nossos olhos, quando coexistem num determinado espaço, independentemente da presença do homem, formam o que modernamente se chama *paisagem natural*. Mas o homem com a sua atividade na superfície terrestre altera em maior ou menor grau a paisagem natural donde o novo tipo plasmado pelo homem — a *paisagem cultural*.

Ainda não se chegou à maravilha de síntese estudando a Terra e o Homem, nas suas relações íntimas, a ponto de se reunir numa só as duas tradicionais divisões da geografia impostas pela comodidade de estudo. Assim ainda nos dias que correm o organismo científico atual da geografia sujeita-se a uma divisão em duas partes: geografia física — estudo da paisagem natural — e geografia humana — estudo da paisagem cultural, ou a paisagem humanizada, isto é, a paisagem transformada pelo homem.

Só no último século concebeu-se realmente que a geografia não era só *descrição*, mas também *compreensão*. Nasceu, então, uma *geografia explicativa* investigando, por exemplo, as leis que regem as formas do relêvo, os tipos de climas, o escoamento dos rios, etc.

Estudando em primeiro lugar, as diversas forças que atuam sobre a Terra, no seu desenvolvimento, nas suas manifestações e em suas conseqüências, e, em segundo plano, considerando essas diversas forças nas relações que as unem entre si, para apreciar finalmente as conseqüências dessas relações, a moderna geografia científica, encontra-se dominada, na opinião de Brunhes, por duas idéias capitais: a idéia da *atividade* e a idéia da *conexão*, ponderando ainda o mestre, não ser mais a geografia um inventário, mas uma história, não mais uma enumeração, mas um sistema: Seu duplo fim é *observar, classificar, explicar* os efeitos diretos das forças atuantes, e os efeitos complexos dessas forças associadas.

A ciência geográfica aumenta a apropriação da Terra pelo homem, pres-tando-lhe um grande serviço, porque lhe dá não só o conhecimento do mundo, mas, outrossim, um *método* para conhecê-lo.

Esse método, como para as ciências físicas ou a psicologia experimental, é o da *observação*, realizada, sobretudo, no grande laboratório da Natureza.

Como ciência de *observação*, ensina a “ver”, o que é precisamente o mais importante, o que é *típico*, traçando uma espécie de fundamento do quadro geográfico, a paisagem clássica, a casa típica, a vida profunda, a beleza íntima. Destina-se, conforme Deffontaines, a fazer compreender melhor tudo o que há de particular em cada região, porque permite adquirir essa noção essencial na disciplina da observação que é a “noção de tipo”.

A *observação* que se decompõe em *análise, comparação e classificação*, constitui, com a *investigação*, os dois processos essenciais do método geográfico.

A *análise* abrange duas etapas — *descrição e explicação*, e a *comparação* conduz essencialmente à localização, cujo caráter é elemento de unidade profunda entre a geografia física e a geografia humana porque encerra a essência de todas as explicações.

Todavia o estudo de um fenômeno geográfico só pode ser considerado completo quando, além de descrito e explicado, é pôsto em relação com os que dizem respeito à sua origem ou lhes são análogos. Decorre, daí, a necessidade de precisar-lhe a *extensão*, na superfície do Globo. Ora, a aplicação do *princípio de extensão* a um fato típico, geográfico, permite o conhecimento do seu domínio próprio, por isso que fica delimitada a área em que êle se manifesta ou prevalece.

É claro que a classificação não se aplica em geografia com a mesma exatidão com que se a utiliza nas ciências naturais. A razão é óbvia porque ela não se apóia exclusivamente sôbre os caracteres visíveis dos fenômenos. Penetra em a sua natureza e em a sua estrutura íntima; se a classificação só atingisse os aspectos exteriores dos fenômenos perderia todo valor científico. A classificação geográfica visa, de preferência, *as categorias* de relações entre os fatos. (Bertoquy).

Pierre Deffontaines reconhece ainda a existência de um *princípio de associação* figurando, de fato, na base do conhecimento das paisagens — estudo essencial da geografia. Justificando-o, escreve que o fato isolado é sempre uma abstração e que a geografia busca o concreto, exigindo que se reconheça e se destaque o grupamento dos fatos habitualmente ligados em seu conjunto.

Ao geógrafo avisado tratado dos fatos humanos, além do método da observação, ocorre o uso de outros métodos auxiliares, como o *histórico*, o *estatístico* e o *monográfico*, de que Pierre Bertoquy tratou resumidamente no livro *Problèmes de Géographie Humaine*.

Estabelecendo a união entre a educação baseada nas ciências da Natureza e a calçada nas ciências do Espírito, a Geografia é a grande orientadora dos tempos atuais como a História o é do passado. Pela natureza do seu objeto, alçando-se para além da diferença entre as ciências naturais e as culturais, a geografia delas recebe e a elas fornece qualquer coisa de novo, desfazendo assim a oposição existente entre ambos os grupos de ciências. Por tudo isso a geografia é ciência da atualidade, indispensável para o conhecimento de nossa época tendo a vantagem de "partir do conhecido do presente para penetrar no desconhecido do passado". Estabelecendo a aproximação entre as ciências da Natureza e as Culturais, a Geografia é bem uma ciência viva, sintética e original que realiza, na vida do espírito, uma ação equilibradora. Daí se infere a importância que os conhecimentos geográficos possuem para a educação política, importância aliás reconhecida pelos grandes educadores do mundo, os quais ainda por outros motivos, chegam a reivindicar para as escolas superiores, o ensino da geografia sob a direção de professores especializados. E é precisamente pela sua qualidade de *unificadora* ou *equilibradora de cultura*, que a geografia possui na escola e categoria de matéria básica.

Quanto à importância e ao modo de se fazer atualmente os estudos geográficos, está fora de dúvida que é na Geografia Regional que a Geografia Moderna atinge o seu objetivo final e sua culminância. A êsse respeito Carl Sauer teve ocasião de escrever: "Sob o ponto de vista unitário, o objetivo final da Geografia a Geografia Regional", opinião corroborada, aliás, pelas de Barrows, Renner, Isaiah Bowman e tantos outros, quando disseram, respectivamente: "Agora caminhamos para a Geografia Regional propriamente reconhecida como o ramo culminante da ciência porque compreende fatos e princípios de todas as divisões e sub-divisões da Geografia Sistemática" (Barrows); "E" na forma regional que a Geografia Regional", opinião corroborada, aliás, pelas de Barrows, Renner, de sua função de si própria" (George T. Renner); "Quase todos os problemas de geografia humana têm uma base regional ou conduzem a uma conclusão ou expressão regional" (Isaiah Bowman), sem esquecer Colby, naturalmente.

Entre nós urge enveredar, pois, seguramente, pela Geografia Regional a fim de que se possa obter mediante *analises* e *sínteses*, bem feitas, um conhecimento cada vez mais seguro, certo, metódico e científico do Brasil.



O Vale do Amazonas

(VIAGEM REALIZADA DE JULHO A DEZEMBRO DE 1928)

MATIAS G. DE OLIVEIRA ROXO
Diretor da Divisão de Geologia
e Mineralogia do Ministério
da Agricultura

I

O vale do Amazonas. — Seus viajantes. — O vale do Amazonas, que ocupa uma área enormíssima, quase a metade do Brasil todo, a par de uma conformação geológica bastante simples, apresenta variações de aspectos bem peculiares.

Nessa área extensa podemos distinguir duas regiões típicas: O vale propriamente do Amazonas, compreendendo a parte baixa de seus afluentes, inundável periodicamente com as cheias dos rios, e da foz do Xingu para jusante também com a preamar, que na região do delta ultrapassa a elevação do nível líquido causado pelas cheias fluviais. Aí, como na região de Breves, por exemplo, minuciosamente descrita pelo Prof. Hartt, a inundação é diária, e se fôsse posta abaixo a mata que a veste ficaria reduzida a um vasto pantanal cuja superfície estaria apenas a alguns decímetros do nível da maré baixa.

Nessa parte baixa se elevam terras altas formando barrancas de algumas dezenas de metros a que denominam aí de terra firme, e que constituem as barrancas dos rios e se estendem entre êles, formando como que o divisor de águas entre êles, nunca sendo inundáveis.

A faixa inundável é tôda formada por depósitos aluviais argilosos e camadas de areia nos quais se encontram com frequência fôlhas e troncos de vegetais atuais em via de fossilização. Quanto às terras altas, as barrancas são formadas de arenitos vermelhos e arroxeados e argilas variegadas e mosqueadas equentemente avermelhadas e arenosas.

A vestimenta indica bem a diferença entre a faixa inundável e a terra firme. Na primeira observa-se uma mata, tendo uma dúzia de metros de altura, formando cortina que intercepta por completo o olhar, sendo o *habitat* natural da seringueira e do cacauero. A terra firme acha-se coberta de mata alta, onde abundam as madeiras de construção e as castanheiras do Pará.

Essa região, cujos limites poderão ser traçados pelas primeiras cachoeiras que interceptam seus afluentes, se estende até o desfiladeiro de Manseriche, no Peru.

Das primeiras cachoeiras para cima se estende a segunda região, que não tive a fortuna de conhecer *de visu*, e em cujas partes mais altas são encontradas regiões de campos nativos como por exemplo as do alto Rio Branco.

As formações que constituem a primeira região, e que é a única de que me vou ocupar aqui, vão repousar em formações mais antigas que se depositaram simetricamente de um lado e de outro da grande artéria fluvial, sem apresentarem tôdas elas vestígios de terem sofrido perturbações bruscas e violentas.

Ao norte, os afluentes da margem esquerda que nascem em território brasileiro, têm suas cabeceiras e curso superior em formações cristalinas e os que nascem na Colômbia e no Peru em formações eruptivas. Ao sul, os afluentes da margem direita nascem em formações de arenito de época considerada

cretácea, os que o fazem em nosso país, e em formações eruptivas os que o fazem na Bolívia e no Peru, sendo êstes muito mais caudalosos e longos, tendo seus leitos em grande parte sido escavados em formações argilosas.

Na margem esquerda, o Negro, o Japurá e o Içá no Brasil, e o Napo no Peru, são francamente navegáveis, ao passo que todos os afluentes da margem direita de Parintins para montante permitem a navegação ampla sempre, na maior parte de seus cursos.

A cota do Amazonas em Tabatinga é de 82 metros, sendo aí avaliada em 20 000 metros cúbicos por segundo sua descarga, sendo de três quilômetros sua largura. Apesar de seu pequeníssimo gradiente de 3/100 000, inferior ao do Mississipi, Reno, e outros rios grandes, é o Amazonas um rio impetuoso, cujo leito tem fundo muito movediço. Suas barrancas, quando encharcadas de água se esboçam facilmente em largos tratos, sendo característico a quantidade enorme de troncos vegetais, árvores inteiras e outros destroços que transporta o rio. Abre continuamente canais novos e fecha antigos, comunicando-o com seus afluentes na parte baixa, a maioria dêsses canais sendo verdadeiros rios, assim o Auatiparaná (paraná do milho) que o comunica com o Japurá é um verdadeiro rio navegável.

Tôda a faixa de terras baixas se acha semeada de lagos e lagoas quando da época da vazante, em plena mata, e para onde se refugia a vida animal, evitando assim a correnteza do rio.

Para boa compreensão do atual aspecto físico da região torna-se necessário conhecer sua história, mas história geológica contada de acôrdo com os fatos realmente observados por simples observadores, que procurem olhar mais e explicar menos, e não por viajantes apressados ou sonhadores que sem poderem conhecer sua constituição geológica se limitam apenasmente ao *facies* geográfico atual.

Henry Woodward em publicação referida na lista bibliográfica que, embora do mesmo modo que Reclus, ali nunca aportou, bem compreendeu o *facies* geral do grande rio, localizando sua foz durante o período terciário médio no sopé dos Andes, quase, conforme sugeriu o grande C. F. Hartt.

Nos últimos tempos da Era Terciária, o gôlfo amazônico tinha uma abertura que ia desde Carutapera, no Maranhão até à foz do Araguari, mais de 550 quilômetros.

Ao sul, seguia a costa em linha ondulada de este a oeste, sempre abaixo do paralelo de 2º sul desde o Gurupi até Aveiros, no Xingu, passando ao sul de Acará, em Cametá, e a oeste de Pôrto de Moz, que se achava então submerso.

Ao norte a linha da costa não diferia muito da atual, achando-se apenas deslocada de uns 20 quilômetros mais para o norte, de maneira que se achavam submersas Mazagão e Macapá.

As ilhas do delta não existiam ainda. Nesse imenso gôlfo de forma triangular, iam desaguar, ao norte, o Jari e o Araguari, e ao sul o Xingu e o Tocantins, e no fundo a oeste, no bico do funil, o Amazonas, entre duas pontas de terra terciária.

Dêsse ponto para oeste se estendiam não um rio, mas antes um verdadeiro lago que se estendia até o sopé dos Andes, em média, estreito, pois nos lugares mais largos não teria mais de 200 quilômetros. Suas águas deviam ter sido algo tanto salobras como o atestam a fauna anã característica de águas doce e salgada misturadas, e com predominância das primeiras e a que podemos denominar fauna de Pebas, por ter sido em Pebas onde foi pela primeira vez encontrada pelo Prof. James Orton em 1867. Essa fauna é encontrada em todo o Solimões e seus afluentes, sendo notáveis as ocorrências de Iquitos, Três Unidos no Javari, e Ipiranga no Içá.

Foi considerada miocênica por todos quantos com ela se têm ocupado. Em publicação datada de 1924, considerei-a como pliocênica.

Ao mesmo tempo que se iam depositando suas camadas fossilíferas, se foram formando também os depósitos de linhito e com elas contemporâneos, e bem assim as argilas plásticas cinzento-azuladas, castanhas, pardas, etc., tão

características de todo o vale amazônico, e que ainda hoje em dia continuam a se depositar principalmente no imenso gôlfo, indo continuar a formação do delta iniciado nos primeiros tempos da Era Quaternária.

Como se teria formado essa bacia, onde se foram depositando êsses sedimentos terciários?

Muito simplesmente, pelo soerguimento lento mas progressivo da região da costa em seguida ao Mioceno inferior, como o atestam a fauna de Pirabas e Estação Experimental minuciosamente revista por Carlota Maury. Essa fauna devia ter habitado à profundidade de uma centena de metros, e são seus despojos encontrados hoje em dia ao nível do mar. No princípio do Plioceno essas rochas fossilíferas de Pirabas já se achavam soerguidas, e formado assim o lago amazônico onde viveu a fauna de Pebas.

Receptáculo de detritos de uma extensa área e sendo também sede de vida animal intensa é nessa bacia que se encontram os mais extensos depósitos de carvão terciário (linhito) conhecidos na América do Sul e não será de estranhar tenha sido também receptáculo da decantada hulha líquida, resultante da decomposição orgânica da riquíssima fauna que a povoava.

Até agora sabia-se ao certo correr o Amazonas pelo eixo de um sinclinal, desde os Andes até o Atlântico. Os conhecimentos atuais nos levam a afirmar existir aí um outro sinclinal cujo eixo é mais ou menos perpendicular ao do primeiro. Agora, onde estará localizado êsse eixo? Para isso só uma série de estudos e sondagens seria capaz de nos permitir determinar, pela avaliação da espessura das camadas Pliocênicas, sendo a região mais apropriada para isso a região limitrofe com as Repúblicas de Colômbia e Peru, onde já são bem conhecidas as ocorrências da fauna de Pebas.

O município de Benjamim Constant é o que mais elementos apresenta para ser instalado um serviço de sondagem, pela facilidade de meios de transporte que oferece, devendo-se fazer um estudo detalhado de toda a faixa que vai do Acre até o rio Japurá.

Para terminar deveria aqui analisar em traços largos a descrição das viagens feitas a essa região, vale do Amazonas, pelos sábios que a têm percorrido. Infelizmente não tive ainda o necessário vagar para poder manusear todas essas descrições.

Em todo caso pode-se dizer que a melhor descrição física da região é a de Reclus, os melhores trabalhos sobre a fauna são os de Agassiz, Bates e Goeldi, Snethlage, sobre a flora os de Huber.

Sobre o ponto de vista médico-sanitário, o relatório da Comissão Osvaldo Cruz em 1913 e sobre a borracha o de Labroy, também da mesma data, esclarecem suficientemente o assunto.

Os estudos de Hartt e seus auxiliares da antiga Comissão Geológica do Império, (Derby, Herbert Smith, Rathbun, Ferreira Pena), Kutzer, e Kosclau do Museu do Pará, e os técnicos do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil constituem a fonte dos conhecimentos geológicos sobre a região, cuja paleontologia foi principalmente estudada por Derby, Rathbun, Clarke, White, Gabb, Woodward, Boettger, Etheridge.

Woodward, que aí nunca esteve, foi quem melhor compreendeu a formação do vale propriamente dito, e o melhor mapa geológico de conjunto é o de Branner.

De brasileiros devemos destacar duas publicações interessantíssimas, a de José Verissimo, sobre a pesca na Amazônia, que não é um profissional no assunto, e a de Raimundo Morais, sob o título *Na Planície Amazônica*, que é a única boa descrição literária da região sem a preocupação de exibição científica.

II

Pará e o estuário do Amazonas — A ilha de Marajó — A cidade de Belém — De Belém a Manaus, passando por Maués. — O imenso gôlfo amazônico, que nada mais é do que estuário do vale amazônico, se acha ocupado pela ilha de Marajó e uma série de ilhas menores, formando o denominado arquipélago de Marajó, que parece fechar a entrada do grande e maravilhoso vale. Êste arqui-

pélago divide êsse gôlfo em dois canais, um a oeste, entre o continente e a ilha Mexiana, e outro a este e sul de Marajó. Pelo último dêsses canais, se escoam as águas do rio Tocantins e um pouco da água do Amazonas, que por intermédio do furo de Breves vem misturar-se com as do rio goiano. Um conjunto de vantagens que apresenta à navegação, tais como canal menos movediço, menor correnteza, pouca frequência das célebres pororocas fizeram dar-lhe preferência ao outro canal, razão pela qual Belém será sempre, como o tem sido até agora, a formosa porta de entrada da misteriosa terra das guerreiras amazonas. O outro canal, que é verdadeiramente a foz do Amazonas, embora por êle passe quase a totalidade das águas da bacia amazônica, é de navegação incerta, pelo maior acúmulo e instabilidade dos materiais transportados pelo grande mar d'água doce. O rio Tocantins é um rio de águas claras, transportando relativamente pequena quantidade de sedimento, ao passo que o Amazonas é um rio barrento por excelência, tendo águas côr de café com leite escuro; o que é muito natural, pois drena a mais vasta área de formações argilosas que se conhece.

Que a ilha de Marajó e suas companheiras constituem o delta do Amazonas, é questão que não merece ser mais discutida. Para a formação dêsse delta muito tem contribuído o lento mas continuo exondamento da costa dos Estados do Maranhão e Pará, que se vem operando desde os primórdios da Era Terciária, embora isso contribua para mascarar sua presença. A corrente sul equatorial impede que os sedimentos trazidos pelo Amazonas se depositem para leste do cabo Maguari, isto é, que se depositem por diante da foz do rio do Pará. Ao norte da ilha de Marajó se acha presentemente em formação um novo delta compreendendo as ilhas Mexiana, Caviana, etc., e o banco Santa Rosa, cujo conjunto apresenta a forma característica de um triângulo, e que com o decorrer dos milênios se irá incorporar à ilha de Marajó. Outra questão que muito tem feito gastar tinta e papel, é a de ser ou não o rio Tocantins afluente do Amazonas: nunca foi nem é; em qualquer das épocas geológicas passadas teve sempre comunicação livre com o oceano, como hoje em dia o tem.

A ilha de Marajó ou de Joanes, tem sido visitada e descrita por uma plêiade de sábios e viajantes ilustres, entre os quais releva notar Ferreira Pena e Orville Derby, cujos escritos se destacam com brilho sobre tudo quanto se tem publicado sobre a maior ilha brasileira. A ilha de Marajó, com uma área quadrangular de 48 mil quilômetros quadrados, apresenta superfície plana, ligeiramente inclinada de este para oeste, sendo mais elevada na costa do rio do Pará, onde atinge no máximo a uma meia dúzia de metros acima do nível do mar.

A costa ocidental é tão baixa, que fica no nível quase da enchente do Amazonas. Excluídos os montes artificiais, repositório de valiosíssimos restos arqueológicos de populações indígenas extintas, como por exemplo os de Pacoval, são por completo desconhecidas colinas nessa extensa planície, cheia de lagos, rios, canais, e pântanos, e em parte quase tôda ela inundável anualmente.

No centro da ilha, encontram-se vastas áreas pantanosas entre as quais se destacam as que ficam ao norte da lagoa Arari e conhecidas pela denominação de Mondongos. Seu solo é formado de sedimentos fluviais argilo-arenosos de época holocênica, e que ainda hoje em dia continuam a se depositar. A costa oriental, a do rio Pará, é relativamente alta, sendo arenosa; as do Amazonas e furo de Breves são porém baixas e lodosas. Isso corresponde um pouco ao que se observa na vestimenta florística da ilha. A metade sudoeste acha-se coberta de matas e a metade nordeste, de campos. Dessas matas, hoje em dia devastadas, foi onde se começou a explorar a seringueira, sendo considerada então como o escreveu Ferreira Pena há quase sessenta anos, o Eldorado dos seringueiros. A extração da borracha já quase desapareceu da ilha; em compensação porém, a pecuária e a agricultura têm cada vez mais se incrementado aí.

Sobre o ponto de vista agrário apresenta importância máxima pelo seu solo argilo-arenoso, plano e fértil, facilmente trabalhável pelos mais modernos processos mecânicos. A questão é plantar de modo a que a colheita possa ser feita antes que sobrevenha a inundação. Presentemente um grupo de capitalistas americanos se está ocupando com interêsse bastante vivo pelo completo aproveitamento desta ilha, que será em nossos dias um dos grandes cen-

tros agrícolas e pecuários mundiais. A cidade do Pará, que se acha localizada na denominada baía de Guajará, na margem direita da barra do Guamá, e no denominado rio Pará, que nada mais é do que o rio Tocantins depois de ter recebido águas amazônicas por intermédio do furo de Breves. Acha-se situada em terras planas, altas, isto é, não sujeitas a inundação, terras essas formadas por sedimentos argilo-arenosos, holocênios. A geologia dessa região já se acha completamente conhecida, e sobre esse assunto pouco poderei acrescentar ao que publicaram os geólogos da antiga Comissão Geológica e os geólogos do Museu Paraense (Museu Goeldi). Belém é uma das grandes cidades da América do Sul, contando uns quatrocentos mil habitantes, dotada de todos os melhoramentos modernos, embora seu serviço de águas e esgotos seja bastante deficiente. O clima bom, agradável, até certo ponto, embora seja muito quente durante o dia; após a chuva que diariamente cai à tarde, as noites são relativamente agradáveis. Feitas pela mão do homem duas coisas são notáveis aí: o Museu Goeldi, de história natural e etnografia e a igreja de Nossa Senhora de Nazaré. O Museu Goeldi que se acha péssimamente instalado em pequeno edifício em centro de um exíguo parque utilizado para exibição de animais vivos, merece, pelo que nele se contém, ser quanto antes auxiliado, quer pelo governo federal, como também por particulares desinteressados. Sua biblioteca magnífica e suas coleções bem mereciam outra apresentação, sendo notáveis aí, os objetos de etnografia e antropologia. As coleções de mineralogia e paleontologia são porém, pobres, talvez mesmo paupérrimas. No parque zoológico são notáveis além das aves pernaltas amazônicas, as sucuris, os jacarés, e sobretudo um exemplar fêmea completamente adulto de gorila (a Olga, como a denominam) em perfeito estado de saúde, e que parece aí viver como se se encontrasse em seu *habitat* natural.

Esse minúsculo parque zoológico, que é ao mesmo tempo horto botânico, está muito naturalmente indicado para ser um dos mais importantes jardins zoológicos, onde ao vivo possa ser estudada a fauna da mais vasta bacia fluvial do mundo.

Que para ele voltem suas vistas os nossos mecenas, pois talvez já seja tempo de se ir cuidando da criação em clausura de uma série de animais de grande utilidade para o homem.

A igreja de Nazaré, que se acha algumas centenas de metros distante do templo das ciências naturais, é realmente bela. Suas colunas de granito polido e seus quadros em mosaico representando cenas da Via Sacra e outros assuntos religiosos, são realmente primorosos. Como já vai ficando algum tempo no olvido a origem lendária desse templo, vou aqui narrá-la tal qual m'o fez o Sr. João Baena, comandante do gaiola "Vitória", vapor magnífico, oferecendo todo o conforto ao viajor.

O comandante Baena é um dos homens mais cultos com quem tratei aí, sendo cavalheiro esmeradamente educado e de trato fidalgo. Dêle e de toda a tripulação guardo a mais grata recordação, que me levou Amazonas acima. Conta-se que Dom Fuas, fidalgo português que aportou ao Pará, a consertar provavelmente as finanças arruinadas na ruidosa, fútil e festiva vida de Lisboa de então, saiu com outros certo dia à caça. Distribuídos os caçadores pelos sítios onde deveria passar o veado, soltos foram os cães, e eis que de repente, passa em louca disparada por diante de Dom Fuas, o cobicado animal. Pôs-se Dom Fuas a persegui-lo e sem se aperceber por onde galopava, viu-se em perigo de morte e pôs-se a gritar. "Valha-me Nossa Senhora de Nazaré" estacando logo o animal que cavalgava, à beira mesmo do abismo. Em sinal de gratidão, prometeu e fez erguer no local onde lhe apareceu o veado (que nada mais era do que o diabo disfarçado), uma capela em louvor e com o nome da santa.

Não se acha ainda terminada a atual igreja. Merece atenção, ainda em Belém, o Bosque da Saúde, sendo um bosque natural, transformado em parque, e onde se poderá ver árvores da floresta amazônica.

Deixando a baía de Guajará, sobe-se o rio Pará passando diante da foz do rio Tocantins e quase no extremo S. W. da ilha da Marajó entra-se pelo paraná do Buiaçu deixando à direita o furo de Breves, e em seguida pelo Tajapuru, ao fim do qual se penetra pelo Tajapurizinho à esquerda, ou pelo paraná do Limão à direita e finalmente chega-se ao canal meridional do

grande Amazonas, onde se acha a cidade de Gurupá na margem direita defronte da ponta sul da ilha Grande do Gurupá. E' essa a denominada região dos estreitos, formado de um emaranhado de canais e furos cortando um solo plano, baixo, inundável com a maré, revestido por flora adequada, tendo uma altura média de 10 a 12 metros e que podemos designar "matas dos aluviões flúvio-marítimas", imensamente rica em formas essencialmente tropicais destacando-se entre elas as palmeiras e entre essas a graciosa e delgada açai, cujo fruto constitui a matéria prima do manjar mais típico do Pará; as musáceas, as marantáceas, etc. As musáceas principalmente, parecem, ter ali encontrado seu *habitat* privilegiado, pois em parte mais alguma de nossa terra produzem mais belos e saborosos frutos. Nesse trajeto chama logo a atenção a vila de Antônio Lemos, quase que constituída pelas instalações para exploração de madeiras na mais alta escala, de propriedade dos senhores Manuel Pedro & Cia.

Saindo de Gurupá passa-se por defronte da barra do Xingu e entra-se no Amazonas uno, isto é, no ponto em que se apresenta todo êle em um só canal.

Daí por diante começa-se a avistar as terras elevadas de Almerim, Velha Pobre e Paranaquara, restos do planalto de arenito que devia ter coberto toda a região. Essas elevações, que ficam distantes do rio uns poucos de quilômetros, sendo as de Almerim as que mais se aproximam das barrancas do rio, foram estudadas pelo professor Hartt que as descreveu. Mais para diante, rio acima, passa-se em Monte Alegre, situada ao lado de elevações idênticas às de Almerim. Toda essa formação arenítica assim como da região do baixo Amazonas, foram estudadas e descritas pela antiga Comissão Geológica do Império, e principalmente pelo seu chefe, Carlos Hartt, e Orville A. Derby, que a referiram ao Terciário, formações estas que se estendem pela margem esquerda do Amazonas desde Almerim até Prainha. Para montante de Monte Alegre acha-se a foz do rio Tapajós, em cuja barra, na margem direita, acha-se a cidade de Santarém, notável pela sua pequena indústria de cuias gravadas e pintadas de verniz negro.

De Monte Alegre até Óbidos, apresenta o rio infinidade de ilhas formando uma série de canais, em um dos quais na margem esquerda, se acha Alenquer. Entre essas duas cidades, na margem direita, se acha a lagoa Grande de Vila Franca, em comunicação permanente com o Amazonas. Óbidos acha-se situada sobre colinas de arenito iguais às anteriores. Aí passa em estreito canal de 1 890 metros de largura o Amazonas inteirinho, com profundidade de 80 metros, e velocidade que vai de milha e meia na estiagem, a quatro, no máximo da cheia do rio. Na margem esquerda de uma das bocas do rio Madeira, acima de Óbidos, acha-se a cidade de Parintins situada sobre uma baranca alta de arenito idêntico aos anteriores e cujas partes mais elevadas recebem o nome de serra de Parintins. E' a primeira cidade amazonense e que fica logo a oeste da linha fronteiriça. O Madeira se junta ao Amazonas por dois canais, um que é o principal, que vai desembocar um pouco acima de Itacoatiara e outro muito menor, que vai ter a Parintins. Entre êsses dois braços do Madeira e o Amazonas encontra-se a ilha de Tupinambarana, baixa e pantanosa; de Parintins, subindo o Madeira, encontra-se a barra do rio Maués em cuja margem esquerda acha-se a cidade dêsse nome. Uma das e meia horas depois de sair-se de Parintins, chega-se a Barreirinha, em uma baranca alta, idêntica à de Parintins; aí ocorre ao arenito numerosos veios de argila azul, muito típica, fazendo lembrar se originar do arenito com veios de argila, a argila mosqueada do Solimões. Maués se acha em terreno plano ao lado de elevação do arenito já conhecido. É o centro de produção do guaraná, tendo sido encaminhada para aí uma colonização japonêsa.

Na época das cheias os navios de Maués vão diretamente a Manaus, pelo furo, sem voltar a Parintins. Pouco acima da barra do rio Negro no Amazonas, em sua margem esquerda acha-se a cidade de Manaus, capital do Amazonas. Manaus, que se acha sobre elevação de arenito roxo, é uma cidade modernizada, tendo boas ruas bem calçadas e limpas, bonitos edificios, luz elétrica, esgôto e água encanada, sendo a água captada no rio Negro e elevada por meio de bombas, sendo as máquinas a isso destinadas, idênticas às de Buenos Aires. A côr da água do rio Negro é típica, e contrasta bem com a do Amazonas

que é barrenta, pardo avermelhada; por longo trecho as águas dos dois rios se apresentam sem se misturarem. De frente de Manaus, o rio Negro se alarga em vasta baía de águas completamente negras e grande profundidade. Manaus possui um serviço de porto completo, sobre pontões metálicos flutuantes, de maneira a flutuarem com as cheias do rio, cujo nível varia aí de mais de 10 metros.

III

O rio Solimões até Iquitos — O rio Javari — Para montante da foz do rio Negro recebe o Amazonas o nome de Solimões. Apesar de ser o rio Negro um de seus grandes afluentes, não se nota no Solimões aparentemente a falta de suas águas. Continua a ser sempre o rio gigante e majestoso, de águas silenciosas e barrentas, volumoso e largo, cuja impetuosidade em épocas de cheias continua a esboroar em tratos largos as barrancas argilosas, carregando tudo, terra, árvores seculares, esguias palmeiras, que lá vão de bubuia, (para empregar o vocábulo local) rio abaixo.

É extremamente usual verem-se verdadeiras ilhas flutuantes assim formadas, descendo pelo rio, com elas carregando os seres animais surpreendidos quando se desprenderam os pedaços da barranca ou mesmo margens. Como o Amazonas, o Solimões acha-se repleto de ilhas, só, em dois ou três pontos de seu curso brasileiro pode-se ver o rio todo passando em um só canal, na época da vazante.

Assim, em Uará, pouco antes da foz do Jutai, o rio passa inteirinho em um só canal de uns três quilômetros e em Tabatinga também; em Tonantins quando toma um pouco de água de maneira a encobrir uma ilha de areia, que mais é um banco, também se vê o rio em um só canal. Nessa localidade, da sede da Prelazia Apostólica dos padres capuchinhos, o panorama da cheia do Solimões deve ser soberbo. Ver-se-á o maior rio do mundo passar silencioso como o esquecimento, ostentando uma largura de muitos quilômetros, cobrindo ilhas, ilhotas, matas, choupanas, enfim tudo até não mais alcançar a vista. Espanta imenso ao neófito o receio místico que tem do rio Grande os moradores de suas margens.

Assistam a uma tempestade em suas águas em tempo de enchente, e dar-se-lhes-ão razão. Subindo esse rio, a umas vinte horas de Manaus, acha-se Manacapuru, na margem esquerda, em terreno baixo e pantanoso, e a umas doze horas de Manacapuru tem-se Codajás, também na margem esquerda. Codajás, que é a primeira vila importante que se encontra acima de Manaus, fica situada sobre uma barranca plana, alta, de argila arenosa, vermelha. Na margem direita do Solimões, e na embocadura do rio do seu nome fica Coari também sobre uma barranca alta do mesmo arenito. Uns quatro dias rio acima, distante de Manaus, fica Tefé, a antiga Ega, onde residiu por longo tempo o célebre naturalista inglês Bates, em meados do século passado, e que foi companheiro de Wallace e Darwin. Tefé não se acha no Solimões, mas sim na bôca do denominado lago de Tefé, que nada mais é do que um alargamento ou baía formada pelo rio Tefé ao desembocar no Solimões. Acima de Tefé, encontra-se Uará e Fonte Boa, que se acham sobre barrancas elevadas da mesmíssima argila arenosa vermelha. Fonte Boa e Tefé são centros exportadores da castanha do Pará, principalmente Tefé, que é por excelência o centro da região dos castanhais. Daí até a fronteira, os únicos lugares notáveis são Tonantins e São Paulo de Olivença, ambos situados em terras bastante elevadas constituindo as barrancas do rio, e com uns 50 a 60 metros de altura acima do nível da água vazante. Desde a barra do rio Içá até para além de Amaturá, observam-se na margem direita enormes barrancas avermelhadas de argilas arenosas, e em barrancas de mesma natureza com cerca de uns 20 metros de altura e de frente de São Paulo de Olivença, encontra-se Belém.

Na barra de um pequeno braço do Javari no Solimões, se encontra a vila de Esperança, sede atual do município de Benjamim Constant. Esperança acha-se em uma barranca argilosa azulada com uma meia dúzia de metros de altura e que se vai levantando para o interior. Aí observa-se a ocorrência de

uma argila azul-cinza em tudo igual à que se encontra no baixo Amazonas. Antigamente esse era o canal principal por onde passava o rio Javari, mas o rio o vem abandonando aos poucos, a ponto de não mais ser navegável na estiagem, de maneira que atualmente é o outro o canal mestre. Com o decorrer dos anos, a ilha que separa os dois canais se reunirá provavelmente à terra firme do lado brasileiro. O rio Javari, que em todo o seu curso serve de linha divisória entre o Brasil e a República do Peru, é um bellissimo rio que suavemente desliza em curvas sinuosas e graciosas, e, foi talvez o rio mais malsinado de toda a Amazônia, o que se reflete bem na denominação do povoado que lhe fica às margens, Remate de Males, antiga sede do município de Benjamim Constant. Sendo a grande artéria por onde sai toda a borracha produzida em seu vale, foi muito povoado nos tempos áureos desse produto. O solo baixo e grandemente inundável é *habitat* natural e privilegiado da seringueira, e todas as variedades de mosquitos, de maneira que o impaludismo aí domina com todas as suas formas, as mais extravagantes, em uma população de semi-analfabetos, alcoólatras inveterados, depauperados pelo clima quente e úmido, e mais ainda, pelas variadas formas de verminose intestinal.

Remate de Males fica na margem direita do rio Itacoai, que é um afluente do Javari, mesmo em sua boca. Defronte do outro lado do rio Javari, acha-se Nazaré, vila peruana sem importância, sendo ambas simples povoados com uma centena de casas de madeira cobertas de zinco. Os dois rios têm a mesma largura e profundidade, sendo porém o Javari mais volumoso. De sua confluência para jusante apresenta o Javari uma largura de uns 150 metros e 3 braças de profundidade, em águas baixas. Tabatinga, que fica sobre uma elevação de argila vermelha, acha-se defronte da foz do Javari, na margem do Solimões, é o posto fronteiriço brasileiro, sendo um posto militar, pois a mesa de rendas federal fica em Esperança. A largura do rio aí é de 3 quilômetros, tendo sido avaliado seu volume líquido em 20 mil metros por segundo na seca, sendo de 82 metros a cota do rio. De Tabatinga a Iquitos percorre o Solimões regiões idênticas em tudo às de Tabatinga a Manaus, sendo porém muito menos numerosas as barrancas elevadas, sendo notáveis as de São Paulo e as de Chimbote. Adiante de Pebas, ao longo da margem esquerda observa-se extensa planície a perder de vista. Até Iquitos tem sempre grande largura e profundidade mínima de 20 metros. Iquitos, que é a capital do departamento peruano de Loreto, é uma cidade de uns 20 mil habitantes, situada em um canal formado por uma ilha, na margem esquerda do Solimões. Não se observa a menor elevação na extensa planície que constitui aí as margens do grande rio; tudo plano e chato a ponto de cansar o olhar, clima quentíssimo, pois se acha a 4.º sul, isto é, quase debaixo do equador, e a mais de 2 500 quilômetros do Oceano Atlântico. Do Oceano Pacífico, que lhe fica mais perto, se acha separado pelos Andes. Assim, a uma cota inferior a cem metros, sob o equador e sem ventilação, e no centro de zona grandemente pluviosa, fácil é imaginar que clima deva ter. Possui um pequeno cais flutuante, e bonita praça ajardinada; tem luz elétrica faltando-lhe porém esgoto e água encanada, mas cujos serviços se acham em andamento. A população é um misto de amarelos, vermelhos e brancos, predominando os primeiros, representados por extensa colônia chinesa.

Acha-se em comunicação com Lima por meio de um serviço postal e de passageiros misto-aéreo e terrestre (aviões, automóvel e estradas de ferro) que faz o percurso em 3 dias. A viagem a Lima poderá ser feita ainda, subindo-se o Solimões e o Ucaiale até Puerto Bermudes. Em Puerto Bermudes encontram-se viaturas animais que levam até Merce, indo-se de automóvel de Merce até L'Oroya, onde se toma o trem para Lima.

Em Iquitos, observa-se logo na barranca onde se desembarca, camada de linhito com dois palmos de espessura entre camadas de argila fossilífera em tudo idêntica às que ocorrem no rio Javari, etc.

Essas camadas de linhito e de argila fossilífera são de ocorrência frequente em toda essa região.

IV

O rio Içá — É o primeiro grande afluente que pela margem esquerda recebe o Solimões em território brasileiro; os peruanos e colombianos dão-lhe o nome de Putumayo.

Nasce o rio Içá, nas vizinhanças de Pasto, nos Andes, ao norte do equador terrestre, em pleno terreno vulcânico, e com curso dirigido para SE com 1 600 quilômetros de comprimento, vai desembocar no Solimões um pouco acima de Tonantins. Percorre território brasileiro a partir da barra do rio Cotoé, seu afluente da margem esquerda, sendo seu curso em nosso país de uns 250 quilômetros mais ou menos.

Embora seja bem pequena sua bacia hidrográfica, sendo de uns 130 mil quilômetros quadrados sua bacia extra brasileira, os degelos das neves andinas e a grande pluviosidade da região, fazem-no um rio grande, largo e fundo, cujo volume líquido ao penetrar em nosso país deve ser superior a 9 mil metros cúbicos por segundo na estiagem.

Em território brasileiro tem, sempre no canal, braça e meia de água, e em território estrangeiro, tem, até a foz do Ingaparaná, onde se acha localizado o povoado peruano de Chorrera, cerca de uma braça d'água.

Daí para cima seu curso até então manso e plácido, embora bastante correntoso, se acha interrompido por corredeiras de arenito idêntico ao que se encontra no rio Japurá. Embora seja navegável, a não ser um regatão ou outro que com o espaço de meses, sobem o rio até São Guilherme, a uns 70 quilômetros antes da fronteira brasileira, um único navio peruano aí navega, fazendo uma viagem mensal de Iquitos até Chorrera.

Como o Solimões, durante a cheia, solapa e esboroa o Içá suas margens transportam quantidade numerosa de destroços. É comum se encontrarem fragmentos de pomito vindo dos Andes boiando em suas águas, em seguida às erupções vulcânicas violentas tão comuns em suas nascentes, fato que se observa também no Napo e no Japurá; os carregados pelo Napo vão às vezes Solimões abaixo até Tabatinga, onde são apanhados nas barrancas.

Rafael Reyes em 1874, Sinson em 1876, e Crevaux em 1879 exploraram o rio Içá, cuja planta foi levantada pela Comissão de Limites com a Colômbia e o Peru no tempo do Império. A exploração geológica porém, da parte brasileira, só foi feita em 1918 por Avelino Inácio de Oliveira e Paulino Franco de Carvalho, técnicos do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil.

Em nada posso alterar e nem mesmo acrescentar ao que sôbre êsse assunto escreveram êsses profissionais e que se acha publicado em *Boletim* n.º 8 do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, 1924.

Como êles, não consegui ver o tal ôlho d'água esverdeada por onde se desprende um gás que pega fogo, como ali dizem.

Em Ipiranga, onde se acha o pôsto fiscal aduaneiro nosso, situado em uma barranca plana, acima sempre de enchentes, encontrei uma camada de argila com fôlhas carbonizadas entremeadas de uma camada de areião branco, de quartzo quase puro. Essas fôlhas, que são idênticas às que ocorrem em Tonantins, foram pela primeira vez aí encontradas pelo professor Agassiz, como se refere Hartt em seu *Geology and Physical Geography of Brazil* à página 488, são de vegetais dicotiledôneos atuais como tive oportunidade de me certificar então. Aí observa-se a seguinte secção na barranca do rio:

Areia e barro vermelho misturado	2,00 metros
Areia branca, quartzo, com seixos de quartzo maiores, e camadas de argila preta com fôlhas	3,50 metros
Argilas mosqueada	1,00 metros
	6,50
Nível d'água	6,50

Defronte de São Guilherme, na margem esquerda do rio, aparecem umas terras altas de argila mosqueada idêntica às que se observam na foz, na margem esquerda, em Santo Antônio, pequeno povoado quase desabitado hoje em dia.

As margens do Içá se acham quase despovoadas, não havendo aí, pode-se dizer, exploração de borracha. Além de serem pouco numerosas, são as seringueiras de variedade branca, cuja borracha dizem ser fraca.

Explora-se a madeira, porém com pouca intensidade, e que em balsas ou jangadas, amarrados os troncos uns aos outros descem rio abaixo puxadas por uma lanchinha, até Manaus.

O Içá se comunica com o Solimões por intermédio do rio Porité e do furo Cuiria, sendo preciso fazer penosa variação da canoa de um para outro em distância de cerca de dez quilômetros, ou então pelo Jacurapá e Paranaquera.

A região entre o Içá e o Solimões é uma região chata, alagadiça ao extremo, toda coberta de matas, de pouco interêsse geológico, sendo cortada de igarapés e furos e cheia de lagos de matas.

Rio Tonantins. — O rio Tonantins que vai ter ao Solimões a uns trinta quilômetros a jusante da barra do Içá, é um pequeno rio navegável por lanchas e canoas grandes até uns 40 quilômetros de sua foz.

Nesse trecho corre em terras baixas, argilosas, mas daí por diante passa a correr com menos profundidade em terras que se vão elevando, constituídas por um arenito que faz lembrar o de Manaus.

Na foz tem uns cem metros mais ou menos de largo, largura essa que se conserva até a povoação de Tonantins que lhe fica na margem esquerda, alguns quilômetros distante de sua bôca no Solimões.

Geografia Cultural do Brasil *

Kulturgeographie von Brasilien
von

Dr. B. Brandt, 1926, Stuttgart
Verlag von J. Engelhorn's Nachf.

Dr. B. BRANDT

CAPÍTULO VII

A CIRCULAÇÃO

Bases da circulação por água

No capítulo II foi mostrado que a fronteira do Brasil coincide aproximadamente com o divisor continental das vias fluviais. Dessarte, já se assinalaram as linhas de circulação naturais por excelência, os rios. Desvios mais consideráveis desse divisor encontram-se na secção venezuelana da fronteira, onde o rio Negro penetra no território do Orinoco, na colombiana, na peruana e na boliviana, onde, respectivamente, o Japurá e o Içá, o Marañon e os afluentes do Madeira avançam profundamente no *hinterland* leste-andino desses três Estados; finalmente, também na Argentina, onde, ao contrário, os três grandes galhos do sistema do Prata, o Paraguai, o Paraná e o Uruguai levam para o país vizinho suas águas acumuladas no Brasil.

A rede potamográfica do Brasil compõe-se de duas partes, correspondentes às duas grandes unidades espaciais, a rede da planura ou o sistema amazônico, no qual se deve incluir a parelha Tocantins-Araguaia, e os rios do maciço brasileiro. O primeiro sistema devassa, em ramificação harmônica, na direção oeste; todo o norte do Brasil com sua moldura de montanhas e concentra as vias fluviais de quase metade do continente em uma única saída. A rede fluvial do maciço brasileiro procede de modo inverso, ela se caracteriza não pela concentração, mas pela dispersão. Das terras altas de Mato Grosso e Goiás, as águas descem para todos os quadrantes, para o Amazonas, para o sistema do Prata e para a costa, da qual não uma, mas numerosas portas conduzem mais ou menos profundamente ao interior.

Quase todos os rios do Brasil são interrompidos por corredeiras ou cachoeiras. Na maior porção da bacia amazônica confinada por montanhas de declive suave, situam-se esses acidentes mais ou menos a grande distância da foz, distribuem-se em longos trechos e consistem principalmente em corredeiras; as cachoeiras, cujo mais notável exemplo apresenta o Madeira, são raras. No maciço, ao contrário, que se baixa abruptamente para a planura do Prata e mais abruptamente ainda para a costa, os obstáculos ligam-se sobretudo com os escalões liminais, onde aparecem como grandiosas cachoeiras. No maior rio, no São Francisco, a cachoeira de Paulo Afonso, situada a 200 quilômetros da foz, barra o caminho para o interior. Muitíssimo desfavorável é a situação no sul, onde um íngreme paredão montanhoso e numerosas cachoeiras isolam a frente interior. No nordeste, ressentem-se os rios, em parte, das secas e temporariamente, como no sul da África, nem alcançam o mar. A navegação no maciço, por isso, só é possível em trechos e carece de maior conexão.

Pelo exposto, conclui-se que dominam na circulação do norte do Brasil, quase exclusivamente, as vias fluviais, enquanto o maciço é alcançado predominantemente pelas vias terrestres da colonização.

Depois da bipartição, assinalam-se no quadro da rede fluvial brasileira as estreitas relações de vizinhança entre vários sistemas fluviais. Uma ligação perfeitamente navegável apresenta-se na bifurcação do Cassiquiare entre o Amazonas e o Orinoco. Menos completamente e só passageiramente comunica-se o Amazonas com o sistema do Prata, quando, justamente na época das chu-

* N. R.: Os capítulos anteriores foram publicados no B. G. ns. 16 a 21 — Ano II.

vas, os pântanos que servem de fonte comum ao Guaporé e ao Paraguai dão calado às embarcações. Não raro, apenas alguns "istmos" de poucos quilômetros de largura separam os cursos de certos sistemas, como no caso do Tapajós e do Paraguai ou no do rio Branco e do Essequibo. Por esses contactos, que, sem grande temeridade, se podem imaginar transformáveis em canais de ligação satisfatórios, navegáveis, como pela profunda penetração dos confluente do Amazonas no *hinterland* dos Estados do Pacífico, possui a rede fluvial sulamericana a importância de uma rede de circulação de proporções continentais, em cujas malhas uma ou outra linha aparece como via transcontinental ou disto se aproxima, principalmente quando é completada por vias terrestres naturais, vales e passos. A ligação do Cassiquiare e os pântanos que servem de fonte ao Paraguai possibilitam uma grande via fluvial norte-sul, que vai da foz do Orinoco ao estuário do Prata e, pelo Madeira, envia uma ramificação ao terceiro dos grandes desagadouros, o estuário do Pará. Os confluente do Madeira chegam até o sopé dos Andes bolivianos, onde vales transitáveis e passos cômodos conduzem até a Puna, facilmente acessíveis desde a costa do Pacífico. No Amazonas fica o ponto extremo da navegação, Yurimaguas no Huallaga, a 4200 quilômetros do Atlântico e 400 quilômetros do Pacífico, situação diante da qual se fica a pensar que o obstáculo da cordilheira *deve* poder ser vencido.

As vantagens decorrentes para a circulação da disposição das vias fluviais brasileiras torna-se completa pela incomparável riqueza em água, que assenta na quantidade e distribuição das chuvas.

O Amazonas,¹ que, até a foz do rio Negro, tem a profundidade média de 25 a 30 metros, no mínimo, atingindo em certos pontos 100, é por assim dizer uma baía pouco profunda que se estende pelo continente a dentro e possibilita o trânsito direto das costas européias ao sopé dos Andes. De modo correspondente se comportam os afluentes, que dão calado a embarcações de bom porte em extensão mais ou menos considerável do seu curso e podem ser navegados, por pequenas embarcações, quase sempre até sua nascente. Também favorável é a velocidade da corrente, que, dados o pequeno declive e a riqueza em água, é bastante forte para facilitar a navegação rio abaixo, mas não chega a impedir o trânsito rio acima mesmo de pequenos barcos.

A considerável oscilação do nível das águas que alcança cotas de 9 e 15 ou mesmo 18 metros, desloca para cima e de novo para baixo os limites da navegação, ora num ora noutro setor da imensa rede sujeita a regimes pluviais de todo diversos. Cada setor tem por isso sua fase natural de animação, que, por exemplo, começa para os afluentes setentrionais do Amazonas quando os rios da margem sul já estão baixando. A cheia reduz também, pela ampliação dos canais laterais, comumente não transitáveis, o tempo de percurso, às vezes de modo considerável. Os rios da planície transformam-se então em um verdadeiro labirinto de braços e canais.

Em virtude da permanente oscilação do débito, o aspecto dos rios está sujeito a um variar constante, periódico, que faz com que numerosos rios ofereçam quase cada mês um novo quadro; e a outro irregular, que se traduz na deslocação das margens e das ilhas. Aquêlo dificulta a navegação pela exigência de considerável rotina topográfica; êste, pela modificação constante do canal navegável. Junta-se ainda a influência das marés e da porroca na foz norte, deltaica, do Amazonas, que, pela sua ligação com o estuário do Pará, pode ser evitada.

Se as cachoeiras são obstáculos absolutos à navegação, o mesmo não se dá com as corredeiras. Muitas podem ser vencidas em toda época mediante ágil direção; outras, pelo menos nas águas altas. Há casos em que os obstáculos podem ser removidos por explosões em escala média.

Quando a profundidade não dá mais calado a pequenos navios, é quase sempre possível o emprêgo de canoas.

¹ Handbuch der Ostküste Südamerikas, I, Brasilien, Abschnitt II u. III. Berlin, 1911.

Quanto às bases da navegação a vela, são-lhe desfavoráveis as calmarias constantes, dadas a predominância da circulação vertical do ar, nas latitudes equatoriais, e as rajadas. Na parte oriental da bacia, porém, no verão (de julho a dezembro), predominam as monções de leste, que facilitam grandemente a navegação rio acima.

Desenvolvimento, meios e fins da navegação fluvial

De que modo influi no europeu a grandiosa rede fluvial do norte do Brasil, até onde seguiu êle as vias pretraçadas pela natureza, como se aproveitou delas e se adaptou às suas peculiaridades?

A princípio, a bacia amazônica ficou desocupada entre os estabelecimentos portugueses no Atlântico e os espanhóis no Pacífico, acessível a ambos os povos. Se os espanhóis foram os primeiros a prestar-lhe atenção e a percorrer-la, houve para isso uma razão histórica; ela assentou, como já se viu, no fato de terem disposto, para a extensão do seu domínio até o século XVII, de mais forças que os portugueses, ocupados no litoral com os concorrentes europeus e, além disso, menos expansionistas e menos numerosos. No entanto, não se deve esquecer que os espanhóis avançavam a favor da corrente, quando os portugueses tiveram que vencê-la. Pois, se, no fundo, a soma das vantagens e desvantagens é a mesma para a viagem total em ambos os casos, há um tão grande atrativo e estímulo, para o explorador, na possibilidade da penetração rio abaixo, que êle despreza as dificuldades da volta; isto que ainda hoje se observa aplica-se muito mais ainda à época de um Orellana ou de um Aguirre.

Além disso, a direção geralmente leste dos afluentes, cujo seguimento teria conduzido de certo modo a uma inversão do rumo, devia poupar aos espanhóis maiores cuidados, enquanto os portugueses se defrontavam sempre com bifurcações, que provocavam tanto maior indecisão quanto os afluentes, não raro, eram mais convidativos, tal o rio Negro, de corrente suave e quase livre de mosquitos. Isto se reflete claramente na história do descobrimento. Os afluentes inferiores da margem direita, o Tocantins, o Tapajós e o Xingu chamaram logo — como qualquer baía que se abre ao navegante da costa — a atenção dos portugueses e tornaram-se, pelo menos nas imediações da foz, rapidamente conhecidos, enquanto os superiores, mais próximos dos domínios espanhóis, foram conhecidos muito depois, em parte nos últimos tempos. Com isso também concorda a desigualdade do povoamento, que só agora começa a nivelar-se — disperso e extensivo aos afluentes acessíveis na bacia inferior, mais consistente e limitado às margens do rio principal na bacia superior.

A concorrência iniciada pelos empreendimentos espanhóis e imposta aos portugueses encerrou-se, provisoriamente, com uma bipartição; em 1674 fundaram êstes o posto avançado de Manaus, na foz do rio Negro; Ega (Tefé), não muito longe de Manaus, foi fundada pelos espanhóis em 1688. Nessa divisão se denuncia também um fato geográfico, pois essa região é o limite interior do vento geral, limite que, ao tempo da navegação a vela, Portugal só poderia transpor com imensa dificuldade.

Já se viu, no capítulo II, que a demarcação definitiva das esferas de interesse e, portanto, da circulação obedeceu a razões históricas, à maior visão política de Portugal, na época. Mas é preciso acrescentar que, também no caso, há uma determinante geográfica: se Portugal não conseguiu atingir o limite natural da bacia amazônica, os Andes, isto foi devido à maior distância em que se encontravam do território em causa os pontos de apoio da colonização portuguesa.

Quanto à expansão ulterior da navegação fluvial da bacia amazônica e sua dependência das condições naturais, já se referiu o essencial no capítulo sobre as fronteiras.

No que diz respeito à adaptação do tráfego às condições especiais da rede amazônica, viram-se os primeiros a navegá-la, naturalmente, diante de situações não raro difíceis, que só podiam vencer com a ajuda da experiência indígena. Como em tantos outros casos da vida colonial, a navegação fluvial

serviu-se também dos meios usados pela população indígena. Sua extraordinária perícia em descobrir o canal adequado a cada fim, nos rios de conformação às vezes labirintica e sujeitos a modificações multiformes, inspirava mais confiança aos portugueses que os seus próprios conhecimentos. Mesmo no rio principal, ainda hoje, prefere-se a pilotagem dos navios oceânicos pelos práticos da terra, que não usam a bússola, deixando de lado os mapas do almirantado americano que se estão tornando obsoletos.

Esses empréstimos estenderam-se também às embarcações indígenas adaptadas às condições naturais; a canoa monóxila, com o remo de proa, difundiu-se entre os habitantes de todo o Brasil, feita esta ou aquela modificação de somenos.

Na passagem das corredeiras adquiriu-se, tanto quanto em outras regiões nas mesmas condições, grande prática. A embarcação é dirigida habilmente entre os rochedos ou carregam-se balsas, com o que se enfrentam as mais impetuosas corredeiras. "Não há inferno para os cachoeiristas".

Aprendeu-se a contornar os obstáculos intransponíveis mediante a tração por terra das embarcações. O mesmo processo é usado para vencer os istmos que separam um sistema de outro. Algumas dessa portagens tiveram grande importância antes da introdução do tráfego fluvial regulado. Quando, antes da abertura da navegação regular no Prata, comerciantes do Pará subiam o Tapajós, arrastavam seus barcos até a nascente do Paraguai e desciam o rio até Cuiabá, essas viagens ultrapassavam em extensão e tenacidade as expedições dos varegos, do Báltico ao mar Negro, através das portagens dos rios russos.

Os processos acima mencionados aplicavam-se principalmente nos trechos superiores, não mais acessíveis às embarcações de maior calado; nos trechos inferiores predominava a navegação a vela. A ela se opunha a calmaria que durava meses, e então, no percurso rio acima, se usava o remo ou a penosa sirgagem. Por conseguinte, a navegação a vela limitava-se ao tempo do vento leste, que, por isso, também é chamado vento geral ou "vento do negócio".

A libertação dessa contingência adveio, no meado do século passado, da introdução da navegação a vapor, cujo emprêgo só é limitado pela variação estacional do nível das águas. O tráfego atual, em que a navegação a vela, *grosso modo*, é posta de parte, distribui-se em várias faixas, de acôrdo com as condições naturais.

A primeira, a faixa da navegação livre, abrange a linha do Amazonas desde a embocadura até quase o sopé dos Andes. Segue-se a navegação que, utilizando a embarcação típica dos rios europeus e norte-americanos, a barca de roda à pôpa, de pequeno calado, sobe muito os afluentes e termina quase sempre nas primeiras corredeiras. A terceira faixa, em que se sobem as corredeiras praticáveis tanto quanto o permite o nível das águas, é o domínio dos pequenos barcos a vapor. A ela se segue, finalmente, a zona da navegação em canoa, que se prolonga até as nascentes.

A extensão e a técnica do tráfego variam com os fins de cada época. O primitivo abandono do norte do Brasil correspondia à sua total carência de importância para a economia de antanho. As primeiras viagens (Orellana, 1541/42; Aguirre, 1559) levam o selo das expedições de aventura; como as primeiras viagens de exploração sistemática devem ser consideradas as dos padres Brieba e Toledo (1637) e do padre Fritz (1690). As mais antigas penetrações portuguesas tinham por fito, além da caça de escravos a qual achou em Manaus, fundada em 1674, uma grande base, contramedidas políticas (Teixeira, 1637-39), tanto quanto a colonização e a missão, especialmente a jesuítica, à qual se deve sobretudo a pronta navegação dos cursos inferiores do Tocantins, do Xingu e do Tapajós, assim como o descobrimento da ligação do Cassiquiare (1744). Empreendimentos isolados tornaram conhecidos os cursos dos afluentes maiores, mas não tiveram a princípio importância para o tráfego. A descida do Amazonas por de la Condamine (1743) abriu caminho às modernas viagens científicas, as mais recentes das quais, em parte, também se relacionam com a crescente incorporação do Amazonas na economia mundial. Ficou demonstrado como justamente a extração da borracha iniciou o tráfego da bacia amazônica até os trechos mais recônditos, em parte já alcançados.

Por outro lado, a tarefa máxima que a natureza dos rios brasileiros impõe, a utilização das vias naturais transcontinentais, foi atacada. A grande via norte-sul, no setor Paraguai, já se transformou em uma importante rota internacional, aberta ao longínquo Mato Grosso. A linha que vai da foz do Ama-

zonas ao sopé oriental dos Andes peruanos e que divide — da América do Sul,

tornou-se, pelo menos no que diz respeito às comunicações telegráficas, uma linha transcontinental, depois que, em correspondência com o cabo amazônico Belém-Manaus e suas ramificações, que nem sempre funcionam a contento, se estabeleceu a ligação pelo sem fio (Iquitos-Lima) com a costa do Pacífico. A terceira via transcontinental natural, na ordem de importância, que, pelo Madeira, leva ao *hinterland* boliviano e à costa do Pacífico, foi aberta com a construção da ferrovia Madeira-Mamoré.

Bases e meios do tráfego terrestre

Como para o povoamento e a economia, a ausência de epidemias devastadoras do gado facilita extraordinariamente o tráfego terrestre. Enquanto grandes regiões da África são, por esse motivo, obrigadas a servir-se do inconveniente e caro transporte dos carregadores indígenas, foi possível introduzir no Brasil animais de tiro, sela e carga, além do boi e do cavalo especialmente o muar, tão difundido nas terras mediterrâneas.

Muito influiu no desenvolvimento do tráfego a vestimenta vegetal e sua distribuição em floresta — predominante na bacia amazônica e na faixa costeira, e em campos de pastagem, principalmente no interior das terras altas e no sul. Os campos não oferecem obstáculos ao tráfego e nêles foi possível introduzir os meios de transporte usados em Portugal e nos países mediterrâneos. Para o transporte dos produtos é usado o carro de bois, de que se conservou no Brasil uma forma muito primitiva, que só se encontra nas províncias mais remotas dos países mediterrâneos, o carro de duas rodas maciças de madeira (plancha II). É comum, nos campos de São Paulo, ver esse veículo pré-histórico atravessá-los em pequenas caravanas, que se anunciam à distância pelo chiar dos eixos e que, à moda ibérica, são conduzidos por cavaleiros armados de varas dotadas de ferrão.

A floresta tropical, com sua densa vegetação secundária, oferece a princípio séria resistência ao tráfego. Mesmo a penetração de um único indivíduo exige a remoção paulatina do emaranhado de cipós, arbustos e raízes aéreas. Essas passagens abertas a facão — picadas — são a forma primitiva do caminho na zona florestal e no sertão, as únicas nas zonas de extração da borracha.

Uma remoção mais completa dos obstáculos abre a picada ao cavaleiro, a quem não incomodam os troncos atravessados no caminho, os quais, tão comuns nas florestas intactas, constituem um impedimento fatal ao tráfego de rodagem.

Para que esteja sempre desimpedido, o caminho que atravessa uma floresta deve ter em ambas as margens uma orla derrubada, de largura igual às árvores mais altas, o que, se fôr grande sua extensão, acarretará uma soma apreciável de trabalho. Não é de admirar então que o tráfego de carros nas regiões florestais seja muito menor que o de cavalos ou muares, o qual é muito menos exigente quanto a estradas e pontes e, além disso, era o mais comum nas terras ibéricas. Antes das vias férreas, portanto, viajava-se geralmente em animais de sela alugados, sob a condução do camarada conhecedor das condições locais, de modo idêntico ao que se observa nas províncias mais remotas da zona mediterrânea.

Mas já se havia realizado algo de notável em abertura de estradas, nos velhos tempos. Os jesuítas, por exemplo, rasgaram a famosa estrada que, atravessando as terras baixas da costa, a partir de Santos, e vencendo a íngreme barreira da serra do Mar, chega ao planalto de São Paulo.

A construção ferroviária, no geral, dada a predominância do planalto, não encontra grandes obstáculos. Construções do vulto dos Estados do Pacífico nunca se tornam necessárias. Mesmo a famosa ferrovia Santos-São Paulo, construída em 1865, não constitui, se comparada às condições européias, realização ex-

traordinária (plancha IV). Nas regiões de floresta, os grandes gastos resultantes da construção são compensados, em parte, pela abundância de madeira para dormentes e de combustível, no próprio local do consumo. A extensão da construção rodoviária depende em maior grau que a da rodoviária dos resultados suputados para o presente ou para o futuro próximo. Linhas de grande penetração só compensavam geralmente quando se começava a exploração sistemática dos recursos do solo e quando, dada a possibilidade de colonizar as terras desbravadas, sua rentabilidade ficava assegurada. A rede ferroviária brasileira constituía-se, por isso, ainda no nono decênio do século passado, de algumas linhas ao serviço de um *hinterland* mais ou menos profundo, como se observa atualmente na África tropical. Depois, porém, especialmente nos últimos tempos, foi-se adensando cada vez mais, como reflexo de um extraordinário desenvolvimento, de modo a assemelhar-se à rede européia.²

Desenvolvimento da rede de circulação

As cidades costeiras são os pontos de partida do tráfego terrestre. A primeira tarefa d'êste consistiu na abertura de estradas em que se pudesse transportar para a costa os produtos colhidos nas áreas cultivadas do interior. Com a ocupação crescente das terras em volta da cidade, desenvolveu-se naturalmente uma rede de caminhos locais, mais ou menos densa, cuja forma se adaptava à configuração do terreno e cujos ramos terminavam nos limites do município. Esse estágio ainda não foi ultrapassado em numerosos municípios do norte do Brasil, onde o tráfego terrestre ainda é de pouca importância.

Quando não coincidem o bom porto e terras cultiváveis, depara-se ao tráfego uma grande tarefa. Um exemplo dêsse caso e de suas conseqüências para a geografia dos transportes é o de Santos. O porto é excelente, mas as terras adjacentes, arenosas e alagadiças, pouco valor têm. As terras de cultura mais próximas encontram-se além do íngreme paredão, no planalto de São Paulo. Teve-se, assim, logo de comêço, que investir o *hinterland* situado bem terra adentro. Em tôrno de São Paulo, cuja fundação já data de 1531,* desenvolveu-se uma rede da espécie referida, que se ligava com o porto por meio de um caminho inútil sob o ponto de vista econômico. No vizinho Paraná repetiu-se o fato, dada a identidade de condições: Paranaguá é o ponto de partida do tráfego exterior, Curitiba, o do tráfego interior.

As redes originadas nos portos ou nos centros do interior servem, a princípio, exclusivamente, para a drenagem da produção das terras sob cultura, terminam, assim, no limite entre a faixa povoada e o sertão, e estendem-se na medida em que aquela se expande à custa dêste. Com isso, abstraindo-se da natureza do terreno, elas se distribuem segundo a extensão do *hinterland*. No nordeste, dada a abundância de portos, os territórios econômicos são estreitos, próximos às fronteiras dos Estados. Por isso eles se estendem sobretudo em profundidade e nêles predominam as linhas-tronco que formam ângulos retos com a costa. Nos Estados de amplo *hinterland*, como Bahia e São Paulo, as linhas, ao contrário, logo divergem em forma de leque.

Enquanto o cultivo da terra virgem constitui o alvo principal da colonização, não se deparam ao tráfego fins essencialmente novos. As redes ampliam-se em correspondência com o alargamento da faixa de povoamento, mas não perdem sua autonomia e sua pouca densidade. Como a colonização brasileira limita-se atualmente, em tôdas as partes, a uma faixa costeira mais ou menos larga, sua rede viatória encontra-se, no geral, nesse estágio. Só em dois territórios foi dado um passo adiante, quando começou o estabelecimento de ligações longitudinais entre os extremos indecisos das vias de penetração, em Minas e no Rio Grande do Sul. A exceção de Minas explica-se pela sua situação central, que dispensa a orientação imediata do tráfego para a costa. Além disso, Minas foi e é ainda agora, até certo grau, um território econômico com-

² Extensão das ferrovias em 1856 — 15 quilômetros; em 1888 — 9 320 quilômetros; em 1917 — 28 127 quilômetros.

* A data deve ser corrigida para 1554. Já em 1560 era a fundação jesuítica promovida à categoria de vila.

plementar de outros Estados, especialmente dos dois vizinhos ao norte e ao sudoeste, Bahia e São Paulo. Como tal, requeria em primeira linha estradas paralelas. Por outro lado, o curso na direção norte do alto e médio São Francisco, a maior via de navegação interior do Brasil, dirigia o tráfego no rumo paralelo à costa. Finalmente, Minas, como o Estado mais rico em matérias primas da indústria, está mais avançada na diferenciação econômica e na constituição de uma indústria própria que os demais e necessita, por isso, tanto de vias de simples escoamento quanto daquelas que facilitam o intercâmbio interno.

Quanto ao Rio Grande do Sul, não há montanha que dificulte o acesso do *hinterland*. Extensas lagunas (Patos e Mirim) formam uma via longitudinal próxima da costa. Suas enseadas oferecem vários ancoradouros (Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre). O vale do Vacacaí navegável penetra o *hinterland* em direção diagonal, orientada obliquamente em relação à costa, enquanto o Uruguai torna a oferecer uma via longitudinal na fronteira argentina. O tráfego é, portanto, orientado pela natureza em direções que diferem grandemente das dos Estados do nordeste. Em vez de uma linha em ângulo reto com a costa, formaram-se várias malhas, cuja fusão acelerou o predomínio das vias longitudinais.

Como os territórios dependentes dos centros costeiros forneciam, no geral, os mesmos produtos, não se fez sentir a necessidade de mútua ligação das estradas de penetração por outras paralelas à costa. A abertura das mesmas se opôs a comodidade da via marítima, assim como o rigoroso isolamento em que Portugal mantinha as várias regiões, em nosso tempo, talvez, um certo particularismo dos Estados dotados de ampla autonomia. Resultou, assim, que se estendiam entre eles faixas pobres em estradas ou carentes delas, as quais só aos poucos desapareceram. A fusão das rédes operou-se primeiro no nordeste, dada a pouca extensão do seu *hinterland*. Bahia e Minas, ao contrário, eram ainda há poucos decênios separadas por trechos sem caminho. No mui progressista São Paulo, porém, a própria rede ferroviária liga-se ainda frouxamente com a de Minas; as linhas de ambos os Estados terminam em parte na fronteira, como em um pequeno Estado europeu ou em um confim propositalmente constituído, tal a fronteira russo-alemã de antes de 1918.

Tôdas as linhas de tráfego até agora referidas tinham em vista fins econômicos. A elas se juntam várias estradas, que, sem consideração pela rentabilidade, foram construídas para a manutenção da ordem nos vastos espaços interiores e da coesão nacional. São dessa espécie as que conduzem a Mato Grosso e Goiás, e que são agora substituídas por ferrovias.

Com a constituição dessa rede frouxa, compartimentada em grupos de malhas, limitada a uma faixa costeira mais ou menos larga e só penetrando mais profundamente aqui e ali, tinham-se resolvido os problemas do tráfego do Brasil colonial e dos primeiros tempos da independência. Ainda em nossa época a rede viatória conservava essa feição colonial, que só com o ativamento da construção ferroviária se vai apagando.

O Brasil republicano, cuja consciência política e prestígio mundiais se fortalecem consideravelmente, que se julga dono de si e no mesmo nível dos demais grandes Estados, serve-se agora da construção ferroviária, em elevada escala, para fins políticos; em primeira linha, para fomentar a ligação com os territórios distantes. Daí, a substituição das velhas estradas interestaduais por ferrovias e, sobretudo, a abertura de uma via que, aproveitando o Tocantins, deve aproximar a chave do norte do Brasil, a embocadura do Amazonas, do centro de gravidade da nação, Rio, São Paulo e Minas. Outros motivos concorrem para a adoção desse grandioso empreendimento ferroviário; enquanto a única artéria de ligação de tôdas as unidades federativas for a via marítima, a independência nacional assentará em débeis alicerces. Com um bloqueio de poucos cruzadores, uma potência inimiga poderá paralisar todo o tráfego, ameaçar seriamente a unidade nacional e obrigar o país a ceder. Para libertar-se dessa contingência ameaçadora, o Brasil construiu uma estrada longitudinal, a boa distância da costa, a qual vai do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul.*

* Trata-se de um desiderato ainda não concretizado.

Finalmente, o Brasil começou a resolver o maior problema de viação que lhe impôs a natureza, a abertura de vias transcontinentais, com a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, já citada. Essa linha que abarca um enorme espaço aproximará da Europa, quando terminada sua ligação com a rede ferroviária boliviana, a mais remota de tôdas as costas e acrescentará à rede mundial uma importante malha.

Conseqüências da construção ferroviária. O tráfego urbano

Das conseqüências revolucionárias da expansão ferroviária duas são de importância especial. Uma diz respeito à rede em si. Ao contrário dos países da Europa, onde a ferrovia vem depois da estrada e apenas completa e alivia uma rede já existente, as linhas que avançam para os territórios virgens levam consigo a civilização. A construção ferroviária só substitui a rodoviária e lhe impede o desenvolvimento em um estágio ulterior. Assim, o Brasil — como os Estados Unidos — é pobre em estradas e sê-lo-á enquanto o automóvel não alcançar mais importância no tráfego de longo percurso.* A vista dos esforços da indústria norte americana e da predileção dos brasileiros pelo moderno em geral e por êsse novo meio de transporte em particular, essa perspectiva é bem fundada.

A segunda conseqüência é econômica e política. Dada sua debilidade financeira e inexperiência técnica, o Brasil não pode arcar com as grandes construções. Deve entregá-las a empresas estrangeiras e fica por isso na sua dependência, a qual, pelo longo prazo das concessões e pela impossibilidade de concorrência, é muito mais incômoda que as advindas de outras concessões.³ O brasileiro viaja em ferrovias que foram construídas por estrangeiros, cujas passagens e fretes são determinados por estrangeiros e cujos saldos vão para o bolso de estrangeiros, as quais, portanto, abstraindo-se das exceções, são corpos estranhos no país.⁴

O traçado em extensão das cidades brasileiras, condicionado pelo clima tropical, requer o estabelecimento dos meios de transporte urbanos muito mais cedo do que se observa nas cidades européas. Por isso, o tráfego tranviário encontra-se extraordinariamente desenvolvido. Linhas suburbanas de muitos quilômetros, que, na Europa, só se encontram nas grandes cidades, são comuns nas cidades médias do Brasil. A construção tranviária não estaria tão adiantada, se ela — de modo geral, em ligação com a iluminação urbana — não interessasse também o capital estrangeiro.

Em concordância com o predomínio do capital americano, as tranvias seguem o modelo americano; elas não contribuem pouco para o feitiço norte-americano das modernas cidades do Brasil.

* A construção rodoviária norte-americana desenvolveu-se extraordinariamente nos dois últimos decênios. A mesma observação cabe com respeito ao Brasil, guardadas as devidas proporções.

³ O mesmo dá-se com os portos.

⁴ Sobre a participação estrangeira na construção ferroviária, extraímos os seguintes dados (*Annuaire*, 1913, ps. 459-495); A União só explora um terço das ferrovias que dela dependem. Dois terços das concessões feitas distribuem-se entre sociedades inglesas e norte-americanas, um terço entre sociedades nominalmente brasileiras. Os bancos franceses concorreram com um financiamento de 90%. — A Alemanha (com exceção da ferrovia de Santa Catarina) limitou-se ao fornecimento de material rodante. Nos últimos tempos, um *trust* americano com capitais ingleses, franceses e belgas, procurou concentrar em suas mãos toda a rede ferroviária do Brasil e da América do Sul. A União, por sua vez, esforça-se, na medida do possível, por chamar a si as ferrovias estrangeiras.

Resenha e Opiniões

O elemento negro

O Sr. Roger Bastide, da Universidade de São Paulo, teve oportunidade de publicar em *O Jornal*, de 2/9/944, um valioso artigo, acêrca de aspectos curiosos do negro no Brasil.

Entra êle no assunto, agitando a questão da cifra aproximada dos africanos aqui introduzidos. Depois fala no branqueamento gradativo.

São as seguintes, as razões do desaparecimento da côr preta:

1.º — A imigração europêia, que sucede ao tráfico escravagista e faz com que a percentagem relativa das côres se transforme no decorrer do século XX;

2.º — A mestiçagem, que dilui cada vez mais o prêto e lhe embranquece a epiderme. E' verdade que se pode notar nestes últimos anos, uma certa tendência ao enquistamento, não só nas cidades, como também, segundo alguns observadores, nas próprias zonas rurais. No entanto, continuam a efetuar-se os casamentos inter-raciais, prossegue a mistura do escuro e do claro, que resulta no embranquecimento progressivo das crianças, se bem que, pelo que parece, o cruzamento hoje em dia não ultrapassa 25 por cento. Em São Paulo, nos casais de côres diferentes, em geral a mulher é mais escura que o homem; na Bahia, segundo observações feitas por Tales de Azevedo, o contrário é que mais freqüente, o marido sendo mais escuro que a mulher.

3.º — A grande mortalidade do negro que, muitas vêzes ultrapassa a natalidade. E' sôbre êste último ponto que desejava insistir.

A. Elis Júnior — continua o Prof. Bastide — consagra ao problema um capítulo do seu livro *As populações paulistas*. Mostra com o auxilio de estatísticas relativas aos últimos anos, a hecatombe terrível que atinge os brasileiros de côr no planalto. Insiste sôbre o papel da tuberculose, que lhe parece o grande fator de tal massacre e pensa que a propensão à tuberculose vem da própria constituição epidérmica

do africano, que não pode suportar as variações extremas e rápidas da temperatura de São Paulo.

Pessoalmente tenho a impressão, segundo as mesmas estatísticas, de que a mortalidade do negro deriva mais das moléstias do sistema digestivo que da tuberculose. Não é menos esta última e particularmente agressiva contra o negro e sôbre êste ponto temos de assinalar um artigo recente da *Revista de Tisiologia*, da Bahia, devido à pena competente do Dr. César de Araújo, e intitulado: "Sôbre a incidência da tuberculose no prêto da Bahia". Servindo-se das estatísticas de mortalidade da Bahia, de 1899 a 1938, dos dados de roentgenfotografia, de Manuel de Abreu de um inquérito sôbre 1 027 escolares, das estatísticas do Dispensário Ramiro de Azevedo, do Hospital Santa Isabel (1885-1938), dos indigentes que passaram pelo Instituto Nina Rodrigues, o autor chega à conclusão de que os mulatos e os negros são mais sujeitos à tuberculose que os brancos (em primeiro lugar os mulatos, em seguida os negros, salvo neste último decênio, onde os negros ultrapassaram os mulatos), e, ainda que a tuberculose é muito mais grave, mais mortal no homem de côr que no branco.

Com efeito, em muitas províncias dos Estados Unidos, no Mississipi, na Flórida, na Geórgia, na Luisiana, o combate à tuberculose nos homens de côr já produziu resultados bastante encorajadores.

Ao mesmo tempo que recebia o estudo do Dr. César de Araújo, chegava-me de Haiti um estudo do mais alto interesse de autoria de René Victor, intitulado *Récensement et démocratie*. As estatísticas do Haiti, como as de muitas outras nações americanas não são muito boas; por outro lado, como a democracia só pode agir sôbre o meio social ou econômico, para melhorá-lo, aperfeicoá-lo, fundamentando-se em estatísticas dignas de fé, René Victor propõe, em sua brochura, um plano de levantamento estatístico para a República dos Negros.

Ora, o que chama a atenção do leitor é que, ao contrário do Brasil, lá a natalidade excede de muito a mor-

talidade. A densidade da população é a mais forte de toda a América. Com uma densidade igual o Brasil teria 1 200 000 000 de habitantes, aproximadamente, em vez de aproximadamente 40 000 000. No entanto a imigração é, por assim dizer, nula; a progressão constante da população deriva, apenas, do excesso dos nascimentos; a taxa bruta dos nascimentos seria de 14,9 para 1 000 habitantes e a dos óbitos, de 4,14 a média de filhos, por família, e de 6 e 12 nas cidades, de 6 a 15 nos campos. Como dizem os crioulos, "Ce Bon Dieu qui baili pittit, pittit cé richesse malhéré" (E' o bom Deus que manda os filhos, os filhos são a riqueza dos pobres). Isso não significa que os serviços de higiene não são aí necessários, pois a malária grassa por toda parte; mas o que espanta, pelo que sabemos do Brasil e da América do Norte, é ser a tuberculose quase inexistente.

Qual a conclusão que se depreende do confronto desses dois estudos? Observemos que o clima do Haiti não deve diferir muito do clima da Bahia, temperatura quente e influência do mar. O nível de vida do haitiano não é muito superior ao da média dos negros da Bahia e é muito inferior ao da média dos negros dos Estados Unidos. E então? Sobra então o contacto desagregador do branco que existe certamente no Haiti, mas onde constitui apenas uma minoria. Isto parece corroborar com os dados recolhidos na África e o aumento da tuberculose é função da colonização do branco e das modificações que este introduz no gênero de vida das tribos africanas. O Haiti permaneceu uma república agrícola e o regime agrícola aí existente permanece um regime comunitário (pelo efeito de uma prática, espécie de mutirão generalizado).

Acreditamos, portanto, que a tese sociológica sai fortalecida da leitura desses dois trabalhos e que a estratégia médica poderia, no Brasil, ganhar a batalha da tuberculose. Aqui, mais uma vez, o Brasil seria mágico, o mágico que faz a morte recuar e salva os inocentes.

★

Vital de Oliveira e o Rio Grande do Norte

De 1857 a 1859, Manuel Antônio Vital de Oliveira, no hiato *Paraibano*, realizou a sua campanha de medição hidrográfica do litoral norte do Bra-

sil. Começou na foz do rio Moçoró e terminou no São Francisco do norte. Foi uma tarefa efetuada com o mínimo de aparelhagem e o máximo de resultado. Patrono da hidrografia nacional, inteligente, tenaz, obstinado, maravilhoso numa vontade de ferro, Vital de Oliveira vive na primeira fila da documentação possuída, reimpresso pelo Almirantado Britânico, apontado como invulgar pela sua excepcional dedicação científica.

O Rio Grande do Norte fôra a província inicial compreendida no plano desse levantamento marítimo, fixando as coordenadas e criando, sob os signos da observação direta e da revisão impecável, nossas cartas de navegação. Toda a costa norte-riograndense ficou, definitivamente, marcada nas amplas folhas cartográficas, num estudo de Vital de Oliveira.

Depois êsses estudos foram revisitos mas as alterações não diminuem a fisionomia do iniciador, figura de sugestiva, ideal e magnífica personalidade.

Viveu navegando, estudando, trabalhando. Pernambucano do Recife, onde nascera a 28 de setembro de 1829, terminou o curso naval em 1845, e não mais houve uma solução de continuidade na ação incessante de trabalhos, viagens e encargos.

Veio a guerra contra o ditador do Paraguai. Vital de Oliveira exigiu sua ida para a esquadra que lutava nos rios semeados de chatas artilhadas, cruzados de correntes, povoados de assombros. Não desejou terminar sua tarefa e sim correr para o lado dos companheiros que viviam as atitudes supremas diante da morte.

Era capitão de fragata, com trinta e oito anos, quatro vezes condecorado, sentando-se ao lado dos historiadores graves no Instituto Histórico Brasileiro.

Morreu na passagem de Curupaíti, a 2 de fevereiro de 1867, a bordo do *Silvado*, um monitor encouraçado em que êle fôra o primeiro comandante, indo-o buscar na Europa, onde tinha o nome feroz de "Nemesis", Vital de Oliveira caiu na tórre de comando, dirigindo as salvas, olhando o inimigo de frente.

Seu nome devia estar numa rua em cada cidade do litoral norte-riograndense. Nome de sábio, de marinheiro, de herói legítimo, de brasileiro digno...

LUÍS DA CÂMARA CASCUDO.

★

A população de fato do Distrito Federal e a sua distribuição por zonas e circunscrições*

O Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, na série de análises de resultados do Censo Demográfico, apresentou um estudo sobre *A população do Distrito Federal e a sua distribuição por zonas e circunscrições*, cuja transcrição se segue: — A apuração da população de fato do Distrito Federal dá um total de 1 764 141 habitantes, dos quais 878 299, ou seja 49,8%, homens, e 885 842, ou seja 50,2%, mulheres.

Em comparação com a população de 1 157 873 habitantes, presente em 1.º de setembro de 1920, a apurada pelo censo de 1.º de setembro de 1940 marca um aumento de 606 268, ou seja de 52,36%.

A êsse aumento total corresponde um aumento médio aritmético anual de

30 313,** que em relação à população média (semisoma dos resultados dos dois censos) corresponde a uma taxa média aritmética anual, de 0,02075, ou seja de 20,75 por 1 000.

A taxa média geométrica anual de crescimento da população entre as datas do IV.º e do V.º censos é de 0,02128, ou seja de 21,28 por 1 000.

Conforme esta taxa foi calculada a população presente em 31 de dezembro de cada ano de 1920 a 1940. O cálculo foi estendido às datas finais dos últimos três anos (1941-43), com o intuito de dar uma estimativa preliminar do desenvolvimento da população depois do censo de 1940. A população no fim de 1943 fica estimada em cerca de 1 892 000 habitantes.

Os resultados do cálculo estão expostos na tabela I***.

* As tabelas foram compiladas por Pedro de Sales Georges, Meyer Margules e Guido Mortara.

** Se fôr suposto continuar depois do censo de 1940 o aumento médio aritmético anual de 30 313 habitantes, verificado entre 1920 e 1940, a população no fim de 1943 ficaria estimada em 1 865 186 habitantes.

*** Na tabela em apêndice indica-se o número dos habitantes na data central de cada ano de 1920 a 1943, calculado conforme o mesmo critério, que pode representar a população média do ano.

TABELA I

POPULAÇÃO ESTIMADA DO DISTRITO FEDERAL EM 31 DE DEZEMBRO DOS ANOS DE 1920 A 1943

ANO	População em 31-XII	ANO	População em 31-XII	ANO	População em 31-XII
1920.....	1 166 027	1928.....	1 379 932	1936.....	1 633 077
1921.....	1 190 838	1929.....	1 409 293	1937.....	1 667 824
1922.....	1 216 175	1930.....	1 439 279	1938.....	1 703 311
1923.....	1 242 051	1931.....	1 469 903	1939.....	1 739 553
1924.....	1 269 480	1932.....	1 501 178	1940.....	1 776 567
1925.....	1 295 469	1933.....	1 533 119	1941.....	1 814 366
1926.....	1 323 033	1934.....	1 565 739	1942.....	1 852 970
1927.....	1 351 183	1935.....	1 599 054	1943.....	1 892 396

Segundo a discriminação administrativa dos quadros urbano, suburbano e rural, os habitantes do Distrito Federal distribuem-se assim:

821 082 no quadro urbano,
703 513 no quadro suburbano,
239 546 no quadro rural.

Cumprе advertir, entretanto, que esta discriminação é em grande parte puramente convencional. É difícil entender porque a população do Engenho Novo e do Méier continua a ser considerada, na sua totalidade, suburbana, enquanto a de Copacabana e da Lagoa é considerada, na sua totalidade,

urbana. E parece árduo conciliar a qualificação de rural atribuída a tôda a população de Jacarepaguá, Campo Grande, Guaratiba, Santa Cruz e Realengo, uma parte considerável, da qual vive em grandes aglomerações dotadas dos serviços típicos da cidade, com a qualificação de urbana atribuída em muitos municípios do interior à população de áreas que abrangem poucas habitações, com apenas algumas dezenas de habitantes, desprovidas completamente daqueles serviços.

De fato, no sentido sociológico e econômico, a aglomeração urbana do Rio de Janeiro já transborda as fronteiras do Distrito Federal, prolongando-se no Estado confinante, onde algumas zonas podem ser consideradas como suburbanas da capital da República. De outro lado, encontram-se no interior do Distrito áreas que devem ser qualificadas suburbanas, contendo núcleos de população urbanizados mas distantes e nitidamente separados do núcleo principal, e outras que devem ser qualificadas rurais porque não hospedam senão população esparsa; mas tôda essa discriminação precisa ser feita *ex-novo*, conforme a realidade atual, e prescindindo-se das distinções tradicionais, baseadas na que foi a realidade de outras épocas, já distantes no tempo.

* * *

A divisão do território do Distrito Federal em zonas e sub-zonas, adotada para a apuração do censo demográfico, é a fixada para o quinquênio de ... 1939-43, em virtude da Lei n.º 311, de 2 de março de 1938*.

* A publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Divisão Territorial dos Estados Unidos do Brasil* (2.ª ed., 1942, pág. 110), adverte, a propósito da divisão do Distrito Federal: "A organização ... é a fixada pelo Decreto-lei n.º 1 008, de 30 de dezembro de 1938. A divisão primária em subzonas previstas no artigo 3.º do referido ato ainda não foi efetuada, pelo que figuram como tais, na composição das zonas ... as 35 circunscrições constantes do Decreto-lei n.º 568, de 14 de julho de 1938".

Os limites dessas 35 circunscrições são descritos no *Anuário Estatístico do Distrito Federal*, ano VI, 1938 (págs. 5-12); essa descrição é acompanhada por um histórico de cada circunscrição.*

O seguinte resumo indica a superfície e a população de cada zona* e a sua subdivisão em circunscrições ou subzonas.

Zona	Superfície ha	População
1. ^a	216	18 509
2. ^a	3 759	93 051
3. ^a	417	95 633
4. ^a	6 068	307 921
5. ^a	7 064	259 918
6. ^a	2 938	218 300
7. ^a	38 787	604 705
8. ^a	57 451	161 212

Circunscrições incluídas na zona

- (3) Candelária, São José, Ajuda
- (5) São Domingos, Sacramento, Ilhas, Santa Rita, Gamboa
- (3) Santo Antônio, Santana, Espírito Santo
- (5) Santa Teresa, Glória, Lagoa, Copacabana, Gávea
- (4) Engenho Velho, Rio Comprido, Tijuca, Andaraí
- (3) Engenho Novo, Méier, São Cristóvão
- (8) Piedade, Penha, Irajá, Pavuna, Madureira, Anchieta, Jacarepaguá, Inhaúma
- (4) Campo Grande, Guaratiba, Santa Cruz, Realengo.

Em tôda grande capital que não seja constituída unicamente por áreas intensamente urbanizadas encontra-se certa desproporção entre as superfícies das circunscrições centrais e as das periféricas, sendo em geral muito maiores estas do que aquelas.

No Distrito Federal os extremos são representados pelo mínimo de pouco mais de 2 quilômetros quadrados da 1.^a zona, que corresponde ao centro da cidade, e pelo máximo de mais de 574 quilômetros quadrados da 8.^a zona, que corresponde à vasta região ocidental, onde importantes núcleos suburbanos** se alternam com zonas rurais.

* Está excluída do resumo a população presente em navios, barcos e trens provisoriamente estimada em 4 892 pessoas.

** Suburbanos de fato, embora ainda incluídos, administrativamente no quadro rural do Distrito Federal, como foi lembrado acima.

Parece, entretanto, exagerada a fragmentação em zonas do coração da cidade, onde se encontra uma zona, a 1.^a acima referida, com menos de 20 mil habitantes, em contraste com a insuficiente divisão da parte periférica, onde a vasta zona 7.^a conta com mais de 600 mil habitantes, espalhados em quase 39 quilômetros quadrados do território.

* * *

É óbvio que os dados apurados do censo demográfico deverão ser apresentados, na sua publicação, conforme a divisão administrativa em vigor.

Entretanto poderão ser estudados, para a elaboração desse material, agrupamentos e subdivisões mais adequados do que os oficiais às exigências dos estudos urbanos, demográficos, econômicos e sociais.

A tabela II apresenta os resultados duma tentativa de agrupamento de algumas zonas e desmembramento de outra, realizada conforme a diretriz da menor alteração possível à divisão administrativa atual.

Foram agrupadas num único conjunto as zonas 1.^a, 2.^a (exclusive a circunscrição das Ilhas, que deve ficar separada em vista do seu caráter especial) e 3.^a, correspondendo este conjunto ao coração da cidade.

Ficaram inalteradas as zonas 4.^a, 5.^a e 6.^a.

Da zona 7.^a foi transferida para a 8.^a a circunscrição de Jacarepaguá, de acordo com a sua localização e com as suas características suburbanas e rurais.

As restantes circunscrições da zona 7.^a foram divididas em dois grupos, conforme a situação topográfica, correspondendo um grupo à parte oriental e o outro à ocidental da zona reduzida pela exclusão de Jacarepaguá.

Desta maneira, com poucas alterações da ordem original, conseguimos obter sete divisões do território continental do Distrito Federal, com superfícies ainda muito diferentes, variando entre pouco mais de 9 e mais de 819 quilômetros quadrados, mas com populações muito menos diferentes do que no grupamento original, elevando-se o mínimo para 184 mil e descendo o máximo para 308 mil habitantes.

TABELA II

PRIMEIRA TENTATIVA DE AGRUPAMENTO RACIONAL DAS CIRCUNSCRIÇÕES DO DISTRITO FEDERAL

ZONAS	Superfície ha	População	Densidade habitantes por ha	CIRCUNSCRIÇÕES INCLUÍDAS
1. ^a , 2. ^a (escl. ilhas) e 3. ^a	928,8	184 276	198,40	Ajuda, Candelária, Espírito Santo, Gamboa, Sacramento, Santana, Santa Rita, Santo Antônio, São Domingos, São José.
4. ^a	6 067,9	307 921	50,75	Copacabana, Gávea, Glória, Lagoa, Santa Teresa.
5. ^a	7 064,4	259 918	36,79	Engenho Velho, Rio Comprido, Tijuca, Andaraí.
6. ^a	2 938,3	218 300	74,30	Engenho Novo, Méier, São Cristóvão.
7. ^a (parte).....	9 738,5	287 666	29,54	Anchieta, Madureira, Pavuna, Piedade.
7. ^a (parte).....	4 550,1	245 614	53,98	Inhaúma, Irajá, Penha.
7. ^a (parte, 8. ^a).....	81 948,7	232 637	2,84	Campo Grande, Guaratiba, Jacarepaguá, Realengo, Santa Cruz.
Ilhas.....	3 463,3	* 22 917	6 62	Ilhas.
Navios, barcos e trens.....	—	* 4 892	—	—
TOTAL.....	116 700,0	1 764 141	15,12	Tôdas

* Apuração preliminar.

Uma segunda tentativa de agrupamento racional das circunscrições, efetuada conforme critérios topográficos mais rigorosos, deu os resultados expostos na tabela III.

A discriminação entre a região oriental do Distrito Federal, em grande parte urbana, a região ocidental, em grande parte suburbana e rural, e as Ilhas, coincide com a já realizada na tabela II.

Diverge, em parte, dessa primeira tentativa a subdivisão da região oriental em setores, na sua parte central e meridional.

Os setores de Nordeste, Noroeste e Centro-Este são os mesmos discriminados na tabela II.

O setor de Nordeste abrange as 3 circunscrições de Inhaúma, Irajá e Penha, que fazem parte da 7.^a zona.

O de Noroeste, as 4 de Anchieta, Madureira, Pavuna e Piedade, também tôdas da 7.^a zona.

A parte central da cidade constitui o setor Centro-Este, abrangendo 10 circunscrições: Ajuda, Candelária, Espírito Santo, Gamboa, Sacramento, Santana, Santa Rita, Santo Antônio, São Domingos e São José, que no agrupamento original formaram as zonas 1.^a, 2.^a (exclusive as Ilhas) e 3.^a.

Começa a se diferenciar do agrupamento da tabela II o setor Centro-Oeste, que abrange as circunscrições do Engenho Velho (5.^a zona) e São Cristóvão (6.^a zona).

O setor Oeste abrange as circunscrições do Andaraí (5.^a zona), Engenho Novo e Méier (6.^a zona).

O setor Suleste abrange as circunscrições da 4.^a zona, exclusive a da Gávea, isto é, Copacabana, Glória, Lagoa e Santa Teresa, e, a mais, a do Rio Comprido, da 5.^a zona.

O setor Sudoeste é constituído pelas circunscrições da Gávea (4.^a zona) e da Tijuca (5.^a zona).

Neste agrupamento, os extremos da superfície são os mesmos da tabela II, mas os extremos da população ficam mais afastados, encontrando-se um mínimo inferior a 109 mil e um máximo superior a 314 mil habitantes.

Entretanto, para o estudo da distribuição da população, o agrupamento da tabela III parece-nos mais eficaz do que o da II.

Aparece nitidamente a área de máxima densidade da população no setor Centro-Este com quase 200 habitantes

(198) por hectare. Em tórno dêste núcleo, estendendo-se nas diferentes direções, o setor Nordeste com 55 habitantes por hectare, o Centro-Oeste com 102, o Oeste com 68, o Suleste com 99, correspondem às áreas já intensamente urbanizadas. Os setores extremos do Noroeste e do Sudoeste, em parte menos urbanizadas, apresentam densidades menos elevadas: respectivamente, de 30 e 15 habitantes por hectare.

Em conjunto a região oriental com 27% da superfície total do Distrito Federal, contém 85% da sua população; a densidade média é de 48 habitantes por hectare.

A região ocidental, constituída pelas circunscrições de Campo Grande Guaratiba, Jacarepaguá, Realengo e Santa Cruz, abrange 73% da superfície mas apenas 15% da população do Distrito Federal, com uma densidade média inferior a 3 habitantes por hectare.

O estudo da distribuição e densidade da população segundo as circunscrições encontra os seus elementos na tabela IV.

A superfície da circunscrição varia entre um mínimo de 1/5 de quilômetro quadrado (São Domingos) e um máximo de 245 quilômetros quadrados (Jacarepaguá).

Cinco das dez circunscrições que constituem o núcleo tradicional da cidade (primeiro grupo de zonas na tabela II, setor Centro-Este na III) não chegam a ter 10 mil habitantes; na da Candelária encontram-se apenas 1 812, que representam o mínimo absoluto entre as cifras de população das 35 circunscrições. A cifra mais elevada de habitantes, entre as circunscrições dêsse núcleo, e a do Espírito Santo, 42 440.

No conjunto do Distrito Federal, a circunscrição com a maior população é a de Madureira, com 111 333 habitantes.

Nenhuma outra circunscrição atinge 100 mil habitantes; 6 excedem 75 000 (Andaraí, 95 666; Penha, 95 359; Realengo, 90 387; Piedade, 84 269; Engenho Novo, 78 631; Irajá, 77 905).

Mais 12 excedem 50 000 habitantes (Copacabana, 74 133; Inhaúma, 72 350; Jacarepaguá, 71 425; São Cristóvão, 70 984; Méier, 68 685; Tijuca,

TABELA III

SEGUNDA TENTATIVA DE AGRUPAMENTO RACIONAL DAS CIRCUNSCRIÇÕES DO DISTRITO FEDERAL

REGIÕES E SETORES	Superfície ha	População	Densidade habitantes por ha	CIRCUNSCRIÇÕES INCLUIDAS
Região oriental	31 288,0	1 503 695	48,06	N. B. Vêde abaixo.
Nordeste.....	4 550,1	245 614	53,98	Inhaúma, Irajá, Penha.
Noroeste.....	9 738,5	287 666	29,54	Anchieta, Madureira, Pavuna, Piedade.
Centro-Este.....	928,8	184 276	198,40	Ajuda, Candelária, Espírito Santo, Gamboa, Sacramento, Santana, Santa Rita, Santo Antônio, São Domingos, São José.
Centro-Oeste.....	1 062,4	180 780	102,39	Engenho Velho, São Cristóvão.
Oeste.....	3 585,3	242 982	67,77	Andaraí, Engenho Novo, Méier.
Sul este.....	3 190,7	314 286	98,50	Copacabana, Glória, Lagoa, Rio Comprido, Santa Teresa.
Sudoeste.....	8 232,2	120 091	14,59	Gávea, Tijuca.
Região ocidental	81 948,7	232 637	2,8	Campo Grande, Guaratiba, Jacarepaguá, Realengo, Santa Cruz.
Ilhas	3 463,3	* 22 917	6,62	Ilhas.
Navios, barcos e trens	—	* 4 892	—	—
TOTAL	116 700,0	1 764 141	15,12	Tôdas*.

* Apuração preliminar.

64 499; Rio Comprido, 61 957; Glória, 61 728; Santa Teresa, 61 476; Pavuna, 56 173; Gávea, 55 592; Lagoa, 54 992).

Há ainda 6 circunscrições com mais de 25 000 habitantes (Espírito Santo, 42 440; Gamboa, 38 791; Engenho Velho, 37 796; Anchieta, 35 891; Campo Grande, 35 035; Santo Antônio, 32 903).

As restantes 10 circunscrições têm números de habitantes inferiores a 25 000 (Ilhas, 22 917*; Santa Cruz, 21 146; Santana, 20 290; Santa Rita, 15 987; Guaratiba, 14 644; São José, 9 256; Sacramento, 7 858; São Domingos, 7 498; Ajuda, 7 441; Candelária, 1 812).

TABELA IV
DISTRITO FEDERAL
Superfície, população presente e densidade da população por zonas
e circunscrições administrativas

ZONAS E CIRCUNSCRIÇÕES	Superfície ha	População presente	Densidade da população habitantes por ha.
1.ª Zona	215,6	18 509	85,69
Candelária.....	33,2	1 812	54,91
São José.....	121,7	9 256	75,87
Ajuda.....	60,7	7 441	121,98
2.ª Zona	3 759,4	93 051	24,75
São Domingos.....	21,7	7 498	340,82
Sacramento.....	31 9	7 858	245,56
Ilhas.....	3 463,3	22 917	6,62
Santa Rita.....	64,9	15 987	245,95
Gamboa.....	177,6	38 791	219,16
3.ª Zona	417,1	95 633	229,34
Santo Antônio.....	68,0	32 903	483,87
Santana.....	81,7	20 290	247,44
Espírito Santo.....	267,4	42 440	158,95
4.ª Zona	6 067,9	307 921	50,75
Santa Teresa.....	805,1	61 476	76,37
Glória.....	480,0	61 728	128,60
Lagoa.....	593,6	54 992	92,58
Copacabana.....	823,2	74 133	90,08
Gávea.....	3 366,0	55 592	16,52
5.ª Zona	7 064,4	259 918	36,79
Engenho Velho.....	414 0	37 796	91,29
Rio Comprido.....	488,8	61 957	126,70
Tijuca.....	4 866,2	64 499	13,26
Andaraí.....	1 295,4	95 666	73,87
6.ª Zona	2 938,3	218 300	74,30
Engenho Novo.....	1 125,2	78 631	69,89
Méier.....	1 164,7	68 685	58,96
São Cristóvão.....	648,4	70 984	109,54
7.ª Zona	38 786,7	604 705	15,59
Piedade.....	1 261,0	84 269	66,83
Penha.....	1 699,8	95 359	56,09
Irajá.....	1 971,8	77 905	39,51
Pavuna.....	2 744,9	56 173	20,46
Madureira.....	1 816,2	111 333	61,31
Anchieta.....	3 916,4	35 891	9,17
Jacarepaguá.....	24 498,1	71 425	2,92
Inhaúma.....	878,5	72 350	82,31
8.ª Zona	57 450,6	161 212	2,81
Campo Grande.....	15 289,2	35 035	2,29
Guaratiba.....	18 893,4	14 644	0,78
Santa Cruz.....	11 195,1	21 146	1,89
Realengo.....	12 072,9	90 387	7,49
Navios, barcos e trens	—	** 4 892	—
TOTAL	116 700,0	1 764 141	15,12

* Apuração preliminar.

** A discriminação entre a população das Ilhas e a dos navios, barcos e trens, que foram apuradas em conjunto, é preliminar.

No que diz respeito à densidade da população, as 35 circunscrições apresentam diferenças muito grandes, desde o mínimo, inferior a 1 habitante por hectare, em Guaratiba, até o máximo, de 484, em Santo Antônio.

As dez circunscrições do núcleo central (setor Centro-Este da tabela III) graduam-se, segundo a densidade, em ordem decrescente, assim:

<i>Circunscrições</i>	<i>Habitantes por hectare</i>
Santo Antônio	484
São Domingos	341
Santana	247
Santa Rita	246
Sacramento	246
Gamboa	220
Espírito Santo	159
Ajuda	122
São José	76
Candelária	55

As diferenças entre as circunscrições dependem de variadas circunstâncias: na de Santo Antônio, que encontramos no primeiro lugar, toda a área aproveitável para construções está ocupada, em boa parte por prédios residenciais; é análoga à situação de São Domingos, embora aqui seja, talvez, maior a quota dos prédios, e partes de prédios, ocupados por estabelecimentos comerciais os destinados para outras aplicações não residenciais.

Pelo contrário, na circunscrição de São José, que ocupa o penúltimo lugar, vastas áreas — aeroporto, feira de amostras, mercado, etc. — são quase despovoadas, pela própria natureza das aplicações; outras são ocupadas por ministérios e outras repartições, representações diplomáticas e consulares, escritórios comerciais e profissionais, armazéns, etc.; de modo que a maior parte da superfície não é aproveitada para

o fim da habitação. E na limitrofe circunscrição da Candelária, a Alfândega, as Docas, o Arsenal da Marinha e inúmeros armazéns ocupam quase toda a superfície.

Outro fator contrário a uma elevada densidade é a presença de morros. A presença do morro de Santo Antônio contribui para determinar a densidade relativamente baixa da Ajuda. Entretanto, quando a conformação do terreno e as circunstâncias sociais permitem o povoamento dos morros, a densidade mantém-se alta; é típico o caso da Gamboa, de cuja área, aliás o morro da Providência ocupa apenas uma pequena fração. Jardins, parques, cemitérios, estradas de ferro e respectivas estações, etc., contribuem também para diminuir a densidade dos habitantes.

Nos setores Centro-Oeste e Oeste as densidades são ainda bastante elevadas, como consta dos seguintes dados:

<i>Circunscrições</i>	<i>Habitantes por hectare</i>
São Cristóvão	110
Engenho Velho	91
Andaraí	74
Engenho Novo	70
Méier	59

Na apreciação destas médias é preciso lembrar que a extensão média de cada circunscrição dos setores Centro-Oeste e Oeste (929,5 hectares) quase coincide com a extensão total (928,8 hectares) do setor Centro-Este. Em cada uma das circunscrições acima seria possível delimitar áreas menores, de tamanho comparável ao médio das circunscrições do núcleo tradicional, com densidades iguais e até superiores às verificadas neste. *

Nos setores Nordeste e Noroeste a densidade é menor; em algumas das respectivas circunscrições, superfícies relativamente vastas ainda não são aproveitadas para construções. A ex-

tensão média da circunscrição é mais que dupla do que nos setores Centro-Oeste e Oeste (2 041,2 hectares).

<i>Circunscrições</i>	<i>Habitantes por hectare</i>
Inhaúma	82
Piedade	67
Madureira	61
Penha	56
Irajá	40
Pavuna	20
Anchieta	9

As duas últimas circunscrições são as mais vastas (Pavuna 2 744,9 hectares, Anchieta 3 916,4) e abrangem consideráveis áreas rurais.

O setor Suleste apresenta de novo elevadas densidades, apesar da irregularidade do terreno e da presença de morros pouco próprios para habitação. Encontram-se nos primeiros lugares as circunscrições da Glória e do Rio Comprido, com as densidades mais elevadas verificadas no Distrito Federal, fora do setor Centro-Este. A Lagoa e Copacabana apresentam cifras algo menores, em parte em consequência da configuração orográfica*. Ainda menor é a densidade em Santa Teresa, pela mesma causa.

<i>Circunscrições</i>	<i>Habitantes por hectare</i>
Glória	129
Rio Comprido	127
Lagoa	93
Copacabana	90
Santa Teresa	76

As duas circunscrições do setor Sudoeste abrangem áreas rurais relativamente extensas; éste é o fator principal das densidades médias relativamente baixas que nelas se verificam.

* A progressiva e rápida substituição de prédios com numerosos pavimentos às velhas casas de apenas um ou dois pavimentos aumentou, sem dúvida, em medida notável, a densidade da população em Copacabana, como, em menor proporção, em outras circunscrições, nos quarenta meses decorridos depois do censo de 1940.

<i>Circunscrições</i>	<i>Habitantes por hectare</i>
Gávea	17
Tijuca	13

Passando para a região ocidental do Distrito Federal, encontram-se circunscrições com preponderância muito maior das áreas rurais, e importância, em alguns casos, menor das aglomerações suburbanas. A densidade máxima verificada entre as circunscrições desta região excede de pouco 7 habitantes por hectare (Realengo), ficando, assim, inferior ao mínimo da região oriental, que é de 9 (Anchieta). A mínima desce abaixo de 1 habitante por hectare (Guaratiba).

<i>Circunscrições</i>	<i>Habitantes por hectare</i>
Realengo	7,5
Jacarepaguá	2,9
Campo Grande	2,3
Santa Cruz	1,9
Guaratiba	0,8

Na região insular, cuja parte principal e predominante é a ilha do Governador, a densidade é relativamente baixa, 6,6 habitantes por hectare.

A tabela V discrimina por sexo a população das diferentes circunscrições e zonas. Fica reservada para outro estudo desta série a interessante análise das diferenças, reveladas por essa tabela, nas proporções comparativas dos sexos nas diversas partes do Distrito Federal.

A tabela VI traduz em proporções por 1 000 000 de habitantes as cifras da V, permitindo verificar que quota constitui a população masculina, feminina ou de ambos os sexos, de cada circunscrição ou zona, da população total do Distrito Federal.

Torna-se fácil coordenar essas proporções conforme critérios diversos de agrupamento das circunscrições, como os experimentados nas tabelas II e III, ou qualquer outro.

TABELA V
DISTRITO FEDERAL
População presente, por zonas e circunscrições, segundo o sexo
a) Cifras absolutas

ZONAS E CIRCUNSCRIÇÕES	Homens	Mulheres	Total
1.ª Zona	11 223	7 286	18 509
Candelária.....	1 126	686	1 812
São José.....	5 665	3 591	9 256
Ajuda.....	4 432	3 009	7 441
2.ª Zona	53 616	39 435	93 051
São Domingos.....	4 363	3 135	7 498
Sacramento.....	4 927	2 931	7 858
Ilhas.....	12 567	10 350	22 917
Santa Rita.....	9 989	5 998	15 987
Gamboa.....	21 770	17 021	38 791
3.ª Zona	54 293	41 340	95 633
Santo Antônio.....	19 163	13 740	32 903
Santana.....	12 342	7 948	20 290
Espírito Santo.....	22 788	19 652	42 440
4.ª Zona	140 067	167 854	307 921
Santa Teresa.....	30 285	31 191	61 476
Glória.....	28 299	33 429	61 728
Lagoa.....	24 522	30 470	54 992
Copacabana.....	31 309	42 824	74 133
Gávea.....	25 652	29 940	55 592
5.ª Zona	120 059	139 859	259 918
Engenho Velho.....	17 673	20 123	37 796
Rio Comprido.....	29 479	32 478	61 957
Tijuca.....	28 921	35 578	64 499
Andaraí.....	43 986	51 680	95 666
6.ª Zona	107 222	111 078	218 300
Engenho Novo.....	38 436	40 195	78 631
Méier.....	32 415	36 270	68 685
São Cristóvão.....	36 371	34 613	70 984
7.ª Zona	302 901	301 804	604 705
Piedade.....	41 894	42 375	84 269
Penha.....	48 055	47 304	95 359
Irajá.....	38 776	39 129	77 905
Pavuna.....	27 913	28 260	56 173
Madureira.....	55 497	55 836	111 333
Anchieta.....	18 145	17 746	35 891
Jacarepaguá.....	37 309	34 116	71 425
Inhaúma.....	35 312	37 038	72 350
8.ª Zona	84 321	76 891	161 212
Campo Grande.....	18 017	17 018	35 035
Guaratiba.....	7 562	7 082	14 644
Santa Cruz.....	10 961	10 185	21 146
Realengo.....	47 781	42 606	90 387
Navios, barcos e trens*	4 597	295	4 892
TOTAL	878 299	885 842	1 764 141

* Apuração preliminar.

TABELA VI

DISTRITO FEDERAL

População presente, por zonas e circunscrições, segundo o sexo

b) Cifras proporcionais a 1 000 000 de habitantes

ZONAS E CIRCUNSCRIÇÕES	Homens	Mulheres	Total
1.ª Zona	6 362	4 130	10 492
Candelária.....	638	389	1 027
São José.....	3 212	2 035	5 247
Ajuda.....	2 512	1 706	4 218
2.ª Zona	30 392	22 354	52 746
São Domingos.....	2 473	1 777	4 250
Sacramento.....	2 793	1 661	4 454
Ilhas*.....	7 124	5 867	12 991
Santa Rita.....	5 662	3 400	9 062
Gamboa.....	12 340	9 649	21 989
3.ª Zona	30 776	23 433	54 209
Santo Antônio.....	10 863	7 788	18 651
Santana.....	6 996	4 505	11 501
Espírito Santo.....	12 917	11 140	24 057
4.ª Zona	79 396	95 148	174 544
Santa Teresa.....	17 167	17 681	34 848
Glória.....	16 041	18 949	34 990
Lagoa.....	13 900	17 272	31 172
Copacabana.....	17 747	24 275	42 022
Gávea.....	14 541	16 971	31 512
5.ª Zona	68 055	79 279	147 334
Engenho Velho.....	10 018	11 407	21 425
Rio Comprido.....	16 710	18 410	35 120
Tijuca.....	16 394	20 167	36 561
Andaraí.....	24 933	29 295	54 228
6.ª Zona	60 779	62 964	123 743
Engenho Novo.....	21 788	22 784	44 572
Méier.....	18 374	20 560	38 934
São Cristóvão.....	20 617	19 620	40 237
7.ª Zona	171 699	171 077	342 776
Piedade.....	23 748	24 020	47 768
Penha.....	27 240	26 814	54 054
Irajá.....	21 980	22 180	44 160
Pavuna.....	15 823	16 019	31 842
Madureira.....	31 458	31 651	63 109
Anchieta.....	10 286	10 059	20 345
Jacarepaguá.....	21 148	19 339	40 487
Inhaúma.....	20 016	20 995	41 011
8.ª Zona	47 797	43 586	91 383
Campo Grande.....	10 213	9 647	19 860
Guaratiba.....	4 286	4 015	8 301
Santa Cruz.....	6 213	5 773	11 986
Realengo.....	27 085	24 151	51 236
Navios, barcos e trens*	2 606	167	2 773
TOTAL	497 862	502 138	1 000 000

* Apuração preliminar.

APÊNDICE

POPULAÇÃO ESTIMADA DO DISTRITO FEDERAL EM 30 DE JUNHO
DOS ANOS DE 1920 A 1943 *

ANO	População em 30-VI	ANO	População em 30-VI	ANO	População em 30-VI
1920.....	1 153 817	1928.....	1 365 482	1936.....	1 615 976
1921.....	1 178 367	1929.....	1 394 535	1937.....	1 650 359
1922.....	1 203 440	1930.....	1 424 207	1928.....	1 685 474
1923.....	1 229 045	1931.....	1 454 510	1939.....	1 721 336
1924.....	1 255 196	1932.....	1 485 458	1940.....	1 757 961
1925.....	1 281 903	1933.....	1 517 064	1941.....	1 795 366
1926.....	1 309 178	1934.....	1 549 343	1942.....	1 833 566
1927.....	1 337 034	1935.....	1 582 309	1943.....	1 872 579

* A população em 30 de junho pode ser adotada como população média do respectivo ano.

★

O petróleo e a civilização moderna

Foi publicado, recentemente, pelo jornal *A Noite*, desta capital, um minucioso artigo acêrca do desenvolvimento de pesquisas e extração do petróleo em nosso país, e das atividades do governo, relativas àquele problema:

A influência que o petróleo exerce sôbre a economia de qualquer país, resalta do mais ligeiro exame dos fatores econômicos da vida dos povos. Essa influência é patente no desenvolvimento das atividades pacíficas da humanidade e se torna preponderantemente acentuada nas horas dos conflitos armados. O óleo é o sangue dos exércitos em luta e indispensável à vitória nas guerras modernas.

Esses conceitos não passaram, nem poderiam passar despercebidos ao Governo cujos homens encararam, desde a sua fase inicial, os problemas básicos sem o prejudicial regionalismo de outrora.

A partir de 1938, o governo nacional começou a sua ação pelo preparo de uma legislação mineira apropriada.

O princípio de intangibilidade da propriedade do subsolo foi substituído pelo elevado conceito da propriedade considerada bem social. Sem a aplicação dêste princípio, ao proprietário do solo foi retirado o direito ao subsolo. Com esta medida política foram rom-

pidos os entraves que tolhiam o desenvolvimento da mineração e aberto o caminho para o aproveitamento adequado das nossas riquezas minerais.

Teve lugar, então, a elaboração rápida e segura, dentro dos novos princípios constitucionais, de uma legislação na qual as minas passaram a ser consideradas riquezas nacionais. Foi sancionada a socialização dessas riquezas úteis à comunidade e estabelecida a sua nacionalização por serem necessárias à defesa econômica e militar do país.

O petróleo, como riqueza mineral, não ficou esquecido. Há mais de um decênio, as estatísticas colocavam o Brasil entre os muitos países que não produziam êsse combustível. E por que não produzíamos petróleo? A esta pergunta o governo propôs, desde então, dar a resposta adequada; enveredou inicialmente, na procura do nosso petróleo, selecionando as áreas mais adequadas para a pesquisa. Com êsse objetivo fêz prosseguir os trabalhos de perfuração que vinham sendo conduzidos na bacia do Paraná, e iniciou os primeiros trabalhos de pesquisas no Território do Acre, que, têcnicamente é a região que parece de maiores possibilidades de petróleo em todo o país, e posteriormente, reorganizou os órgãos da administração pública no setor mineral.

A criação do Conselho Nacional do Petróleo

Em 1938, foi criado o Conselho Nacional do Petróleo, com a finalidade de colocar o problema do petróleo no primeiro plano das cogitações do governo.

Esse novo órgão em 1939, assumiu a responsabilidade integral de todos os assuntos relacionados ao petróleo, tais como a pesquisa, produção, industrialização, controle do comércio, distribuição dos produtos derivados e conveniência de serem firmados tratados internacionais referentes a esse combustível.

No ramo de suas atividades relacionadas à pesquisa, produção e industrialização, merecem ser ressaltados os trabalhos executados nos Estados de Alagoas e Bahia. Nesses Estados o Conselho Nacional do Petróleo, ciente de que não há problemas de pesquisa mineral que exija mais ação técnica do que o do petróleo, adquiriu máquinas perfuradoras modernas e contratou técnicos especializados norte-americanos para executar os trabalhos de perfuração. E não ficou aí essa acertada orientação. Contratou técnicos em geofísica, para completar o seu moderno conjunto técnico na pesquisa do petróleo.

O Conselho tem como centro de trabalho o Estado da Bahia, onde foram descobertos e desenvolvidos os seguintes campos de petróleo: Lobato, Aratu, Candeias e Itaparica.

Em franca produção

O campo de Lobato, situado na parte norte de Salvador, no litoral da baía de Todos os Santos, tornou-se célebre porque aí foi descoberto, em 23 de janeiro de 1939, o primeiro horizonte petrolífero produtor. Esse campo foi desenvolvido e os diversos poços pertencentes ao mesmo estão na sua circunvizinhança, em Joanes, Santa Luzia, Maçaranduba e Itapagipe.

Nesse campo foram perfurados 17 poços, dos quais são produtores de petróleo os seguintes:

L-12, L-13, L-14, L-15 e L-17, com a produção potencial diária de 136 barris e produção efetiva anual de 40 615,65 barris distribuídos:

1940,	2 089,12	barris
1941,	2 931,50	"
1942,	6 947,91	"
1943,	15 639,80	"
1944 (até 31-7),	13 007,32	barris.

O campo de Aratu está situado a 20 quilômetros ao norte de Salvador, à beira da baía daquele nome, no litoral do recôncavo baiano. Esse campo é misto. Possui dois horizontes produtores: o superior produtor de óleo, a 460 metros de profundidade, e o inferior, produtor de gás, a 732 metros de profundidade.

Possui esse campo 13 poços, dos quais são produtores de óleo os seguintes:

A-1, A-2 e A-6

com a produção potencial diária de 70 barris e a produção efetiva anual de 28 063,27 barris, discriminados do seguinte modo:

1942	13 556,61	barris
1943	14 496,66	"
1944 (Até 31 de julho)	5 997,55	"

Dos poços restantes, produzem gás, à pressão latente de 1 070 libras, os seguintes:

A-3 — A-4 — A-5 — A-7
A-9 — A-10 e A-13.

A reserva de gás é grande embora ainda não totalmente conhecida, é avaliada em milhões de metros cúbicos e o seu aproveitamento industrial será uma realidade dentro de algum tempo.

O campo de óleo de Candeias, localizado a oeste da vila deste nome, a 45 quilômetros a noroeste de Salvador, é presentemente o melhor da Bahia. Possui 7 poços produtores. O horizonte oleífero está à profundidade média de 1,44 metros.

São os seguintes os poços desse campo:

C-1 — C-2 — C-3 — C-4
C-5 — C-6 e C-8

com a produção potencial diária de 230 barris e produção efetiva anual de 36 843,06 da seguinte forma:

1941	188,50 barris
1942	10 037,37 "
1943	15 212,45 "
1944 (até 31 de julho)	11 404,74 "

O campo de Itaparica está situado na ponta nordeste dessa ilha. Esse campo tem 12 poços perfurados, dos quais, são produtores de petróleo os seguintes:

I-2 — I-3 — I-4 e I-7

com a produção potencial diária de 27 barris e produção efetiva anual de 8 728,04 barris, assim discriminados:

1942	2 089,53 barris
1943	2 804,38 "
1944 (até 31 de julho)	3 834,13 "

Esse horizonte produtor está no nível de 760 metros, havendo outro nível produtor de gás, cujos poços dão grande produção com alta pressão. Esse campo de gás, já pode ser apreciado do ponto de vista do seu aproveitamento industrial.

A industrialização

A industrialização do petróleo ainda está em começo. Numa pequena refinaria experimental instalada no campo de Aratu, na qual se usa, como combustível, o gás natural de um dos poços, a quantidade de petróleo tratada até fins de 1943 foi de 5 044 metros cúbicos, dando os seguintes produtos:

Gasolina de 1. ^a	353 670 litros
Gasolina de 2. ^a	889 721 "
Gasolina solvente ..	35 952 "
Querosene	652 150 "
Resíduo	3 104 000 "
Diesel	654 235 quilos
Óleo combustível	2 194 999 "

Os produtos obtidos pela mencionada refinaria são consumidos em larga escala nos serviços do próprio Conselho e o excedente vendido no próprio local aos serviços públicos. O montante desse movimento em 1943 foi de Cr\$ 3 623 722,94.

Como se vê o desenvolvimento das pesquisas pelos métodos modernos, aplicados pelo Conselho Nacional de Petróleo pode ser assim resumido:

Perfurações executadas

	Bahia metros	Alagoas metros
1939	1 723,43	1 100,00
1940	4 991,87	2 554,45
1941	8 536,96	5 092,04
1942	12 729,43	4 371,28
1943	12 846,20	paralis.
1944 (até 30 setembro)	9 882,02	paralis.
	<u>50 709,91</u>	<u>13 117,77</u>

Metragem perfurada até 30 de setembro de 1944: 63 827,68 metros.

Futuro promissor

Finalmente, tendo em mira um mais largo programa de trabalho, sobre sólidas bases técnicas, e que pudesse alcançar tôdas as regiões do país, interessantes para petróleo, a atual administração do Conselho Nacional do Petróleo buscou entendimento nos Estados Unidos da América com uma firma independente e de fama mundial. De Golyer & Mac Naughton, para com ela firmar os novos rumos.

Entre as operações nesse sentido já realizadas, podemos enumerar duas, de alta significação para a obra afeta ao Conselho. Quer-se referir à viagem do Sr. De Golyer ao Brasil, com o fim de apreciar a nossa situação geral face ao problema do petróleo, com particularidade no Estado da Bahia, e à recente inspeção do Sr. Mac-Naughton à bacia do Paraná, no propósito de proceder a um reconhecimento geológico de caráter geral.

As conclusões a que chegaram êsses grandes geólogos americanos têm, como bem se compreende, aspecto ainda confidencial, podendo-se, entretanto, adiantar que constituem precioso manancial de informações para a nossa futura exploração.

“Vossoroca”

Variações em torno de uma confusa palavra da terminologia geográfica brasileira

Há, atualmente que o problema está chamando a atenção pelas proporções gigantescas que está assumindo, a necessidade de desenrolar o novêlo de verdadeira confusão que existe em torno da grafia do nome de um dos mais interessantes fenômenos de erosão acelerada que se pode observar, com bastante frequência, nos campos dos planaltos de Minas, São Paulo, noroeste do Paraná, e mais raramente em outros lugares do Brasil.

Porém antes de entrarmos no assunto que é propriamente o objeto desta nota, vejamos o que seja esse fenômeno a que nos referimos: É a “vossoroca”; — um “vale de evolução recente”, na expressão de José Setzer, resultante da ação erosiva superficial e subterrânea das águas selvagens em solos demasiado inconsistentes, particularmente naqueles que são constituídos de uma fortíssima percentagem de areia, (80,90%) como os originados pelos afloramentos de camadas espessas de arenitos não consolidados.

Nesses solos extremamente porosos, o que condiciona um elevadíssimo grau de permeabilidade — como é o caso dos arenitos expostos do Glacial, Estrada Nova e Botucatu, — as águas das chuvas infiltram-se até grandes profundidades e vão se concentrar e correr sobre leitos impermeáveis inferiores, em ribeiriões subterrâneos que escavam galerias e túneis que ao desmoronar abrem, na superfície, grandes sulcos — as “vossorocas” — os quais desentulhados posteriormente, podem atingir proporções enormes: 1 quilômetro de comprimento x 100-150 metros de largura x 60-70 de profundidade.

Tal fenômeno, (que a tradição das nossas populações rurais atribui às pragas lançadas por padres indignados contra as cidades que os maltrataram, ou então às contorsões do “minhocão” que vive debaixo da terra e que por ocasião das grandes tempestades sai furioso pelos campos “rasgando morro e descascando árvores) é a resultante, em grande parte, da quebra dos processos normais de erosão em consequência da ocupação humana dos solos favoráveis a essa formação. O desflorestamento, o mau aproveita-

mento do solo (queimadas e processos desaconselhados de agricultura), os efeitos da circulação (tráfego de carros de boi, carroças, gado, automóveis, etc.) que destroem a cobertura vegetal que diminuía o índice de porosidade da superfície do solo, e que possibilitava o escoamento superficial das águas — são os responsáveis pela “vossoroca”.

Este fenômeno — que é recente no Brasil, pelo menos em tão grande quantidade como agora existem e com a velocidade com que vão aumentando, ameaçando mesmo tragar cidades inteiras como Garças, Casa Branca e Franca no Estado de São Paulo — é conhecido por uma grande variedade de corruptelas das palavras tupi *Ayby-ceróg*, *mbaê-çorogca* ou *mboçoróca* com que o indígena o designava.

Teodoro Sampaio, e Plínio Airoso dizem-nas originárias da primeira daquelas formas: *yby* ou *ibi*, terra; e *soroca*, rasgão, a terra rasgada, fendida. João Mendes de Almeida (*Dicionário Geográfico da Província de São Paulo*) dá-las corruptelas de *mbaê-çorogca* ou *mboçoróca*, coisas rasgadas, rasgadura.

Essas corruptelas, além da que usamos, “vossoroca”, podem ser ainda escritas *bossoroca*, *bassoroca*, *botoroca*, *mossoroca*, *soroca*, e talvez mais ainda.

Porém, de tôdas elas, a forma *vossoroca* é a mais antiga, pois já aparece registrada para designar um bairro da antiga Nossa Senhora da Ponte (hoje Sorocaba) nos mapas do recenseamento de 1765. É também a mais generalizada e aparece: no *Dicionário Geográfico do Brasil*, de Moreira Pinto (1896), para designar um afluente do rio São João, no Paraná; no *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*, de Bernardino José de Sousa; no *Boletim* n.º 5 da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo (1895); na *Viagens aos Planaltos do Brasil* de Burton (1868); na *Geologia e Geografia Física do Brasil* de Hartt (1870). É a forma também adotada por José Setzer e Pierre Monbeig.

A forma *bossoroca* — que parece concordar mais com a etimologia da palavra, — é usada em Franca e Casa Branca e foi registrada por Valdomiro Silveira e Roque Cônsolo.

A forma *bassoroca*, usada por um periódico de Moji-Mirim, em 1886, foi registrada pelo já citado João Mendes de Almeida que registrou também *bos-*

soroça e *botoroca*; esta, — caso único que conhecemos — para designar um afluente do *Iriú-riz-piranga*, ou rio de São Vicente, que forma o escoamento ocidental do lagamar de Santos. O mesmo rio é registrado hoje na Carta Geral do Estado de São Paulo (esc. 1:500 000) do Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo, (1940) com o nome de *boturoca*.

A forma abreviada, *soroça*, foi usada pelo poeta Múcio Teixeira em 1878 quando escreveu êstes versos referentes à cidade que então visitava em companhia do Imperador Pedro II:

“Casa Branca, a cidade
Alegra a quem a visita,
pois ao lado das “sorcocas”
Há muita moça bonita”.

Além dessas designações, outras há, como *buracão*, *desbarrancado*, *esbarrancado* e *erosão*, — esta última evidentemente de influência erudita, — que em diversos lugares vão sendo cada vez mais empregadas e tendem a se generalizar e substituir as antigas. De todas elas a de maior prestígio é sem dúvida a palavra *buracão* que — fato curioso — quase nunca é empregada pelas pessoas mais velhas que preferem as formas típicas; enquanto que é a única empregada pelas gerações mais novas e pelas crianças.

Aí ficam pois, algumas sugestões para os geógrafos que quiserem se ocupar do assunto, com o adiantamento de que a *vossoroça* — tão pouco estudada entre nós — é o mesmo fenômeno que nos Estados Unidos é chamado *guley*; *barranco*, no México; *donga* na África do Sul. E que é, em toda parte, na Índia, na China, na Rússia, na Húngria, na Nova Zelândia, etc. etc., uma das maiores ameaças que podem pairar sobre a riqueza agrícola e a vida das pequenas aglomerações rurais.

WOLNY RAMOS

Aluno da Secção de Geografia
e História da Fac. de Filosofia
de São Paulo

São Paulo, 4 de dezembro de 1944.

★

Introdução à Geografia Econômica e Humana do Nordeste

O Nordeste brasileiro é uma região na qual predominam diferentes aspectos geo-físicos. É uma região de transição situada entre a depressão amazônica e o maciço central brasileiro abrangendo sete Estados com uma área total de pouco mais de 1 milhão de quilômetros quadrados.

O Nordeste pode ser limitado, geograficamente, pelo curso do rio Parnaíba, ao norte, e pelo baixo São Francisco, ao sul. É uma região complexa ainda mal definida geográfica e economicamente compreendendo várias sub-regiões ou zonas mais ou menos diferenciadas pelo clima, pelo solo, pelo relevo do solo, pela fertilidade das terras e pela geografia botânica e econômica.

O maciço nortista não é senão um prolongamento do maciço central-brasileiro, que avança em direção ao norte. Aquêlé se constitui pelos sistemas orográficos de Ibiapaba, Araripe e Borborema com os seus contrafortes. É aqui onde se situa a região seca propriamente dita com as bacias fluviais não perenes formadas pelos rios Jaguaribe, Piranhas, Açú e Paraíba.

Variados quadros naturais se apresentam ao observador e se destacam na paisagem natural do Nordeste. Percorrendo-o, de leste a oeste, vamos encontrar primeiramente, as regiões quentes e úmidas do litoral com os seus canaviais, com as suas usinas e seus engenhos, onde o “triângulo rural do Nordeste” logrou formar a civilização do açúcar de que nos fala Gilberto Freire; depois, as regiões temperada-úmidas dos planaltos dos quais falamos há pouco, os quais desfrutam uma eterna primavera e são beneficiados pelas chuvas de relevo topográfico as quais permitem e favorecem uma cultura variada e abundante de produtos agrícolas; e além as zonas semi-áridas e ardentes dos sertões, onde a temperatura é elevada e, a altura anual das chuvas conserva-se abaixo de 600 milímetros. As zonas chamadas do “brejo” são apenas contrafortes erodidos dos grandes maciços nortistas e vales empiricamente cultivados com canas e as lavouras de roça: milho, feijão, batatas, e ultimamente, o agave. Essa última cultura, se representa um poder de adaptação do nosso lavrador às exigências da economia de

guerra, poderá concorrer para a monocultura em virtude das condições de preço.

Assim, o Nordeste não possui unidade geográfica e as suas condições ecológicas variam a cada passo. É um mosaico de culturas, de formas de vida, de hábitos e de tradições humanas.

Por tudo isso, o fato econômico não é um só. E não é um só porque diferentes são as condições ecológicas, diferente é o meio físico, diferente é o clima, o solo e diferentes também as formas de vida do homem.

A Geografia Humana considera o meio físico como o principal fator de diferenciação. É que o clima age diretamente sobre o homem como estimulante e como deprimente determinando a sua atividade, o seu temperamento, a sua côr e, através do ambiente, condiciona a sua riqueza e a sua economia.

Diz a Geo-botânica que em climas idênticos, embora em solos diferentes, podem se encontrar culturas idênticas; mas, solos idênticos, e climas diferentes jamais poderão dar culturas iguais. É o problema da posição geográfica de que fala Delgado de Carvalho ao qual está ligado diretamente, em todos os climas e em tôdas as latitudes a produção agrícola, pastoril e extrativa. Aqui, no Nordeste, é o meio ambiente ou ecológico o elemento responsável pela diversidade da paisagem natural e humana dêste pedaço do Brasil.

* * *

O "problema agrícola do Nordeste é uma vasta incógnita no cenário geográfico-econômico nacional. É certo que não demos ainda a devida valorização às riquezas naturais do Nordeste e ao seu potencial humano, onde o genial Euclides da Cunha vislumbra "o cerne da nacionalidade".

Algumas riquezas vegetais, verdadeiras dádivas da Natureza, como a cêra de carnaúba, a oiticica e o algodão de fibra longa, a *aigrette* do sertão, é quase um presente do céu ao homem, que continua a plantá-lo em extrema mistura. É digno de nota o trabalho de melhoramento que vem realizando o agrônomo Carlos Faria no domínio da genética do algodão, e ao qual a administração estadual estimula e auxilia por vários meios.

São êsses artigos da indústria extrativa vegetal, os mais procurados nos mercados externos e, conseqüentemente, são êles os que alcançam os melhores preços. Mas, êste fato parece despercebido uma vez que êsses produtos continuam a ser explorados vampiricamente, verdadeiro saque à natureza assim diria Alberto Tôrres, e com exceção do melhoramento do algodão aqui no Estado e o enxêrto da oiticica que vem tentando há alguns anos o Posto Agrícola de São Gonçalo, não sabemos de outros tentames no sentido da sistematização daquelas outras culturas a que nos referimos.

É sabido que cada região ou país para prosperar e criar riqueza, deve aumentar o seu coeficiente de produção. E quem diz produção em nossos dias, — diz técnica, racionalização, organização, industrialização e comercialização.

O valor econômico duma região ou de um dado agrupamento humano, está representado pelo volume total de sua produção, ou pela sua produção por indivíduo, isto é, pela população total em relação à massa da população.

Todavia, tanto a produção global como a produção *per capita* apresentam índices reduzidíssimos entre nós. Dizia há pouco o Sr. Assis Chateaubriand, que há um decênio não conseguimos elevar de uma tonelada sequer o volume da nossa produção agrícola. Se em 1934 produzíamos 18 milhões de toneladas de produtos agrícolas, hoje, ainda produzimos a mesma quantidade.

Mas como elevar o índice de produção no Nordeste se o meio é hostil e as culturas são periódicamente prejudicadas por um regime climático irregular, se a região é pobre em recursos econômicos, se as terras já estão esgotadas, e se o homem agrário é paupérrimo e a sua técnica é inadequada e anti-econômica?

É um dos nossos elementares deveres procurar elevar o índice de produção e de consumo das populações rurais, proporcionar saúde, alimentação e higiene ao homem do campo para que êle possa se transformar em uma eficiente unidade de produção. Por outro lado, faz-se necessário aumentar o seu nível de vida e o seu poder de compra a fim de concorrer para ampliação dos nossos mercados internos. Para

melhorar a técnica de produção é preciso melhorar o principal fator de produção, — o homem.

Depois de visitar o maior parque de educação agro-pecuária do hemisfério-sul, ou seja a Escola Nacional de Agronomia, o jornalista A. Chateaubriand teve expressões como está: "Fala-se em levantar o baixo nível físico do brasileiro. Mas, como proporcionar saúde a um povo que não come? E como haverá de comer um povo que não produz? E como haverá de produzir uma gente que não tem técnica agrícola?"

O problema do Nordeste agrícola, porém, é aquele que se apresenta com as cores mais carregadas e com os aspectos mais complexos. De um lado, a ação tumultuária e inconstante dos agentes meteorológicos tornando precária e incerta a exploração da terra pela agricultura; de outro, o panorama dos latifúndis açucareiros com os males econômico-sociais geradores de depressões econômicas. Tem muita razão o autor de *Casa Grande e Senzala* quando escreve que a monocultura latifundiária e escravocrata não permitiu que se criasse entre nós a figura do lavrador autêntico tal como se encontra nos Estados Unidos, na Bélgica e em outros países deste e do Velho Mundo. Esta figura (do lavrador) só se definirá no Brasil, continua o autor em referência, quando se desenvolver e melhorar o aspecto jurídico e sociológico predominante no campo", isto é, quando se difundir a pequena propriedade familiar, proporcionar ao lavrador os recursos necessários à exploração do solo, como sementes, maquinaria, sementes escolhidas, adubos, crédito agrícola a prazo curto e juros módicos, e os ensinamentos que poderiam ser levados à sua casa através de um ensino rural adequado como se procede no México.

Valorizando-se a terra pela difusão da pequena propriedade, pela colonização rural; e valorizando-se o homem nordestino proporcionando-lhe saúde, alimentação e higiene mediante uma assistência média adequada; facilitando-lhe os recursos necessários da técnica agrônoma através um serviço de fomento agrícola visando realizar aquilo que os americanos chamam de — equipamento da agricultura, ou seja a questão vital da agricultura nacional — relacionada com a planta e o meio, com o emprêgo de instrumentos técnicos adequados, de boa semente, de

inseticidas; enfim, fornecendo-lhe crédito especializado às atividades rurais, isto é, a prazo curto e juros módicos, disseminando cooperativas de crédito e de produção que são as mais necessárias, e difundindo o ensino agrícola de acordo com as necessidades locais, termos concorrido grandemente para elevar a capacidade de produção do caboclo nordestino e aumentar o volume da produção nacional.

O momento econômico justifica plenamente a mobilização das nossas forças produtivas — e não somente as militares onde o caboclo nordestino está representado heróicamente a nossa gente — para que possamos levar a efeito o ressurgimento da nossa economia rural.

A principal questão diz respeito aos gêneros de alimentação para atender às necessidades dos mercados. Os preços dos artigos de alimentação se elevam continuamente. É esta a atmosfera em que vivemos já vão alguns anos. Temos que pensar nas crises, nas secas aqui no Nordeste, as quais perturbam o ritmo da nossa economia, nos problemas da nossa agricultura porque são questões diretamente relacionadas com a realidade física e humana da nossa terra.

Além disso, tem-se que pensar na questão da produção de cereais e outros grãos alimentícios, nós, os agrônomos nordestinos, porque da sua solução depende não apenas o melhor abastecimento dos mercados e o suprimento da indústria, mas, sobretudo o desenvolvimento da pecuária, uma vez que a escassez de pastagens no Nordeste põe em choque a indústria animal.

A escassez de gado, de carne, de manteiga e queijo, de carne de porco e de ovinos, não decorre unicamente das secas ou da guerra embora estes dois fenômenos muito hajam concorrido para tal. Decorre também e em grande parte, da insuficiência de milho, de farelo, e de tortas-resíduos da fabricação de óleos necessários à alimentação dos animais domésticos. Sem estes produtos em quantidade suficiente, e preço barato, não podemos cogitar em produzir o mular de tração para as máquinas agrícolas, ou o boi manso tão necessário, as vacas leiteiras, e muito menos desenvolver a suinocultura e a avicultura, cuja importância econômica está sendo muito comentada. E todos estes produtos hoje alcan-

gam preços elevados nos mercados compensando bem a quantos os queiram cultivar.

Os que possuem terras e capitais devem dar o exemplo cultivando ou possibilitando a cultura em suas terras dessas lavouras concorrendo para o soerguimento da riqueza pública e particular. O lavrador, ou o técnico em agronomia, e mesmo o usineiro, que seja um enamorado da sua terra e da sua gente, estariam depois a bem-dizer das medidas consubstanciadas numa legítima política-agrária, visando elevar o nível de produção e de consumo do nosso íncola levando-lhe um pouco de felicidade e conforto; quando vissem em torno de si uma sociedade próspera e ativa, o homem habitando a sua própria casa, cultivando o seu próprio campo, elaborando a produção e criando a riqueza, e concorrendo para aumentar o patrimônio econômico e moral da Nação pela valorização do homem e da terra — Agrônomo, *Laudemiro Almeida* (Da Escola de Agronomia do Nordeste)

★

Línguas faladas no lar e conhecimento do português no Paraná

Na série de análises de resultados do Censo Demográfico do Serviço Nacional de Recenseamento, figura um estudo sobre as línguas faladas no lar e conhecimento do português no Paraná, o qual transcrevemos a seguir:

A presença de núcleos estrangeiros, refratários à assimilação cultural no meio brasileiro, torna especialmente interessantes as apurações das línguas faladas no lar e do conhecimento do português na população do Paraná. No presente estudo as duas apurações serão examinadas tanto isoladas uma da outra como combinadas entre si.

A apuração da *língua falada no lar*, estendida a tôdas as idades, cujos resultados resumem-se na tabela I, mostra que 96 428 presentes no Paraná, isto é, 7,80% da população de fato, vivem em lares em que se fala uma língua diversa da portuguesa.

Ao contrário do que foi verificado em Mato Grosso, onde em muitos lares se fala o guarani, apenas uma pe-

quena parte dos aloglotos do Paraná (2 986, ou seja 0,24% da população total) fala no lar esta língua, que se deve considerar nacional.

O grupo preponderante (61 751 ou 4,99% da população total), é o dos que falam no lar uma língua européia não separadamente discriminada na apuração*, que no caso particular do Paraná compreende quase exclusivamente *poloneses* e *russos*, como indica a apuração dos estrangeiros presentes no Estado.

Encontram-se ainda 11 244 pessoas, correspondentes a 0,91% da população total, que falam no lar o *japonês*; 11 111, ou 0,90%, que falam o *alemão*; 4 658, ou 0,38%, o *italiano*; 3 087, ou 0,25%, o *espanhol*, etc.

A língua dos lares em que não se fala português é uma das "outras européias" para 64,04% dos habitantes destes lares; a japonesa para 11,66% a alemã para 11,52%, a italiana para 4,83%, a espanhola para 3,20%, a guarani para 3,10% e outra para 1,65%.

* * *

Na tabela I, a *discriminação, segundo a língua falada, dos presentes em lares em que se fala uma língua diversa da portuguesa é combinada com as discriminações segundo a nacionalidade, por grandes categorias, e o sexo.*

Dos 61 751 que falam "outra língua européia", 46 801, ou seja 75,79% são brasileiros natos, e 14 939, ou seja 24,19%, nacionais ou ex-nacionais de países estrangeiros (na grande maioria, da Polônia e da União Soviética).

Dos 11 244 que falam o japonês, 4 209 são brasileiros natos (evidentemente, descendentes de japoneses), e 7 022 nacionais ou ex-nacionais de países estrangeiros.

Entre os 11 111 que falam a alemão, encontram-se 5 789 brasileiros natos e 5 318 nacionais ou ex-nacionais de países estrangeiros.

Dos 4 658 que falam italiano, 3 335 são brasileiros natos e 819 nacionais ou ex-nacionais de países estrangeiros.

Examinando a *proporção comparativa dos dois sexos*, verifica-se que em alguns dos principais grupos dos

* Não foi possível — por motivos inerentes à economia geral da apuração do censo demográfico — discriminar tôdas as línguas faladas; foram discriminadas as 7 principais, além do português, e reunidas em 2 grupos respectivamente as outras européias e as outras asiáticas.

que falam no lar uma língua diversa da portuguesa, prevalece o sexo masculino, de acôrdo com a sua preponderância nas correntes imigratórias, contando-se 6 035 homens para 5 076 mulheres entre os que falam o alemão, 6 011 homens para 5 233 mulheres entre os que falam o japonês, 1 599 homens para 1 387 mulheres entre os que falam o guarani; ao passo que em outros grupos prevalece o sexo feminino,

em conseqüência do menor contacto com o meio brasileiro, encontrando-se 31 050 mulheres para 30 701 homens entre os que falam "outra língua europeia", 1 833 mulheres para 1 254 homens entre os que falam o espanhol*, etc.

* Neste caso a proporção elevada das mulheres talvez dependa da freqüência de casamentos de brasileiros com mulheres hispano-americanas dos países confinantes.

TABELA I

PESSOAS QUE FALAM NO LAR UMA LÍNGUA DIVERSA DA PORTUGUÊSA, NA POPULAÇÃO DE FATO DO PARANÁ, DISCRIMINADAS COM REFERÊNCIA SIMULTÂNEA À LÍNGUA FALADA, À NACIONALIDADE E AO SEXO

LÍNGUA FALADA NO LAR	BRASILEIROS NATOS			BRASILEIROS NATURALIZADOS			ESTRANGEIROS			TOTAL*		
	Homens	Mulh.	Total	Homens	Mulh.	Total	Homens	Mulh.	Total	Homens	Mulh.	Total
Guarani.....	1 256	1 159	2 415	4	1	5	339	227	566	1 599	1 387	2 986
Espanhola.....	564	1 307	1 871	27	11	38	661	514	1 175	1 254	1 833	3 087
Italiana.....	2 005	1 830	3 835	61	38	99	357	363	720	2 424	2 234	4 658
Francesa.....	8	9	17	2	3	5	12	32	44	22	44	66
Alemã.....	3 321	2 468	5 789	184	99	283	2 528	2 507	5 035	6 035	5 076	11 111
Inglêsa.....	18	13	31	11	2	13	595	41	636	624	56	680
Outra europeia.....	23 394	23 407	46 801	998	862	1 860	6 308	6 771	13 079	30 701	31 050	61 751
Japonêsa.....	2 145	2 064	4 209	182	141	323	3 678	3 021	6 699	6 011	5 233	11 244
Outra asiática.....	85	86	171	7	5	12	176	172	348	268	263	531
Outra.....	106	78	184	4	9	13	39	41	80	149	128	277
Ignorada.....	9	5	14	—	18	18	2	3	5	11	26	37
TOTAL.....	32 911	32 426	65 337	1 480	1 189	2 669	14 695	13 692	28 387	49 098	47 330	96 428

* Inclusive as pessoas de nacionalidade ignorada, em número de 35 (12 H. e 23 M.), assim discriminadas segundo a língua falada: espanhola 2 H. e 1 N., italiana 1 H. e 3 M., alemã 2 H. e 2 M., outra europeia 1 H. e 10 M., japonêsa 6 H. e 7 M.

Qual é, entre os brasileiros natos e qual entre os nacionais e ex-nacionais de países estrangeiros a proporção dos que falam no lar uma língua diversa da portuguesa?

A tabela II responde a êsse quesito, separadamente para cada sexo e para o conjunto dos dois, discriminando também na proporção total as parcelas correspondentes às diversas línguas.

Entre os *brasileiros natos*, 5,59% falam no lar uma língua diversa da portuguesa, predominando entre as parcelas desta percentagem a de 4,00% que corresponde à "outra europeia", seguida pelas de 0,50% da alemã, 0,36% da japonêsa, 0,33% da italiana, 0,21% da guarani, etc.

Entre os *nacionais e ex-nacionais de países estrangeiros*, a percentagem

dos que falam no lar uma língua diversa da portuguesa é bastante elevada, atingindo 46,56%. Contribuem em média preponderante para esta percentagem as línguas "outras europeias", ou seja, principalmente polonesa e russa, com 22,40%, a japonêsa, com 10,53% e a alemã com 7,97%, sendo baixas as demais parcelas, a maior das quais, 1,82%, corresponde à língua espanhola, e a segunda, 1,23%, à italiana.

A circunstância de que os homens mais freqüentemente do que as mulheres vivem isolados explica a menor percentagem, verificada entre os primeiros, de pessoas que falam no lar uma língua diversa da portuguesa. Entretanto em cifra absoluta, são mais numerosos os homens do que as mulheres, como consta da tabela I.

TABELA II

PROPORÇÕES DOS QUE FALAM NO LAR AS DIFERENTES LÍNGUAS, SEGUNDO A NACIONALIDADE, POR SEXO E EM CONJUNTO

LÍNGUA FALADA NO LAR	PROPORÇÃO DOS QUE FALAM A LÍNGUA INDICADA, POR 100					
	Brasileiros natos			Estrangeiros e brasileiros naturalizados		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Guarani.....	0,210	0,202	0,206	0,934	0,760	0,856
Espanhola.....	0,095	0,228	0,160	1,873	1,752	1,819
Italiana.....	0,336	0,319	0,328	1,138	1,338	1,228
Francesa.....	0,001	0,002	0,001	0,038	0,117	0,073
Alemã.....	0,557	0,431	0,495	7,385	8,694	7,973
Inglêsa.....	0,003	0,002	0,003	1,650	0,143	0,973
Outra européa.....	3,921	4,087	4,002	19,893	25,466	22,398
Japonêsa.....	0,359	0,360	0,360	10,510	0,550	10,528
Outra asiática.....	0,014	0,015	0,015	0,498	10,591	0,540
Outra.....	0,018	0,014	0,016	0,117	0,167	0,139
Ignorada.....	0,002	0,001	0,001	0,006	0,070	0,034
TOTAL.....	5,516	5,661	5,587	44,042	49,648	46,561

Apesar da sua pequena importância numérica, merece atenção particular o grupo dos que falam no lar o guarani, em vista do caráter nacional desta língua.

Dos 2 986 componentes deste grupo, 2 725 estão localizados na Zona do Planalto de Guarapuava e distribuídos

por municípios como consta da tabela III. Pode-se estimar que, mais ou menos a metade desses 2 725 pertença a zonas agora incluídas no Território de Iguauçu*.

* Vejam-se os ns. 3, 7 e 9 da série "Estudos sobre a população dos novos Territórios Federais".

TABELA III

PESSOAS QUE FALAM NO LAR O GUARANI, EM ALGUNS MUNICÍPIOS DO PLANALTO DE GUARAPUAVA, DISCRIMINADAS POR GRANDES CATEGORIAS DE NACIONALIDADE E POR SEXO

MUNICÍPIOS	BRASILEIROS NATOS		BRASILEIROS NATURALIZADOS		ESTRANGEIROS		TOTAL	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Foz do Iguauçu....	303	246	4	—	323	204	630	450
Guarapuava.....	648	608	—	—	—	—	648	608
Pa mas.....	123	126	—	—	6	6	129	132
Reserva.....	61	65	—	1	—	1	61	67
TOTAL.....	1 135	1 045	4	1	329	211	1 468	1 257

Entre os que falam o guarani, prevalecem, como consta da tabela, os brasileiros natos, na proporção de oito décimos.

Os estrangeiros são, pela maior parte, paraguaios, residentes no município de Foz do Iguaçu.

* * *

Querendo-se estudar as relações existentes entre o conhecimento do português e a língua falada no lar por parte dos recenseados, pareceu conveniente limitar a apuração combinada à população de 5 anos e mais, desprezando-se o grupo infantil, para uma parte do qual a resposta apropriada ao quesito "Fala correntemente o portu-

guês?" seria em todo caso com a negativa.

A tabela IVa, resumindo os resultados dessa apuração, mostra que entre as 82 641 pessoas de 5 anos e mais que falam no lar uma língua diversa da portuguesa, 25 608, ou seja 30,99%, não falam correntemente o português. Dêstes 25 608, uma parte considerável — 11 403, isto é, 45 % — é constituída por brasileiros natos, que, na maioria devem ser dos que têm o polonês ou o russo como língua materna. Ainda maior, entretanto, é o número dos nacionais ou ex-nacionais de países estrangeiros: 14 181 em total, dos quais 13 343 estrangeiros e 838 brasileiros naturalizados.

TABELA IVa

POPULAÇÃO DE FATO DO PARANÁ, DESDE A IDADE DE 5 ANOS, DISCRIMINADA COM REFERÊNCIA SIMULTÂNEA AO CONHECIMENTO DO PORTUGUÊS, À LÍNGUA FALADA NO LAR E À NACIONALIDADE *

a) Homens e mulheres

NACIONALIDADE	Falam correntemente o português	LÍNGUA FALADA NO LAR			Total
		Portuguesa	Outra	Ignorada	
Brasileiros natos.....	Sim.....	911 339	40 230	25	951 594
	Não.....	4 268	11 403	14	15 685
	Ignorado.....	—	60	34	94
	TOTAL.....	915 607	51 693	73	967 373
Brasileiros naturalizados.....	Sim.....	7 159	1 829	4	8 992
	Não.....	35	838	2	875
	Ignorado.....	—	1	1	2
	TOTAL.....	7 194	2 668	7	9 869
Estrangeiros.....	Sim.....	27 938	14 871	21	42 830
	Não.....	349	13 343	21	13 713
	Ignorado.....	—	31	8	39
	TOTAL.....	28 287	28 245	50	56 582
Nacionalidade ignorada.....	Sim.....	112	11	2	125
	Não.....	5	24	—	29
	Ignorado.....	—	—	1	1
	TOTAL.....	117	35	3	155
TOTAL**.....	Sim.....	946 548	56 941	52	1 003 541
	Não.....	4 657	25 608	37	30 302
	Ignorado.....	—	92	44	136
	TOTAL.....	951 205	82 641	133	1 033 979

* As tabelas IVb e c, com a discriminação por sexo, são referidas em apêndice.

** Além dos incluídos na tabela, foram recenseados 768 presentes de 5 anos e mais, com resposta mal definida aos quesitos apurados (732 brasileiros natos, 3 naturalizados, 28 estrangeiros e 5 de nacionalidade ignorada).

Ascende a 56 941, o número dos que falam no lar uma língua diversa da portuguesa, mas estão habilitados a falar correntemente o português. Entre estes 56 941, encontram-se 40 230 brasileiros natos, 14 871 estrangeiros e 1 829 brasileiros naturalizados.

Pelos dados da tabela IVa, acima expostos, pode-se calcular que, dos que falam no lar uma língua diversa da portuguesa, apenas 54%, entre os nacionais ou ex-nacionais de países estrangeiros, sabem falar correntemente o português, enquanto entre os brasileiros natos a proporção correspondente é de 78%.

Em conjunto, entre as pessoas de 5 anos e mais, no Paraná, encontram-se cerca de 8% que falam no lar uma língua diversa da portuguesa.

As tabelas IVa e IVc, em apêndice, discriminam por sexo as informações da a. O número absoluto das pessoas que falam no lar uma língua diversa da portuguesa, mas que declararam falar correntemente o português, é menor entre as mulheres (18 902 brasilei-

ras natas e 6 646 nacionais ou ex-nacionais de países estrangeiros, em comparação com 21 328 e 10 054 homens); também menor é a proporção que esse número representa; com efeito, sobre 100 pessoas que não falam o português no lar, apenas 73,1 entre as mulheres brasileiras natas e 44,9 entre as nacionais ou ex-nacionais de países estrangeiros declararam falar correntemente o português, enquanto entre os homens as proporções são respectivamente de 82,5 e 62,4%. O maior contacto destes com o meio brasileiro explica a diferença.

* * *

O interesse particular que despertam os grupos aloglotas, dos pontos de vista cultural e político, sugeriu as apurações resumidas nas tabelas V e VI, em que *as pessoas que falam no lar uma língua diversa da portuguesa, subdivididas segundo a capacidade ou incapacidade de falar correntemente o português, são discriminadas por sexo e idade.*

TABELA V

DISTRIBUIÇÃO POR SEXO E IDADE DOS BRASILEIROS NATOS QUE FALAM NO LAR UMA LÍNGUA DIVERSA DA PORTUGUESA, DISCRIMINADOS SEGUNDO O CONHECIMENTO DO PORTUGUÊS

IDADE (Anos completos)	FALAM CORRENTEMENTE O PORTUGUÊS		NÃO FALAM CORRENTEMENTE O PORTUGUÊS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
5 a 9.....	3 768	3 692	2 309	2 382
10 a 19.....	8 233	7 517	1 199	1 636
20 a 29.....	4 779	4 143	471	1 279
30 a 39.....	2 402	1 985	230	849
40 a 49.....	1 442	1 038	154	495
50 a 59.....	469	371	71	170
60 a 69.....	132	121	36	53
70 a 79.....	34	26	9	28
80 a 89.....	66	5	9	13
90 a 99.....	—	1	1	5
100 e mais.....	1	—	1	1
Ignorada.....	2	3	—	2
TOTAL.....	21 328	18 902	4 480	6 913

Na tabela V esta discriminação é realizada para os *brasileiros natos*. Resumimos aqui os dados por grandes grupos de idade, sem discriminação de

sexo, indicando ao lado a respectiva percentagem sobre o total dos brasileiros natos presentes em cada grupo.

IDADE (Anos completos)	BRASILEIROS NATOS QUE FALAM NO LAR UMA LÍNGUA DIVERSA DA PORTUGUESA			
	Que falam correntemente o português		Que não falam correntemente o português	
	Número absoluto	% dos presentes	Número absoluto	% dos presentes
5 a 9.....	7 460	4,15	4 691	2,61
10 a 19.....	15 750	5,49	2 835	0,99
20 a 49.....	15 789	3,72	3 478	0,82
50 e mais.....	1 226	1,61	397	0,52
TOTAL: 5 e mais.....	40 225	4,16	11 401	1,18

A percentagem dos brasileiros natos que não falam português no lar diminui com o crescer da idade, descendo de 6,76% nas idades de 5 a 9 anos para 2,13% nas de 50 e mais; diminui em proporção ainda maior, a percen-

tagem-parcela da precedente — dos que não falam português no lar nem sabem falar correntemente esta língua, descendo de 2,61% nas idades de 5 a 9 anos para 0,52% nas de 50 e mais.

TABELA VI

DISTRIBUIÇÃO POR SEXO E IDADE DOS ESTRANGEIROS E BRASILEIROS NATURALIZADOS QUE FALAM NO LAR UMA LÍNGUA DIVERSA DA PORTUGUESA, DISCRIMINADOS SEGUNDO O CONHECIMENTO DO PORTUGUÊS

IDADE (Anos completos)	FALAM CORRENTEMENTE O PORTUGUÊS		NÃO FALAM CORRENTEMENTE O PORTUGUÊS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
5 a 9.....	111	109	199	173
10 a 19.....	1 162	904	620	648
20 a 29.....	1 426	966	754	772
30 a 39.....	2 318	1 388	927	1 210
40 a 49.....	1 988	1 291	908	1 320
50 a 59.....	1 551	966	961	1 362
60 a 69.....	966	640	847	1 416
70 a 79.....	438	305	592	880
80 a 89.....	84	65	209	310
90 a 99.....	8	5	26	38
100 e mais.....	1	3	2	2
Ignorada.....	1	4	1	4
TOTAL.....	10 054	6 646	6 046	8 135

Na tabela VI a discriminação por sexo e idade é realizada para os *nacionais e ex-nacionais de países estrangeiros*. Resumem-se abaixo dados por grandes grupos de idade, sem discrimi-

nação de sexo, colocando-lhes ao lado a respectiva percentagem sôbre o total dos nacionais e ex-nacionais de países estrangeiros presentes em cada grupo.

IDADE (Anos completos)	NACIONAIS E EX-NACIONAIS DE PAÍSES ESTRANGEIROS QUE FALAM NO LAR UMA LÍNGUA DIVERSA DA PORTUGUÊSA			
	Que falam correntemente o português		Que não falam correntemente o português	
	Número absoluto	% dos presentes	Número absoluto	% dos presentes
5 a 9.....	220	29,22	372	49,40
10 a 19.....	2 066	40,11	1 268	24,62
20 a 49.....	9 377	27,98	5 891	17,58
50 e mais.....	5 032	18,61	6 645	24,57
TOTAL: 5 e mais.....	16 695	25,12	14 176	21,33

A percentagem dos nacionais e ex-nacionais de países estrangeiros que não falam português no lar, diminui de 78,62% nas idades de 5 a 9 anos para 43,18% nas de 50 e mais, decrescendo com o crescer da idade. É relativamente maior a diminuição da percentagem dos que, ao mesmo tempo, não falam português no lar nem sabem falar correntemente esta língua; essa percentagem desce de 49,40% nas idades de 5 a 9 anos para 24,57% nas de 50 e mais.

Interpretando-se dinamicamente o quadro estático fornecido pelo censo, pode-se supor que crianças nascidas em lares em que se fala uma língua diversa da portuguesa, crescendo aprendem em proporção cada vez maior, fora do lar, o português e passam, em parte, a falar esta língua também no lar.

A tabela IVa põe em evidência uma circunstância singular: a de que *haveria certo número de pessoas, 4 657 em total, que, embora falando português no lar, não saberiam falar correntemente esta língua*. Em alguns casos trata-se de crianças (de 5 anos ou mais, pois as de 0 a 4 anos ficam excluídas da tabela em exame), mas na maioria dos casos as declarações se referem a adultos. Parece que pelo menos uma parte destas declarações aparentemente contraditórias depende da

inexata interpretação dada ao advérbio "correntemente". Entretanto, sem dúvida há casos em que ambas as declarações são verdadeiras, como o do estrangeiro que vive — hóspede ou pensionista — num lar brasileiro em que se fala português.

O estudo iniciado nas precedentes páginas será desenvolvido em outras próximas análises, com referência às diversas nacionalidades dos estrangeiros aloglotos e às nacionalidades dos pais dos brasileiros natos que não falam português no lar.

Desde já pode-se afirmar que *o fenômeno da não-assimilação lingüística no Paraná apresenta extensão e gravidade menores do que se podia recear, porém não desprezíveis*.

Ascende a quase 8% da população total a quota dos que falam no lar uma língua diversa da portuguesa; três quartos destes são brasileiros natos. As línguas predominantes são a polonesa, a russa, a japonesa e a alemã.

Entre os que não falam português no lar, três décimos declararam não conhecer bem esta língua.

As referidas proporções embora não sendo alarmantes, confirmam a necessidade de *seja intensificada a ação para a assimilação lingüística e cultural de alguns grupos aloglotos do Paraná*.

APÊNDICE

TABELA IVb

POPULAÇÃO DE FATO DO PARANÁ, DESDE A IDADE DE 5 ANOS, DISCRIMINADA COM REFERÊNCIA SIMULTÂNEA AO CONHECIMENTO DO PORTUGUÊS, À LÍNGUA FALADA NO LAR E À NACIONALIDADE

b) Homens

NACIONALIDADE	Falam correntemente o português	LÍNGUA FALADA NO LAR			Total
		Portuguêsa	Outra	Ignorada	
Brasileiros natos.....	Sim.....	466 180	21 328	18	487 526
	Não.....	2 478	4 490	7	6 975
	Ignorado.....	—	27	23	50
	TOTAL.....	468 658	25 845	48	494 551
Brasileiros naturalizados.....	Sim.....	4 681	1 126	2	5 809
	Não.....	14	353	1	368
	Ignorado.....	—	1	—	1
	TOTAL.....	4 695	1 480	3	6 178
Estrangeiros.....	Sim.....	15 603	8 928	14	24 545
	Não.....	163	5 693	15	5 871
	Ignorado.....	—	7	3	10
	TOTAL.....	15 766	14 628	32	30 426
Nacionalidade ignorada.....	Sim.....	60	4	1	65
	Não.....	2	8	—	10
	Ignorado.....	—	—	—	—
	TOTAL.....	62	12	1	75
TOTAL*.....	Sim.....	486 524	31 386	35	517 945
	Não.....	2 657	10 544	23	13 224
	Ignorado.....	—	35	26	61
	TOTAL.....	489 181	41 965	84	531 230

* Além dos incluídos na tabela, foram recenseados 407 homens de 5 anos e mais, com resposta mal definida aos quesitos apurados (389 brasileiros natos, 14 estrangeiros e 4 de nacionalidade ignorada).

TABELA IVc

POPULAÇÃO DE FATO DO PARANÁ, DESDE A IDADE DE 5 ANOS, DISCRIMINADA COM REFERÊNCIA SIMULTÂNEA AO CONHECIMENTO DO PORTUGUÊS, A LÍNGUA FALADA NO LAR E À NACIONALIDADE

c) Mulheres

NACIONALIDADE	Falam correntemente o português	LÍNGUA FALADA NO LAR			Total
		Portuguêsa	Outra	Ignorada	
Brasileiros natos.....	Sim.....	445 159	18 902	7	464 068
	Não.....	1 790	6 913	7	8 710
	Ignorado.....	—	33	11	44
	TOTAL.....	446 949	25 848	25	472 822
Brasileiros naturalizados.....	Sim.....	2 478	703	2	3 183
	Não.....	21	485	1	507
	Ignorado.....	—	—	1	1
	TOTAL.....	2 499	1 188	4	3 691
Estrangeiros.....	Sim.....	12 335	5 943	7	18 285
	Não.....	186	7 650	6	7 842
	Ignorado.....	—	24	5	29
	TOTAL.....	12 521	13 617	18	26 156
Nacionalidade ignorada.....	Sim.....	52	7	1	60
	Não.....	3	16	—	19
	Ignorado.....	—	—	1	1
	TOTAL.....	55	23	2	80
TOTAL*	Sim.....	460 024	25 555	17	485 596
	Não.....	2 000	15 064	14	17 078
	Ignorado.....	—	57	18	75
	TOTAL.....	462 024	40 676	49	502 749

* Além das incluídas na tabela, foram recenseadas 361 mulheres de 5 anos e mais, com resposta mal definida aos quesitos apurados (343 brasileiras, 3 naturalizadas, 14 estrangeiras e 1 de nacionalidade ignorada).

Panamá

Panamá, a mais jovem das Repúblicas da América, e elo que liga a América do Sul com a do Norte, confina ao norte com o mar das Antilhas; ao sul, com o Oceano Pacífico; ao leste, com a República da Colômbia e o mar das Antilhas; e a oeste, com a República de Costa Rica e o Oceano Pacífico. A sua superfície é de 88 500 quilômetros quadrados e a sua população ascende a 496 991 habitantes.

Resenha histórica

A independência do Panamá data somente de 1903. A sua história remonta, contudo, aos primeiros tempos do império colonial da Espanha no Novo Mundo. O primeiro europeu que descobriu as costas do istmo do Panamá foi Rodrigo Galván de Bastidas, o qual navegou ao longo delas em 1501. Um ano mais tarde, ou seja em 1502, Cristóvão Colombo descobriu a maior parte dessas costas em sua quarta e última viagem, enquanto buscava em vão o estreito que, segundo as suas conjecturas, devia comunicar a Europa com as Índias Orientais. Pouco depois do seu descobrimento, o istmo de Panamá converteu-se em um dos pontos mais importantes e estratégicos do Hemisfério Ocidental. Em 1513, Vasco Núñez de Balboa descobriu o Oceano Pacífico, do alto da serra de Darién, sendo ele o primeiro europeu a contemplar essa vasta expansão de água. Uma vez descoberto o Pacífico, começaram logo a realizar-se expedições e explorações, sendo estabelecidas colônias nos dilatados e ricos territórios que se estendiam ao longo da costa, e convertendo-se esta região dentro de pouco tempo no centro para onde se convergiam os conquistadores, onde se abasteciam as suas expedições e de onde eram embarcadas as riquezas do Novo Mundo para a Espanha.

Durante a época colonial foi construída uma estrada através do istmo, estrada essa que continuou a ser usada até 1855, quando foi inaugurada uma estrada de ferro. As imensas riquezas e a importância do istmo adquiriram tal magnitude que despertaram a insaciável ambição de numerosos piratas e filibusteiros, os quais invadiram as suas costas e cometeram tôda a sorte de excessos. Em 1671, Sir Henry Morgan, de nacionalidade inglesa, atacou

e destruiu a cidade do Panamá. Dois anos mais tarde foi construída uma nova cidade a uns 8 quilômetros de distância da velha. Hoje só restam da *Vieja Panamá* as ruínas de seus portentosos monumentos cobertos de cipós.

Em 1821, pondo fim aos repetidos movimentos em prol da independência, que tiveram lugar em começos do século XIX, Panamá, por iniciativa própria, separou-se da Espanha, unindo-se, com o nome de Departamento do Istmo, à grande confederação colombiana de Bolívar, composta das províncias da Venezuela, Nova Granada e Equador. Em 1830, a Grã Colômbia dissolveu-se, surgindo as repúblicas independentes da Venezuela, Nova Granada e Equador. Panamá iniciou também um movimento separatista, porém, depois de curto espaço de tempo o istmo voltou a unir-se à Nova Granada. Em 1831, ocorreu um novo e mais grave movimento secessionista, porém o caudilho militar que o chefiava revelou tal tirania, que o povo panamenho decidiu opor-se-lhe e reincorporar-se à Nova Granada. Em 1840 o povo do Panamá, sob o comando de Tomás Herrera, fez um novo esforço para se tornar independente. Panamá declarou a sua independência, convertendo-se em nação separada por mais de um ano, com o nome de Estado do Istmo. Em 1855, a Nova Granada acedeu às aspirações dos panamenhos à sua autonomia e mediante um Ato Adicional à Constituição de Nova Granada, constituiu Panamá em Estado Federal soberano, com um grau considerável de governo autônomo. Todo o território de Nova Granada adotou, subseqüentemente, a forma federal de governo, vindo a ser conhecido, segundo a constituição de 1863, com o nome de Estados Unidos da Colômbia. A Federação desapareceu depois de uma sangrenta guerra civil e em consequência disso o país foi reorganizado pela Constituição de 1886, a qual constituiu um governo fortemente centralizado com o nome de República da Colômbia. Panamá passou a formar um Departamento governado mediante leis especiais. Esta região, por conseguinte, mostrando de vez em quando tendências para se tornar autônoma, fez parte da Colômbia durante um período de 82 anos, quer dizer, de 1821 a 1903. A 3 de novembro de 1903, Panamá separou-se da Colômbia e constituiu-se república independente.

Topografia e clima

Do ponto de vista geográfico, Panamá faz parte antes da América Central do que da América do Sul. Com uma longa costa no mar das Antilhas e no Pacífico, o país estende-se na forma de uma dupla curva entre Costa Rica e Colômbia. O seu comprimento é aproximadamente de 722 quilômetros ao passo que a sua largura varia entre 60 quilômetros no ponto mais estreito e 190 quilômetros na parte mais larga. O país é dividido pela Zona do Canal, que é constituída por uma faixa de terreno que se estende entre o mar das Antilhas e o Pacífico, de 16 quilômetros de largura, 8 quilômetros de cada lado do Canal do Panamá. Na região ocidental encontram-se cadeias de montanhas que são uma continuação da cordilheira costarricense. Ao leste da Zona do Canal existem algumas cordilheiras que se estendem na direção da costa do norte. Na Zona do Canal a topografia é a mais plana do país, o que induziu a escolher esse ponto como o mais apropriado para a construção de um canal interoceânico. Devido à pouca largura do Panamá o sistema fluvial deste país não tem grande importância. O Chagres, o rio mais importante, foi represado para formar o lago de Gatun, que faz parte do Canal do Panamá.

Devido a que o território panameño em geral não tem grandes altitudes, e também à latitude em que está situado, o clima é tropical, sendo a temperatura moderadamente temperada pelos ventos alísios que sopram do Atlântico e refrescam a atmosfera.

Constituição e governo

A República do Panamá é governada de acordo com uma Constituição promulgada em 1904, e que atualmente é a mesma com exceção de algumas emendas. A forma de governo do Panamá é republicana e democrática, estando a autoridade dividida em três Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.

O Poder Legislativo é exercido pela Assembléia Nacional, composta de tantos deputados quantos corresponderem aos círculos eleitorais, na proporção de um por 15 000 habitantes, e um mais pelo excedente de não-menos da metade desse número, sendo eleitos por um termo de quatro anos. Também

são eleitos suplentes que tomam o lugar dos deputados principais na falta destes, permanente ou temporária.

O Poder Executivo é exercido pelo presidente da República, eleito por votação popular para um termo de quatro anos. Não há vice-presidente, porém a Assembléia Nacional elege três designados cada dois anos, os quais tomam o lugar do presidente, em determinada ordem, na incapacidade acidental ou absoluta dele.

O Poder Judiciário é exercido pela Corte Suprema de Justiça, pelos tribunais subalternos e juizes ordinários estabelecidos pela lei e pelos demais tribunais ou comissões especiais criadas de conformidade com os tratados vigentes.

Principais produtos e indústrias

O Panamá é predominantemente um país agrícola. Tem, todavia, considerável importância como centro comercial de distribuição, devido ao grande volume de tráfico que passa pelo Canal, oriundo de todas as regiões do mundo. Por essa razão, as estatísticas do comércio exterior da República apresentam um quadro singular: as importações são muitíssimo maiores em valor que as exportações. Entretanto esta grande discrepância não existe na realidade, visto que as provisões compradas pelos navios que passam pelo Canal não figuram nas estatísticas de exportação.

Do ponto de vista das exportações, as bananas constituem o produto mais importante do Panamá. Seguem-se em menor escala os cocos, a borracha, o cacau, o café e as peles. Do ponto de vista interno, há, todavia, vários outros produtos importantes. A produção de açúcar, fumo, arroz, milho e muitos legumes e frutas abastecem grande parte do mercado doméstico.

As matas do Panamá têm importantes quantidades de madeiras de lei. O solo fértil, existindo também excelentes pastagens que oferecem grandes possibilidades para o desenvolvimento da pecuária. As pérolas, esponjas e corais abundam nos mares que banham o Panamá, e essas indústrias, juntamente com outras, oferecem perspectivas de grande desenvolvimento no futuro. Convém também mencionar outra importante fonte de receita nacional, a saber, as numerosas compras feitas pelos milhares de turistas que vi-

sitam anualmente o país e passam pelo canal. A compra de objetos como lembranças, e outros, é muito popular entre os turistas, e o governo, por sua parte, está tomando medidas especiais para estimular ainda mais esse comércio.

Vias de comunicação

Panamá tem três importantes estradas de ferro. A mais importante dessas vias é a estrada de ferro chamada do Panamá, que atravessa o istmo, partindo da cidade de Colón, no Atlântico, e terminando na do Panamá, no Pacífico, e cuja extensão é de 75 quilômetros. Na parte ocidental da nação, na Província de Chiriquí, existe uma estrada de ferro que presta serviços entre Puerto de Pedregal, no Pacífico, e Boquete, atravessando a importante cidade de Davi, e fazendo um percurso de uns 40 quilômetros. Esta estrada de ferro tem um ramal que vai de La Concepción a Puerto Armuelles, no Pacífico. A terceira estrada de ferro, com uma extensão de quase 250 quilômetros, pertence a uma companhia de frutas, sendo utilizada principalmente para o transporte dos produtos dessa companhia.

O governo do Panamá tem revelado, recentemente, grande interesse no desenvolvimento de um sistema rodoviário. A rodovia mais importante e de maior extensão na atualidade é a que corre em direção a oeste, partindo da capital e terminando em Davi. Esta rodovia tem atualmente mais de 500 quilômetros de extensão e futuramente fará parte da Rodovia Pan-Americana que deverá ligar tôdas as repúblicas do continente americano.

No que diz respeito à aviação, o Panamá já se converteu no centro aéreo da América. Por êste país passam as linhas que unem as repúblicas da América Central, México e os Estados Unidos, com as da costa ocidental da América do Sul, e para êles convergem também as linhas que vêm da Colômbia, Venezuela e ilhas do Caribe.

O canal do Panamá

O canal do Panamá atravessa o centro da República de norte a sul. Esta via aquática tem sido de valor inestimável para acelerar o comércio mundial, visto economizar tempo e

vastas somas de dinheiro mediante a eliminação de longas e custosas viagens que era necessário realizar anteriormente pelo estreito de Magalhães. Para dar uma idéia da economia de distância, bastará indicar que entre Nova York e São Francisco há 21 134 quilômetros pelo estreito de Magalhães e somente 8 466 quilômetros através do canal. De Nova York a Valparaíso o uso do canal reduziu a distância em 6 029 quilômetros; a Calláo, em 10 056 quilômetros; e a Guayaquil, em 11 915 quilômetros.

A extensão do canal é de 80 quilômetros. Os navios, logo depois de entrarem no canal elevam-se gradualmente por meio de comportas a uma altura de 26 metros acima do nível do mar, e uma vez transposta a linha divisória das águas baixam outra vez até o nível do mar, por meio de outras comportas no lado oposto.

Depois da construção do canal, uma das maiores maravilhas de engenharia da história moderna, a obra mais transcendental foi o controle da febre amarela nessa região. Várias empresas haviam fracassado anteriormente em seus esforços para construir o canal por falta de meios sanitários adequados. A extinção do mosquito e as leis e regulamentos sanitários em vigor atualmente no Panamá, têm convertido essa região tropical em uma das mais saudáveis do mundo.

Educação pública

O ensino primário é obrigatório para tôdas as crianças dos sete aos quinze anos. Cerca de 90% das escolas primárias encontram-se nos distritos rurais, o que constitui uma prova evidente da importância que se dá à educação em toda a República. Uma vez completado o curso primário escolar de seis anos, os alunos podem entrar para as escolas secundárias. A instrução secundária é ministrada em vários colégios e no Liceu do Instituto Nacional. O curso das escolas secundárias propriamente ditas compreende um período de seis anos. O ensino superior é ministrado na Universidade Nacional.

A República do Panamá possui além disso escolas especiais que preparam os estudantes para o exercício do magistério, para o comércio, para a enfermagem, além de escolas de farmácia, artes e ofícios, belas artes e outras.

A Monarquia Britânica

SIR DONALD ST. CLAIR GAIMER
Embaixador da Grã-Bretanha junto
ao Governo do Brasil

— I —

A MONARQUIA BRITÂNICA

Não é possível compreender a posição da Coroa Britânica no Império, sem primeiro remontar o curso da história pelo qual a Coroa evoluiu lentamente na Grã-Bretanha, passando de símbolo de autocracia absoluta que era na época normanda, para símbolo de democracia absoluta, que é atualmente.

Guilherme, o Conquistador, introduziu na Inglaterra o sistema feudal que então prevalecia no continente europeu. Esse sistema provia uma estrutura social baseada inteiramente na posse da terra. Desde os servos ou vilãos, que trabalhavam a terra e a ela se achavam vinculados, passando pelos vassallos de diferentes categorias até os vassallos principais que dependiam diretamente do Rei, cada homem no reino tinha o seu próprio estatuto determinado de conformidade com a capacidade em que ocupava a sua terra. Cada proprietário devia lealdade ao senhor, do qual obtivera a sua concessão e era ainda obrigado a certos auxílios e serviços "feudais", como condição dos seus direitos. A obrigação de serviço consistia primordialmente na obrigação de servir sob as armas quando o seu senhor estivesse em guerra, e os auxílios "feudais" representavam a contribuição com que tinha de entrar, em dinheiro ou espécies, em determinados casos, como por exemplo para o resgate da pessoa do senhor, se este tivesse sido aprisionado em guerra, para armar o filho mais velho e para o casamento da filha mais idosa do senhor. Os vassallos reais, ou barões, deviam esses auxílios e serviços diretamente ao Soberano. Os proprietários inferiores deviam-nos aos seus senhores imediatos e, se acaso Guilherme, o Conquistador, tivesse seguido exatamente o modelo do feudalismo continental, não haveria ligação direta entre os rendeiros inferiores e a Coroa. Ele introduziu, entretanto, uma modificação importante, visto como insistiu para que cada proprietário, além de jurar fidelidade ao seu senhor imediato, também jurasse fidelidade direta ao Rei. Desde o início do nosso período houve, portanto, um laço de "lealdade" entre cada proprietário de terras substancial e a Coroa, e essa noção de fidelidade foi de consequências importantes para a Grã-Bretanha e o Império na história subsequente.

Os nossos primeiros juristas constataram que o dever de fidelidade do súdito implicava em certo dever correlativo de proteção e bom governo por parte da Coroa, e estabeleceram que o Rei somente podia governar de acordo com a lei estabelecida. Essa teoria não se impôs imediatamente, pois para os primeiros soberanos normandos a lei era sobretudo o que lhes agradava fazer. A exação dos auxílios e serviços dependia em grande parte deles e, em virtude das suas prerrogativas reais, impunham esses deveres aos súditos como melhor julgassem. Como, no entanto, não houvesse homem que pudesse levar a termo os negócios do governo sem que o ajudassem, o Rei era regularmente auxiliado por um conselho composto dos barões mais importantes, organismo esse que foi o germe da Câmara dos Lordes, tal como presentemente existe.

* N.R. — Conferência pronunciada pelo autor na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa.

O ano de 1215 é considerado com razão, como sendo o primeiro marco na marcha rumo à democracia, visto como foi então desfechado o primeiro assalto definido, de uma maneira formal, contra o exercício das Prerrogativas Reais. Os barões forçaram o Rei João a estabelecer na redação da Magna Carta êstes princípios, entre outros:

a) Nenhum homem livre seria desapossado das suas propriedades (isto é, a Coroa não gozaria de direitos arbitrários de confisco).

b) Nenhum homem livre seria preso ou teria as suas propriedades confiscadas, a não ser mediante julgamento legal dos seus pares ou de acôrdo com a lei da terra, isto é, a justiça seria administrada por meio do sistema de côrtes e juizes, como foram estabelecidos pelo Rei Henrique II.

c) Excluídos os três auxílios costumeiros já mencionados, nenhum outro auxílio ou taxa seria imposto pelo Rei sem consentimento do conselho. (Essa taxa, a que chamavam "scutage", consistia num pagamento em dinheiro introduzido pelo Rei Henrique I, como comutação da obrigação feudal de prestar serviço militar).

Foi, entre outras coisas, a não observância das disposições da Magna Carta que levou à Guerra dos Barões, no reinado de Henrique III. Sob a chefia de Simon de Montfort, os barões lutaram para impor os seus direitos e, em 1264, derrotaram o Soberano na batalha de Lowes, onde o Rei Henrique III e seu filho Eduardo foram aprisionados por Simon de Montfort. No ano seguinte Simon fêz com que fôsse reunido um conselho, que incluía não só os barões, como ainda dois cavaleiros de cada condado e dois cidadãos de cada distrito. Poucos foram os resultados obtidos com o conselho, e a guerra prosseguiu até Simon ser morto no mesmo ano, na batalha de Evesham.

A sua significação é, portanto, que Eduardo I imitou o precedente estabelecido por Simon quando convocou o que é conhecido por Parlamento Modelo de 1295, considerando que os cavaleiros e burgueses serviriam de útil contrapêso aos barões. E' de 1295 que datamos o crescimento contínuo do Parlamento dividido nas suas duas Câmaras de Lordes e Comuns e que funcionam mais ou menos regularmente desde então; e a subsequente história da nossa Constituição é, de modo geral, a história da diminuição gradativa da extensão da Prerrogativa Real por meio da ação parlamentar.

Esse processo, contudo, não realizou grandes progressos durante vários séculos. As Guerras das Rosas esgotaram grandemente o país. E quando essas guerras finalmente terminaram com a derrota de Ricardo III na batalha de Bosworth, em 1485, tudo do que necessitava o povo era de um forte governo que preservasse a ordem. Os Tudors o realizaram. Essa formidável família possuía qualidades que lhe permitiam coibir as Casas do Parlamento de modo a que estas fizessem quase que só a sua vontade. Ademais, durante os últimos anos da dinastia a ameaça da invasão espanhola e a brilhante estratégia diplomática da Rainha Elizabeth uniram o povo à Coroa e reforçaram o poder do Monarca.

Com a subida ao trono de Jaime I, contudo, a cena se alterou. O perigo da Espanha havia sido finalmente anulado e os Stuarts careciam do caráter necessário para manter o domínio pessoal sôbre o Parlamento como haviam feito os Tudors. O século que se seguiu assistiu à criação de mais quatro grandes cartas que ainda permanecem hoje como os alicerces sôbre os quais foi edificada a democracia. A primeira dessas cartas é a "Petition of Right" de 1638 que sustentou o princípio de que nenhuma taxação poderia ser imposta sem o consentimento do Parlamento. Os Stuarts tentaram evadir essa determinação por diversos meios. Em primeiro lugar, restabeleceram a prática de legislar por proclamação (um direito concedido a Henrique VIII por um parlamento subserviente, no Estatuto de Proclamações de 1539, o qual fôra, no entanto, repellido no reinado de Eduardo VI). Nas Proclamações de 1610, a prática foi soenemente declarada ilegal pelos tribunais. Não obstante, era uma incontestável prerrogativa da Coroa nomear e demitir juizes e, exonerando os recalcitrantes e designando para substituí-los, elementos em que podia confiar, Jaime I logrou obter sanção judicial para as Proclamações. Carlos I também não hesitou em proceder do mesmo modo com o judiciário, obtendo resultados idênticos, tal como no caso do famoso processo de John Hampden, jul-

gado em 1637 pela recusa de pagamento de impostos. Tanto Jaime como seu filho Carlos fizeram amplo uso do "Court of Star Chamber" para forçar o cumprimento das proclamações, auferindo uma renda substancial das multas impostas por aquele tribunal. (Essa corte de justiça, cujo nome se derivava da decoração da sala onde funcionava, foi criada por Henrique VII. Seus juizes eram principalmente, senão exclusivamente, membros do Conselho e sua jurisdição criminal abrangia, antes de tudo, as contravenções à ordem pública). Finalmente, os Stuarts reclamaram a prerrogativa de revogar os atos do Parlamento em geral, ou de "dispensá-los" em casos particulares. Essa prerrogativa foi novamente mantida por um banco de juizes no caso de *Godden versus Hale*, em 1686.

Esse procedimento da parte da Coroa era violentamente atacado pelo Parlamento. A Lei de *Habeas Corpus*, de 1640, aboliu o "Court of Star Chamber" e negou solenemente à Coroa o direito de constituir novos tribunais. Em 1688, Jaime I fugiu do território do reino e ficou resolvido pelo Parlamento que, com semelhante atitude e bem assim pelo abuso com que exercera as Reais Prerrogativas, o soberano "rompera o contrato original entre o Rei e o povo" (uma forma de palavras que bem revela como o conceito de "fidelidade" se havia desenvolvido). Essa assertiva tomou forma na Declaração de Direitos em 1688, que entregou a Coroa a Guilherme de Orange e aos herdeiros de Maria. Também declarou ilegal a prática da suspensão ou dispensa, estabelecendo ainda que "a manutenção de um exército regular dentro do reino em tempo de paz era contra a lei, salvo se com o consentimento do Parlamento". Esse dispositivo teria conseqüências de grande alcance, conforme ficará demonstrado adiante.

Dois anos depois, o Parlamento aprovou o "Act of Settlement" de 1700. A medida foi tomada porque a Rainha Maria morrera sem descendência, tendo falecido antes dela todos os filhos da Princesa Ana, aos quais, de acôrdo com a Declaração dos Direitos, caberia o trono. A Coroa foi, assim, entregue a Sofia, eleita de Hanover, filha de Elizabeth, ex-Rainha da Boêmia, filha de Jaime I. Aproveitou-se, no entanto, a oportunidade para acrescentar-se ao "Act of Settlement" um artigo proibindo a demissão discricionária dos juizes pelo Rei. Os magistrados só poderiam ser afastados do cargo mediante conhecimento de ambas as câmaras do Parlamento.

O resultado desses quatro famosos diplomas legais foi, virtualmente, o de derogar a prerrogativa real de legislar sem o concurso do Parlamento. Disso, porém, não se segue que conferiram aos parlamentares o direito de legislar sem o concurso do Rei, uma vez que a autoridade legisladora na Inglaterra, desde o Parlamento Modelo de 1295, têm sido o Rei e o Parlamento, ou melhor, o "Rei no Parlamento", como é tecnicamente chamada. Até hoje, todo ato do Parlamento começa com as palavras "que seja resolvido por Sua Excelentíssima Majestade, o Rei, pelos Lords e pelos Comuns, reunidos, o seguinte";⁴ palavras essas cujo emprêgo data da época em que a Magna Carta declarou que o Rei pode levantar quantias em dinheiro adicionais aos auxílios costumeiros, com o consentimento do Grande Conselho e de nenhum outro modo. Era possível, pois, ao Rei, mesmo após a Declaração de Direitos ao "Act of Settlement", recusar aprovação a um projeto de lei do Parlamento, tendo assim procedido, em 1707, a Rainha Ana. Desde então, porém, esse direito de recusa, embora existente em teoria, caducou.

Deve-se ainda notar que o contrôle direto que o Parlamento exercia sobre as Prerrogativas Reais durante o período Stuart só se estendia à ação legislativa. Um vasto campo de ação executiva (inclusive, por exemplo, a politica exterior e o poder de declarar guerra ou fazer a paz) permanecia e ainda permanece como prerrogativa da Coroa. O Parlamento, entretanto, pôde se manter a par do exercicio desses poderes executivos, por meio de reuniões periódicas para discutir os assuntos em lide: O Rei, não obstante, possuía a incontestável prerrogativa de convocar ou dissolver o Parlamento e foi, por isso, necessário tomar uma medida que garantisse a convocação a intervalos regulares. Esse objetivo foi assegurado pelo efeito conjunto da "Petition of Right", a qual determinava que nenhuma taxação fôsse imposta, e do "Bill of Rights", que proibia a manutenção de um exército regular em tempo de paz, sem o consen-

timento do Parlamento. Os impostos necessários para manter um exército regular eram, e ainda são, votados por apenas um ano. Seguiu-se, portanto, que se o Rei deixava de convocar o Parlamento por mais de um, podia achar-se sem dinheiro para manter o exército e teria de enfrentar uma revolta. Existem outras leis anuais que operam de maneira semelhante.

As implicações das reformas levadas a efeito pelo Parlamento no século XVII continuaram a ter efeito no curso do século XVIII e no princípio do século XIX, quando foi estabelecido o sistema de governo por Gabinete. Temos referências ao "Gabinete" já no reino de Carlos II, significando o círculo íntimo dos Ministros através dos quais o Rei exercia os seus poderes executivos. A nomeação desses Ministros ficava, é claro, inteiramente à escolha do Soberano, mas já pelo menos no fim do século XIV fôra possível ao Parlamento controlar a sua conduta em casos extremos pelo processo de Impedimento. O Impedimento é um processo judicial contra uma pessoa acusada de um crime grave de caráter político, em que os Comuns agem como acusadores e, os Lordes como juizes. A pena de morte pode ser imposta em casos apropriados. Não houve casos de Impedimento desde os casos de Warren Hastings em 1785 e de Lord Melville em 1804, mas nos tempos dos Stuarts o Impedimento florescia e constituía uma arma valiosa para o Parlamento na sua luta contra a Coroa. Foi tornada ainda mais forte com a criação do "Act of Settlement" que determinava que a Prerrogativa Real de perdão não teria valor para uma pessoa "impedida".

A posição constitucional da Coroa, alcançada no tempo de George I, era, portanto, em termos gerais, a seguinte:

- a) O Rei não gozava mais de qualquer poder legislativo independente do Parlamento, quer por proclamação, dispensa ou outro qualquer meio.
- b) O direito do Rei de recusar o seu consentimento a um projeto de lei aprovado pelo Parlamento, tornava-se rapidamente absoleto.
- c) O próprio Rei não podia agir contrariamente à lei, uma vez que os seus atos sempre podiam ser contestados nas côrtes onde a independência dos juizes fôra assegurada pelo "Act of Settlement".
- d) Os ministros do Rei podiam, se necessário, ser sujeitos ao Impedimento para que não agissem contra a lei, e mesmo o perdão real não os poderia proteger.

Durante o reinado de Guilherme III e da Rainha Ana tornara-se cada vez mais claro, já que o Parlamento tinha de ser convocado pelo menos uma vez por ano, que os Ministros escolhidos pelo Rei deveriam ser homens que contassem com apoio do Parlamento, mas ainda não surgira qualquer lei exigindo que os Ministros fôsem todos associados com um partido que tivesse maioria no Parlamento. A influência pessoal do Rei sobre a política dos Ministros ainda era muito poderosa. Foi, contudo, muito enfraquecida pela subida ao trono de Jorge I, filho da "Electress" Sofia, uma vez que não compreendia inglês e como não podia, portanto, acompanhar as discussões nas reuniões do Gabinete, deixou de comparecer às mesmas. Dali por diante nenhum Rei compareceu às reuniões do Gabinete. Assim, ao passo que a dependência dos ministros em relação ao Parlamento foi pouco a pouco aumentando, a sua dependência no Rei foi gradativamente diminuindo.

Nessa circunstância o Rei só tinha um meio pelo qual podia eficazmente dirigir o cargo do Governo em pessoa. Esse meio era o suborno, empregado em escala considerável por Jorge I e por Jorge II, bem como por Jorge III, afim de assegurar a volta ao Parlamento de membros que haveriam de apoiar a política favorecida pelo Soberano e por Lord North, o seu Primeiro Ministro. Foi essa política desastrosa que resultou na perda das colônias americanas e no subsequente declínio do prestígio da Coroa. A guerra americana de Independência não só expôs a influência perniciosa da intriga real sobre a política; também despertou a consciência pública num outro ângulo. Os colonos americanos lutaram pelo princípio da representação popular em assuntos que afetavam o governo em geral, e a taxaço em particular; e um grande número

de pessoas dentro e fora do Parlamento na Inglaterra julgava estar com a razão, e começou a examinar a questão de se os próprios súditos da Coroa na Metrópole gozavam da representação de que tinham direito. Esse sentimento acarretou ao grande "Reform Act" de 1832, segundo o qual a franquia parlamentar foi largamente ampliada e o poder de dela abusar por corrupção foi severamente diminuído. Os princípios desse "Act" se foram gradativamente estendendo durante os seguintes cem anos, e hoje todo adulto de qualquer sexo tem o direito de votar em condições genuinamente secretas.

A possibilidade do Monarca praticar o suborno em grande escala foi ainda mais reduzida pela limitação da sua renda particular. A maior parte da receita do Estado é obtida por meio de estatutos aprovados para esse fim; mas na sua capacidade como "Lord Paramount" de tôdas as terras sob o sistema feudal e como grande proprietário de terras em seu próprio direito, o Rei antigamente gozava de certas rendas hereditárias que lhe eram acrescentadas irrespectivamente da taxaço parlamentar.

Até o ano de 1715, essas rendas hereditárias eram arrecadadas em virtude da Prerrogativa e pagas ao Rei. Naquele ano foi aprovado o primeiro dos Atos da Lista Civil, de acôrdo com os quais essas rendas eram pagas ao Tesouro. No comêço de cada reinado, o Rei recebe suas rendas hereditárias de acôrdo com um rendimento fixo (que é agora denominada a "Lista Civil") que lhe é outorgado pelo Parlamento e é pago pelo Fundo Consolidado. Esse rendimento montava, no reinado de Jorge III, a £ 800.000 e, dêle, eram pagos certos ordenados, pensões, etc., tais como ordenados dos juizes. Pouco a pouco, contudo, êsses encargos estranhos foram sendo retirados da Lista Civil, e desde o reinado de Guilherme IV essa apenas incluía pagamentos ao Rei e a certos membros de sua família. A Lista Civil, de Sua Majestade Jorge VI monta a £ 410.000, pagando êle com a mesma as despesas de seus vários estabelecimentos e funcionários de sua casa.

Pode-se, assim, verificar que, no curso da história, a Prerrogativa da Coroa foi visivelmente reduzida, de duas maneiras. No que se refere à aplicação da Prerrogativa na feitura das leis, ela foi transferida expressamente do Rei em pessoa para o Rei no Parlamento; e êsse processo, juntamente com a convenção de que o Rei não pode recusar sua sanção às leis aprovadas pelo Parlamento, teve o efeito de transferir para aquêle corpo todo o poder legislativo. No que se refere à aplicação da Prerrogativa à ação executiva, também essa caiu sob o poder do Parlamento, se bem que de uma maneira diferente. O Rei presentemente exerce seus poderes apenas aconselhado pelos seus Ministros. Êstes não podem ocupar os seus cargos a não ser que gozem da confiança do Parlamento, e a necessidade prática de convocar o Parlamento em intervalos regulares com o fim de votar os orçamentos exigidos para levar a cabo os negócios nacionais significa que os próprios Ministros têm de prestar contas de seus atos ao Parlamento, constantemente.

Poder-se-ia, portanto, acreditar que a influência do Monarca sôbre a direção dos negócios públicos foi reduzida até o ponto de se tornar negligenciável; mas essa suposição não é absolutamente correta. Por ocasião da morte de Guilherme IV, o prestígio da Coroa havia caído quase ao nível atingido no tempo dos Stuart, mas a Rainha Vitória conseguiu reerguê-lo e, por ocasião de sua morte, êsse prestígio se encontrava de novo muito elevado. Se bem que o Rei exerça seus poderes seguindo os conselhos de seus Ministros e sejam êsses que, de fato, exerçam as Prerrogativas Reais, de acôrdo com a lei, essas continuam a ser Prerrogativas do Rei. A obrigação de seguir o conselho de seus Ministros, implica no direito absoluto de ser aconselhado. O Rei ocupa, assim, uma posição "sui generis" entre os governos modernos. Se é verdade que foi suprimido seu direito de reformar qualquer ato, por outro lado êle tem o direito de ser bem informado acêrca do que fazem êsses Ministros e de discutir com êles os assuntos políticos. Essas discussões nunca são tornadas públicas (pelo menos até à morte do Monarca), mas é evidente que, em proporção à sua acuidade política, os pontos de vista e intenções do Monarca devem exercer uma influência realmente decisiva sôbre a política ministerial.

As cartas da Rainha Vitória, que foram publicadas, e as memórias dos estadistas do seu tempo mostram quão largamente, de fato, ela fêz sentir a sua influência. Um dos exemplos mais conhecidos ocorreu no ano de 1861,

quando o navio a vapor inglês "Trent" foi detido, vindo de Havana para a Inglaterra, por um navio de guerra americano. Esse barco conduzia a bordo quatro enviados dos Estados Confederados, que haviam conseguido atravessar o bloqueio até Cuba e se destinavam às Côrtes da Inglaterra e da França. A despeito dos protestos do commandante do "Trent" esses enviados foram removidos à força — uma quebra da lei internacional que despertou uma grande indignação na Inglaterra logo que os fatos se tornaram conhecidos. Lord Palmerston, então Primeiro Ministro, preparou imediatamente um despacho a ser comunicado ao Governo Federal, por intermédio do Embaixador Britânico em Washington e no qual solicitava a libertação dos enviados, nos termos mais incondicionais possíveis. O despacho foi devidamente levado ao conhecimento da Rainha, antes do seu envio. O Príncipe Consorte, cujo conselho em tais assuntos ela prezava largamente, leu-o atentamente e mostrou-se chocado pela rudeza do seu tom. Sugeriu então certas emendas, que sem prejuízo da firmeza do protesto, contribuíram grandemente para o tato e cortesia das suas expressões. Essas emendas foram adotadas pelo Ministério, sofrendo o despacho nova redação. Sua finalidade foi plenamente preenchida e os quatro passageiros foram libertados pelo Governo Federal; mas, como observou na época o Secretário Seward, "tudo dependeu da sua redação" e as sugestões do Príncipe Consorte foram, de fato, largamente responsáveis no sentido de evitar um rompimento de hostilidades entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos.

"O Governo de S. Majestade", não é, pois, uma frase vazia. A Coroa é, para o povo britânico, o simbolo de tôdas as funções legislativas, judicial e executiva — que compõem o todo do poder governmental. Além disso, a Coroa é um simbolo da história, tanto quanto do poder — uma história que se estende por 900 anos e no curso da qual os princípios democráticos foram lenta e penosamente, mas também vitoriosamente, pugnados e estabelecidos. É simultaneamente um emblema do poder e uma advertência de que o poder deve, em última análise, residir no seio do povo e que um bom govêrno constitui essencialmente um duplo processo, implicando não apenas o exercício resolutivo do poder como também a "fidelidade" espontânea dos governados. É também um esplêndido emblema, que simboliza a dignidade e a continuidade inerentes a qualquer sistema de govêrno estável; pois, embora a substância do poder tenha sido transferida no curso dos séculos do Rei para o povo, a forma foi meticulosamente preservada e é altivamente ostentada em determinadas funções tais como a coroação ou na cerimônia da abertura do Parlamento, bem como na conduta geral da Côrte. A Coroa, numa palavra, permanece em relação a tudo quanto, na Constituição Britânica, merece realmente as aspirações do povo; e embora este, habitualmente, se esforce por esconder os seus sentimentos, o entusiasmo que demonstra possuir nas funções solenes acima mencionadas ou em outras aparições públicas do Rei, comprova o que de fato êle sente no seu íntimo. Como portador da Coroa, o Rei é a personificação singular e o guardião visível de tôdas essas convicções e sentimentos. A administração é realizada em seu nome, no momento da coroação êle jura manter a lei e os costumes do Reino; tem o direito de ser consultado e o dever de mostrar-se interessado; é a fonte titular de toda a lei; justiça e honra; em verdade é êle a personificação humana de tudo quanto se contém dentro da noção de fidelidade.

Com franqueza, hesito em dizer que êle não seja ainda alguma coisa mais; considero a instituição da Monarquia Britânica como a garantia da liberdade. Nas lutas do Parlamento contra a Coroa, perdemos como ganhamos, algumas vezes. O antigo risco da tirania ou da regra arbitrária estabelecida pelo Rei passou há muito tempo, mas quem diria que o sistema parlamentar, por si só, é uma garantia completa da liberdade ou que se o Parlamento fôsse o único a deter a soberania jamais surgiria o perigo da tirania imposta pela maioria parlamentar? O fato de existir o Rei e ser mais do que o Parlamento, significa que os súditos do Rei são mais do que criaturas — ou o que quizerdes — do Govêrno no poder. Temos o direito de acionar o Ministro do Rei, por *petição* dirigida ao próprio Rei, em casos de ofensas à lei, desde que o Rei é o próprio guardião da Lei. Além disso, o próprio maquinismo do govêrno é muito mais amplo do que um simples Gabinete responsável perante o Parlamento. Há os Tribunais que, como dissemos, são independentes da política. Há o Serviço Civil permanente nos grandes Departamentos do Estado, que se mantêm através dos sucessivos govêrnos e cujos membros são os servidores do Rei

e não os servidores do Governo ou do Parlamento. Desta maneira o círculo se fecha, e o Rei e o Povo se encontram. A estrada do Rei é a estrada do povo, e seria um mau dia para a Inglaterra aquêle em que as coisas deixassem de ser assim, do mesmo modo que seria lamentável que deixasse de imperar o "inglês do Rei".

Lembrai-vos ainda e novamente da existência da oposição de Sua Majestade, sistema sob o qual o Rei sábiamente emprega e paga alguns homens eminentes no sentido de encabeçar um partido em oposição ao seu próprio Governo — arranjo do qual os súditos do Rei se beneficiam grandemente e, na realidade, fundamentalmente.



— II —

AS FUNÇÕES DA COROA NA COMUNIDADE E NO IMPÉRIO BRITÂNICOS

Em minha última conferência esforcei-me por expor-vos a posição e as funções constitucionais da Coroa, no Reino Unido, e hoje tentarei explicar-vos o lugar e as funções da Coroa na Comunidade Britânica de Nações e no Império Britânico.

—“O Império Britânico” nunca foi legalmente definido e tão diferentes são os territórios que o compõem em tamanho, geografia, habitantes e dispositivos constitucionais que se torna provávelmente impossível uma definição precisa. A noção romana do “imperium” significava contróle absoluto, ou, pelo menos, direito ao contróle absoluto, mas essa concepção não pode ser aplicada com qualquer certeza a tôdas as regiões do mapa englobadas no Império Britânico. Em certos mapas, por exemplo, elas incluem territórios colocados sob mandato britânico depois da guerra passada. Alguns desses territórios, como certas ilhas do Pacífico e certas partes da África Sul-Occidental, que ora se acham sob contróle britânico, vêem-se não obstante na obrigação de apresentar ao Conselho da Sociedade das Nações um relatório anual sôbre a conduta da administração. Outros há, tal a Palestina, onde se espera que após um periodo da tutela será conseguida ulteriormente uma independência completa. Foi êsse, em realidade, o caso do Iraque, que deixou de permanecer sob mandato britânico em 1932 e foi admitido como membro independente da Sociedade das Nações. Para o objetivo presente será provávelmente mais útil pôr de lado os territórios sob mandato (por importantes que sejam alguns dêles) e dividir o Império Britânico em colônias e protetorados de um lado e, de outro, em Domínios, para assim seguirmos o exemplo do Primeiro Ministro e falarmos da Comunidade Britânica de Nações e do Império Britânico.

A diferença, em teoria legal, entre uma colônia e um protetorado é que as terras da primeira pertencem à Coroa, e, as do segundo, não pertencem. Os protetorados são regiões cujo contróle, pelo menos no concernente às relações exteriores, foi confiado a Sua Majestade por tratado, concessão ou capitulação. A sua administração interna varia em diferentes casos. Sob o Ato de Jurisdição Externa, de 1890, a Coroa tem poderes para legislar em nome de Sua Majestade, embora em muitos casos (como, por exemplo, no de Uganda), haja legislaturas locais gozando de poderes consideráveis. Os Estados protegidos são análogos aos protetorados, mas são governados nos nomes dos seus soberanos locais sujeitos a um maior ou menor contróle britânico. Temos como exemplos o Zanzibar e os Estados Malaios. Na prática, o método de governo em qualquer protetorado ou Estado protegido é estreitamente similar ao predominante em qualquer colônia que haja atingido o mesmo grau de desenvolvimento social, e na verdade não são poucos os exemplos (particularmente na África Occidental) em que a contigüidade geográfica de um protetorado e de uma colônia seja tal, que o seu governo é exercido por uma única autoridade. A própria diferença em teoria legal já mencionada é mais interessante, do que significativa. Convém recordar que o conceito legal da lealdade remonta aos tempos feudais e originou-se na posse da terra. E já que o solo de um pro-

tetorado não se destina a ser posse de Sua Majestade êsse conceito é, acadêmicamente, inaplicável. Conseqüentemente, ficou estabelecido que os habitantes de um protetorado britânico não são, como tais, súditos da Coroa Britânica e não lhe devem portanto fidelidade. Ao mesmo tempo, entretanto, foi declarado que os habitantes de um protetorado devem uma certa obediência, como algo equivalente à proteção". Essa declaração descreve uma relação que não é facilmente distinguível do conceito de lealdade, tal como se desenvolveu na história britânica, e, muito embora os habitantes de um protetorado sejam qualificados, em lei como "Pessoas Britânicas Protegidas", gozam, de fato, de um regime muito similar aos dos súditos britânicos propriamente chamados. Um regime pode, em realidade, ser facilmente assimilado por outro — como no caso de Malta que se tornou protetorado britânico em 1798, mas cujo povo obteve o regime formal dos súditos britânicos em 1813, a pedido próprio.

Como já ficou indicado e será tornado mais claro de ora em diante, a lealdade à Coroa é presentemente importante não como conceito legal, mas como sentimento humano, e é da força desse sentimento que depende a coerência do Império. E' por êsse motivo que a diferença técnica entre as colônias e os protetorados pode ser grandemente desconhecida dos estudiosos do Império Britânico, e devemos por conseguinte simplificar ainda mais o nosso assunto classificando os territórios do Império em duas categorias de Colônias e Domínios. (Não há, de fato, protetorados nos continentes americanos do norte ou do sul).

As colônias britânicas são muitas vêzes classificadas de conformidade com a maneira da sua aquisição, ou seja:

- a) — por colonização
- b) — por cessão
- c) — por conquista.

Também aqui as distinções, apesar de válidas em teoria legal, nem sempre são facilmente reconhecíveis na prática. Um exemplo notável de cessão é fornecido por Bombaim, adquirida a Portugal, em 1661, por Carlos II, em conseqüência do seu casamento com Catarina de Bragança, de cujo dote fazia parte. Porém, mais normalmente a cessão é efetuada por tratado, na conclusão de uma guerra, e o território cedido pode de fato ter sido capturado (como Gibraltar) antes de se realizar a transferência formal.

Ao demais, o processo de colonização num território onde não existia anteriormente um governo organizado, colocou freqüentemente os colonos, em fase ulterior, na necessidade de combater pelas próprias vidas contra os habitantes nativos e, assim, o território se tornou bem parecido a uma aquisição de conquista. A aquisição por colonização, não obstante, dada a sua origem pacífica, é muito facilmente distinguível da aquisição por conquista ou de cessão, e representa de fato o processo pelo qual foi construída a maior parte do Império Britânico (incluindo a Austrália toda e a maior parte do Canadá). Êsses três tipos de colônias existem no Hemisfério Ocidental. A Terra Nova, a mais antiga colônia britânica, datando de 1583, foi adquirida por colonização, como também o foram as Bermudas, Baamas e algumas das outras ilhas das Índias Ocidentais Britânicas, particularmente a de Barbados, enquanto que o território da Guiana Britânica foi cedido pela Holanda, em 1814, e a Jamaica conquistada à Espanha, em 1665.

A fundação da administração colonial britânica é a Prerrogativa Real já discutida até certo ponto em minha conferência anterior. Nas colônias obtidas por colonização os colonos instituíram o Direito Consuetudinário Britânico e os decretos aplicáveis nas circunstâncias, e a prerrogativa permitiu à Coroa conceder-lhes uma constituição análoga à existente na Inglaterra. Mas a Coroa reteve, e ainda retém (salvo onde o direito foi expressamente retirado por lei parlamentar) o direito de legislar para a colônia por meio de Ordenações. Nos territórios conquistados ou cedidos o direito estrangeiro anteriormente predominante foi geralmente mantido, sempre que não entrasse em conflito com as noções de justiça britânicas, e em virtude da Prerrogativa a Coroa podia criar qualquer forma de legislatura à sua escolha. Assim fazendo, entretanto, renunciava ao seu direito (a não ser que o reservasse especificamente), de continuar a legislar através de Ordenações. Para fins práticos a

administração dos territórios coloniais sob Atos do Parlamento ou a Prerrogativa encontra-se presentemente em mãos do Departamento das Colônias, o qual, tal como os demais grandes departamentos do Estado, é dirigido por um Ministro responsável, agindo o Soberano de acôrdo com os seus conselhos.

Em tôdas as colônias existe um Governador (ou Alto Comissário), que representa a Coroa e, exceto em alguns territórios muito pequenos ou atrasados, como Gibraltar e a Somália, um corpo legislativo sôbre o qual exerce maior ou menor contrôle, inclusive o direito de dar ou negar-lhe consentimento às medidas que adota. As três colônias das Bermudas, Barbados e Baamas ainda se regem pelas constituições originais que lhes foram concedidas nos séculos dezesete e dezoito, as quais dispõem uma legislatura composta de uma Assembléia elegível e de um Conselho Legislativo cujos membros são nomeados. Em outras colônias a legislatura consiste em uma Câmara sômente, da qual alguns membros são geralmente eleitos, ao passo que outros são nomeados ou ocupam os seus lugares em virtude das posições oficiais que lhes tocam. Nesse ponto há pouca unanimidade no Império todo. Assim, olhando sômente para o Hemisfério Ocidental, vemos que na Guiana Britânica o Conselho Legislativo consiste de dez membros oficiais e de cinco nomeados e quatorze outros eleitos; em Granada há quatro membros oficiais (inclusive o Governador), quatro membros nomeados e sete eleitos; em Trindade, há três membros oficiais, seis nomeados e nove eleitos; nas Honduras Britânicas não há nenhum membro eleito. As ilhas Leeward de Antigua, St. Kitts, Nevis e Montserrat, foram confederadas pela lei parlamentar de 1871, e a Federação possui uma Legislatura com membros oficiais e eleitos em número igual. Na Jamaica há cinco membros oficiais, dez nomeados e quatorze eleitos, mas uma constituição completamente nova baseada no sufrágio universal adulto foi prometida à colônia, em 1942, encontrando-se em processo de formulação. Seria monótono continuar a enumeração. O que convém ser observado é que em quase tôdas as colônias encontramos pelo menos o germe do governo democrático, mas o grau do seu desenvolvimento, tanto na forma, como de fato, varia amplamente de naturais, nível educacional, etc. Os vários governadores podem, na prática, negar o seu assentimento à legislação, com maior ou menor liberdade nos diferentes territórios e podem ser mais ou menos estritamente controlados da Grã-Bretanha. Mas, num ponto de relevância, encontramos uniformidade. A lei administrada nas colônias varia amplamente de lugar para lugar. Na maioria dêles, ela baseia-se no Direito Consuetudinário Britânico; em outros, como na ilha Maurício, no direito franco-romano e, em muitos territórios africanos, os costumes tribais das populações nativas ainda vigoram nas Côrtes. Mas, pela Prerrogativa Real, o Rei continua a ser a fonte suprema de justiça e a apelação ulterior de tôdas as côrtes coloniais é feita ao Conselho de Sua Majestade. Estas apelações recebidas em Londres pelo Comitê Judicial do Conselho Privado, um corpo constituído pelos detentores ou ex-detentores de altas funções judiciais na Grã-Bretanha e em todo o Império, o que emite o seu julgamento, sob a forma de conselho a Sua Majestade, afim de que a apelação seja provida ou denegada, conforme o caso.

A parte considerações de ordem geográfica, física e estratégica, que em muitos casos devem ser decisivas, a distância atingida por qualquer uma das colônias no seu progresso ao longo da estrada que conduz a uma independência completa pode ser largamente medido pelas realizações do seu próprio povo nos campos da política, da economia e do bem-estar social. Acêrca da situação na zona das Caraíbas, foi publicado recentemente um relatório muito franco de um observador americano, antigo funcionário do Departamento de Estado dos Estados Unidos. Escrevendo em um número da revista *Fortune*, de fevereiro do corrente ano, menciona êle recentes concessões políticas e financeiras concedidas às citadas ilhas, usando das seguintes palavras: "Tendo tomado estas medidas para neutralizar as armas dos descontentes, os britânicos poderiam ter permitido que a política das Antilhas continuasse a ferver, sem a realização de mudanças substanciais, não fôra a influência americana que se firmou de modo crescente a partir de 1940. O principal instrumento da pressão americana foi a crítica do público dos Estados Unidos acêrca da política colonial britânica. Os politicos das Antilhas usaram efetivamente a alavanca que pusemos nas suas mãos... Os habitantes de Jamaica, durante a última primavera, adquiriram uma tal extensão de auto-govêrno, na forma da nova cons-

tituição, que ainda se mostram um tanto perplexos. Até mesmo os mais agressivos reivindicadores de um auto-governo admitem já lhes haver sido dado quase tudo quanto desejavam por um certo espaço de tempo. Os habitantes de Trinidad acham-se quase numa idêntica situação... Em parte alguma das Antilhas assistimos ao espetáculo de povos subjugados debatendo-se nos laços de um controle político exercido por uma potência estrangeira. Os antilhanos são realistas; sabem que os seus problemas básicos são, primariamente, o econômico e, em seguida, o cultural, e que a independência política, longe de soiver os seus problemas essenciais, serviria apenas para agravá-los. Um político ambicioso jamais pode receber uma menor dose de auto-governo do que lhe é oferecido e bem pode ser obrigado a reivindicar algo mais. No entanto, nas Caraibas, os líderes populares perguntam agora se estarão habilitados a usar os seus atuais poderes de uma maneira sábia... Falar demasiadamente acêrca da terminação do problema colonial obscurece as duas realidades, as inúmeras décadas de trabalho paciente e dispendioso que as potências coloniais devem empreender... antes que os povos pouco amadurecidos politicamente possam manter-se sôzinhos”.

Por tôda parte do Império encontramos todos os graus possíveis de desenvolvimento político. Na Índia, cuja posição geográfica e recursos naturais são abundantemente adequados para um Estado auto-governado, o alvo da independência poderia já ter sido alcançado, não fôssem as animosidades raciais e religiosas que tão penosamente dividem o povo. Mas a Índia se encaminha para esta meta.

Através de provas e erros, como sucedeu a nós mesmos, ela experimenta todos os meios possíveis de chegar a um entendimento entre as numerosas raças e religiões, dentro das suas fronteiras, o que a capacitará eventualmente a tornar-se senhora completa dos seus próprios destinos.

A Rodésia do Sul progrediu ainda mais ao longo da estrada e hoje nos aparece no limiar de um regime de Domínio, estágio final de desenvolvimento no seio do Império a que podemos agora chegar.

“Estou convencido”, disse Charles James Fox, “que a única maneira de reter as colônias distantes com vantagem é permitir-lhes que se governem a si próprias”. Estas foram as belas palavras pronunciadas em 1791, quando as treze colônias americanas tinham acabado de estabelecer a sua independência pela força das armas e todo o futuro da idéia monárquica parecia ferver no caldeirão da Revolução Francesa. Mas, William Pitt entrou em acôrdo com elas e uma constituição foi concedida às duas Províncias do Alto e Baixo Canadá. Cada uma delas possuiu uma Casa de Assembléia eleita e uma Câmara Superior nomeada, enquanto o Poder Executivo era colocado nas mãos de um governador e de um Conselho Executivo nomeados em Londres. Esses acordos não funcionaram a contento. O Conselho Executivo (cujos membros só podiam ser demitidos por faltas cometidas no exercício das suas funções) e a Câmara Superior exibiam mais a vigilância de Londres do que a de Montreal e Quebec, mostrando-se sempre em divergência com os pontos de vista progressistas da Assembléia eleita. Em 1840, foi concedida uma nova constituição. O Alto e o Baixo Canadá viram-se unidos numa única Assembléia, dando-se aos Governadores o poder de pedir a retirada de qualquer membro do Conselho Executivo sempre que tal medida fôsse considerada desejável por motivos políticos. Dentro de poucos anos esse poder foi transferido por Lord Elgin à prática de um governo responsável segundo o modelo inglês, o que quer dizer: o executivo estava obrigado a demitir-se quando não recebesse mais o apoio da Assembléia. O mesmo sistema foi introduzido pouco depois nas Províncias da Nova-Escócia e Nova Brunswick. Em 1876, o “British North America Act”, criou o Domínio do Canadá, federação, de algum modo baseada no plano americano, dos dois Canadás, Nova-Escócia e Nova Brunswick. Em tempo oportuno as outras Províncias canadenses reuniram-se à Federação — Manitoba em 1870, Colômbia Britânica em 1871, Ilha do Príncipe Eduardo em 1873, Saskatchewan e Alberto em 1905.

A testa da Federação acha-se o Governador Geral, representante da Coroa, e o Parlamento do Domínio, consistente de um Senado com 96 membros nomeados e uma Câmara dos Comuns, que compreende 245 membros eleitos e representantes das várias províncias. O Poder Executivo acha-se em mãos de

um Governador Geral e de um Gabinete de Conselheiros Privados. Em cada uma das Províncias há uma espécie de Sub-Governador, uma Assembléia Legislativa e um Conselho ou Gabinete Executivo. Pela Lei de 1867, foi concedido às Assembléias Provinciais o poder de legislar a respeito de 16 matérias especificadas (por exemplo, taxaçoão direta no interior da Província, direitos de propriedade, educação, etc.). Um certo número de matérias especificadas foi do mesmo modo reservado ao Parlamento do Domínio, tais como — serviços postais, navegaçoão, emissão de papel-moeda e moeda divisionária e naturalizaçoão de estrangeiros. Mas o Parlamento do Domínio possui também o direito exclusivo de legislar acérca de qualquer matéria não especificadamente designada à alçada das Assembléias Provinciais. (Isto constitui o oposto à regra estabelecida pelas constituiçoões dos Estados Unidos e da Comunidade da Austrália).

A estrutura da Federaçoão Canadense já se desenvolveu numa certa extensão, uma vez que o Canadá foi o primeiro território dentro do Império a adquirir o sistema de governo responsável e o título de Domínio. A Austrália é também uma federaçoão, criada em 1900, com as colônias da Nova Gales do Sul, Tasmânia, Vitória, Queensland, Austrália do Sul e Austrália Ocidental. A União Sul-Africana, criada em 1909, não é, estritamente falando, uma Federaçoão, uma vez que o Parlamento da União, que se compõe de um Senado e de uma Assembléia pode revogar a legislaçoão emanada dos Conselhos Provinciais, mesmo em assuntos que tenham sido confiados à sua jurisdiçoão. A Nova Zelândia, a Terra Nova e o Eire, são Estados unitários, mas gozam todos do privilégio de possuir governos responsáveis e adquiriram o título de Domínio, em 1931.

Qual será, portanto, a essência do regime do Domínio e como é adquirido esse privilégio? O processo se baseia no acórdo e na convençoão, sendo de essência empírica e completamente britânica. No campo legislativo, não resta a menor dúvida de que o Parlamento Imperial da Grã-Bretanha era supremo e competente para aprovar leis vigorantes em qualquer parte do Império. Mas as assembléias coloniais proclamavam-se também dotadas do poder de legislar, e, na verdade, haviam sido investidas, pela maior parte dos Atos que as constituíram, do direito expresso de elaborar leis referentes à “paz, ordem e governo eficiente” para os territórios interessados. O Ato da Validade das Leis Coloniais de 1865, determinou que deveria ser revogada qualquer lei colonial que entrasse em conflito com qualquer Ato do Parlamento Imperial aplicável à colônia em questão. Esse mesmo Ato também determinava, contudo, que seria válida qualquer outra lei colonial; e, na verdade, antes ampliou que restringiu os poderes das Assembléias coloniais, pois concedeu-lhes o direito de aprovar leis contrárias ao direito Consuetudinário da Inglaterra, se assim lhes aprobevesse. As únicas leis inoperantes eram as que entrassem em conflito com um Ato do Parlamento Imperial relativo ao território em questão e, pela simples praxe de restringir gradativamente a votaçoão de tais Atos, o Parlamento Imperial, foi aos poucos, ampliando a capacidade legislativa das Assembléias Coloniais, conquanto preservando sempre, teóricamente, sua própria soberania.

Em segundo lugar, existem os poderes de “restricçoão” e “desaprovaçoão”, um dos quais, pelo menos, é mencionado nas constituiçoões de todos os Domínios. Do mesmo modo que as leis aprovadas pelo Parlamento Imperial necessitam da sançoão Real, as leis votadas pelas Assembléias Coloniais necessitavam da sançoão do Governador Geral, como representante da Coroa. Em vez, porém, de conceder ou negar essa sançoão, o Governador podia “restringi-la” a um determinado periodo, enquanto sondava a opinião da Coroa, por intermédio do Governo Imperial de Londres. Mais ainda, mesmo quando dava a sua sançoão sem restriçoões, essa sançoão podia, posteriormente, ser desautorizada pelo Governo Imperial. Também a esse respeito, os poderes da Coroa conquanto permanecendo teóricamente intactos, foram grandemente reduzidos na prática. A desaprovaçoão foi aplicada, pela última vez, em 1867, com referênciã à Nova Zelândia e em 1873 com referênciã ao Canadá. Jamais fora aplicada a atos emanados das assembléias da Austrália ou da África do Sul.

Mas a feiçoão mais significativa está, talvez na maneira eficiente, e sempre oportuna, do desenvolvimento do governo responsável. Em todos os Domínios, o Governador Geral tem poderes para nomear um Conselho Executivo, encar-

regado de pôr em aplicação os negócios governamentais; mas em nenhuma das constituições (exceto na do Estado Livre da Irlanda) se determina que os conselheiros tenham de ser escolhidos entre os Ministros, por sua vez, escolhidos pelas Assembléias Legislativas e dependendo do apoio desses corpos eleitos. Não obstante, se radicaram nas Colônias as convenções, graças às quais na Grã-Bretanha, o Rei é obrigado a escolher seus ministros no partido que conta com a maioria na Câmara dos Comuns, e os Governadores foram compelidos, na prática, a agir de maneira semelhante e convidar o Conselho Executivo a renunciar quando seus membros perdem a confiança das Assembléias.

Dêsse modo, a teoria de que o Governador está investido dos poderes da Coroa foi, gradualmente, transformada, na prática na regra de que êle deve exercer êsses poderes de acôrdo com o conselho de seus Ministros e de que êsses, por sua vez, têm de prestar contas à Assembléia.

As forças que trabalhavam em prol da completa autonomia dos Domínios adquiriram mais ímpeto, à medida que o tempo ia passando. Desde 1880 fôra reconhecido que um tratado comercial com uma potência estrangeira não deveria ser concluído pelo Governo Imperial sem antes consultar qualquer colônia cujos interesses estivessem envolvidos no caso. Em 1893, representantes dos governos canadense e britânico colaboraram, em igualdade de condições, na elaboração de um tratado com a França, e, em 1907, os representantes canadenses alcançaram o direito de negociarem sôzinhos o tratado, sujeito apenas à assinatura dos representantes britânicos. Na Conferência Imperial de 1911, o Primeiro Ministro australiano objetou que a Declaração de Londres, resultante das Conferências de Haia, realizadas pouco antes, tinha sido feita sem que os Domínios tivessem sido consultados. Essa objeção foi apoiada pela África do Sul, Nova Zelândia e Terra Nova, e ficou assegurado aos Domínios, para o futuro, uma consulta ampla em tais assuntos. Na guerra passada, os Domínios participaram da luta voluntariamente. O recrutamento militar, por exemplo, que foi reforçado na Grã-Bretanha em 1916, não foi aplicado à Austrália. Mas, se os Domínios participaram livremente da guerra, também participaram com o máximo de seu poderio. Saíram da guerra como nações plenamente investidas de seus próprios direitos, como signatários independentes do Tratado de Versalhes e como membros individuais da Liga das Nações. Na Conferência Imperial de 1926, foi nomeado um Comitê, sob a presidência de Lord Balfour, para fazer um inquérito acêrca das relações inter-imperiais.

Produziu a famosa "Declaração Balfour" que descreveu os Domínios nos seguintes termos: "São comunidades autônomas dentro do Império Britânico, iguais em categoria, de modo algum subordinadas umas às outras em qualquer aspecto dos seus negócios domésticos ou externos, embora unidas por uma fidelidade comum para com a Coroa, e livremente associadas na qualidade de Comunidade de Nações Britânicas".

Contudo, a despeito de tôdas essas modificações na sua substância, permaneceram inalteradas as formas legais. De acôrdo com os termos da lei podia o Governador Geral de um Domínio recusar a sua aprovação a uma lei de um Domínio, e mesmo se a aprovasse, ainda podia o Governo Imperial anulá-la; o Governo Imperial ainda podia declarar guerra e obrigar os Domínios a essa declaração; podia ainda fazer a paz em seu nome e contra a sua vontade. De tal modo havia de fato a teoria legal se atrasado em relação à prática constitucional que os poderes do Governo Imperial sômente podiam ser reconciliados com o *status* dos Domínios na suposição de que nunca seriam exercidos! Foi com o objetivo de nivelar as formas com os fatos que foi aprovado em 1931 o "Statute of Westminster" o qual é intitulado: "Uma lei que dará efeito a certas resoluções aprovadas pelas Conferências Imperiais realizadas nos anos de 1926 a 1930". A 1.^a Secção define os Domínios como consistindo do Canadá, Austrália, Nova Zelândia, a União Sul-Africana, o Estado Livre da Irlanda, e a Terra Nova. A 2.^a Secção anula as restrições impostas pelo "Colonial Laws Validity Act", de 1865, sôbre a legislação dos Domínios e que é repugnante à legislação Imperial e, indo muito mais longe, concede poderes ao Parlamento de um Domínio para repelir qualquer "Imperial Act" existente no caso dêste já se aplicar ao Domínio em questão. A 3.^a Secção reconhece o direito de um Domínio ao controle do *status* pessoal dos seus cidadãos em casos tais como casamento, taxaço e lei criminal, uma vez que declara o seu poder para pro-

mulgar leis de efeito extra-territorial. A 4.^a Secção estipula que “nenhum Ato do Parlamento do Reino Unido aprovado após a entrada em vigor do presente Ato se estenderá, ou será considerado como se estendendo, a um Domínio como parte da lei daquele Domínio, a não ser que seja expressamente declarado no dito Ato que o Domínio em questão requereu a sua promulgação ou a ela consentiu”. Essa secção é interessante, uma vez que preserva em sua forma, ao mesmo tempo que controla na realidade, a soberania do Parlamento Imperial

Reconhece que o Parlamento Imperial pode aprovar uma lei que acarreta obrigações a um Domínio, mas declara que nunca assim agirá a não ser a pedido do próprio Domínio — solução essa tipicamente britânica. As secções restantes do Estatuto são de caráter técnico visando principalmente a reconciliação dos princípios estipulada nas secções precedentes com a maquinaria constitucional particular dos vários Domínios.

Mais importante, contudo, para os fins atuais, do que êsses dispositivos é a declaração de princípio que consta do preâmbulo do Estatuto: “Embora seja justo e acertado declarar à guisa de preâmbulo ao presente Ato que, conquanto seja a Coroa o símbolo da associação livre dos membros da Comunidade de Nações Britânicas, e como estas se acham unidas por uma fidelidade comum para com a Coroa, estaria de acôrdo com a posição constitucional estabelecida de todos os membros de Comunidade em relação mútua que qualquer alteração na lei no tocante à Sucessão ao Trono ou ao Estilo Real e Títulos daqui por diante necessitarão do consentimento tanto dos Paramentos de todos os Domínios como do Parlamento do Reino Unido”. Vemos aqui na sua perfeita forma a transição dêsse conceito de fidelidade, partindo de uma noção feudal de sujeição legal até chegar a um laço sentimental de unidade entre povos livres.

Acontecimentos momentosos tiveram lugar desde que foi aprovado êsse Estatuto. Em primeiro lugar verificou-se que o reconhecimento da Terra Nova como possuidora de plenas qualidades para o Domínio fôra prematura. Em 1933 o Governo dêsse Domínio encontrava-se em dificuldades financeiras e econômicas e pediu ao Governo Britânico para que assumisse o contrôle. As funções do Parlamento da Terra Nova foram, portanto, suspensas em 1934 e o seu Governo está sendo temporariamente exercido pelo Governador e por uma comissão nomeada pela Grã-Bretanha. É ainda cedo para opinarmos sôbre o desfecho dessa medida. Mas o acontecimento é instrutivo como reconhecimento de um dos povos do Império de que a inteira autonomia não apresenta uma solução para todos os males e que, na verdade, pode ser adquirida cedo demais.

E' certo que ninguém poderia ter previsto, em 1931, que as palavras do Preâmbulo concernentes à Sucessão do Trono seriam aplicadas na prática dentro de tão pouco tempo, pois que verificou-se a abdicação do Rei Eduardo VIII em 1936. Essa abdicação tornou necessário não só o consentimento do Parlamento do Reino Unido como também dos Paramentos dos Domínios.

— Graças à gentileza de Sua Excelência o Embaixador do Canadá no Brasil, é possível fornecer o texto da lei votada pelo Parlamento canadense, a 10 de dezembro de 1936 e que recebeu a aprovação real a 31 de março de 1937. Essa lei exemplifica da maneira mais clara possível o funcionamento do Estatuto de Westminster.

O instrumento está subordinado ao título “Uma lei relativa à alteração do decreto concernente à sucessão ao Trono”:

“Considerando que sua ex-majestade, o rei Eduardo VIII, com sua mensagem do dia dez de dezembro, do ano de Nosso Senhor de mil novecentos e trinta e seis; houve por bem declarar que estava irrevogavelmente decidido a renunciar ao Trono por si e pelos seus descendentes, e que com essa finalidade executara o instrumento de abdicação constante da secção I, desta Lei, manifestando o desejo de que êle entrasse imediatamente em vigor:

“Considerando, em seguida à comunicação feita ao governo de Sua Majestade, no Canadá, da aludida declaração e desejo de Sua ex-Majestade, que o consentimento do Canadá conforme as disposições da secção quatro do Estatuto de Westminster, de 1931, à ratificação da declaração do ato de abdicação de Sua Majestade, de 1936, constante da Secção II dêsse ato, foi comunicado ao Governo de Sua Majestade no Reino Unido:

“E considerando que o seguinte parágrafo consta do preâmbulo ao Estatuto de Westminster, de 1931:

“E atendendo que é conveniente e adequado estabelecer por meio do preâmbulo a este ato que sendo a Coroa o símbolo da livre associação dos membros da Comunidade Britânica de Nações e achando-se eles unidos por uma lealdade comum à Coroa, seria conforme com a posição constitucional estabelecida de todos os membros da Comunidade em relação uns com os outros que qualquer alteração na lei concernente à sucessão ao Trono ou aos reais nomes ou títulos necessitasse de ora em diante tanto do consentimento dos Parlamentos de todos os Domínios como do consentimento do Parlamento do Reino Unido; (Estatuto de Westminster, Reino Unido, 22 Geo. V, ch. 4.)

“e, conseqüentemente, torna-se necessário declarar o consentimento do Parlamento do Canadá à alteração na lei relativa à sucessão ao Trono constante da Declaração do ato de abdicação, de Sua Majestade, de 1936.

Conseqüentemente Sua Majestade, pelo e com o parecer e consentimento do Senado e da Câmara dos Comuns do Canadá, decreta o seguinte:

1. — A alteração na lei concernente à sucessão ao Trono constante do ato do Parlamento do Reino Unido, sob o título “Declaração do Ato de Abdicação de Sua Majestade, 1936, fica desta maneira aprovada”. (Consentimento à alteração na lei concernente à sucessão ao Trono).

E aqui será oportuno lembrar que durante os debates sobre o “Abdication Bill” no Parlamento Britânico, foi proposta uma emenda sugerindo que chegara a ocasião para abolir a monarquia como instituição, substituindo-a por uma forma republicana de governo. Essa emenda foi derrotada por 403 votos contra 5 — o que representa um voto de confiança na Coroa que fornece uma forma concreta ao valor que é atribuído à noção de fidelidade pelo povo britânico, bem como ao vigor da sua dedicação à monarquia constitucional.

Bem diferentes são as noções e os laços dos irlandeses do sul. A Constituição concedida ao Estado Livre da Irlanda, em 1922, estipulava que um juramento fôsse prestado pelos membros do Dail, ou Câmara Inferior, segundo o qual se comprometeriam a manter fidelidade a Sua Majestade o Rei, em virtude da cidadania comum da Irlanda com a Grã-Bretanha e à sua participação da Comunidade de Nações Britânicas. Em 1933, a Irlanda aproveitou-se dos novos poderes que lhe haviam sido conferidos pela Secção 2 do Estatuto de Westminster, abolindo o juramento bem como o direito de apelar a Sua Majestade em Conselho das decisões das Côrtes Irlandesas. Imediatamente após a abdicação em 1936, os irlandeses emendaram a Constituição, dela retirando qualquer referência ao Rei ou à Coroa. No que diz respeito às relações exteriores, contudo, deliberadamente evitaram uma completa cisão com os laços que os prendem ao Império, uma vez que graças a uma medida denominada “Executive Authority (External Relations) Act 1936”, declararam que: “Enquanto “Saorstat Eireann” se mantiver associada com as seguintes nações, ou sejam: Austrália, Grã-Bretanha, Canadá, Nova Zelândia e África do Sul, enquanto o Rei reconhecido por aquelas nações como símbolo de sua cooperação continuar agindo em nome de cada uma daquelas nações (a conselho dos vários respectivos governos) para os fins de nomeação de representantes diplomáticos e consulares, bem como para a conclusão de acordos internacionais, o Rei assim reconhecido poderá, e pela presente é autorizado a assim proceder, agir em nome do Saorstat Eireann para fins semelhantes, quando aconselhado a assim proceder pelo Conselho Executivo e de acordo com o parecer deste Conselho” Antes da irrupção das atuais hostilidades o Governo do Eire já havia declarado ser a sua política a de neutralidade. A essa política aderiu, como Governo, corretamente. Continuou a receber representantes alemães em Dublin, recusando-se terminantemente a pôr os seus portos do Atlântico Ocidental à disposição da Marinha Real. Por outro lado, os cidadãos do Eire continuam a ser súditos britânicos. Continuaram a fazer uso dos serviços dos representantes diplomáticos e consulares de Sua Majestade em vários países estrangeiros, e fizeram uso livremente do privilégio de se alistarem no Exército Britânico. Os regimentos irlandeses sempre figuraram entre os mais formidáveis dentre as tropas imperiais, e ao que se anuncia, em relação ao número de habitantes, existem mais voluntários em serviço com as forças de Sua Majestade procedentes do

Eire do que da Irlanda do Norte. A situação constitucional do Eire causa, portanto, grande confusão mesmo a um advogado inglês, e só pode ser justificada levando-se em consideração o temperamento irlandês e a sua capacidade para o paradoxo e a contradição. Temos aí certamente uma prova da verdade da Declaração Balfour que reza que os Domínios "são comunidades autônomas dentro do Império Britânico... de modo algum subordinados umas às outras em quaisquer aspectos dos seus negócios domésticos ou externos".

A posição dos outros Domínios é de mais fácil compreensão. Na África do Sul, em 1939, declarou-se guerra à Alemanha após um debate em que o General Smuts venceu por treze votos. Nova Zelândia e Austrália, remotas como pareciam estar de qualquer teatro de operações ou de qualquer ameaça de agressão, declararam guerra imediatamente. No Canadá também não houve um só momento de dúvida, embora a declaração formal tenha sido retida até 10 de setembro, quando os preparativos para a guerra foram aprovados pelo Parlamento. Em compensação, no ano de 1941, o Canadá declarou guerra ao Japão antes do Reino Unido. Os povos do Império Colonial, aos quais, é claro, não se aplica o Estatuto de Westminster, foram envolvidos pelas declarações de guerra feitas pelo Governo Britânico. Não há, porém, nenhuma prova de que tenham sido envolvidos contra a vontade. Ao contrário, acorreram em apoio da Coroa com espontâneo entusiasmo. Quando o poderio alemão na África do Norte foi, finalmente, vencido, em princípio do verão de 1943, o General von Arnin rendeu-se à 4.^a Divisão Indiana.

"Ao soar o sinal", disse o Sr. Churchill na Câmara dos Comuns, a 21 de abril de 1944, "ao soar o sinal, desde a mais pobre colônia até o mais poderoso Domínio, vimos cumprir-se a grande máxima de que quando o Rei declara guerra, todo o Império está em guerra. Que milagre será esse — pois nada menos do que um milagre pode ser — que movimenta homens dos mais remotos confins da Terra, fazendo-os jornadaear às vêzes vinte dias para alcançar o pósto de recrutamento, que faz exércitos inteiros atravessarem 14 000 milhas de mar para atingir o campo de batalha? que força, que milagres serão esses que fazem governos ciosos como qualquer outros de sua soberania pôr de lado todo receio e lançar-se imediatamente ao auxílio da causa comum, contra o inimigo comum? Tendes de penetrar muito a fundo o coração do homem e, ainda assim, não encontrareis a resposta, a não ser que perscruteis com os olhos do espirito. Sabereis, então, que os seres humanos não são dominados pelas coisas materiais e sim pelas idéias em defesa das quais estão dispostos a dar as vidas ou todo o trabalho de suas vidas".

Programa de Geografia

“CURSO DE HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA, GEOGRAFIA DAS FRONTEIRAS DO BRASIL E MAPOTECONOMIA”

(Organizado pelo professor Jaime Cortesão e pelo cônsul Murilo de Miranda Basto).

I PARTE

INTRODUÇÃO GEOGRÁFICA E HISTÓRICA

I

Objetivo do curso. Relações entre a história da geografia e a história geral. A história da geografia e a geografia política dos Estados. Importância fundamental da cartografia histórica para o estudo da formação territorial do Brasil. A geografia e a base jurídica das fronteiras. Mapas antigos, considerados como títulos de soberania. A carta geográfica e a consciência física da Pátria.

II

A história da cartografia e o seu fundador — o visconde de Santarém. As primeiras projeções e as primeiras cartas. As cartas de Ptolomeu. As cartas itinerárias dos romanos. Cartas árabes e chinesas. Origens e formação da cartografia medieval. Origens e formação da cartografia portuguesa. Os métodos para a determinação da latitude. A escola cartográfica holandesa. Evolução dos processos científicos para a determinação da longitude e a sua influência na cartografia do Brasil. Os primitivos meridianos de referência.

III

Os fundamentos geográficos e humano-pré-históricos da Nação brasileira: a unidade econômica da floresta tropical de planície, circunscrita pelas bacias fluviais do Amazonas e do Prata, e a cultura tupi-guaraní, correspondente. Os conhecimentos dos aborígenes sobre as comunicações geográficas, segundo von den Steinen. A Ilha Continente do Brasil e as suas primeiras expressões literárias e cartográficas, no século XVI.

IV

O Tratado de Tordesilhas e a sua influência na história e cartografia brasileiras. Sua interpretação à luz da geografia política. A história da cartografia do Brasil, como documento ilustrativo do conflito entre os fundamentos pré-históricos da Nação e o seu primeiro fundamento diplomático. Ilustração cartográfica.

II PARTE

HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA AMERICANA E, EM ESPECIAL, DO BRASIL
ATÉ 1750

V

Cartologia e cartólogos da América: de Nordenskjold a Wagner. Os primeiros delineamentos da cartografia americana: Juan de la Cosa e Bartolomeu Colombo. As cartas pré-colombianas: opiniões de Babcock e Marckam. O Novo Mundo na cartografia italiana e alemã. Os primeiros padrões reais da Casa de Contratação de Sevilha. A carta turca de Top-Kapu. Os globos de Schöner; as cartas de Verrazano e Castaldi; o planisfério de Sebastião Caboto.

VI

A história da cartografia do Brasil. Dificuldades e limitações. Divisões em períodos: a cartografia do litoral (cartas de marear e atlas-roteiro); as "bandeiras" e a cartografia fluvial; a cartografia das fronteiras no período colonial. Longitudes empíricas e longitudes verdadeiras. As Antilhas, a Ilha-Brasil e a de Santa Cruz nas cartas do século XV. A carta de Jaime Ferrer sobre o Tratado de Tordesilhas. O problema do planisfério de Hamy. Os planisférios chamados de Cantino e de Canério.

VII

As primeiras cartas impressas: as de Waldseemuller e os Ptolomeus. Os mapas-mundi de Marini e Barbolan: seu estudo e comparação com as demais cartas contemporâneas. As cartas da escola portuguesa da primeira metade do século XVI: a carta de Lopo Homem, de 1519, e os problemas inerentes da história da geografia. Os planisférios dos Reinéis e de Diogo Ribeiro.

VIII

As cartas de Gaspar Viegas e a sua influência na escola cartográfica de Dieppe: as cartas de Descelliers, Desliens, Valard e Roze. A cartografia espanhola do Brasil e a influência de Diogo Ribeiro. As cartas de Garcia Toreno, Diogo Gutierrez e Alonso de Santa Cruz. Os erros de longitude dos cosmógrafos e cartógrafos espanhóis durante o século XVI. O atlas manuscrito do "Sumário de Índias" (1574) de Lopez de Velasco, existente na Mapoteca do Itamarati: identificação do autor e data.

IX

A cartografia holandesa do século XVI. Os atlas de Ortelius e suas diferentes edições. A influência de Mercator na cartografia universal. Os diferentes atlas desse autor. As cartas do "Itinerário" de Linschoten. A influência provada de Bartolomeu Lasso, Luís Teixeira, Luís Jorge e Vaz Dourado.

X

A cartografia portuguesa da segunda metade do século XVI: as cartas de Lopo, Diogo e André Homem, Lázaro Luís, Sebastião Lopes, Pero de Lemos, Pero Fernandes e Luís Teixeira, Bartolomeu Velho, Bartolomeu Lasso e Fernão Vaz Dourado. A carta de Bartolomeu Velho, de 1561. Sua importância excepcional para a história do pré-bandeirismo. O atlas-roteiro (inédito) de Luís Teixeira, de c. de 1574 — fonte de todos os atlas posteriores do Brasil e do "Tratado Descritivo" de Gabriel Soares. Os primeiros planos costeiros e plantas de cidades brasileiras.

XI

A escola dos Teixeiras. O atlas de João Teixeira Albernaz (avô) e João Teixeira Albernaz (neto). O exemplar existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Os atlas dos Teixeiras durante o período filipino: sua função política em relação à restauração da independência portuguesa, de 1640. O período do domínio holandês nos atlas dos Teixeiras. Outros atlas hidrográficos dos Teixeiras.

XII

Os grandes atlas holandeses no século XVII: os Jode, os Jansson, os Hondius, De Witt, os Blaéus, Van Keulen, etc. As cartas do Brasil nas obras de Barléus. Os atlas luso-flamengos do Brasil estudados e publicados por Wieder nos "Monumenta Cartografica". Suas relações com os atlas dos Teixeiras.

XIII

As cartas costeiras e os planos de cidades da escola holandesa. O domínio dos holandeses e a sua cartografia do Brasil setentrional. O Brasil nas obras dos grandes gravadores holandeses: Franz Post, Visscher, Montanus, Marcgrave, etc.

XIV

A cartografia fluvial do Brasil durante o século XVII. As cartas dos rios São Francisco, Jaguaribe e Parnaíba nos atlas dos Teixeiras. A carta do estuário do Amazonas, de Antônio Vicente Cochado. As cartas do Amazonas, de Jacome Raimundo Noronha e Bento da Costa. A carta do padre Samuel Fritz e os seus antecedentes.

XV

A fundação da colônia do Sacramento, em 1680, e os problemas cartográficos que suscitou. As plantas da colônia do Sacramento e da ilha de Santa Catarina, existentes na Mapoteca do Itamarati. Os primeiros traços da cartografia do Brasil meridional. A fundação do Rio Grande (1737) e as cartas de frei Estêvão do Loreto e brigadeiro Silva Pais. As lutas pela posse da colônia do Sacramento. Os Sete Povos das Missões. Os Tratados de Utrecht (1713-15).

XVI

Os decretos de nomeação e envio ao Brasil, em 1729, dos padres jesuitas Diogo Soares e Domingos Capacci, incumbidos oficialmente de traçar a carta do Brasil, capitania por capitania. A obra geográfica e cartográfica de Diogo Soares e Domingos Capacci. As cartas originais do Itamarati, do Arquivo Militar e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. As primeiras listas de latitudes. Importância histórica dessa missão.

XVII

Missão posterior dos espanhóis Jorge Juan e Antônio Ulloa. A missão francesa enviada à América Espanhola para medir o grau terrestre. Comparação com os trabalhos portugueses. A viagem de Condamine e o seu mapa do Amazonas; comparação com a carta do padre Samuel Fritz. A cartografia dos Jesuítas do Paraguai.

III PARTE

FORMAÇÃO TERRITORIAL E CARTOGRAFIA DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

XVIII

A formação territorial até ao domínio espanhol (1640). As “entradas” e as “bandeiras”. A expansão territorial (inclusive durante o domínio espanhol). Antecedentes do Tratado de Madri (1750).

XIX

O Tratado de Madri. Alexandre de Gusmão e os seus estudos sistemáticos de geografia e história do Brasil (documentos inéditos). Silva Pais cartógrafo e a sua obra no Rio Grande do Sul. A viagem de Francisco de Melo Palheta ao Madeira e a carta fluvial de José Gonçalves (1722-23). A viagem de Manuel Félix de Lima, de São Paulo a Belém do Pará, pelo circuito fluvial platino-amazônico e os informes dados a Alexandre de Gusmão. Os informes do carmelita frei Antônio da Piedade sobre o Solimões e o rio Negro.

XX

Os limites do Tratado de Madri, estudados à luz da geografia política. Suas bases científicas. O *uti possidetis* e o caráter pan-americano do Tratado. Estudo do chamado “Mapa das Côrtes”. A resposta de Alexandre de Gusmão ao brigadeiro Pedro de Vasconcelos.

XXI

As conseqüências do Tratado de Madri. As Comissões demarcadoras. As “Instruções Secretíssimas” do marquês de Pombal. A obra de Gomes Freire de Andrade e do marquês de Val de Lirios. A luta com os jesuítas e os índios das Missões. Anulação do Tratado de Madri: o pacto do “Pardo” (1761). Importância fundamental dos trabalhos de Calógeras.

XXII

A cartografia das três Partidas do Sul e os seus trabalhos geográficos. As cartas geográficas publicadas pelo barão do Rio Branco e o respectivo estudo nas suas “Memórias” sobre a questão de limites com a República Argentina. Miguel Ciera, professor de cartografia. O seu atlas original existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. As cartas geográficas originais de Custódio de Sá e Faria, João Bento Python e Pacheco de Cristo, existentes na Mapoteca do Itamarati.

XXIII

As Partidas do Norte. Os comissários portugueses e espanhóis. Malôgro dos trabalhos das Partidas do Norte. A obra do comissário português na Amazônia. Trabalhos e cartas geográficas de Filipe Sturm, Sebastião José, João André Schwebel, Antônio Luís Tavares e Ribeiro Sampaio. Cartografia jesuítica do Amazonas.

XXIV

Conseqüências da anulação do Tratado de Madri, em 1761. As plantas originais das fortificações portuguesas dos séculos XVII e XVIII. Primeiros exemplos de planos urbanos. As cartas fluviais de Custódio de Sá e Faria. D. Antônio Rolim de Moura e as cartas itinerárias das monções.

XXV

Balanco dos trabalhos geográficos e cartográficos das Comissões demarcadoras do Tratado de 1750: evoluções dos conhecimentos geográficos da fronteira meridional, em contraste com a fronteira setentrional. Exemplificação: os mapas originais de Silveira Peixoto (1768) e Alexandre José Montanha (1773), existentes na Mapoteca do Itamarati. Estudo desses mapas.

XXVI

O Tratado de Santo Ildefonso (1777). História política. Comparação com o Tratado de Madri. Os novos limites fixados.

XXVII

As Partidas para o Sul. Os comissários José Varella y Ulloa e Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara. Os trabalhos das Comissões. Vida e obra do cartógrafo José Saldanha. Os estudos do visconde de São Leopoldo e do historiador Aurélio Pôrto.

XXVIII

As Partidas para o Norte. Os comissários Pereira Caldas e D. Francisco de Requena. A plêiade de astrônomos, geógrafos e cartógrafos, brasileiros — Dr. Silva Pontes e Francisco José de Lacerda e Almeida e portugueses — Ricardo Franco, Lôbo de Almada, José Joaquim Vitório da Costa, José Simões de Carvalho, etc. A exploração e a cartografia dos rios Negro e Branco.

XXIX

Manuel da Gama Lôbo de Almada, biografado por Artur César Ferreira Reis, Sua vida e obra. Cartografia da mesopotâmia do Negro e Japurá. Análise das suas cartas.

XXX

Vida e obra de Alexandre Rodrigues Ferreira. Os seus trabalhos na Amazônia e a carta da "Viagem Filosófica", original existente na Mapoteca do Itamarati. Sua análise. Os estudos de Carlos França e Virgílio Correia Filho.

XXXI

Vida e obra do Dr. Francisco Lacerda de Almeida. Os seus trabalhos cartográficos na Amazônia e Mato Grosso. As suas notáveis explorações na África central. Diário e cartas respectivas. Obra cartográfica do Dr. Silva Pontes. Estudo de algumas das suas cartas do Amazonas e Mato Grosso. As longitudes da fronteira oeste.

XXXII

Vida e obra de Ricardo Franco de Almeida Serra. Carta de Mato Grosso. Os seus trabalhos de engenharia. As suas explorações. A monografia sobre o Tapajós. Trabalhos etnográficos.

XXXIII

O Brasil na cartografia francesa, inglesa e alemã dos séculos XVII a XIX. Os atlas de Sanson d'Abeville, P. Mortier e D'Ablancourt, D'Anville, de Bellin, de Robert Dudley, de Arrowsmith, de Homann, de Berghaus, etc. As cartas das Capitánias e os planos das cidades. As plantas do Rio de Janeiro durante o século XVIII e começo do seguinte.

XXXIV

A carta da “Nova Lusitânia” e as fontes cartográficas da “Corografia Brasileira” do padre Aires do Casal. Balanço da obra cartográfica durante os quatro séculos da história do Brasil, anteriores à Independência.

XXXV

Vida e obra do barão da Ponte Ribeiro. A sua atuação na diplomacia brasileira. Os seus trabalhos históricos e cartográficos. As suas “Memórias” sobre as questões de fronteiras. Ponte Ribeiro — o fundador da Mapoteca do Itamarati.

XXXVI

Joaquim Caetano da Silva e a sua obra sobre a história da geografia e cartografia da Amazônia e da Guiana brasileira. As “Memórias” de Joaquim Nabuco sobre as fronteiras com a Guiana Britânica e os atlas respectivos. Importância fundamental dos seus trabalhos de investigação.

XXXVII

Rio Branco — o “Deus Terminus” das questões de fronteira. A sua obra diplomática. Os seus estudos de história e geografia do Brasil. “Memórias” e atlas. Importância da sua obra na história da cartografia brasileira.

XXXVIII

Cartólogos e cartologia contemporânea do Brasil e da América em geral. Os exploradores, geógrafos e cartógrafos, brasileiros e estrangeiros. Os trabalhos das Comissões geográficas e geológicas dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Os trabalhos dos Serviços Geográficos do Exército e da Armada. Os trabalhos da Comissão Rondon. O enriquecimento da Mapoteca do Itamarati e o desenvolvimento dos estudos da cartografia brasileira. A Carta do Brasil ao milionésimo e o estado presente da cartografia do Brasil. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

XXXIX

Organização do Serviço de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores. Os métodos e os trabalhos das Comissões demarcadoras de limites. A obra dos antigos e atuais demarcadores. A contribuição das Comissões de Limites para a geografia, a cartografia e a etnografia do Brasil.

★

IV PARTE

GEOGRAFIA DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

XL

Generalidades. A fronteira-zona. A fronteira-faixa. A fronteira-linha. As fronteiras físicas ou naturais e as fronteiras artificiais. Os pontos extremos do território brasileiro. A extensão das fronteiras. Os principais acidentes geográficos.

XLI

Aspectos fisiográficos. O albardão, a lagoa Mirim e o rio Jaguarão. As colinas de Santa Ana e do Haedo. O rio Uruguai e os seus principais afluentes. Os rios Paraná e Iguaçu. As cataratas do Iguaçu e o salto das Sete Quedas. A bacia fluvial do Paraguai, o pantanal e a região lacustre matogrossense. Os rios Içá e Japurá. A bacia do Negro e a do Branco. A região das Guianas. O rio Oiapoque.

XLII

Ligeiras notas sobre a geografia humana das regiões fronteiriças. Antropogeografia e etnografia dos selvícolas. Tipos característicos das zonas limdeiras: o gaúcho, o ervateiro, o seringueiro, etc. Aspectos característicos das cidades e povoações fronteiriças.

XLIII

Ligeiras notas sobre a geografia econômica das regiões fronteiriças. A pecuária no Rio Grande do Sul, em Mato Grosso e no Rio Branco. A indústria da carne e os frigoríficos da "Armour" e "Swift" no Rio Grande do Sul. A indústria do couro e da lã no Rio Grande do Sul. O trigo e o arroz no Rio Grande do Sul. A extração da madeira no alto Uruguai. A erva-mate em Mato Grosso e nos Estados do Sul. A "Companhia Mate-Laranjeira". O ouro no Rio Grande do Sul, no Guaporé e no Rio Branco. O diamante no Rio Branco. A mina de manganês de Urucum. A borracha no Guaporé, no Acre, no Javari e no Amazonas. O petróleo no Acre.

XLIV

As ligações ferroviárias e rodoviárias com o Uruguai, Argentina e Paraguai. A ponte sobre o rio Jaguarão. A "praça Internacional" entre as cidades de Livramento e Rivera. A ponte sobre o rio Uruguai. A ligação ferroviária com a Bolívia. A Estrada de Ferro "Madeira-Mamoré". A navegação dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai. A navegação do Guaporé e do Madeira. A navegação dos rios da bacia amazônica.

XLV

O Estado federal sobre a carta: metrópoles, vias de comunicação e fronteiras. As fronteiras dos países novos, segundo Lord Curzon. A soberania territorial e a posição em relação aos Estados limítrofes. Demografia e segurança coletiva. Densidade política. As fronteiras esboçadas. As fronteiras vivas. As fronteiras mortas. As fronteiras estratégicas ou políticas. "A marcha para o Oeste". A "Faixa de fronteira". Os novos Territórios Federais de fronteira. Defesa e colonização das fronteiras.

XLVI

Limites com o Uruguai, Argentina e Paraguai. A questão do Território de Palmas ou Missões, com a República Argentina. Os atos internacionais vigentes. Descrição da linha divisória atual. Demarcação das fronteiras. A ilha Brasileira da boca do Quaraim.

XLVII

Limites com a Bolívia, Peru e Colômbia. A questão do Acre é o Tratado de Petrópolis. Os atos internacionais vigentes. As questões pendentes de solução. Descrição da linha divisória atual. Demarcação das fronteiras.

XLVIII

Limites com a Venezuela, Guianas Britânica, Holandesa e Francesa. A questão do Amapá, com a França. A questão de limites com a Guiana Britânica. Os atos internacionais vigentes. Descrição da linha divisória atual. Demarcação das fronteiras. As modificações que deverão ser feitas no mapa do Brasil em consequência das recentes explorações e dos trabalhos de demarcação da fronteira com a Venezuela.

★

V PARTE

CLASSIFICAÇÃO, CONFECÇÃO E CATALOGAÇÃO DE CARTAS GEOGRÁFICAS

XLIX

Tipos de cartas. Como se faz uma carta geográfica. Processos de confecção e de impressão de mapas e gravuras. Os modernos sistemas de projeção de cartas geográficas. As escalas. Os diferentes valores da milha, da légua, da polegada, da braça e do grau, nas diversas épocas. Leitura e compreensão das cartas geográficas. Convenções cartográficas. As convenções da Carta Internacional do Mundo, do Serviço Geográfico do Exército e as vulgarmente usadas.

L

Regras de classificação e catalogação de cartas geográficas. Dificuldades na identificação da região figurada. A política de segredo geográfico dos Estados descobridores. O atlas secreto da Companhia Holandesa das Índias. As fraudes cartográficas. Exemplificação.

LI

Catalogação segundo a região representada. Os chamados "portulanos" ou as cartas de marear do Mediterrâneo. Os mapas-mundi e os globos terrestres. Os atlas e as cartas-roteiros. Atlas gerais. As cartas fisico-políticas e as cartas especializadas. Classificação das cartas de limites. As cartas principais e as de detalhe. Mapas reconstruídos. Exemplificação.

LII

Catalogação pelo nome dos autores. Dificuldades para a identificação dos cartógrafos. Os problemas de escola, época e estilo. Exemplificação para o caso do Brasil: as cartas de Hamy e Cantino; a carta de Lopo Homem; o atlas-roteiro de Luís Teixeira, etc. A catalogação por ordem cronológica. Dificuldades na identificação das datas. Exemplos em relação à cartografia do Brasil. Necessidade de conhecer a evolução geral dos descobrimentos e das explorações. Razões de equívocos: a carta do Museu de Top-Kapu, etc. As cartas arcaicas. Exemplos.

LIII

Organização do catálogo topográfico. Redação dos verbetes de catalogação. Fichários. Catálogos. Móveis próprios e conservação das cartas. Os reservados. Prática de catalogação.

 Concorra para que o Brasil seja geograficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

Tertúlias geográficas semanais

OCTAGÉSIMA OITAVA TERTÚLIA, REALIZADA A 5 DE DEZEMBRO DE 1944

EXPEDIÇÃO AO RIO DAS MORTES PELO SR. LUÍS PINI NETO: BARRA DO GARÇAS: REGIÕES DE GENERAL CARNEIRO, SANTA CRUZ DOS TACHOS, MERURI E RIO DAS MORTES, MISSÃO SALESIANA DE MEMURI. BANDEIRA ANCHIETA: ORGANIZAÇÃO E FINALIDADES. DEBATES: OS ÍNDIOS GOITICORÉS, ORGANIZAÇÃO CIENTÍFICA E PRÁTICA DA EXPEDIÇÃO.

Presidindo a sessão, o Prof. Lúcio de Castro Soares apresentou o tertuliano do dia, Sr. Luís Pini Neto, sertanista que tomou parte em várias expedições ao Brasil-Central, inclusive a do Roncador-Xingu. Passou, então, a palavra ao Sr. Pini Neto que iria falar sobre a sua excursão ao rio das Mortes e sobre a expedição que está organizando ao Araguaia e Madeira.

Explicou o Sr. Pini Neto que na semana passada, estivera neste Conselho para tratar de assuntos referentes à Bandeira Anchieta, expedição científica que está organizando em São Paulo, quando foi gentilmente convidado pelo professor Ruellan para falar nesta tertúlia sobre a organização da bandeira e uma viagem realizada à cachoeira da Fumaça, no rio das Mortes.

Falou primeiramente sobre essa excursão em que teve por companheiro o Sr. Inácio da Silva Teles, diretor da Escola de Comércio Álvares Penteado. Pertenciam ambos à Expedição Roncador-Xingu.

Partiram da barra do rio das Garças e seguiram pelas proximidades desse rio, ora pelo picadão da linha telegráfica, ora por planícies de cerrados ou rodeando cabeceiras, até General Carneiro e depois Meruri. De Meruri ao rio das Mortes prosseguiram por lugares menos conhecidos e alcançaram a parte média do rio Bocoguma, onde localizaram uma cachoeira. Segundo constatou, tanto ela como esse rio são completamente ignorados. De passagem exploraram uma parte da serra Azul, até então desconhecida. Finalmente, alcançaram a cachoeira da Fumaça.

A terra, a princípio arenosa e coberta por um cerradão, denominação dada ao cerrado com vegetação mais alta e mais saliente, modifica-se perto da serra da Fogaça, região mais acidentada, resguardada por matas frondosas e cortada por vários córregos afluentes do Garças. O pasto é paupérrimo.

Da serra da Fogaça a General Carneiro, a natureza apresenta-se sempre a mesma. Cerrados e areiões desaparecem à aproximação duma elevação qualquer para dar lugar a terras menos arenosas e mais empedradas, salvo quando a picada contorna cabeceiras e capões ou se aproxima do rio das Garças. Ai, a vegetação se constitui de matas seculares, onde muito raramente se vê uma roça.

De General Carneiro a Santa Cruz dos Tachos estavam prevenidos que não encontrariam nenhum córrego antes da noite. Realmente, a viagem foi penosa; a paisagem se repetia sempre a mesma pela planície sem fim, apenas interrompida por suaves ondulações, onde se erguiam esparsamente, aos milhares, pequenas árvores raquíticas e retorcidas, indicando a pobreza do solo que as alimentava. Espessa e áspera camada suberosa recobre a casca das árvores.

De Meruri à cachoeira da Fumaça a região se apresenta mais favorável à agricultura, embora em alguns lugares seja semelhante à ilha do Bananal, devido à abundância de cupinzeiros.

A parte mais árdua da excursão foi nas proximidades da cachoeira desconhecida, pois, a serra Azul, de fácil acesso no seu lado oeste, era de transposição quase impossível ao norte, com um sem número de verdadeiros abismos, nos quais os animais em hipótese alguma poderiam ser conduzidos. Conseguiram, entretanto, uma íngreme porém favorável passagem, seguindo a batida costumeira de uma anta.

Neste percurso de aproximadamente 40 léguas encontraram apenas 10 moradores, dos quais um na margem do rio das Mortes.

A légua para eles tem uma relatividade pitoresca, não existe a noção exata desse espaço e calcula-se o mesmo conforme o "olhômetro" e disposição física do excursionista. Existe a légua grande e légua pequena e como subdivisão a meia légua.

Por todos estes moradores foram acolhidos os excursionistas com a simplicidade encantadora com que se recebe nestas paragens o viajor desconhecido. Infelizmente, a civilização somente se lembra desses incansáveis conquistadores de terras para lhes extorquir impostos e roubar armas. Há aí impostos territorial, federal, estadual e municipal, taxas escolares (no percurso de 100 léguas existe apenas uma escola), etc.

O rio das Garças, que apresenta uma cor avermelhada em virtude do intensivo garimpo realizado em quase todo seu curso, lança-se no Araguaia. Ao longe, vê-se a serra da Fogaça. Na confluência, localiza-se o povoado Barra do Garças, que é o mais importante da região. Sua vida gira em torno da exploração do diamante, encontrado aí em grande quantidade, cujas gemas são belíssimas. A Expedição Roncador-Xingu, quando de sua passagem por esse vilarejo, descobriu veios diamantíferos que assombraram os próprios garimpeiros. O povoado desenvolveu-se entre cocais; é constituído de duas ruas paralelas ao rio, cortadas por três travessas de aspecto miserável. A rua principal dista 10 a 15 metros do rio e é a única que possui algumas casas caiadas e um pequeno comércio. A população, constituída dos mais variados tipos, predominando o mameluco e o mulato, tende a aumentar, pois a descoberta de novos veios diamantíferos tem atraído grande número de garimpeiros. Levam uma vida rude; são mal alimentados. A maior parte dos habitantes sofre de anemia, de doenças hereditárias e mesmo contagiosas, como a lepra. De 13 homens examinados por um dos médicos da Expedição Roncador-Xingu, onze sofriam de insuficiência cardíaca por anemia causada pelo excessivo esforço braçal e apresentavam visíveis sinais sífilíticos. Quase todos tiveram maleita. Casos de lepra são freqüentes em todo o sertão; famílias inteiras são portadoras desse mal. Os preceitos higiênicos são completamente ignorados. As crianças são magras, raquíticas. As mulheres, quase tôdas descendentes do negro e do índio, são raras; casam-se ou amasiam-se ainda bem jovens. A promiscuidade predomina na vida social.

O estado econômico da região é precário, nada plantam e portanto nada colhem. Só há uma preocupação: o garimpo do diamante e por métodos antiquados, o que diminui a produção. A vida é portanto muito cara. Assim, uma cerveja custa Cr\$ 10,00; um quilo de açúcar, quando há, Cr\$ 6,00; uma caixa de balas, Cr\$ 220,00; cigarros marca Fulgor (única existente), Cr\$ 2,50 o maço. O abastecimento é feito de 15 em 15 dias. A maior parte dos alimentos é enlatado e vem em caminhões de Uberlândia, no rio das Garças. A estrada é péssima, dificultando enormemente a remessa dos produtos. O seu transporte como o de pessoas torna-se portanto muito caro. O garimpeiro para ir até Uberlândia em caminhão, já bastante carregado de mercadorias, paga de Cr\$ 400,00 a 500,00, sendo que os que auxiliam a aliviar a carga dos caminhões na passagem das pinguelas pagam a terça parte. A estrada Uberlândia-Barra do Garças foi melhorada pela Fundação Brasil-Central.

Há na região uma pequena criação de gado, pertencente a uma dezena de fazendeiros localizados perto do garimpo. O fazendeiro mais rico não possui além de 1 000 cabeças de gado. Este é criado livremente, sem a menor seleção, em pastos comuns onde não existem cercas divisórias. O único cuidado é praticarem queimadas em setembro e outubro, para que o capim torne a aflorar. O terreno é arenoso, daí os pastos serem muito pobres.

A maior parte das terras são devolutas; pertencem a meia dúzia de senhores, como o coronel Pio, que escravizam o pequeno proprietário. O progresso da região depende de uma série de fatores, como: modificações administrativas, vias de comunicação, saneamento e métodos de alfabetização, que serão, talvez, em parte resolvidas pela Fundação Brasil-Central.

A região não é propícia à agricultura, as únicas partes cultiváveis são as cabeceiras e margens do rio. A pecuária, apesar dos pastos precários, deve ser intensificada, principalmente a do gado zebu, que resiste bem ao clima semi-árido.

Há ainda na barra do Garças uma grande variedade de côcos como o licuri, indaiá, butiá, buriti. O babaçu também existe, dificultando, entretanto, a sua exploração a fraca navegabilidade do Araguaia. Do Garças ao rio das Mortes, estendem-se algumas mangabeiras. Como frutas destacam-se, além da mangaba, o caju, merindiba, tarumã, etc. A caça é muito pobre.

A seguir o Sr. Pini Neto passou a ilustrar a exposição com fotografias e esquemas.

Ao iniciarem a expedição, os componentes da mesma foram informados que seriam atacados pelos índios Xavantes, entretanto, não viram nem vestígios desses índios. Parte do trajeto foi feito juntamente com o padre Colbaccchini, chefe de uma das missões de índios Bororos. O rio Boqueirão é dominado pela mata virgem; atravessaram o rio a nado transportando o material na cabeça. O terreno daí para o N, é constituído de conglomerados avermelhados. No rio das Mortes conheceram o sertanejo Garcia, que aí vive há cerca de 3 anos com sua mulher e 3 filhos e nunca sofreu ataques de índios. Possui 300 cabeças de gado; a sua criação tem sido muito prejudicada pelas onças que existem aí em grande quantidade. Por aquêle senhor souberam da existência de uma cachoeira que cai de 50 metros de altura, situada no rio Bocoguma e para lá se dirigiram o Sr. Pini, seu companheiro Inácio e o Sr. Garcia. O trajeto é difficilimo, mas conseguiram vencer os obstáculos; batizaram a cachoeira com o nome de Gruta Funda. O seu arcabouço rochoso é constituído por um conglomerado arenoso, vermelho, contendo pedaços de quartzo. O rio Bocoguma corre numa grande extensão entre 2 altos paredões, e após formar a cachoeira da Gruta Funda, com uma queda livre de uns 50 metros continua pelo subsolo, em seguida passa a correr novamente na superfície. Daí foram até a cachoeira da Fumaça, no rio das Mortes, ponto final da excursão; a água é avermelhada e corre em terreno arenoso. A queda tem aproximadamente 6 a 7 metros de altura.

A E vê-se a serra Azul, revestida de um cerrado que não ultrapassa a altura de um homem montado.

Perto da missão salesiana de Meruri, na margem do rio Barreiros, existem 7 pequenos morros dispostos num mesmo alinhamento na direção E-W. A vegetação dominante é o cerrado.

A missão é constituída de 130 índios Bororos, 5 freiras, 3 padres e 5 mestres. Os índios são mais instruídos que os sertanejos da região, falam corretamente o português. Alguns são carpinteiros, funileiros e, outros são formados em medicina. Possuem banda de música própria, são dedicados à música. Há quatro anos atrás essa missão foi atacada e destruída pelos Xavantes, sendo em seguida reorganizada pelos padres salesianos sob a direção do padre Antônio Colbaccchini.

Finalizando, o Sr. Pini Neto leu o texto que se segue sobre a Bandeira Anchieta que está organizando em São Paulo.

“Desde 1939, quando então realizei minha primeira excursão ao Araguaia, excursão essa em que levei um ano e dois meses subindo e descendo alguns afluentes desse majestoso rio, é que alimento a idéia de organizar uma expedição científica.

Há dois anos passados, o padre Hipólito Chovelon, missionário salesiano que reside em São Domingos no rio das Mortes, visitou-me em São Paulo. Falei-lhe sobre meu projeto. Este católico, verdadeiro amante dos sertões brasileiros, não só apoiou, como também me incentivou a concretizar o plano.

Já se fazia algo a esse respeito, quando um matutino de São Paulo informava sobre uma expedição que estava sendo organizada no Rio de Janeiro e que se propunha atravessar grande parte do Brasil-Central.

Inscrevi-me nela voluntariamente. E assim meses depois se reunia na expedição Rencador-Xingu um grupo de homens que já se conheciam de outras viagens: Eu, padre Chevelon, Francisco Brasileiro, mais conhecido por Chicão, então sub-chefe dessa Bandeira, e um punhado de bons e valorosos sertanejos. Infelizmente, seis meses depois, cada um voltou para seu ponto de partida.

Monsenhor José Maria Monteiro, então Vigário Capitular da Arquidiocese de São Paulo e padre Agostinho Mendicute, diretor da Federação Mariana de São Paulo, se interessaram pela expedição. Moralmente apoiados pelo Clero, não

tardou o interesse dos departamentos científicos de São Paulo. Na terceira reunião dos membros da expedição, resolvemos seu futuro trajeto e a batizamos de Bandeira Anchieta, numa justa homenagem ao fundador de Piratininga e primeiro catequista que implantou a civilização distante do litoral.

Dias depois, aqui no Rio de Janeiro, eu resolvia com o ministro João Alberto uma repentina mudança no futuro itinerário da Bandeira Anchieta. Não partiríamos mais de São Domingos, a fim de passar por Suiá, no Xingu, Maloca, no Curuá, e atingir Santarém. Tínhamos que procurar outra região. Sugestões não faltavam.

Se juntássemos as partes inexploradas do Brasil, teríamos uma superfície aproximada de 1 500 000 quilômetros quadrados. Essa imensa gleba, completamente virgem, que repousa principalmente nos divisores dos rios Araguaia-Xingu-Tapajós e Madeira, é uma das menos conhecidas do mundo, pois nem a África atual, talvez tenha regiões tão virgens.

Portanto, sobre a conquista do Brasil Central e da marcha para oeste, que ultimamente vem sendo o assunto procurado e estudado por vários intelectuais do país, além das interessantes pesquisas do roteiro seguido pelas Bandeiras paulistas, pouco ou nada se fez a respeito dessa região, que ainda hoje se lê nas cartas geográficas como "inexploradas ou pouco conhecidas".

Não constitui isso motivo de orgulho é claro, pois demonstra, que não nos apossamos em toda sua grandeza do nosso próprio território. ^A

É necessário que se organizem expedições, a fim de desbravá-la. Não uma... Vinte, trinta, quarenta expedições, devem cruzar este Brasil com estradas e meios de transportes, construir nessas regiões desconhecidas campos de aviação e facilitar a viagem de técnicos interessados em estudá-las, para seu maior aproveitamento. Feito isso, a colonização virá por si.

A Bandeira Anchieta, em cuja organização estão elementos de idoneidade, tem por seu principal objetivo, além do desbravamento, o estudo científico da região a ser percorrida. Dela participarão, um geógrafo, um botânico, um geólogo, um zoólogo e um etnógrafo, tendo ainda na parte técnica dois rádio-telegrafistas e um cinegrafista.

O ponto de partida para os sertões será Conceição do Araguaia encarregada de abastecer a expedição enquanto estiver vencendo sua primeira etapa.

Haverá duas estações rádio-fono-telegráficas. A mais possante, de kilowatt a dois kilowatts, ficará na base, em comunicação direta com São Paulo, recebendo e retransmitindo nossas notícias ou vice-versa. A mais leve, portátil, e pesando no máximo 30 quilos, acompanhará a expedição em todo o seu percurso.

De Conceição, exploraremos as nascentes do rio Fresco, onde, por informações colhidas por mim através dos dominicanos, se encontram jazidas de carvão mineral. Prosseguiremos depois em linha reta até Coletoria do Pará, na confluência do Teles Pires. Em seguida, Manicoré, na margem do Madeira, e finalmente Manaus.

De 200 em 200 quilômetros serão construídas bases e campos de aviação. O sistema de reabastecimento em marcha já foi convenientemente estudado. A duração desta expedição será de aproximadamente 3 anos.

Feito isso, tanto eu como meus companheiros teremos realizado nosso nobre ideal de revelar o Brasil aos brasileiros.

Membros e colaboradores que tomam parte ativa na organização da Bandeira Anchieta:

Sr. Luis Pini Neto — Chefe e organizador.

Dr. Inácio da Silva Teles — diretor da Escola de Comércio Álvares Penteado.

Sr. João Ribeiro de Barros — industrial em São Paulo.

Srs. Ítalo e Armando Castiglione, diretores do Instituto Cartográfico Castiglione.

Engenheiro Leonel Tomiatti — diretor técnico da agência noticiosa sul americana Asapress.

Sr. Frederico Lane — sub-diretor do Departamento de Zoologia.

Sr. Adriel Pais Leme Zannide, entomólogo, atualmente em Piracicaba.

Sr. Rui Osório de Freitas — assistente de Geologia da Universidade de São Paulo”.

Há vários candidatos a vagas técnicas; não os cito nesta lista porque ainda depende de selecioná-los. A parte técnica será distribuída em São Paulo, de acórdio com a competência de cada um.

O Sr. Luis Pini Neto tem recebido várias cartas, como a de monsenhor José Monteiro, louvando a sua obra.

Abertos os debates, frei Pedro Segondi, de Conceição do Araguaia, referindo-se aos Xavantes, disse que os mesmos só atacam aqueles que penetram em seus territórios, nunca saem de suas terras, enquanto que os Goiticorés, cujo território a expedição atravessará, são muito agressivos.

O Sr. Pini Neto explicou então que, tendo estado com o general Rondon, pedira-lhe um dos delegados do Serviço de Proteção aos Índios, pois não deseja entrar em luta com estes. Pedirá, também, o auxílio do governo do Pará e da aviação, sobretudo para a construção das bases aéreas nos divisores d'água.

Frei Pedro juntou que o maior obstáculo à ciência é a mata virgem que se estende do Araguaia ao Xingu. Distando alguns quilômetros de Conceição, há, em pleno sertão, um campo natural tendo aproximadamente 3 quilômetros, que poderá ser aproveitado como campo de aviação. O Sr. Junqueira Schmidt perguntou se o Sr. Chicão não estivera lá. Frei Pedro respondeu que não, mas que o Sr. Hernane fôra até Conceição, aonde chegara atacado de maleita. No livro *Sertão do Araguaia* relata a sua acidentada viagem.

O Sr. Pini Neto esclareceu que o pior problema para a Bandeira é o reabastecimento em marcha, mas o caso tem sido bem estudado. Pretendem partir em junho de 1945, época seca. O Sr. Schmidt disse que o Serviço de Meteorologia deve estar interessado nas contribuições que a expedição poderá trazer-lhe. O Sr. Pini Neto respondeu que tencionam fazer levantamentos geográficos na região percorrida e que todos serão noticiados pelo rádio.

Tomou a palavra o Prof. Francis Ruellan dizendo que ouvira com grande interêsse o projeto da Bandeira Anchieta. Na primeira parte da comunicação (viagem ao rio das Mortes), as anotações geográficas são bem valiosas. Disse também que no decorrer da exposição, o Prof. Lúcio Soares lembrara-lhe fatos por ele observados quando realizaram a viagem a Goiânia. O Sr. Pini Neto teve, entretanto, a felicidade de ver o verdadeiro sertão.

No relêvo observado destaca-se um platô de arenito, talvez cretáceo. O planalto de arenito mostra-se bem cortado em cornichas e patamares. Observam-se também testemunhos de rochas mais antigas e também diques e veios eruptivos. Seria interessante desenvolver mais, na próxima excursão, a parte geográfica.

Quanto à Bandeira Anchieta, é uma grande empresa. O espaço a ser percorrido é enorme. A organização da expedição deve ser portanto bem sólida. Devem ser tomadas precauções do ponto de vista do reabastecimento, como do ponto de vista científico. Lembrando-se da viagem que fizera ao Extremo-Oriente, o Prof. Ruellan aconselhou ao Sr. Pini Neto de criar várias bases na região do Araguaia, Xingu, Tapajós e Madeira, tendo pessoas fixas para tratar unicamente dos serviços da expedição. Haverá várias pessoas que não poderão depender muito tempo com a mesma e o bom êxito da realização depende unicamente da organização.

Do ponto de vista científico, o Prof. Ruellan é de opinião que se levem vários geógrafos e não apenas um, para que se possam coordenar tôdas as observações feitas. É preciso ter geodestas, topógrafos e geógrafos especializados na interpretação.

Certos trechos da geologia da região já foram estudadas por Avelino Inácio de Oliveira e Pedro Moura, que fizeram boas sondagens nos rios Xingu e Fresco. A sua contribuição é portanto valiosa.

Há ainda problemas referentes às associações vegetais. As observações a serem feitas são bem diversas quando estudadas isoladamente, daí a necessidade de geógrafos para que os fenômenos geomorfológicos, climatológicos, biogeográficos e de geografia humana sejam correlacionados entre si. Um botânico, um geólogo, um zoólogo, um etnógrafo chegariam a conclusões isoladas.

Finalizando, o Prof. Ruellan disse que a expedição promete bons resultados científicos e pode contar com todo seu apoio.

Em seguida, o Prof. Lúcio de Castro Soares elogiou a palestra e pediu uma salva de palmas à Bandeira Anchieta.

O Sr. Pini Neto agradeceu, em seu nome e no de seus companheiros que se encontram em São Paulo, a manifestação que lhes fôra feita e disse que espera poder corresponder a ela dentro de poucos meses. A seguir, convidou o Prof. Ruellan a visitá-los na primeira base que fôr construída, para que o mesmo ampliasse os conhecimentos sobre a região.

Finalizando, o Eng. Christovam Leite de Castro ofereceu o apoio moral, intelectual e material do Conselho Nacional de Geografia à expedição Anchieta. A seguir foi encerrada a sessão.

————— oOo —————

OCTAGÉSIMA NONA TERTÚLIA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 1944

PRINCIPAIS RECURSOS NATURAIS DO BRASIL E SUA DISTRIBUIÇÃO, PELO ENG.º ALFEU DINIZ GONÇALVES. FILMES SOBRE A REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA FEIRA DE NEW YORK DE 1939. SOBRE ALGUNS PANORAMAS DO BRASIL E ASPECTOS DA SIDERÚRGICA DE SABARÁ E MONLEVADE.

Presidindo a sessão, o Eng. Christovam Leite de Castro anunciou a comunicação do Eng.º Alfeu Diniz Gonçalves, que seria acompanhada de projeções cinematográficas coloridas, sobre "as regiões econômicas do Brasil e seus recursos naturais".

Tomando a palavra, o Dr. Diniz Gonçalves exprimiu sua satisfação em tomar parte nas tertúlias do C.N.G., a pedido do Eng. Leite de Castro, de quem fôra companheiro e que, tendo sido sempre um lutador incansável, conseguira vencer graças ao seu próprio esforço.

Continuando, mostrou os grandes centros brasileiros possuidores de recursos naturais, destacando-se a Amazônia, o Rio Grande do Sul e o centro de Minas Gerais.

Quanto aos recursos naturais, foram citados: berilo no Ceará; enxôfre na fronteira de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul (descoberta recente); carvão mineral do Rio Grande do Sul ao Paraná; cobre e chumbo de Bom-Jardim, do Pará ao Rio Grande do Sul; depósitos inesgotáveis de bauxita em Poços de Caldas; magnésita na serra das Éguas, Bahia, donde foi trazida pela primeira vez pelo Dr. Diniz Gonçalves; diatomita na serra dos Dois Irmãos; grandes jazidas de níquel em São José de Tocantins; titânio, rutilo e ilmenita em Goiás. O salgema, também encontrado no Brasil, é importante no desenvolvimento de grandes indústrias de soda cáustica e potassa. De N a S há ainda ouro e pedras preciosas, que constituem grandes riquezas. Mais de 280 000 pessoas, submetendo-se aos maiores sacrifícios, vivem do garimpo.

A seguir, o Dr. Diniz Gonçalves, comissário geral adjunto do Brasil na Feira Mundial de New York de 1939, mostrou, através dum filme colorido, a brilhante representação do Brasil naquela Feira. Os mostruários de couros e seus artefatos, de tecidos e fibras de produtos vegetais (madeiras, borracha, óleos, fumo, etc.), de minérios e minerais de todos os pontos do Brasil e de pedras preciosas em bruto e lapidadas, foram magníficos e bem organizados. As diversas amostras de minérios e minerais estavam ligadas por um cordão aos pontos de origem, representados numa carta. O Dr. Diniz projetou, ainda, um outro filme mostrando alguns panoramas do Brasil e aspectos da Siderúrgica de Sabará e Monlevade, e disse que oportunamente apresentará novos filmes.

Iniciando os debates, o Eng. Leite de Castro lançou a idéia de se criar no Conselho Nacional de Geografia um serviço permanente de filmes coloridos sobre os principais aspectos do Brasil.

O Prof. Ruellan, fazendo o comentário geral, disse que se associava ao que fôra dito quanto à beleza dos filmes projetados e que ficara encantado com as riquezas naturais do Brasil na Exposição de New York, aliás, já as conhecia desde a Feira de Paris. Foi grande o seu interesse pelas fontes minerais descritas.

O Eng. Leite de Castro encerrou, em seguida, a sessão.



NONAGÉSIMA TERTÚLIA, REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 1944

RESENHA: FISIOGRAFIA, HIDROGRAFIA E ZONAS CLIMÁTICAS DO PARANÁ, PELO CEL. ADIR GUIMARÃES. CURIOSIDADES GEOGRÁFICAS DO LITORAL E DO PLANALTO PARANAENSE. A FLORA E A FAUNA. DEBATES SÓBRE OS TRÊS PLANALTOS DO PARANÁ. OBSERVAÇÕES DO PROF. FRANCIS RUELLAN SÓBRE AS ADAPTAÇÕES DO RELEVO À ESTRUTURA NO PARANÁ.

O Eng. Christovam Leite de Castro presidindo à sessão, anunciou a comunicação do Cel. Adir Guimarães sobre as "curiosidades geográficas do Paraná".

O Cel. Guimarães, tomando a palavra, disse ser filho do Paraná e que iria falar sobre a geografia sentimental de sua terra. Em seguida, passou a descrever as curiosidades geográficas do Paraná, com as seguintes palavras:

Seria de supor que eu não devesse abordar a fisiografia paranaense por ser assunto bastante repetido. Aqui mesmo nestas tertúlias já tivemos oportunidade de apreciar o conhecido esquema de Orville Derby mostrando um corte vertical no sentido leste-oeste e onde aparecem os famosos degraus característicos dos três planaltos do Paraná. Entretanto, devo dizer que o assunto é contestado por estudiosos que alegam não ser exata aquela afirmativa. Foi o Cap. Monteiro Tourinho, engenheiro militar falecido em 1885, quem, parece-me, pela primeira vez debateu o assunto. O estudo da hidrografia paranaense mostra, realmente, que o aludido esquema se não é falso, conduz a confusões.

Observação atenta parece demonstrar que o esquema pode ser tolerado somente no eixo Paranaguá, Curitiba, Guarapuava-Foz do Iguaçu. Possivelmente, a parte alta do planalto está no triângulo Curitiba-Guarapuava-Joaquim Murтинho, e nos campos de Palmas, separadas essas duas elevações pelo vale do Iguaçu, e apresentando, cada uma delas, elevações secundárias no seu altiplano.

O que há de certo, porém, nisso tudo, é que faltam elementos para um estudo definitivo.

A hidrografia paranaense é outra curiosidade da terra dos pinheiros. Grandes rios nascem no triângulo acima referido, isto é, próximos do mar e a grande altitude. Descem daí para o norte e para o oeste em cursos longos e agitados por possantes quedas, onde se nota o trabalho imenso da erosão, tendo seu leito, muitos dêles, em verdadeiros "cañons". Verifica-se que não lhes foi possível furar a rocha resistente do arqueano formador da serra do Mar, preferindo êles erodir as rochas mais recentes e menos resistentes de norte e oeste. Só o rio Ribeira conseguiu caminho mais curto aproveitando uma brecha da serra do Mar nos limites com São Paulo. As quedas d'água constituem, em seu conjunto, um dos maiores potenciais hidráulicos conhecidos, sendo que as famosas Sete Quedas apresentam a maior massa d'água em catadupa. Isso dava para o Paraná, anterior ao Território do Iguaçu, um potencial hidráulico correspondente ao do resto do Brasil somado ou também, maior que um terço do dos Estados Unidos. Entretanto, num Estado que tem quedas para "dar e vender" a natureza proporcionou ao homem fazer uma, artificial, para fornecer energia elétrica a Curitiba. Curiosidades.

Climaticamente o Paraná se divide em 3 zonas perfeitamente caracterizadas. O *Litoral*, super úmido e com temperaturas médias mensais de 25° no verão e 16° no inverno; máxima absoluta de 41°. Geadas e granizos raros. Zona apertada entre o mar e a serra, tem altura pluviométrica de 2 metros anuais e índice médio anual de 80% de umidade. Aí se encontram as moléstias dos trópicos.

A *Zona Central*, alta, semi-úmida abrangendo metade do Estado, com temperaturas médias mensais de 20° no verão e 11° no inverno. Chove 1,40 metros em média anual. É zona de geada e fortes e freqüentes granizos. Neva algumas vezes. É varrida por furacões, e acossada por temporais fortes no verão. Não existem aí nem o amarelão nem o paludismo.

A *Zona Ribeirinha*, ocupando uma faixa leste-oeste de grau e meio ao sul do Paranapanema e outra norte-sul, também de grau e meio, a leste do Paraná. É zona super-úmida, de altitude variável entre 300 e 700 metros. Chuvas abundantes atingem uma camada pluviométrica anual de 2,20 metros. Geadas raras. Temperaturas altas no verão. É castigada pelas moléstias tropicais: paludismo amarelão, tal como na Zona do Litoral.

Curitiba é a capital mais fria do Brasil, com uma mínima absoluta de — 9° C. Palmas é a sua cidade mais fria, com a mínima absoluta de — 10° C.

Dizia o grande Morize que o sul de São Paulo, o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul constituem a terceira grande zona climática do Brasil, a “tempera-doce”. “Seu clima é dos mais belos do mundo”, dizia ainda aquele ilustre cientista.

Falando sobre o clima do Paraná não desejo terminar sem uma homenagem à memória do grande barão de Capanema, que já em 1884 dotava o Paraná de um “Observatório” que permite seja a série de observações anuais referentes a Curitiba a mais longa do Brasil depois da desta Capital Federal.

Estado grande, tem o Paraná apenas 95 quilômetros de linha costeira, servida por duas baías magníficas, uma delas, a de Paranaguá, com quase 50 quilômetros para dentro, e 680 quilômetros quadrados de superfície (maior que a Guanabara), subdivide-se em três outras, em leque, para o norte. Entre as baías de Paranaguá e Guaratubá, linda praia de 40 quilômetros permite tráfego para automóveis. Chama-se “Praia de Leste”, nome mal empregado, pois a leste estão de modo geral tôdas as praias de mar alto do Brasil. O litoral, largo de 50 quilômetros, não é todo baixo. Serras, algumas das quais perdem-se no mar, separam as bacias dos seus pequenos rios meandrosos. O litoral paranaense oferece um “cassiquiarezinho”. É o chamado “Varadouro” que liga os rios Varadouro Velho do Norte com o Varadouro Velho do Sul, aquele desaguardo no canal de Ararapira e éste no do Superagui, fazendo, assim, ligação entre as baías de Paranaguá e Cananéia. Os sambaquis são outras curiosidades do litoral paranaense. Eles aí se sucedem formando o que os “caboclos” chamam “concheiros”, de onde tiram material para revestimento de estradas. As casas de Matinhos têm os passeios dos seus jardins revestidos de conchas retiradas de sambaquis.

A serra do Mar é obstáculo forte à ligação entre o litoral e a riba paranaense. O cubatão dos Três Morretes, (os índios chamavam de cubatão os rios que vinham da serra do Mar) (Nhumdiaguara dos índios, oferece, pelo seu vale, o melhor caminho para a subida. Ele nasce ao norte do Marumbi (“Rio dos Mosquitos” segundo Ermelino Leão, “cilada” lê-se no dicionário de Stradelli) considerado por alguns ponto culminante do Estado.

No planalto paranaense há inúmeras curiosidades físico-geográficas. Terreno que se presta à erosão, rêde densa de rios, o Paraná está entupido de curiosidades. A Vila Velha, os Poços e a Lagoa Dourada são bastante conhecidos dos turistas e formam as curiosidades de Ponta Grossa. A cidade da Lapa tem as famosas Pedra Partida e gruta do Monje, descritas pelo visconde de Taunay, que também descreve a gruta de Tapiruçu a 30 quilômetros ao N de Curitiba. Nesta há estalagmites e estalactites de grandes proporções. A serra das Furnas, em Pirai, é outro exemplo. Krone descreveu as cavernas do vale do Ribeira falando somente nas do lado paulista, mas do lado paranaense também as há na Pedra Preta. Não posso deixar de transcrever o que sobre o salto visconde do Rio Branco, no rio dos Patos, formador do Ivaí, próximo a Guarapuava, escreveu o grande Taunay: “Difícil é por certo encontrar-se, até mesmo no Brasil, tão pródigo de formosas e variadíssimas curiosidades naturais, cousa mais bela, mais cheia de grandeza e selvática magnificência do que a catadupa a que impus o nome de grande Paranhos. Imagine-se copiosíssima e límpida massa líquida, atirando-se de golpe em precipício de 75 a 80 metros de altura e pulando uma muralha cortada a pique, cuja linha da aresta superior, tôda crivada de fundas reentrâncias e grandes saliências, imprime as mais pito-

rescas é desencontradas direções às águas, no momento em que o rio inteiro, como que presa de fatal desespêro, se jorra de um ímpeto no abismo". A rede hidrográfica do Paraná é das mais densas do mundo. No rio Paraná fica a ilha das Sete Quedas com 80 quilômetros de comprimento. As barrancas desse rio são altas de quase 100 metros.

Hoehne diz que os nossos selvagens chamavam Pindorama à região onde, no Brasil, abundam as palmeiras e acrescenta que Martius, Humboldt, Wallace e Barbosa Rodrigues aprenderam a conhecer essas plantas com os aborígenes e e usaram na classificação botânica os adjetivos com que as distinguiram. Seus olhos argutos, diz êle, não perdiam um só detalhe das fôlhas nem dos frutos e o conjunto de todos formava para êles o característico que definia uma espécie da outra, tal qual serve para orientar hoje os mais peritos fitólogos.

Em contraoposição ao Pindorama, chamavam os índios Curiirama ou Curitiba à terra dos pinheiros.

O Paraná, diz ainda Hoehne, centro dêsse país caracterizado pela abundância da *Araucaria Brasiliiana* ou melhor, *angustifolia*, recebeu e guardou, desde então, êsse belo nome guarani para dá-la à sua capital.

O Paraná é a região mais característica dessa Araucarilândia que vem do norte do Rio Grande, ao sul de Minas Gerais. O pinheiro do Paraná não está nunca só nas matas típicas da Araucarilândia. Com êle se misturam, de preferência, duas outras coníferas a que o povo chama indistintamente "pinheiro bravo" (*Podocarpus sellowii* e *Pod. Lambertii*), e, ainda, a imbuia (*Phoebe porosa*) e o maté (nome que o indígena dava à cabeça da *Crescentia cujete*). Êsses os característicos das matas da riba paranaense. Mas ela não é toda de mata; ao contrário, os campos gerais e os de Palmas ocupam-lhe $\frac{3}{4}$ da área. Os campos gerais, paraíso do Brasil, segundo Saint-Hilaire, são entremeados de capões e seus rios são protegidos por pestanas arbóreas. No Paraná, além da zona dos pinheiros, há a zona marítima com vegetação inteiramente diversa. Predominam aí os mangues (*Phisophoramangle*) e os lírios do brejo, com que se fabrica papel em Morretes. Ao longo dos rios e das serras, estende-se a mata de vegetação higrófila, sem pinheiros, e com bromélias epífitas e terrestres, onde se desenvolvem mosquitos transmissores do paludismo. (Espécie nova do gênero *anofeles*).

Resumindo, pode-se dizer que no Paraná, além dos campos, distinguem-se quatro espécies de florestas: 1.^a, as halófilo-hidrófilas do litoral; 2.^a, as higrófilas das encostas da serra do Mar; 3.^a, as hidrófilas ribeirinhas, e 4.^a, as xerófilas dos capões.

Esta classificação é de Hoehne, que estuda, em sua Araucarilândia, cada uma delas com toda minúcia.

A fauna do Paraná é tão opulenta como a dos demais Estados da Federação. Apresenta, porém, alguns aspectos regionais curiosos, seja pelo aproveitamento que dela se terá, seja pelos prejuízos que possa acarretar, seja por simples curiosidade.

No litoral, as tainhas e cações dão alimento às populações da baixada, servindo, êstes, além disso, como matéria prima a indústrias diversas. Os camarões de Paranaguá são afamados. Nos campos gerais, as codornas e perdizes fazem as delícias dos caçadores. Mas é também aí que se encontra o paraíso das cascavéis, a *crotalus terrificus* de nome tão característico. É incrível a ocorrência de serpentes venenosas nos campos do Paraná. Curiosidade da fauna dêsses campos são os cupins com seus "arranhacéus", e os tatus com seus subterrâneos, aproveitados pelas serpentes ou lagartos.

Nos rios do planalto é encontrada a *lutra paranaensis*, que é a lontra pequena, de pele muito apreciada. Outros animais, incluindo a onça e o cação, fornecem peles para uma indústria local que rapidamente se aperfeiçoa. Como curiosidade do planalto e sobretudo das regiões ribeirinhas, encontramos os bandos de milhares de borboletas que se dessedentam pousando nos terrenos úmidos.

Como a Geografia de que estou tratando é "sentimental" não quero falar na fauna paranaense sem citar o pintasilgo, característico da Araucarilândia e que encanta a meninice de todo paranaense.

Se nos fôr permitido, falaremos, noutra oportunidade, do complexo humano que habita o Paraná e o que lá tem feito.

A exposição foi ilustrada com projeções de fotografias e esquemas.

Abertos os debates, o Prof. Castro Soares, aludindo à observação do Cel. Guimarães sobre os três planaltos do esquema de Derby, disse que os mesmos são observados partindo do litoral para o interior. O Cel. Guimarães respondeu que não existem no sentido E W três degraus, mas sim elevações separadas por caudais. Continuando, explicou que talvez em épocas remotas tenha havido um único planalto. Atualmente, observam-se duas partes elevadas: uma abrangendo Curitiba, Guarapuava e Joaquim Murinho e outra formada pelo planalto de Palmas, separadas pelo vale do Iguaçú. Cada uma apresenta por sua vez elevações secundárias. O Prof. José Veríssimo acrescentou que, quando estivera no Paraná com o Prof. Ruellan, o Dr. Antônio Ribas se referira à inexistência dos três planaltos. Em seguida, tendo o Prof. Geiger dito que vira uma *cuesta* no caminho de Londrina, explicou que a mesma tem uma orientação NE-SW e forma um arco. O Prof. Valverde é de opinião que as serras existem, mas no sentido NE - SW. Os rios foram cortando as *cuestas* à medida que as mesmas se formavam, daí as serras serem interrompidas. Essas são vistas dos espigões e não dos vales, pois os paredões foram profundamente erodidos pelos cursos d'água. De Guarapuava para Ponta Grossa o paredão tem um abrupto de quase 50 metros. O Prof. Veríssimo disse que as *cuestas* não são sucessivas e que são observadas dos vales. O Prof. Valverde juntou que, quando viajara pela estrada de ferro São Paulo - Curitiba, vira a Serrinha. O Prof. Castro Soares projetou um esquema do sul do Brasil mostrando os clássicos planaltos paranaenses. O paredão apresenta-se bem cortado pelos rios. Conforme a direção observam três, dois ou apenas um dos planaltos; dos vales não se vê nenhuma das escarpas.

O Prof. Francis Ruellan tomou a palavra, dizendo que o Cel. Adir Guimarães descrevera o Paraná de maneira viva, chamando a atenção sobre problemas cuja resolução não é fácil. O principal problema é o da orografia paranaense: de Curitiba para a região dos campos gerais de Guarapuava observa-se uma subida geral do relevo. Guarapuava acha-se numa altitude superior à de Ponta Grossa e à de Curitiba. A hidrografia, como frisou o Cel. Guimarães, está em oposição a essa orografia, pois os rios dirigem-se do litoral para o interior formando quedas e rápidos naquele sentido. Há um grande escarpamento voltado para o mar, que é chamado imprópriamente de serra Geral e é formado de um lençol de rochas eruptivas básicas quase horizontal formando cornijas. As camadas abaixo desse lençol não apresentam nem o mesmo *facies*, nem a mesma disposição, nem a mesma inclinação em todos os lugares; a erosão fluvial se adaptou a essas diferenças estruturais, o que faz do esquema dos três planaltos uma generalização muito simples.

A rede hidrográfica diverge de E para W.; a N - W e a N os rios são bastante aprofundados e o relevo residual é mais elevado no centro. Na forma do relevo paranaense o *facies* das rochas é muito mais importante do que a idade. A alternância de camadas duras e camadas tenras varia de sul a norte e não se encontra sempre exatamente a mesma sucessão do escarpamento e dos vales. Tudo isto será examinado detalhadamente no relatório geral sobre a excursão ao Paraná.

O litoral é outro problema difícil. É uma zona trabalhada primeiramente pela erosão fluvial e depois invadida pelo mar.

Finalizando, o Prof. Ruellan dirigiu algumas palavras ao Cel. Adir Guimarães sobre a sua amável colaboração à excursão ao Paraná.

————— oOo —————

NONAGÉSIMA PRIMEIRA TERTÚLIA, REALIZADA EM 26 DE DEZEMBRO DE 1944

IMPORTÂNCIA DOS RIOS ACREANOS NA HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ACRE, PELO DR. JOSÉ M. B. CASTELLO BRANCO. SITUAÇÃO, CLIMA E VEGETAÇÃO DO ACRE. O RIO JURUÁ, DESCRIÇÃO DETALHADA. A NAVEGABILIDADE DO RIO NOS SEUS TRÊS PERÍODOS: ENCHENTE, MEIA-ÁGUA E VAZANTE.

Presidindo a sessão, o Prof. Lúcio de Castro Soares anunciou a comunicação sobre os "rios do Acre" pelo Dr. José M. B. Castello Branco, grande conhecedor do Território do Acre. Aí viveu 25 anos exercendo primeiramente o cargo de juiz de Direito e depois o de Interventor

Tomando a palavra, o Dr. Castelo Branco explicou que não é um geógrafo; é apenas uma pessoa que viveu um quarto de século no Território do Acre, distribuindo justiça ao povo, observando e pesquisando, nos momentos de lazer, o meio em que vivia. Não teria a ousadia de expor essas observações neste recinto se não fôra a grande estima que tributa a êsse território e a vontade de o tornar mais conhecido.

Antes de penetrar no verdadeiro tema da tertúlia, relatou o Sr. Castelo Branco algumas passagens interessantes sôbre a falta de conhecimentos da região. Conta-se que durante a campanha dos patriotas acreanos, em 1903, o presidente Rodrigues Alves indagava do ministro da Guerra onde se achavam as tropas brasileiras e que êle não pôde precisar. Demonstrava isso desconhecimento da região pelas altas autoridades da nação.

Quando para ali foi o Sr. Castelo Branco, em 1909, destinado ao juízo do segundo termo da comarca do Alto Juruá, com sede na foz do rio Amoneea, em vila Taumaturgo, a poucas horas em canoa da fronteira peruana, ao despedir-se em Manaus do general chefe do distrito militar do Amazonas, encarregado simultaneamente de superintender os serviços da administração do Território acreano, enviou S. Excia. por êle um abraço a um coronel do exército, prefeito do Departamento do Alto Acre. Um ia servir na parte setentrional e o outro se encontrava na meridional: um na fronteira peruana, outra na boliviana, tendo de permeio luxuriante floresta de mais de 600 quilômetros e sem a menor comunicação entre os pontos indicados: um na bacia do Juruá e outro na do Purus. Ante o protesto do Sr. Castelo Branco respondeu o general que o govêrno estava construindo uma estrada ligando o Juruá ao Purus e ao Acre e que as comunicações seriam fáceis.

A estrada se fêz em grande parte, mas nunca se concluiu. E a não ser um "correio" que a transitou algumas vêzes, aproveitando também veredas de seringueiros, nenhum outro serviço prestou. Dentro em pouco, a mataria a invadia, e, em menos de um decênio, já se não sabia por onde ela fôra traçada.

Há poucos anos, num dos mais conceituados períodos desta capital, um artigo referente a uma ação militar de forças da União, no Alto Juruá, confundia lamentavelmente os rios Moa e Amoneea, distante um do outro cêrca de 180 milhas, ou sejam nada menos de 330 quilômetros!...

Ainda outros exemplos apresentou o Sr. Castelo Branco do desconhecimento em que permanece o Território do Acre.

Os rios do Acre serviram de caminho aos destemidos sertanistas que se embrenharam nos seus meandros, trazendo-os ao conhecimento dos civilizados; aos "coletores de drogas" que iam buscar os produtos naturais em poder dos selvícolas; aos catequistas que procuravam a amizade dos indígenas, aldeando-os e procurando civilizá-los; às levas dos heróis nordestinos que, com imenso desfalque de suas legiões, conseguiram firmar-se na região, desbravando-a e fundando ao longo dessas "estradas que caminham", povoados, seringais e fazendas, a despeito da oposição e ataque dos seus primitivos donos, das feras, pragas e endemias; aos regatões que substituíram os "coletores de drogas", num comércio mais largo; aos barcos a remo e a vapor que se dedicam à importação e exportação de produtos; aos funcionários públicos, aos militares, aos que lá foram estudar o meio físico e social; enfim, tudo que há contribuído para o seu progresso não só material, como intelectual e moral.

Os próprios religiosos serviram-se do rio para exercer o seu ministério; andavam embarcados, distribuindo pelas suas margens os serviços do sagrado ofício, como batizados, crismas, confissões, casamentos, missas, etc. Só mais tarde, foi que se estabeleceram as primeiras capelas e igrejas, fixando-se a sede dos trabalhos. Em tôrno da capelinha católica edificavam-se os povoados, cresciam as cidades. Ainda hoje os padres fazem viagens em suas canoas, atendendo aos fiéis residentes a dezenas de quilômetros de distância.

No Acre, o industrial foi iniciador dos futuros aldeamentos, fundando "colocações" que, pouco a pouco se transformavam em pequenos burgos, vindo, então, a casa de oração, a capela.

Os oficiais do registro civil saíam de suas sedes a lavrar têrmos de nascimentos pela beira dos rios e igarapés, os juizes para celebrar casamentos e realizar diligências. O médico, o dentista e o farmacêutico também eram ambulantes.

O homem particular, nos seus negócios, passeios e visitas só conhecia o rio, tendo amarrada à soleira da porta, nas enchentes, ou acorrentada num tóco fincado no barranço ou na praia, na estiagem, a "sua montaria", verdadeiro cavalo da região.

Quem não a possui, o que é raro, anda a pé, num círculo limitadíssimo, ou quando deseja ir mais longe recorre a um vizinho que a tem.

É certo que com o progresso dos seringais, a vereda, o varadouro, a estrada, foram tomando vulto e prestam grandes serviços à condução de gêneros para os seringueiros e à de seus produtos, por meio de pedestres, muares e carros de bois. O caminhão a gasolina chegou a ser tentado sem resultado.

Mas isto não diminui o valor das correntes fluviais, porque, mesmo nos seringais, no seu movimento interno, muitos seringueiros por êles trafegam.

Os madeireiros igualmente, aproveitam os igarapés, abrindo picadas na mata para alcançá-los, organizando ao chegarem aos mais amplos, as suas balsas de tamanhos vários.

Alguns índios, como os *Pamaris*, no baixo Purus, moravam em choupanas erectas em balsas, que flutuavam nas águas dos rios e lagos.

Hoje se faz no Território o serviço de transporte aéreo. Mais ou menos regular até o Rio Branco, sua capital e, irregularmente, no seu interior. Foi o Sr. Castelo Branco que, em 1934, como interventor federal, pediu ao govêrno da União, o estabelecimento de uma linha de navegação aérea ligando o Amazonas ao Acre, serviço êste mais tarde instalado, quando em exercício o seu sucessor, e melhor organizado últimamente.

* * *

Acha-se a região acreana encravada na planície amazônica, constituindo a parte mais ocidental do Brasil, na zona equatorial, onde as chuvas são abundantes e a vegetação exuberante e opulenta, clima quente e úmido, porém, tolerável, oferecendo uma temperatura amena na quadra que vai de maio a agôsto, principalmente, de meia-noite às primeiras horas matutinas; baixando o termômetro a 12° acima de zero e mesmo a 7 e 6 graus, durante a "friagem", que é mais pronunciada nos municípios sulinos, onde o fenômeno em lugar de 3 dias de duração, repete-se mais a miúdo e se dilata por mais tempo.

Anuncia-se por meio de uma repentina tempestade, com ventos acompanhados de nevoeiros que duram três dias e mais, degenerando às vèzes em chuva que perdura algumas horas, para então surgir o frio que pouco a pouco se vai acentuando, baixando a temperatura, às vèzes, de 36° a 15°, 10° e até menos, dentro de 24 horas. As ventanias mais fortes e capazes de derribar árvores, surgem em outra épocas como em dezembro.

Em geral, a friagem surge em maio ou junho, na mudança de estação. Mas, pode aparecer em julho, agôsto e outubro, notadamente nas bacias do Iaco e do Acre, zona sul do Território.

A princípio, apontavam o degêlo dos Andes como sua causa única, porém, atualmente, dá-se como consequência de fortes ondas de frio oriundas das regiões antárticas, as quais atingem o longínquo Território, atravessando a Argentina os Estados meridionais do país e o extenso Mato Grosso, numa tirada de milhares de quilômetros.

* * *

A região é constituída por uma planície com pequenas ondulações nos divisores de numerosas correntes fluviais indo de cêrca de 130 metros de altitude nas terras marginais à linha geodésica Cunha Gomes, limítrofe com o Estado do Amazonas, e à fronteira boliviana, até 200 metros nas proximidades das lindes com a república do Peru a oeste. No *divortium aquarum* do Juruaá com o Ucaiali, há porém elevações irregulares que se abaixam quase nivelando a altura da zona

circunvizinha de 200 metros para erguer-se adiante a 300, 400, 500 e mesmo 600 metros, próximo às cabeceiras do Javari. Há lugares desse divisor em que as águas das bacias do Ucaiali e Juruá se confundem, como se verificou nas manadeiras de um afluente do Juruá - Mirim, o "Velho Chico", com um igarapé que corre para o vale do Ucaiali.

O rio Moa atravessa uma serra do mesmo nome, a qual não é mais do que um ramal da do Jaquirana, distante das terras altas da fronteira cerca de 15 quilômetros, no lugar em que o rio a corta, com uma altitude que varia de 400 a 600 metros e uma extensão de 30 a 40 quilômetros.

Destaca-se ainda a do Sungaru, no rio Azul, afluente do referido Moa, que atinge 350 metros de alto, numa zona em que as terras circundantes têm uma altitude média de 200 metros.

A de Contamana constante dos mapas não demora na região em aprêço e sim mais para oeste, distante daí uns 100 quilômetros e com uma altitude de 800 a 1 000 metros, em terras inteiramente peruanas.

No divisor que se inicia no paralelo da nascente do Chambuiaco, a altitude varia de 356 metros, próximo à origem do rio Acre, a cerca de 270 ao transpor o Iaco e Chandless, erguendo-se a 325 ao alcançar o dito Chambuiaco. Na foz do Santa Rosa, no Purus, desce a 194, subindo gradativamente até sua nascente, onde encontrou-se 328 metros. E assim no traçado do paralelo de 10°, ora acima, ora abaixo de 300 metros até topar o divisor de águas do Tarauacá e Piqueiaco (afluente do Juruá peruano), cuja média é de 383 metros.

Do nascedouro do Breu, com 375 metros desce para 212 na sua foz, conservando-se ao redor de 220 no paralelo aí iniciado até galgar o *divortium aquarum* do Juruá - Ucaiali, onde a cota é de 293 metros.



Dois grandes tributários da margem meridional do Solimões vão ter ao território denominado Acre: o Juruá e o Purus que, além de o atingirem, atravessam-no, ultrapassando-o de muito, tendo seus mananciais em terras da república do Peru.

Dois outros afluentes do grande eixo fluvial amazônico: o Madeira e o Javari atingem-no, o primeiro pelo seu braço do lado esquerdo chamado Abunã, o qual serve de limite entre o dito Território e a república da Bolívia e o segundo apenas o alcança nas serranias do Jaquirana, a 7° 06' 51", 02, de latitude sul e 73° 48' 04", 23 de longitude W Gr., início da linha geodésica Cunha Gomes, que separa o Estado do Amazonas do Território aludido.

Justamente os 3 primeiros são na ordem em que estão postos os maiores contribuintes do rio-mar, tendo o Juruá 3 283 quilômetros de extensão, segundo Belarmino de Mendonça, que fez o seu levantamento expedito até suas nascentes, em 1905; o Purus, 3 210 quilômetros, conforme Euclides da Cunha que, o explorou cientificamente até a sua origem, no mesmo ano, e o Madeira com um desenvolvimento superior a 3 000 quilômetros, qualquer que seja o seu formador: Beni, Madre de Dios, Mamoré ou Guaporé. O Javari não atinge 2 000 quilômetros.

Cercando o Território pelo Ocidente, do lado do Peru, temos o famoso rio Ucaiali, com inúmeros afluentes e ao sul o não menos lendário Amarumayo, hoje Madre de Dios, nos antigos domínios incaicos, regando terras das repúblicas do Peru e da Bolívia.

Examinemos os que mais nos interessa na ordem estabelecida.

Juruá: — O maior de todos no comprimento, é, quanto ao Brasil, o terceiro, só lhe excedendo na extensão o caudaloso Amazonas e o grandioso Paraná.

Os seus 3 283 quilômetros ou 1 773 milhas, distribuem-se assim: 917 milhas até a confluência do seu principal tributário, Tarauacá; 690, daí a do Breu, no limite com o Peru; e 166 desta embocadura à nascente principal, em terras peruanas, ao norte dos manadeiros do Purus, a intramuros dos paralelos 2° 37' 51" na sua foz e 10° 01' 32", 25 de latitude sul e na longitude de 65° 47' 28", 00. Gr.

(pôrto colombiano) e 72° 14' 34",00 de Gr. no cêrro das Mercês, onde tem seu nascedouro principal, na altitude de 453 metros. Seu desaguadouro no Solimões está a 42,83 metros de altitude; a foz do Tarauacá, a 108 e a do Breu, a 214. O rio mede dentro da zona federal 267 milhas ou 494 quilômetros.

Sua correnteza era, em maio de 1905, de cêrca de 3 milhas horárias, fôrça essa que aumenta durante a enchente e diminui no estio. A profundidade na vazante média, na foz, é de 20 metros, que desce a 12 em frente ao Tarauacá e vai decrescendo progressivamente à medida que se sobe o rio, principalmente depois de receber os rios Gregório (1 075 milhas), e Liberdade, (1 238 milhas). Durante a cheia êstes números crescem, podendo subir vapôres de pequeno calado até a fronteira peruana ou mesmo além. Os de grande pontal navegam francamente até Cruzeiro do Sul, sede do município acreano do mesmo nome.

Outrora, os navios da *Amazon River*, companhia atualmente encampada pelo govêrno federal, alcançavam, durante o verão, o pôrto de "São Filipe", depois "João Pessoa" e hoje, "Eirunepé" (927 milhas da foz). Presentemente, os primeiros fazem a baldeação de mercadorias e passageiros no lugar "Paranaguá" (108 milhas, apenas, do Solimões), para as "chatinhas" de roda à pôpa, que atingem, mensalmente, a cidade de Cruzeiro do Sul (1 343 milhas de bôca), e os navios ou lanchas a vapor continuam na sua trajetoria até "Taumaturgo" ou mesmo além.

É de notar-se que "Cruzeiro do Sul" é a única cidade do Território acreano em que os vapôres de fundo chato aportam durante todo o ano, mesmo nos meses de maior estiagem. Há certos anos, porém, que a vazante é tão grande, que êsses navios conhecidos por "chatinhas", calando apenas 2 ou 3 pés nem ali chegam. É escusado adiantar que nas demais cidades, como "Tarauacá" "Sena Madureira" e "Rio Branco", para só citar as que ficam mais próximas da linha divisória com o Estado do Amazonas, não são visitadas pelas ditas naves nos meses de julho, agôsto e setembro, rigor do estio nos rios Purus e Juruá.

A navegação é, então substituída pelas embarcações menores movidas a gasolina ou querosene, máquinas a vapor, ou fôrça animal (humana). Os vapôres costumam fazer 6 a 10 milhas subindo o rio; os môtore 5 a 8 e as canoas 2 a 3 milhas por hora. Descendo duplicam a marcha. Em sua primeira viagem ao alto Juruá, o Sr. Castelo Branco, em 1909, saiu de Manaus no vapor "gaiola" chamado "Envira", de 8 pés de calado e cêrca de 300 toneladas de registro, alcançando a cidade de Cruzeiro do Sul, em 18 dias, mas, ao chegar ao seringal "Paratari" as águas do rio escoavam de tal maneira que, o comandante do navio resolveu voltar daí, deixando no lugar mercadorias e passageiros destinados aos portos a montante.

Daí ao rio Amônia, a viagem em causa durou dois dias, sendo incessante o ataque dos piuns. Pium é um mosquito que ataca durante o dia, uma espécie de borrachudo, ao passo que a "carapanã", um pernilongo, agride à tardinha, ao escurecer.

Não consta ser o primeiro propagador de qualquer moléstia, deixando apenas, certa irritação na epiderme e um sinal rubro no local em que sugou o sangue do "mártir", sinal êste que fica preto ao sarar. Há individuos que são atingidos tão ferozmente por êstes insetos na sua primeira viagem, que parecem atacados de sarampo ou outra moléstia eruptiva da pele.

O segundo é mais temido por pertencer à sua familia o transmissor da terrível malária, o impaludismo que assola tão implacavelmente aquelas regiões.

Além dêsses, há o chamado "catuqui", espécie de "maroim" ou "meruim", de tamanho mais reduzido, que surge em verdadeiras nuvens, emaranhando-se de tal forma nos nossos cabelos, que difficilmente nos vemos livres dos seus ferrões.

É bom notar que nessas ribeiras não se fala em mosquitos. Cada um dêles tem o seu nome próprio e local. Quando algum "brabo" (pessoa novata, que ainda não conhece o linguajar e costumes da terra) assim o trata é logo conhecido como tal e chacoteado, procurando dali em diante emendar-se e falar convenientemente.

No tocante às refeições em viagem de canoa, em geral, aporta-se a uma barraca de seringueiro ou barracão do patrão, sendo **ambos**, por via de regra, hospitaleiros e amáveis, como sói acontecer nos sertões do nordeste. Cada um procura ser mais agradável aos viajantes, sendo que os **proprietários** de serigueiras

fazem questão de proporcionar copiosas refeições. Isto, porém, acontecia nos poucos tempos da borracha. Mais tarde, tudo se transformou; todavia, ainda vários deles procuram receber o visitante do melhor modo possível.

Os pontos de menos profundidade do baixo Juruá são encontrados a 555 e 585 milhas, nos sítios conhecidos por *Urubu-Cachoeira*, onde reduz-se a canal estreito e pedregoso e *Praia das Pedras*, ainda mais baixa e quase sem canal. Daí até o Território Federal, o leito do rio apresenta-se sem empecilhos, surgindo os primeiros nos baixios da praia do rio das *Minas* (ou do *Mina*), nas cabeceirinhas *Gastão* e *Pedreira*, na corredeira da praia do *Feijão*, cachoeirinhas do *Mississipe Velho* e *Novo*, *Tejo* e *Torre da Lua*, em apertados canais muito correntosos, demorando tôdas a montante da boca do rio Ouro Preto e a jusante da foz do Breu, limite internacional com o Peru.

Esses ditos obstáculos à navegação se acham espalhados num trecho de cerca de 120 milhas, prejudicando-a somente na estiação. A passagem se faz não só a remo, varejão, sirga, como a "muque", indo os tripulantes a pé, por dentro d'água, amparando a embarcação com as mãos e impelindo-a simultaneamente para frente até transpor a corredeira. A descida é também sensacional, parecendo mais perigosa, principalmente quando começam os repiques e a quantidade d'água é ainda insuficiente para a navegação, podendo causar surpresas bem desagradáveis.

Nos meses mais secos, a navegação é difícil, engenhosa, à vista das inúmeras árvores que caem no rio. Na época hibernal, quando a violência dos repiques abate o barranco e este se precipita na corrente; levando-o a lugares bem diversos, onde com a baixa das águas vão ficando, vinculando-se ora nas proximidades da barranca, ora no talvegue, ora nas praias, formando em certos recantos uma travação de tronqueiras e galhadas indescritível, que impossibilita a passagem dos menos práticos.

Em alguns lugares parece ter havido enorme derribada, ficando os galhos secos a apontar para o céu, num desafio aos viajores mais destemidos.

Euclides da Cunha ao percorrer o Purus, observando os entraves cada vez mais crescentes na sua parte superior e sobretudo além da embocadura do Chandless, diz que tais empecilhos tanto se multiplicam "que em longos estirões" com a profundidade média de 5 a 6 pés, nas vazantes, onde passariam carregadas as mais poderosas lanchas, mal pode deslizar uma montaria ligeira". E acrescenta que na referida zona, o "Purus em vários lugares parece correr por cima de uma antiga derrubada". "Vai-se como entre galhos estonados e revoltos de uma floresta morta" (*A Margem da História*, pág. 51).

O padre Constantino Testevin, profundo conhecedor do rio Juruá e de seus afluentes, referindo-se ao Tarauacá, ensina que nenhum outro rio merece mais do que êle o nome de "rio dos troncos de árvores deitados", e explica: em *Kachinaua*, *tara* — significa tronco de árvores, e *waka*, rio. *La Géographie* (Paris), (vols. XLV e XLIII), pág. 36 e 403).

Os naturais apelidam os pontos em que a quantidade de paus é maior, de "paliteiros".

* * *

A medida de extensão usada pelos práticos dos navios e moradores da região, não é o quilômetro nem a milha, nem tampouco a légua, conhecendo-se as distâncias pelo número de voltas ou praias e de estirões, e para os percursos maiores contam-se em dias ou horas. De sorte que, quando se quer saber o seringal tal quanto dista de um outro, informa-se: *tantas* voltas e *tantos* estirões, ou *tantas* horas, ou ainda *tantos* dias de viagem.

Não há, como noutras paragens do sertão brasileiro, a légua grande ou pequena. Há, realmente, a praia de vários quilômetros de extensão, a média e a pequenina. Os minutos e as horas de viagem, por terra, é que estiram.

A praia, às vezes, chama-se de *cabeça* ou de *pescoço*, isto é, quando seguem-se do mesmo lado 2 ou 3 praias, com 1 ou 2 pequenas interrupções barrancosas. Numa curva pequena pode gastar-se, descendo o Juruá superior, 5 a 10 minutos; Numa média, 15 a 30, e na grande de 30 a 45, em canoa.

Daqui à colocação ou barracão A, são 15 minutos, por exemplo, informa o seringueiro. Vai-se fazer o trajeto e anda-se meia hora, uma e até mais.

É certo que seringueiro, devido ao ofício, habitua-se a andar velozmente, mas o cálculo era feito atendendo-se ao passo do excursionista indagante.

* * *

No baixo Juruá, vê-se a região dos *paraná*s, destacando-se logo ao penetrar-se no rio, o *Mineroá*, com mais de 70 quilômetros; o Breu e o Tucumã, maiores do que o primeiro, e o Bauana - Branco, menor do que os precedentes, à margem esquerda; e na direita, o Arapari e os furos de Monte Carmo e de Xiburi.

Convém avisar que para o alto só conhecemos dois no rio Moa, porém, depara-se de vez em quando com este nome alcunhando um rio ou um igarapé. Citemos, entre outros, o paraná dos Mouras ou da Viúva, importante galho do Juruá, no município de Cruzeiro do Sul; o paraná do Ouro o do Brabo no município de Feijó, além de outros, a que denominam ora rio, ora paraná, como acontece com o Minas, Ouro Preto, Grajaú, Valparaíso, Natal, etc., fato este devido à ignorância dos primeiros exploradores, que confundiam rio com paraná.

Cabe aqui uma explicação: *paraná* é um braço de rio que forma uma ilha, pois sua característica é voltar ao rio de que se esgalhou; *furo* é a comunicação que existe entre 2 rios ou entre um rio e um lago; *igarapé* é a *trilha* da canoa, é o *riacho* do nordeste ou ribeiro do sul; *sacado* é o lugar onde o rio é cortado pela sua própria corrente, formando da parte desprezada um dique a que se chama *lago*. A dimensão deste varia muito, podendo ter quilômetros de extensão. Há também o que se chama *igarapé boca de lago*, o qual não passa de uma reduzida corrente.

O rio é composto de *estirões*, *voltas*, *terras - firmes* e *várzeas*.

A própria palavra *estirão* está indicando o que significa: uma parte do rio mais ou menos reta, de extensão variável. Há alguns como os de Camelão, Gaivota, Samaumeira, Cubio, no baixo Juruá; e os de Pixuna, dos Nauas, Buenos Aires e do Triunfo, no alto, que são lindíssimos, aplicando-lhe o indígena o nome de *putunduba*, lugar onde escurece a vista, por ser mui extenso.

Volta é a parte do rio em que ele faz uma curva, necessária à redução da corrente fluvial, moderando-a e permitindo a navegação do mesmo. Não fôsem elas, impraticável seria a subida e muito mais perigosa a descida; a própria água não se conservaria no seu leito que, dentro de pouco tempo secaria.

Entre a várzea e a terra - firme, ainda podem destacar-se o *igapó* e o *têso*. Aquê é a transição entre a várzea e a terra-firme e o têso é já firme, mas não passa de uma planície suave, a coberto das enchentes, variando de 5 a 15 metros de altitude.

A *várzea* é a terra baixa, que as águas invadem no tempo das cheias. Na várzea a vegetação é aquática, substituída no igapó pelos arbustos e árvores. O *firme* acha-se a cavaleiro das enchentes; mesmo que as extraordinárias suplantem parte do têso ela permanece enxuta. Daí o seu nome. Há uns cabeços que desaparecem nas grandes inundações.

As *terras - firmes* aproximadas das margens são também chamadas barreiras, sendo mais frequentes na margem esquerda, fato que se vai acentuando nos cursos médio e superior do rio, podendo ser de cores diversas e de altura variável de 12 a 40 metros.

A vegetação das cintas marginais é rasteira e falha nas beiras das praias, densa e variada nos *igapós*, *várzeas* e *firmes*.

Na areia das praias há malvaíscos, gramíneas, como a *canarana*, no bôjo a *umbauã*, o *louro branco*, a *frecheira*, que fornece varas fortes para giraus, estrados, varejeas, flechas.

Nos *igapós* há grande quantidade de árvores e arbustos aquáticos sobresaindo aí as molengas *oiranas*, que também se destacam nas praias.

Na *várzea* predomina pelo seu valor comercial a cubiçada *hevea brasiliensis*. Nesta, como naquela, abundam as madeiras de lei, as palmeiras, sobressaindo pela sua enorme altura a samaumeira, a gameleira, a *tapibazeiro* ou cajazeiro.

* * *

Para a Comissão Mista, que explorou o Juruá em 1905, o rio se divide em 3 partes: *baixo, médio e alto*, atendendo-se à sua navegabilidade. O primeiro trecho vai da foz à confluência do *Tarauacá* (1 697,5 quilômetros); o segundo dessa confluência à do Breu, (1 277,5 quilômetros); e o terceiro estende-se do encontro do Breu à nascente principal, no cêro das Mercês, com 308 quilômetros, ou sejam 3 283 quilômetros para todo o rio.

Oficialmente porém, não é assim considerado. Quando foi estabelecido o Território do Acre, em 1903, o Governo Federal dividiu-o em 3 prefeituras, sendo que a do norte, chamou-se de "Alto Juruá"; de sorte que todo mundo, quer os funcionários públicos, quer os homens de comércio e mesmo os ocupantes de cargos de navegação, assim conhecem a região hoje considerada federal; sendo certo que êsse costume alcança terras, mesmo abaixo da linha divisória amazônica, numa área de cêrca de 500 quilômetros a jusante da barra do Breu.

Diz o referido general Belarmino de Mendonça que se deu o nome de cêro das Mercês ao local donde êle emana, por terem ficado terminadas no dia dessa Virgem as operações astronômicas. (24 - 9 - 905). E acrescenta: O Juruá que tem na sua embocadura cêrca de 500 metros, vai estreitando, de modo que, em frente à do *Tarauacá* tem 300, no Breu 90, no *Piqueiaco* (Peru) 60, adelgacando-se daí para as cabeceiras até reduzir-se a um filête de água.

Os primeiros 37 quilômetros do seu curso são de declive muito forte, entrecortado de cachoeirinhas e cascatinhas, não permitindo a subida das menores ubás, mesmo descarregadas.

Rareiam depois as mudanças bruscas, atenuando-se as inclinações, mas ainda assim, só ubás descarregadas e aproveitando os repiquetes podem subi-lo.

A turma expedicionária percorreu mais de 40 quilômetros a pé, diminuindo o tamanho das praias, até que o barranco se eleva mais e o álveo do rio alevanta-se mais fortemente.

É conhecido com o nome de *Toroluc* da confluência *Salambô - Paxiúba* até encontrar o *Piqueiaco*, e isto mesmo com alguns caucheiros.

Da nascente ao *Peligro*, numa distância de 74 628 metros, a descida vertical é de 175,35 metros.

Do *Peligro* ao *Piqueiaco* a distância é de 65 673 metros pelo leito do rio e o desnível, 24,98 metros.

Entre o *Piqueiaco* e o Breu são 167 491 metros, a vertical de 28,27 metros.

Durante as maiores enchentes poderão ir navios de pequeno calado a *Vacapistêia* e *Piqueiaco*, aproveitando duas cheias seguidas ou não ultrapassando o curto espaço de duração de uma para evitar ficar detido, senão encalhado.

Na vazante, só pequenas montarias podem trafegar até o mais afastado dos dois pontos e dêles para cima, apenas as canoas dos caucheiros com pouca carga e sujeitas a tôda sorte de tropeços.

A Comissão de Reconhecimento, além do varejão, da sirga, do arrastamento e empurramento a pulso e bimarras, teve de cortar inúmeros paus, abrir canaletes, empregar roletes de embaúba nos baixios e sua untosa casca na passagem de canoas nos madeiros descobertos, cujo corte ou rebaixo fariam perder muito tempo.

Os primeiros repiquetes ensaiam-se em setembro e as cheias vão de fins de novembro a abril (*Memória da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Juruá*) (1904-1906).

No Juruá federal, já se não vê a *canarana*, tão abundante na parte inferior do rio, mesmo a montante do *Tarauacá*. Próximo à nascente, algumas árvores distendem seus ramos, impedindo a navegação ou indicando a necessidade de maior cuidado no seu trajeto, e mais para cima, "o tabocal forma verdadeiras abóbadas pelo entrelaçamento de suas pontas".

"As nascentes de seus formadores se elevam a menos de 500 metros, sendo nas cabeceiras a queda rápida e se faz por degraus, por forte declive de repetidos e curtos **degraus**. A medida que se afasta das cabeceiras os declives se suavizam, havendo **mesmo** uma parte do alto Juruá atingível nas crescentes por vapôres. No **médio Juruá** o desnível é relativamente insignificante; o baixo parece que **desliza por um só plano**".

“As margens na parte inferior do curso são planas, amplas e baixas, na maior extensão alagadiças, constituídas por terreno de aluvião, a cada passo modificado pelo enxurro das crescentes”. “De uma enchente para outra há pequenas mutações que afetam a situação dos canais, praias e barrancos, preparam a eliminação de voltas, por furos que retificam o curso do rio e formam os chamados sacados, por sua vez transformáveis em lagoas, se é que não vêm a desaparecer atulhados pelos depósitos sedimentares, como em alguns pontos já se observa”.

“O transporte e deposição de madeiras, acarretando a formação de baixios e bancos, também concorrem para a modificação do leito pelo desvio dos canais e conseqüentes modificações”.

* * *

O nome de sacado é aplicado não só à parte nova rompida pelo rio, como à abandonada. Pensamos ser mais acertado chamar de sacado ao novo canal, e ao leito abandonado que, pode ir de uma a 10 praias, apelidar de lago, como é assim denominado pelo próprio povo.

O sacado se forma de vários modos: por erosão, infiltração, ação mecânica de fortes correntes, fator principal, e com auxílio do homem. Aliás, este nome dura poucos anos, permanecendo só enquanto persiste a lembrança do acontecimento.

No rio Iaco (alto Purus), o engenheiro Carlos de Vasconcelos abriu mais de um, encurtando o rio.

Os tupis chamam de *puca* o lugar em que abriu uma brecha, ou o furo que comunica dois rios. Os Pamaris de *abumini* e os peruanos de *tipisca*. No Purus há uma colocação “Abumini”, junto ao sacado do mesmo nome, acima de Cachoeira. No Juruá vê-se o lugar “Juruapuca”, a 270 milhas da foz e abaixo do seringal Concórdia.

O Juruá é um verdadeiro rio de planície, divagante, com uma bacia hidrográfica de 250 000 quilômetros quadrados, correndo na direção NNE, depois ENE e finalmente NE até sua foz; tendo mais estabilidade no primeiro trecho, notadamente na parte encachoeirada, cujo terreno é de natureza mais rija.

Há também cachoeirinhas ou quedas de 1, 2 e mais metros em alguns de seus afluentes, principalmente no nascedouro, onde o terreno se parece com o da sua cabeceira. Destaca-se um rápido de 22 metros de altura, no rio Capanua, afluente do alto Moa, denominado “Formoso”, constituído de três saltos, sendo o primeiro com um desnível de 6 metros; o segundo de 7 e o terceiro de 6, e mais três de declividade dos patamares.

Em muitos lugares há completa modificação, já se tendo registrado o caso de uma praia se transformar num barranco e vice-versa.

O barranco, recebendo o entulho em suave aclave até quase a crista, converte-se em praia.

A Comissão Mista de Reconhecimento do Rio Juruá observou este fato em 1905, junto à foz do Piqueiaco, onde sucessivas enchentes elevaram as águas de cerca de 8 metros e mudaram a praia da margem direita para a esquerda do Juruá, no mês de outubro. *Relat. da Com. cit.* 1904-1906, pág. 82).

A largura do rio varia de acôrdo com as cheias, havendo tendência sempre para aumentar, dada a constante queda dos barrancos e conseqüente ampliação das praias.

Devido à abertura de novos canais ou rompimento de istmos, o rio se vai reduzindo, mas é preciso ter em conta que o desenvolvimento das praias e voltas também concorrem para torná-lo maior.

No último trecho do rio, já na parte mais rija e composta de corredeiras e cachoeiras, num percurso pouco mais de 37 quilômetros, a referida Comissão registrou 44 igarapés, sendo que alguns deles com 3,4 e até 6 metros de boca (pág. 42).

Para se conhecer bem a navegabilidade desses rios, faremos viagens em 3 épocas diversas: *enchente, meia água e vazante*. São situações bem distintas, não só no tocante ao aspecto físico, como no sistema de navegação.

Na *primeira*, tem-se a impressão de um dilúvio, tal a vastidão e quantidade das águas que apenas deixam de fora pequenos cabeços chamados *firmes*, assemelhando-se a reduzidas ilhas perdidas na imensidade do elemento líquido, não se apresentando maior essa impressão devido à densidade da mata, que impede de se apreciar o alagado em toda a sua plenitude que, em vários lugares estende-se por quilômetros.

Na *terceira*, o que exuberava é a terra, num verdadeiro contraste daquela: o barranco, na maior parte de cor escura, que ali submergira, mostrando somente de longe em longe algumas pontas salientes, emerge fortemente, dominando o cenário, fronteiro a lindas e extensas praias de uma alvura bem acentuada, deixando espreguiçar-se lá no reduzido fundo o rio, ainda há pouco de feição assoberbante, como se fôra um manso e tranqüilo regato, numa chocante transmutação.

Só quem os presenciou, poderá calcular devidamente.

Na alagação, pode dizer-se, principalmente no curso inferior, quase se não enxerga terra, deparando-se apenas pequenas choças ou alguns barrações, em certos lugares meio submersos, abandonados, correndo o rio entre duas altas muralhas de densa e gigantesca vegetação, ao passo que na estiagem essa portentosa mata permanece, mas já afastada do seu diminuto leito, que se cinge a uma corrente inimaginável.

As barrancas que se não percebiam anteriormente, são agora íngremes paredes de 15 a 20 metros de altura. As praias que em nenhum ponto apareciam, nem mesmo no seu tópo, mostram-se nesse momento em toda a sua extensão, deixando os seus moradores bem arredados do seu novo ancoradouro.

Dos vapores que andavam para cima de ambas, não se avistam agora nem os barrações, nem as barracas, quando acostados no pôrto logo abaixo.

A embarcação que punha a prancha na porta do armazém ou habitação dos seringalistas ou seringueiros, na estação seca, amarra-a muitos metros distante não só daqueles, como do próprio barranco ou praia.

Passado o dilúvio, casas que se erigiam a 50, 100 e mais metros da orla do barranco, ali já se não encontram. Com a queda deste, devido à ação constante da corrente fluvial no recôncavo do rio este se vai aproximando da moradia do seringueiro, ano a ano, até que a carrega no seu baque destruidor, seguindo ambos uma trajetória, cujo desfecho é fácil de imaginar.

Tem havido casos de ruas inteiras, mesmo em povoados do Juruá e do Purus construídas a distâncias razoáveis, em terras chamadas *firmes*, ruírem pouco a pouco. Haja vista o que aconteceu a São Filipe e Caruri, no Juruá, e Sena Madureira, no Iaco.

A *segunda* fase, é o intermédio dos extremos. Nem água demais, nem terra de sobra. Nem correnteza violentíssima, nem a brandura da vazante.

* * *

A viagem na *quadra hiberna* é mais fácil, mais cômoda, mais rápida. Não deixa, porém de ter os seus contratemplos. É mais fácil à navegação, por não se deparar com os obstáculos que surgem na estiagem; mais cômoda, porque se viaja em navios maiores, com melhores alojamentos; mais rápida, de vez que esses barcos são mais velozes e encontram uma via mais franca, isenta das dificuldades existentes na vazante.

Contudo, há sérios riscos para a embarcação: enormes paus conduzidos pela correnteza, acompanhados de "balseiros", ilhotas verdejantes, galhadas, aves, pássaros, restos de barracas e ~~trastes~~, formando uma interminável jangada de madeira flutuante corre água abaixo. Os troncos batendo no costado da embarcação podem ocasionar rombos, às vezes fatais, ou deslizar pelo seu dorso, indo ter à hélice, quebrando suas pás ou retorcendo o seu eixo.

Ainda pode ocorrer o fato dos galhos dêsses troncos se intrometerem nas aberturas do convés e dos camarotes e surpreender alguém que esteja a palestrar, a trabalhar ou a dormir, e, mesmo conforme a resistência da madeira conduzida pela correnteza, arrebentar obras mortas do navio.

Há também casos de árvores caídas sôbre uma embarcação, parada ou em marcha, acarretando-lhes danos, como entre outros, quebra de mastro e morte de passageiros.

Outros riscos há, os quais podem estender-se às demais estações, como cerração (nevoeiro) e encalhe: o barco atraca a um dado pôrto, num momento em que o rio começa a vaziar, e quando deseja sair não pode, porque o seu fundo já está seguro no barranco, na sua encosta ou na praia.

A embarcação atraca num dado lugar em que há uma restinga, entrando pela parte favorável, mas, ao querer partir, não consegue vencer o banco de areia que se formou em tôrno, devido ao regime das águas.

O que salva é a experiência e a perícia dos práticos, que evitam e vencem a maior parte dêsses empecilhos, conseguindo atravessar períodos mais ou menos longos sem graves danos ou prejuízos para a vida e propriedade dos que lhes confiarem os seus maiores bens.

Em regra, o capitão ou pilôto ao encostar num ponto qualquer, procura saber as condições do rio, e por meio de uma régua metrificada fincada na terra submersa, vai verificando se as águas baixam ou sobem, a fim de mudar de posição e evitar um encalhe perigoso. Há, como se sabe, os descuidados, e daí quase sempre surge um desastre.

Fato interessante e que não deve passar despercebido é o que se dá à noite, nas grandes alagações principalmente. O navio em movimento ou não, o que é pior. As vêzes, na hora das refeições. A iluminação atrai um grande número de insetos os mais variados, entre os quais destaca-se o terrível "potó", cujo nome é bastante para dar calafrio em muita gente. O desassossêgo é grande. O desabusado inseto ataca todos, deixando onde encosta, um líquido que logo irrita a pele, inflama, produzindo dores fortes por muitas horas.

* * *

O vapor que tem uma marcha de 10 milhas horárias, subindo, fica reduzido a 6 ou 7, conforme a violência da corrente contrária. Se a enchente está no seu máximo, o navio é conduzido por cima da praia, junto à orla da mata, onde a correnteza é menor. Raramente, se o dirige pela margem contrária. O prático, em certas ocasiões, a prefere para evitar uma travessia que lhe poderia atrasar. A força das águas é, às vêzes, tão grande, que a embarcação, apesar da energia de suas máquinas, sai na outra margem do rio em lugar muito abaixo daquele em que se achava!...

Na descida, tudo é favorável: a marcha normal é acelerada pela das águas, de tal sorte que, tratando-se de alagação ou cabeça de repiquete, ela poderá ser aumentada de 50 % e até mais.

A viagem de Manaus a Cruzeiro do Sul, que em regra se pode efetuar em 18 dias, num vapor não regatão, na baixada, fica reduzida à metade ou pouco mais.

O navio pára, não só nos portos pré-determinados como onde fôr preciso.

Nos tempos áureos da borracha, 3 tiros de rifle faziam a embarcação estacar: podia tratar-se de saber se havia médico ou farmacêutico a bordo ou indagar se tinham certo medicamento ou mercadoria, saber o preço da borracha em Manaus ou Pará, enfim cousas importantes para quem se achava naqueles ermos ou de somenos para quem tinha a desdita de ir a bordo.

Nos vapôres ou lanchas chamados "regatões", verdadeiros armazéns, lojas, armarinhos, farmácias ambulantes, o sacrifício dos passageiros ainda é maior.

Quando de lá saí, há mais de um decênio; devido à crise econômica que dominou o grandioso vale amazônico, já não eram preciso 3 tiros para determinar a parada do navio, bastavam 2 ou mesmo um.

Os navios podem penetrar nos paranás do Mineruá e do Breu, onde navegam cêrca de 24 horas; permitindo o Juruá franca navegação a vapôres de 10 pés de calado até a fronteira com o Peru a 1 608 milhas da foz.

Na confluência do Piqueiaco, a 3 145 quilômetros da bôca do Juruá, as águas alcançam a altura de 8 a 10 metros, mas desde a do Breu elas se escoam rãpidamente, sendo necessários dois repiquetes para se vencer êste trecho do rio, igual a 167 quilômetros.

* * *

Na *meia água*, com a fuga do enorme lençol líquido que a tudo envolvia, a terra, os campos, as habitações vão resurgindo pouco a pouco, sujos, lamacentos, deteriorados, permitindo a volta dos seus antigos moradores, que iniciam então vida nova, sofrendo às vêzes grandes prejuízos, pois, além da morte do gado e chirimabos, a sua própria moradia vai-se com o barranco em que julgavam estar seguros por mais tempo...

É uma fase intermediária, e por isto, diversa da máxima e da mínima, tendo, porém, um misto de ambas. Ainda tem bastante fundo, consentindo franca navegação, mas reclamando maior atenção e tôda a perícia do timoneiro.

É a quadra mais perigosa para a navegação, em que podem surgir surpresas como bancos recém-formados, barrancos desmoronados, ainda não de todo diluídos, cascos de navios naufragados, troncos submersos, aliãs o de consequências mais lamentáveis e, de quando em quando, sinistras, fatais, cruéis.

Os obstáculos já conhecidos podem ser evitados, devido à memória admirável dos práticos, e bem assim os que se encontram pouco abaixo do nível das águas ou mal repontam à superfície, atendendo-se a certos sinais indicadores.

Ao longe, já êles distinguem pela côr das águas, rugas, rebojo, pequenas ondulações, a existência do escolho ou tronco ameaçador.

Nos lugares suspeitos, duvidosos, reduz-se marcha, vai-se a meia fôrça ou menos, sonda-se, tateia-se pára-se, dá-se atrás, a fim de se contornar a situação.

* * *

A *vazante* se vai acentuando e chega-se à terceira fase, a estação sêca, que alcança o seu extremo de agôsto para setembro.

Em outubro, com raras exceções, a enchente já se pronuncia com mais vigor, de sorte que em novembro alguns navios transpõem os empecilhos surgidos no estio e alcançam lugares há pouco quase secos, levando aos moradores ribeirinhos, notícias, mercadorias e alegria da movimentação do pôrto, que estêve segregado do mundo durante um semestre e às vêzes até mais, destêro êste interrompido, em dados sítios, pelo aparecimento de canoas particulares, do correio ou de negócios.

Na quadra estival, as árvores que nadavam à mercê da correnteza, estorvando a navegação, estão agora agarradas ao fundo do rio, numa atitude desafiadora, obstando-a também, porém, da maneira mais prejudicial.

Na enchente, dificulta, podendo a tempo ser contornada; na meia vazante, constitui o mais sério risco a surpresa; na estiagem, embaraça, ocasionando mais freqüentes desastres às pequenas embarcações.

Com o escoamento das águas, os vapôres vão deixando de ir aos pontos mais altos do rio, mas não o abandonam, procurando receber cargas para os portos que oferecem menos perigo. Todavia, vêem-se na necessidade de ir a certos lugares, de navegação difícil, onde depara torrões, pedras, paus, transpondo alguns bancos de areia com auxílio de suas máquinas, rijos cabos de aço ou de manilha amarrados em sólidos troncos, propulsionados pelos bolinetes de proa ou pôpa, segundo as necessidades.

Andou certa vez o Sr. Castelo Branco em vapor, num trecho do Juruá maior de 70 milhas, próximo à fronteira do Peru, com águas tão reduzidas que se pode afirmar, haver navegado quase todo o percurso com uma braça ou pouco mais do fundo, calando a embarcação cêrca de 6 pés.

Os regionais, para a transposição de certos locais em que há muitas tronqueiras, empregam a casca da embaúba, a qual posta sob o fundo da canôa, permite fácil deslizamento. Uma canoa que necessita de 10 a 12 homens para ser transposta sobre um pau, auxiliada pela casca referida, pode ser manejada por dois homens.

Quando o rio está raso, o "gaiola" não anda à noite. Durante o dia, há manobras interessantes para transpor um banco ou ver-se livre de certos madeiros; ora as máquinas dão avante a toda força, ora atrás, ora uma avante e outra a ré, girando em torno do obstáculo que o detém. Recorre-se também a um ancorote para safá-lo de um encalhe, caso não seja preciso recorrer-se ao alívio da carga, a fim de reduzir o calado e prosseguir na rota cheia de peripécias.

O navio desgoverna, estremece, rabeia, investindo contra o barranco, dá guinadas que o sacode todo, quebra louças, joga os passageiros no convés, "em trepidações e estertores de possesso".

As vezes, o "gaiola" fica montado nos torrões de um estirão, no cimo de uma praia ou noutra lugar qualquer, derriado, amarrado, escorado, aguardando meses e meses pela enchente salvadora.

Há casos de permanecer mais de um ano no alto de um barranco, porque a alagação vindoura não lhe fornece água suficiente para a sua flutuação.

Retrata bem uma viagem em canoa o ilustre escritor Carlos de Vasconcelos, que bem conheceu a região: "O catoqui, o piúm e a carapanã causam desespero. Os timoneiros e os batelões, que substituem o "gaiola" arrastam a vau, a machadear em madeiros estorvantes, a rasgarem canais provisórios nos bancos de areia movediça, que se vão formando no leito instável do rio. Descarregam repetidas vezes o batelão para o fazer mais leve e arrastá-lo a muque sobre a areia, porém, mal vencem um entrave, já pouco adiante a proa descobre um outro mas descoroçoante".

"Aqui é uma fretoada violenta de uma arraia que o faz estertorar em dores durante 24 horas.

"Há adiante um trecho mais navegável e o remo dos pilotos e os varejões dos tripulantes vão levando-o sem esforços inúteis.

"De repente um obstáculo inverso lhe choca a proa e uma comoção sacode a todos e um "brabo" menos equilibrista desapruma-se e cai nágua".

Ainda se pode falar no trajeto das praias limpas em que os tripulantes abandonam os remos e varejões e fazem a canoa mover-se "à sirga", a qual não é mais do que uma corda amarrada num dos bancos da embarcação, puxada por um, dois, ou mais homens que vão caminhando pela praia. Quando se trata de canoa pequena, nem o piloto fica na pópa.

Além disso, viaja-se também "de bubuia", isto é, à mercê das águas, sem esforço, procurando apenas a correnteza máxima do rio: os navios para economizar combustível e os remadores quando cansados e preguiçosos. Estes sonham com um rio composto de três correntes: uma favorável aos que descem, outra aos que sobem e, uma terceira, intermediária... "cheia de cachaça".

A vela não é utilizada pelas embarcações acreanas. Só no Solimões e suas proximidades.

* * *

Há casos interessantes a registrar, quer numa, quer noutra estação.

No Juruá inferior as enchentes demoram meses, podendo as suas margens ficar inundadas de janeiro a maio e ainda com muita água até junho, época da máxima enchente no Solimões, e em que a parte superior de seus contribuintes da banda meridional já se encontra em grande vazante.

No alto, as águas se escoam rapidamente, contudo há inundações de um mês e mais.

É de notar-se, que o viajante pode amarrar a sua montaria no tópo dos barrancos ou mesmo na porta de uma barranca, ao pernoitar em certo pôrto e, ao amanhecer, procurando-a para prosseguir sua rota, ou ela está em sêco, de-

pendurada e tem que ser arrastada a "muque" até a água, ou tem uma surpresa: "fugiu" como se diz na gíria local, isto é, foi levada pela violência da correnteza.

Por isso os viajores experimentados e cuidadosos levantam-se várias vezes à noite, a fim de verificar o estado do rio, e a prendê-la mais acima ou abaixo, segundo a deslocação das águas.

Com a alagação, a viagem torna-se mais rápida, devido aos canais ou furos improvisados por cima das várzeas, encurtando até de quilómetros o trajeto; ao passo que na estiagem, com a diminuição das águas, sua corrente se reduz de tal forma que as embarcações têm de contornar o desmedido bôjo das praias, prolongando assim a jornada.

Há, porém, certa compensação: na alta, a correnteza do rio contribui para diminuir a marcha do barco; na baixa, a favorece por ser quase nula.

* * *

O Dr. Castelo Branco, projetou, ainda, esquemas e fotografias ilustrando a exposição.

Numa das fotografias mostrou a ilha da Conceição no rio Acre, sôbre a qual há o seguinte dito: "quem por ela passa deixa a sua consciência e quando volta nem sempre a encontra".

No bôca do rio Acre, a diferença de altura entre a cheia e a vazante é de 24 metros. No curso dos rios varia entre 18 e 20 metros. Entre 20 e 40 metros acima do nível das águas vê-se um morro.

Nas cidades que se estendem ao longo dos rios muitas das casas são de tijolo ou de zinco.

A Matriz de Cruzeiro do Sul é de estilo francês. Foi construída por padres franceses e é hoje dirigida por padres alemães, vindos da África do Sul.

Aberto os debates, o Prof. José Veríssimo exprimiu sua satisfação em ter assistido uma tertúlia tão interessante feita por uma pessoa que se diz não ser geógrafo e que, no entanto, estuda os rios do Acre em todos os seus detalhes. Esses rios comandam a atividade humana e decidem, como o rio Acre, destinos geopolíticos modificando fronteiras.

O coronel Lísias Rodrigues disse que conhece o Acre e o que o conferencista dissera sôbre o Juruá se aplica ao Purus. Em seguida, felicitou o Dr. Castelo Branco. Este agradeceu as felicitações, dizendo que o seu desejo é tornar o Acre mais conhecido. O Prof. Lúcio Soares, tomou a palavra para agradecer em nome do C.N.G. a excelente aula que todos ouviram sôbre a Amazônia.

O Prof. Ruellan, fazendo o comentário geral, associou-se ao que fôra dito quanto à excelência da tertúlia e quanto às valiosas informações sôbre o Acre.

O Território do Acre visto através de uma carta parece uma região simples, mas quando estudado nos seus detalhes apresenta-se bem complexo. É uma das chaves de uma parte dos problemas geomorfológicos e da geografia humana da Amazônia.

É um verdadeiro laboratório pela erosão fluvial. O rio trabalha, como bem demonstrou o Dr. Castelo Branco, em cada um dos seus três períodos: cheia, meia-água e vazante, de forma diferente como se fôssem três rios diversos. A diferença entre as cheias e a estiagem é tão grande que não se pode aplicar aos rios do Acre e do Amazonas a forma clássica de evolução dum rio. Os rios acreanos cortam muito depressa os seus meandros e estes nem sempre são divagantes, mas sim encaixados nos barrancos. É preciso dedicar-lhes um estudo especial. Acima dos rios vêem-se terraços e nêles está o problema da evolução geomorfológica da Amazônia desde o Pliocénio. Daí a necessidade de se seguir esses terraços até o mar.

Quanto à terminologia, deve-se usar sempre os termos regionais, como fêz o conferencista.

Finalmente, o Prof. Ruellan felicitou mais uma vez o Dr. Castelo Branco.

Noticiário

Capital Federal

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO — NOMEAÇÃO DE NOVOS MEMBROS — Foram nomeados pelo Presidente da República, membros da Comissão de Planejamento Econômico, o Sr. Ari Frederico Tôres e o coronel João Carlos Barreto.

★

FUNDAÇÃO BRASIL-CENTRAL

SUA ORGANIZAÇÃO — O Sr. João Alberto, presidente da Fundação Brasil Central expediu no dia 5 de dezembro último a seguinte Ordem de Serviço:

Tendo em vista a necessidade de ser convenientemente estruturada a F. B. C., instituída pelo Decreto-lei n.º 5 878, de 4 de outubro de 1943, e do acórdão com os Estatutos aprovados pelo Decreto n.º 17 274, de 30 de novembro de 1944, resolvo, nesta data, utilizando as atribuições que me confere o art. 13 dos referidos Estatutos organizar a Fundação Brasil Central nos moldes abaixo:

1 — São órgãos de administração da F. B. C. (Art. 19):

I) um presidente;

II) um Conselho Diretor composto de dez membros que deliberará por maioria de votos com a presença mínima de seis membros, além do presidente;

III) uma Junta de Contrôlo, fiscal da administração, composta de três membros;

IV) um secretário geral; cujas atribuições são as definidas pelos Estatutos em seus arts. 13, 14, 31 e 16, respectivamente.

2 — As atividades da Fundação são de caráter administrativo, técnico - especializado e técnico - administrativo, e serão atribuídas, dentro das determinações estatutárias:

I) aos órgãos da administração;

II) à Secretaria Geral;

III) aos Departamentos Técnicos;

IV) às Bases.

3 — Junto ao presidente funcionará o Gabinete da Presidência, ao qual incumbe auxiliar direta e imediatamente o presidente nas missões que este lhe confiar.

4 — A Secretaria Geral é o órgão central de administração da F. B. C. e será estruturada em duas divisões, a saber:

I) Divisão Administrativa (D. A.) que se compõe de:

a) Serviço de Correspondência e Registro (S. C. R.);

b) Serviço de Documentação (S. D.);

c) Serviço Jurídicos (S. J.).

II) Divisão e Contabilidade (D. C.) compreendendo:

a) Serviço do Pessoal (S. P.);

b) Serviço do Material (S. M.);

c) Contadoria e Contrôlo (C. C.).

5 — Departamentos são órgãos diretamente subordinados ao presidente e de natureza técnica especializada, com atividade de caráter geral que se exerce em toda a zona na qual opera a Fundação. Serão os seguintes:

I) Departamento Médico-Sanitário (D. M. S.);

II) Departamento de Obras (D. O.);

III) Departamento de Estradas;

IV) Departamento de Rádio-Comunicações e Navegação Aérea (D.R.N.A.).

6 — Bases são os centros ou núcleos onde a Fundação exerce localmente as suas atividades de caráter técnico-administrativo. Presentemente são as seguintes:

I) No setor Sul — Uberlândia, Rio Verde, Caiapônia, Barra do Garças, Rio das Mortes.

II) No setor Norte — Santarém, Itaituba, Pimentel, Coletoria, Flechal.

7 — Haverá um Escritório Regional em São Paulo e outro em Belém do Pará para atender às necessidades dos setores Sul e Norte respectivamente, e que serão subordinados administrativamente à Secretaria Geral.

8 — A conveniência de serviço determinará a criação de novos departamentos ou o desdobramento dos já existentes, e bem assim a criação de novas bases ou o seu agrupamento regional.

9 — O provimento dos cargos do Gabinete da Presidência, de chefe de Departamento, chefe de Base, chefe de Divisão da Secretaria Geral ou dos Departamentos e chefes dos Serviços das respectivas Divisões ou Departamentos, e chefes de Escritórios regionais são considerados de confiança para os fins dos arts. 27 e 29 dos Estatutos.

10 — O secretário geral e os chefes de Departamentos deverão apresentar, até o dia 31 de dezembro próximo, o ante-projeto de Regimento dos órgãos que respectivamente dirigem, e a proposta orçamentária para o exercício de 1945, de acordo com o programa traçado pelo presidente. — *João Alberto*, presidente

EXPEDIÇÃO RONCADOR - XINGU — Depois de um necessário estacionamento, a Expedição Roncador - Xingu atravessou o rio das Mortes, implantando no outro lado um acampamento que está sendo agora ampliado e consolidado.

No avanço foram abertas picadas em plena selva por vários quilômetros, de onde, depois de convenientemente reabastecida, a expedição penetrará no rumo do rio Kuluene.

Com a travessia do rio das Mortes a expedição entrou no território dos Xavantes, que recuaram logo que se reiniciou a marcha para o interior.

A medida que recuam, aqueles índios estão queimando matas e campos, pois não costumam avançar senão em terreno mais ou menos descoberto.

PROVIDÊNCIAS PARA A INSTALAÇÃO DO 1.º NÚCLEO COLONIAL — A Fundação Brasil Central está tomando as primeiras providências para instalar o primeiro núcleo colonial em plena selva, no lugar denominado Findaíba, que será exclusivamente formado por elementos brasileiros. No marco n.º 2, entre o Garças e o Mortes será construída uma cidade em um futuro bem próximo, contribuindo assim para o povoamento da região. Nesse ponto já foi construído um ótimo campo de aviação, que permite a aterrissagem de aviões bi-motores, campo este que tem sido muito útil à Expedição Roncador - Xingu.

VENDA DE TERRAS DEVOLUTAS DE MATO GROSSO — As terras devolutas de Mato Grosso já estão sendo retalhadas pela Fundação Brasil Central para venda a preços baratos, sob o compromisso de que serão exploradas pelos compradores. Na região da pecuária é exigido que o comprador disponha de uma res para cada 5 alqueires paulistas.

★

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

II REUNIÃO PAN-AMERICANA DE CONSULTA SOBRE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA — OFERTA DE UM PERGAMINHO MEMORATIVO AO EMBAIXADOR JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES — Os membros do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia e os da delegação brasileira à II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, ultimamente realizada nesta capital, estiveram incorporados, no dia 29 de dezembro último, na residência do Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares que presidiu os trabalhos daquele importante certame internacional, afim de oferecer ao mesmo um artístico pergaminho contendo as assinaturas de todos os membros brasileiros à referida Reunião.

Tomaram parte também na homenagem tributada ao preclaro presidente do I.B.G.E. todos os membros das alas estatística e censitária do Instituto.

Nesse documento foi expresso ao embaixador José Carlos de Macedo Soares, que tão brilhantemente organizou e dirigiu os trabalhos da II Reunião e presidiu a delegação brasileira, vibrantes aplausos ao inestimável serviço prestado pelo homenageado em favor das tradições culturais do Brasil.

Foi orador oficial o coronel Sebastião Claudino de Oliveira Cruz, chefe da 2.ª Divisão de Limites, que discursou oferecendo o pergaminho ressaltando a decisiva atuação do embaixador Macedo Soares, para êxito do certame fazendo ao mesmo tempo largo comentário acerca da nossa política geográfica no tocante à cartografia nacional, ilustrando a sua oração com oportunos conceitos técnicos relativos aos trabalhos atuais, lembrando por fim a instituição de um plano cartográfico brasileiro de larga envergadura.

Depois dêsse discurso usou da palavra o Sr. Alberto Cerqueira Lima, membro da Junta Executiva de Estatística que falou em nome do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Discursou por fim o Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares para agradecer a homenagem que lhe era tributada terminando por declarar que guardaria aquele pergaminho como um documento de família.

O professor Fernando Antônio Raja Gabaglia, como presidente que foi do X Congresso

Brasileiro de Geografia, ofereceu, também, ao embaixador José Carlos de Macedo Soares uma medalha comemorativa daquele certame nacional que foi igualmente, presidido pelo homenageado.

★

Conselho Nacional de Geografia

Diretório Central

DEMARCAÇÃO DE LIMITES ENTRE PERNAMBUCO E ALAGOAS — CAMPANHA DOS NOVOS MAPAS MUNICIPAIS — GEOGRAFIA NO CURSO DE FÉRIAS NA A.B.E. — VINDA DE DOIS PROFESSORES DE GEOGRAFIA URUGUAIOS — INDICAÇÕES DO X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA — Sob a presidência do Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares, realizou-se, no dia 5 de dezembro último, a reunião ordinária do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia.

Depois de lidos a ata da reunião anterior e o expediente e de feitas as indicações e comunicações, passou-se à ordem do dia, que compreendia vários assuntos.

Foi objeto de estudo inicialmente o plano da campanha dos novos mapas municipais, a serem apresentados até 31 de dezembro de 1945, em virtude das alterações de âmbito havidas na recente fixação das divisões territoriais das Unidades Federadas. Foram aprovadas as sugestões apresentadas pela Secretaria quanto ao preparo, entrega e exposições públicas de tais mapas.

Em seguida, o Conselho considerou a solicitação da Associação Brasileira de Educação quanto à colaboração do Curso de Férias a ser efetivado nos próximos meses de janeiro e fevereiro, ficando deliberado que a Repartição Central do Conselho contribuiria com 15 palestras radiofônicas, sobre o tema geral "Fontes de vida do Brasil", em as quais serão estudados assuntos importantes da nossa geografia econômica.

Por solicitação do Instituto Nacional de Investigações Geográficas, da Universidade de Montevidéu, foi examinado o caso da vinda ao Brasil de dois professores de geografia do Uruguai, mediante bolsas do Instituto Uruguai-Brasil, resolvendo-se que o Conselho tomaria sob o seu patrocínio a viagem cultural daqueles professores, e lhes proporcionaria no Brasil elementos de estudo sobre a geografia brasileira e a estrutura de sua organização militante.

O Diretório, em seguida, examinou duas indicações providas do X Congresso Brasileiro de Geografia: uma, de autoria do Sr. Edgar Barbosa, sobre assuntos de urbanismo e de geografia urbana; outra, formulada por D. A. Meyer, para o uso do alfabeto internacional na grafia dos vocábulos indígenas. Ambas foram baixadas em diligência.

Por fim, tratou o Diretório da questão dos limites entre os Estados de Pernambuco e Alagoas, cujos governos solicitaram a assistência do Conselho nos trabalhos demarcatórios, que já se executam em boas condições e em ambiência de absoluta harmonia; resolvendo-se que pelas verbas normais do Conselho, se dêem recursos ao técnico do Conselho que está colaborando nos trabalhos, em atendimento às necessidades do programa da oportuna campanha.

MAPA EM RELEVO DA AMÉRICA LATINA — Foi adquirido pelo Conselho Nacional de Geografia, um artístico trabalho de estereografia da América Latina, confeccionado pelo pro-

fessor Antônio M. França, autor da maquete da Escola Militar de Resende. O aludido mapa em relêvo, que é o primeiro no gênero, foi elaborado nas escalas, horizontal de 1/10 000 000 e vertical de 1/100 000.

★

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

ELOGIADO O CORONEL-AVIADOR LÍSIAS RODRIGUES PELA SUA CONTRIBUIÇÃO À II REUNIÃO PAN-AMERICANA DE CONSULTA SOBRE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA — O ministro Salgado Filho recebeu do Sr. José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o seguinte ofício:

“É-me grato comunicar a Vossa Excia. o agrado com que tomei conhecimento dos relatórios elaborados pelo coronel aviador Lísias Augusto Rodrigues, acêrca dos trabalhos e dos resultados técnicos da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia e do X Congresso Brasileiro de Geografia, os quais foram enviados por cópia ao Conselho Nacional de Geografia, pelo major brigadeiro Armando Trompowski, digno chefe do Estado Maior da Aeronáutica.

Remeto a V. Excia., em anexo, a *Ata das Resoluções* aprovadas naquela Reunião, cumpre-me enaltecer a excelente cooperação do coronel Lísias Augusto Rodrigues, que, na qualidade de representante do Ministério da Aeronáutica, teve a importante missão de presidir a Comissão Técnica de “*Cartas Aeronáuticas*”. Nessa presidência, o coronel Lísias Rodrigues teve a oportunidade de demonstrar apreciáveis qualidades de inteligência e cultura intervindo com brilho e segurança toda vez em que se fazia necessário esclarecer e defender a posição do Brasil frente aos problemas em discussão, sendo da sua iniciativa a indicação convertida na Resolução que preconiza a uniformização das cartas aeronáuticas de todos os países americanos”.

★

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

APROVADO O REGULAMENTO PARA CONCESSÃO DE FAVORES E AUXÍLIO À INSTALAÇÃO DE UMA REDE NACIONAL DE ARMAZENS E SILOS DE GRÃOS E SEMENTES — O Presidente da República assinou recentemente um decreto-lei aprovando o Regulamento para a concessão de favores e auxílio à instalação de uma rede nacional de armazéns e silos de grãos e sementes, baixado com o Decreto n.º 17 260, de 27 de novembro de 1944.

★

Conselho Nacional de Caça

PROTEÇÃO DA FLORA E FAUNA — I CONGRESSO ECONÔMICO DO OESTE — Em recente sessão do Conselho Nacional de Caça, o conselheiro Sousa Lopes leu um resumo das medidas aprovadas pelo Conselho da British Ecological Society referentes a medidas para proteção da flora e fauna da Grã Bretanha e que, até certo ponto, podem servir de orientação para futuros estudos no Brasil. Ficou resolvido que o secretário providenciaria a distribuição de cópias a fim de serem convenientemente estudadas e sugeridas, providenciando depois o Conselho a redação de uma nota para divulgação. O conselheiro Arruda Câmara comunicou que havia sido designado para fazer parte da Comissão de Organização do Primeiro Congresso Econômico do Oeste, a realizar-se em Goiânia em

maio do ano próximo, e solicitou ao Conselho a colaboração de seus membros, e do próprio Conselho, para que no aludido Congresso se tratassem de assuntos inerentes à caça. Foi aprovada a sugestão.

★

Departamento Nacional da Produção Mineral

Divisão de Águas

APROVEITAMENTO INICIAL DA CACHOEIRA DE PAULO AFONSO — Estêve recentemente na região da cachoeira de Paulo Afonso uma comissão de técnicos do Ministério da Agricultura, integrada pelos Srs. Valdemar de Carvalho, José Leite Correia Leal e Leopoldo Schimmelpfeng, respectivamente diretor e engenheiros da Divisão de Águas. Essa comissão, que acaba de regressar ao Rio, examinou o local onde será construída a pequena usina destinada ao aproveitamento inicial de 5 000 Kw da cachoeira de Paulo Afonso, tendo tomado as primeiras providências para início dos trabalhos.

Esse aproveitamento será feito para irrigação da terra do núcleo agro-industrial de Petrolândia, situado a 38 quilômetros da cachoeira de Paulo Afonso, bem assim como o objetivo de auxiliar os trabalhos de construção da grande usina em projeto.

CURSOS D'ÁGUA CONSIDERADOS PÚBLICOS — A Divisão de Águas do D.N.P.M. do Ministério da Agricultura, considerando públicas de uso comum, do domínio do Estado de Mato Grosso as águas do curso denominado “Capim Branco Pardo”, “Pardo” e “Pardo”, respectivamente nos trechos superior, médio e inferior.

Nasce no município de Ribas do Rio Pardo, limita-se com o de Três Lagoas, êste com o de Caiuás, todos no Estado de Mato Grosso e se lança no rio Paraná pela margem direita.

Estas conclusões se apóiam, no art. 6.º do Decreto-lei acima citado, no art. 3.º do Decreto-lei n.º 852, de 11 de novembro de 1938, e no inciso II do art. 29 do Código de Águas.

O critério adotado para a determinação dessas águas foi o seguinte:

1.º — O curso d'água foi determinado, partindo de jusante para montante;

2.º — Nas confluências foi considerado como principal o de maior bacia hidrográfica.

A identificação do curso d'água foi feita segundo os mapas municipais organizados em observância do Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938.

★

Serviço de Estatística da Produção

EXAME DO ANTE-PROJETO DE SUA REORGANIZAÇÃO — O Sr. Moacir Briggs, substituto do presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, enviou ao Sr. Presidente, no dia 1.º de dezembro, último, a seguinte Exposição de Motivos com o exame procedido por aquêle Departamento relativo a um ante-projeto de regimento para o Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura: — Excelentíssimo Sr. Presidente da República:

A Comissão de Eficiência do Ministério da Agricultura submeteu ao exame dêste Departamento um ante-projeto de regimento para o Serviço de Estatística da Produção (S.E.P.), segundo o qual êste órgão passaria a ter a seguinte estrutura:

Secção de Estatística da Produção Extra-tiva (E.E.)

Secção de Estatística Agro-Pecuária (A.P.)
Secção de Cadastro e Estatística das Propriedades Rurais (P.R.)

Secção de Estudos e Análises (E.A.)

Biblioteca Seccional (B.S.)

Secção de Cartografia e Ilustração (C.I.) e

Secção de Administração (S.A.).

2. Atualmente, por força do Decreto n.º 23 979, de 8-3-34, do Decreto-lei n.º 782, de 13-10-38, do Decreto-lei n.º 982, de 23-10-38 e de disposições ministeriais posteriores, o S.E.P. tem a seguinte composição:

Secção de Estatística da Produção Extra-tiva;

Secção de Estatística da Produção Agro-Pecuária;

Secção de Documentação e Informações (incluindo uma Biblioteca e um sub-órgão a que se poderia denominar "Turma de Desenho");

Secretaria; e

Serviço Mecanizado.

3. Confrontando a organização proposta com a atual, verificou este Departamento que seriam feitas as modificações adiante apontadas:

I — um novo órgão seria criado — a "Secção de Cadastro e Estatística das Propriedades Rurais";

II — a secção atualmente incumbida de planejar e analisar inquéritos estatísticos, bem como de guardar toda a documentação específica do Serviço — a Secção de Documentação e Informações — seria desdobrada em "Secção de Estudos e Análises", "Biblioteca Seccional" e "Secção de Cartografia e Ilustração";

III — a Secretaria hoje existente seria transformada em "Secção de Administração".

4. Estudando cuidadosamente o assunto, em contacto com o órgão interessado e tendo por base trabalhos de caráter geral que aqui se efetuavam — no intuito de padronizar, tanto quanto possível, a estrutura dos serviços de estatística (a fim de cumprir determinação expressa no art. 4.º do Decreto-lei n.º 1 360, de 20-6-39) — este Departamento chegou às conclusões que passamos a expor.

5. Em primeiro lugar, é necessário criar a "Secção de Cadastro e Estatística das Propriedades Rurais", pois, devendo ser tornado obrigatório o registro das propriedades rurais, existentes no país, o volume de tal trabalho viria absorver toda a atividade do órgão que atualmente o executa — a Secção de Estatística da Produção Agro-Pecuária. Calcula-se, mesmo, que o número de propriedades rurais registradas — hoje 30 000 (trinta mil) em virtude de ser facultativa a inscrição — atingiria o elevado total de 2 000 000 (dois milhões). Acresça-se, ainda, a este levantamento — que, por certo, irá decrescendo de vulto, à medida que se forem passando os anos de vigência da lei coercitiva — o inquérito relativo às cooperativas até então da competência do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, mas que passará a constituir uma nova atribuição do S.E.P., em face do parecer do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ao apreciar o projeto de regimento daquele Serviço: — "as estatísticas relativas ao cooperativismo, tendo em vista o registro obrigatório existente no Serviço de Economia Rural, devem ficar a cargo do Serviço de Estatística da Produção". Apenas à denominação proposta — "Secção de Cadastro e Estatística das Propriedades Rurais" — preferíamos a — "Secção das Propriedades Rurais", porque o nome do Serviço já caracteriza, de um modo geral, as atividades das secções.

6. Relativamente ao desdobramento da Secção de Documentação e Informações que, como vimos no item II do § 3.º, daria lugar a três órgãos (de Estudos e Análises, Biblioteca Seccional e de Cartografia e Ilustração) este Departamento julgou-o inconveniente. Que a atual Secção de Documentação e Informações passe a chamar-se "Secção de Estudos e Análises", é aconselhável; não só ficaria mais bem caracterizada a sua finalidade, como também esta foi a denominação escolhida para os órgãos da mesma espécie, na organização projetada para os demais serviços de estatística. A "Biblioteca Seccional" e a "Secção de Cartografia e Ilustração", porém, seriam incumbidas de atividades que constituem "meios de ação", verdadeiros instrumentos indispensáveis ao órgão que terá por fim promover estudos, planejar e analisar inquéritos estatísticos (a Secção de Estudos e Análises). E, por isso mesmo, por estarem essas atividades tão intimamente ligadas ao funcionamento dessa secção, é desaconselhável que venham a constituir secções à parte; ao invés, cumpre nela integrá-las, mantendo-se dessa forma, com a referida denominação de "Estudos e Análises", a atual Secção de Documentação e Informações.

7. Dado o volume das atividades de administração geral do S.E.P. a transformação de sua Secretaria em "Secção de Administração" — dependência que cuidaria apenas e exclusivamente da administração geral do Serviço — constitui medida que não só viria permitir mais fácil articulação do S.E.P., com o órgão que superintende a execução das atividades do Ministério (o Departamento de Administração), como ainda possibilitaria um melhor desempenho dessas funções auxiliares. Endossa, portanto, este Departamento, a proposição da medida.

8. Analisados esses pontos da proposta da C.E., foi notada a ausência de dispositivo concernente ao equipamento mecânico de que dispõe atualmente o S.E.P. Considerando que, do ponto de vista da realização de trabalhos para todo o Ministério, a situação de tal equipamento é análoga à do existente no Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, adotou este Departamento a orientação já firmada em relação a este último caso. Assim, o atual Serviço Mecanizado do S.E.P. seria transformado em uma "Secção de Mecanização", que, além de proceder à apuração mecânica dos dados coletados pelas secções específicas do Serviço, executaria ainda, no interesse do serviço público e respeitadas as necessidades do S.E.P. trabalhos para outras repartições.

9. Já estavam estes estudos em sua fase final, quando o Conselho Nacional de Geografia, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, solicitou a colaboração deste Departamento na redação de um projeto de decreto-lei, em virtude do qual o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, daquele Instituto, seria transformado em Serviço de Geografia e Cartografia.

10. Tendo em vista que o Serviço que se pretendia transformar, além da função de órgão executivo central do Conselho Nacional de Geografia, tinha ainda a atribuição de coordenar e sistematizar as estatísticas fisiográficas e como o ante-projeto apresentado não fizesse menção a que órgão passaria esta última atribuição, ponderou este Departamento que seria preferível efetuar como que um desdobramento do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, o qual, uma vez sem funções, seria extinto. Assim, pelo Decreto-lei que deveria ser expedido no momento, a função de órgão executivo central do Conselho Nacional de Geografia passaria à repartição a ser criada — a Serviço de Geografia e Cartografia. A função de órgão de estatística geral, incumbido do setor

fisiográfico ou territorial continuaria com o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, até que fosse reincluída na competência do S.E.P., conforme já estivera de início. E esta reinclusão se faria, derogando o art. 2.º do Decreto-lei n.º 1 360, de 20-6-39, que em seu § 2.º preceitua a transferência do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica para o Ministério da Viação e Obras Públicas, em virtude de se integrarem as estatísticas fisiográficas, mais homogêneas, no conjunto de atividades do Ministério da Agricultura.

11. Aceita a sugestão deste Departamento, o Conselho Nacional de Geografia apresentou a V. Excia. um projeto que, convertido no Decreto-lei n.º 6 828, de 25 de agosto do corrente ano, criou o Serviço de Geografia e Cartografia no I.B.G.E. e destinado a funcionar como órgão executivo central do Conselho Nacional de Geografia.

12. Tornou-se necessário, portanto, atribuir ao S.E.P. a função de órgão de estatística geral, incumbido do setor fisiográfico ou territorial. Para isto, novos estudos se impuseram, a fim de averiguar se o volume de trabalho acarretado justificaria a criação de uma nova seção, ou se uma das seções já previstas, sem prejuízo da homogeneidade do seu campo estatístico, poderia se encarregar de mais essa atribuição.

13. Findos os mesmos, verificou-se não ser necessário criar uma "Seção de Estatística Territorial", conforme já existira na antiga Diretoria de Estatística da Produção. Naquela época, tal seção se justificava, porque exercia as mesmas atribuições para as quais foi posteriormente criado o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, isto é, além de ser o órgão de estatística geral incumbido do setor fisiográfico ou territorial funcionava ainda, e preponderantemente, como órgão executivo central do Conselho Nacional de Geografia (C. N. G.). Agora, porém, criado o Serviço de Geografia e Cartografia, para executar, coordenar e divulgar as atividades geográficas de interesse do C.N.G., o S.E.P. não precisa dispor de uma seção unicamente para funcionar como órgão de estatística geral incumbido do setor fisiográfico ou territorial. Tanto mais que, neste setor diferentemente dos demais setores estatísticos, a tarefa do órgão central não envolve atribuições de natureza propriamente executiva, pois há vários órgãos na Administração Pública que, para cumprir as suas finalidades, precisam de executar ou executam levantamentos fisiográficos. Assim, encontramos no ambiente geomórfico o Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, que, por intermédio de duas de suas divisões — a Divisão de Geologia e Mineralogia e a Divisão de Águas — executa levantamentos relativos à Geologia e à Hidrografia, ainda no ambiente geomórfico, o aspecto oceanográfico está aos cuidados de duas repartições especializadas — o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, do Ministério da Viação e Obras Públicas e o Observatório Nacional, do Ministério da Educação e Saúde. Passando ao ambiente climatérico vamos encontrar os levantamentos necessários à Meteorologia e à Climatologia. Executando-os e dêles se valendo para cumprir a sua finalidade, há o Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura. O âmbito geográfico, por sua vez, em que encontramos levantamentos relativos à posição, limites e extensão do território, está entregue ao recém-criado Serviço de Geografia e Cartografia do I.B.G.E. Finalmente, no capítulo das riquezas naturais, ou seja o retalhamento do solo de acordo com a prospeção mineralógica, a fauna e o revestimento florístico é que se situa o campo estatístico do próprio S.E.P. A sua Seção de Estatística da Produção Extrativa

estuda o aspecto estatístico da prospeção mineralógica, de acordo com os dados que lhe são fornecidos pelo Departamento Nacional da Produção Mineral; uma outra de suas seções — a Seção de Estatística da Produção Agro-Pecuária — levanta a estatística da fauna, apenas na parte dos animais domésticos, única que tem valor comercial; a seção que será criada, agora, para organizar o Cadastro das Propriedades Rurais, se incumbirá, também, de levantar as estatísticas relativas ao revestimento florístico.

14. Vê-se, portanto, que não lhe cabendo, a execução de levantamentos conforme acontece com os órgãos centrais dos outros setores estatísticos, o órgão de estatística geral incumbido do setor fisiográfico ou territorial teria a seu cargo apenas a coordenação e a sistematização dos levantamentos fisiográficos. Representando tal fato um notável decréscimo no volume de trabalho, este Departamento julgou desnecessária a criação de uma seção especialmente para coordenar e sistematizar aqueles levantamentos. E, assim, pensou em atribuir as referidas funções a uma das seções do S.E.P. que efetuasse levantamentos fisiográficos. Estando neste caso todas as suas seções específicas, pois o S.E.P. estuda o capítulo das riquezas naturais, foi escolhido para órgão de estatística geral incumbido do setor fisiográfico, a seção que terá entre suas atribuições levantar a estatística do revestimento florístico, ou seja, a Seção das Propriedades Rurais.

15. Tendo em vista essa ordem de idéias elaboramos um substitutivo ao projeto apresentado pela Comissão de Eficiência e o submetemos à apreciação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.) — dada a sua condição de órgão que orienta tecnicamente o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais.

16. Examinado pela Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, mereceu o substitutivo aprovação quanto à maior parte das modificações introduzidas no anteprojeto primitivo. Não obstante esta aprovação, sugeriu o aludido órgão duas ligeiras alterações e formulou algumas considerações em torno da distribuição de atividades previstas para o S.E.P.

17. A primeira sugestão, aceita por este Departamento, prende-se ao designativo escolhido para o órgão que deverá ficar encarregado de executar o registro das propriedades rurais. Assim, em vez de "Seção das Propriedades Rurais" denominar-se-á tal órgão — "Seção de Cadastro Rural" — designação evidentemente mais precisa quanto ao seu objetivo.

18. A outra sugestão também aceita por este Departamento visa incluir no campo de competência da Seção da Produção Agro-Pecuária, o levantamento dos "preços dos produtos agrícolas". Justificou a Junta a sua proposta, esclarecendo que o referido levantamento não se confunde com o que o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho deve efetuar para conhecer o "custo da vida", ou com o que o Serviço de Estatística Econômica e Financeira realizará para estabelecer os índices gerais de preços, porquanto abrangerá tão somente os produtos agro-pecuários, nas suas respectivas fontes de produção, isto é, os dados serão coletados junto a agricultores e criadores ou a estabelecimentos atacadistas e beneficiadores.

19. No tocante à distribuição de atividades previstas para o S.E.P., as considerações formuladas pela Junta Executiva Central do C. N. E. referem-se a um possível desdobramento da Seção da Produção Agro-Pecuária e à coordenação e sistematização dos levantamentos fisiográficos.

20. Quanto à possibilidade de desdobrar a Secção da Produção Agro-Pecuária em — Secção da Produção Agrícola e Secção da Produção Pecuária — a própria Junta reconhece, e este Departamento também, que apesar de o levantamento estatístico da produção agrícola e o da produção pecuária poderem constituir atribuições de órgãos diversos, não só a actual deficiência das fontes informativas, mas ainda, outros factores como, por exemplo, a conveniência de aproveitar ao máximo a experiência do pessoal já especializado que se encontra lotado na actual Secção de Estatística Agro-Pecuária, aconselham pelo menos no momento, a manutenção de um único órgão para executar ambos os levantamentos.

21. Relativamente à coordenação e sistematização dos levantamentos fisiográficos, que pelo projecto deste Departamento fôra atribuída à Secção das Propriedades Rurais (ou Secção do Cadastro Rural, conforme sugestão que depois aceitamos), divergiu a Junta Executiva de nosso ponto de vista sobre o assunto, tendo apresentado as duas soluções que passamos a considerar.

22. Pela primeira, pareceu à Junta ser aconselhável a existência de uma secção especialmente destinada a coordenar os elementos colhidos por outros órgãos da administração pública e por particulares, e que possam ser úteis à estatística fisiográfica. Esta secção, porém, não se deveria integrar no S.E.P. e sim vir a constituir um dos órgãos estruturais do recém-criado Serviço de Geografia e Cartografia. Isto porque, ponderou a Junta, tendo este Serviço que recorrer à documentação dos órgãos públicos e entidades particulares que efetuam trabalhos relacionados com a fisiografia brasileira, para bem executar os trabalhos geográficos, cartográficos e fotogramétricos que lhe forem determinados pelo Conselho Nacional de Geografia, não será fora de propósito atribuir-lhe competência para sistematizar esses elementos e organizar tabelas estatísticas que descrevam sinteticamente o território e o ambiente físico do país, elementos esses indispensáveis aos trabalhos e publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

23. Com tal solução não concordou este Departamento, em primeiro lugar por não ser necessária, conforme já demonstramos nos parágrafos 13 e 14, a existência de uma secção que apenas coordenaria e sistematizaria levantamentos fisiográficos, e em segundo lugar, porque seria desvirtuar a própria formação estrutural do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o integrar um órgão de estatística geral, num Serviço que não pertence ao "Sistema dos Serviços Estatísticos" e sim ao "Sistema dos Serviços Geográficos". Tanto mais que isto importaria em retornar à situação que o Decreto-lei n.º 6 828, de 25 de agosto do corrente ano, veio precisamente corrigir, ou seja, o Serviço de Geografia e Cartografia, criado por este decreto-lei para exercer apenas uma das atribuições do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica — a de órgão técnico executivo central do Conselho Nacional de Geografia — viria a ser incumbido de todas as atividades deste último serviço. Por outras palavras, apenas ter-se-ia mudado o nome do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica para "Serviço de Geografia e Cartografia", o que, à vista as atribuições estatísticas que o órgão continuaria a ter, seria tornar mais imprecisa a sua denominação. Não tendo sido este, evidentemente, o objetivo daquele decreto-lei, passemos ao exame da outra solução alvitrada pela Junta do C.N.E.

24. A Secção de Estudos e Análises do S.E.P., como órgão do sistema estatístico que é, seria encarregada do trabalho de coordenar e sistematizar as estatísticas fisiográficas levan-

tadas pelas secções específicas do próprio S. E. P., por outros órgãos da administração pública e por particulares. Tendo em vista que, entre as suas atribuições, esta Secção terá a de guardar toda a documentação do Serviço e a de proceder à divulgação das estatísticas elaboradas pelo S.E.P., realizando portanto, já aí, um trabalho de coordenação interna e de elaboração de tabelas estatísticas, é perfeitamente aceitável esta sugestão, motivo por que se acrescentou mais o seguinte item ao artigo do regimento que fixa a competência da Secção de Estudos e Análises: — "coordenar os dados colhidos ou elaborados por outros órgãos da Administração Pública ou por particulares, relativos às estatísticas fisiográficas, e efetuar-lhes a competente síntese".

25. Aceitas, portanto, dentre as alterações sugeridas pelo I.B.G.E., as que comentamos nos parágrafos 17, 13 e 24, redigiu este Departamento um 3.º projecto que passamos agora a confrontar com a situação actual.

26. Ficaria assim estruturado o S.E.P.
 Secção da Produção Extrativa (S.P.E.)
 Secção da Produção Agro-Pecuária (S.A.P.)
 Secção do Cadastro Rural (S.C.R.)
 Secção de Estudos e Análises (S.E.A.)
 Secção de Administração (S.A.) e
 Secção de Mecanização (S.M.).

27. As Secções específicas — a da Produção Extrativa, a da Produção Agro-Pecuária e a do Cadastro Rural — auxiladas pela Secção de Mecanização na parte de apuração mecânica, executariam as fases intermédias dos levantamentos estatísticos a cargo do S.E.P., ou sejam: coleta, apuração e sistematização ou exposição, além da crítica, que se processa em todo o decorrer da elaboração estatística.

28. Actualmente, tais fases são da competência da Secção de Estatística da Produção Extrativa, da Secção de Estatística da Produção Agro-Pecuária e do Serviço Mecanizado. Seria criada, portanto, uma nova secção específica — a do Cadastro Rural, que, além de proceder ao registro das propriedades rurais — executado hoje, em menor escala, pela Secção de Estatística da Produção Agro-Pecuária — levantaria ainda duas estatísticas que passarão a constituir atribuições do S.E.P. — a estatística das cooperativas, que vinha sendo elaborada pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, e a estatística do revestimento florístico — estatística fisiográfica que tem por objetivo principal, a verificação das zonas cobertas e das não cobertas de matas, e que será levada a efeito como uma extensão do levantamento das propriedades rurais.

29. A Secção de Estudos e Análises, que substituiria a actual Secção de Documentação e Informações, seria investida, ainda, das funções de órgãos de estatística geral incumbido do setor fisiográfico ou territorial. Desempenharia, portanto, as seguintes atividades: — guarda da documentação específica do Serviço; divulgação das estatísticas elaboradas pelo S.E.P.; coordenação e sistematização dos levantamentos fisiográficos executados por órgãos da Administração Pública, ou por particulares.

30. Finalmente, a Secção de Administração e a de Mecanização substituiriam, respectivamente, a Secretaria e o Serviço Mecanizado. Seriam, portanto, órgãos auxiliares competindo à primeira a execução de atividades de administração geral e à segunda, não só a apuração mecânica das estatísticas a cargo do S.E.P., como ainda a elaboração de trabalhos para outras repartições.

31. São essas, Senhor Presidente, as características do substitutivo elaborado por este Departamento ao projecto do regimento do Ser-

viço de Estatística da Produção e que, em anexo, acompanhado do respectivo projeto de decreto de aprovação e do de decreto-lei que também se faz necessário expedir, tem a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excia., acrescentando que com elle está de acôrdo o órgão interessado.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Excia. os protestos do meu mais profundo respeito. — *Moacir Briggs*, substituto do presidente.

REORGANIZADO O SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO E APROVADO O SEU REGIMENTO — O Presidente da República, de acôrdo com a Exposição de Motivos do presidente do D.A.S.P. assinou no dia 4 de dezembro último o Decreto-lei n.º 7 125, reorganizando o Serviço de Estatística da Produção (S. E. P.) que subordinado administrativamente ao Ministério da Agricultura e obediente à orientação técnica do Conselho Nacional de Estatística, constitui um dos órgãos executivos centrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O Serviço de Estatística da Produção tem por finalidade levantar às estatísticas referentes à exploração do solo e do subsolo e ao beneficiamento ou a transformação imediata e final dos produtos agrícolas, pastoris e extrativos, bem como coordenar e sistematizar as estatísticas fisiográficas em geral e divulgar, em publicações próprias, ou por intermédio do S.D. ou do I.B.G.E., os resultados dos seus trabalhos.

Naquela mesma data foi assinado o Decreto 17 288 aprovando o regimento daquele Serviço.

★

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Faculdade Nacional de Filosofia

REGRESSO DE PROFESSORES — Regressou de Miami, no dia 1.º de dezembro último, acompanhado de sua esposa, professora Carolina da Silveira Lôbo Sternberg, o professor Hilgard O'Reilly Sternberg, da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, da Faculdade Católica de Filosofia e dos Colégios Pedro II e Melo e Sousa. O professor Sternberg, que acaba de escrever um livro sobre processos de aluvionamento, seguirá com sua esposa, em princípios de fevereiro do ano passado, para os Estados Unidos, com bolsas de estudo para ambos na Universidade de Louisiana, tendo sido êle comissionado pela Faculdade Nacional de Filosofia para, dentro de sua especialização de geografia física, estudar certos métodos de ensino adaptáveis ao Brasil. O Conselho Nacional de Geografia também incumbiu o professor patricio de realizar estudos especiais na grande nação americana.

★

Museu Histórico Nacional

NOVA TURMA DE MUSEOLOGISTAS — Realizou-se no dia 20 de dezembro último, no Museu Nacional, a solenidade da entrega dos diplomas a mais uma turma de 23 museologistas, que acabam de concluir, com aproveitamento, o respectivo curso técnico mantido naquele Museu. A sessão solene foi presidida pelo Sr. Gus-

tavo Barroso, diretor e professor daquele estabelecimento.

Dando início à cerimônia, falou o orador da turma, Sr. Paulo Kruger historiando as atividades do curso e bem assim as suas importantes finalidades, qual seja a conservação e difusão do nosso patrimônio histórico.

Antes da entrega dos diplomas, falou o Sr. Gustavo Barroso, paraninfo da turma.

REVERÊNCIA A MEMÓRIA DE VULTOS HISTÓRICOS — O ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, prosseguindo nas homenagens aos vultos históricos do Exército, assinou, ontem, o seguinte aviso: "A 17 de dezembro de 1844 nasceu o marechal Francisco de Abreu Lima. Assentou praça com apenas quatorze anos de idade no 1.º Batalhão de Artilharia a Pé. Já cursava a Escola Militar quando seguiu, em 1864, para o sul, assistindo ao cerco e à capitulação de Montevidéu.

"Na guerra do Paraguai portou-se sempre com brilho e destacadamente. Tomou parte nas batalhas de Tuluti, Curupaity e Humaitá, sendo ferido na primeira. Foi organizador e comandante da bateria de foguetes de guerra. Em atenção aos atos de bravura praticados nos combates de dezembro de 1869 fez juz à medalha do Mérito Militar.

"Ao terminar a guerra foi distinguido com a medalha geral da Campanha do Paraguai, com passador número 5, por ter tomado parte efetiva nos cinco anos de luta. Regressou ao norte e terminou seus estudos diplomando-se em estado-maior e engenharia. Seu nome brilhou no magistério, de 1878 a 1885, quando, com proficiência pontificou na Escola Militar do Rio Grande do Sul. Além dessa, exerceu outras importantes comissões, sempre com êxito absoluto: comandante interino do 1.º Batalhão de Engenharia, comandante do Corpo de Alunos da Escola Militar da capital do país, diretor do Laboratório de Campinho, comandante do Corpo de Bombeiros desta capital, sub-chefe de repartição do Estado Maior e chefe da Comissão de Levantamento da Carta Geral da República.

Faleceu, já reformado, a 15 de agosto de 1906. E' êste o sexto chefe que festejamos no corrente ano, pela passagem do primeiro centenário natalício. Como os demais, deve o dia que lembra seu aniversário de nascimento ser comemorado em tôdas as Regiões Militares.

Contemplando a galeria dos chefes do passado, sentimos todos os nossos sentimentos patrióticos vibrarem e assumimos o compromisso de não desmerecermos o legado de honra que deles recebemos".

★

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Departamento dos Correios e Telégrafos

Serviço de Comunicações

MUDANÇA DE NOME DE AGÊNCIAS E ESTAÇÕES — Em virtude da nova divisão territorial das Unidades da Federação, regulada pelo Decreto-lei federal n.º 5 901, de 21 de outubro de 1943, mudaram de nome as seguintes agências e estações deste Departamento:

N

ACRE:

BRASILÉIA — Brasília
TARAUAÇA — Seabra.

ALAGOAS:

ASSEMBLÉIA — Viçosa
COLÔNIA LEOPOLDINA — Leopoldina
CONCEIÇÃO DO PARAÍBA — Capela
DELMIRO — Pedra
IBATEGUARA — Piquête
JARAGUA MIRIM — Jaraguá
LIMOIEIRO DE ANADIA — Limoeiro
MAJOR ISIDORO — Sertãozinho
MANGUABA — Pilar
MOSQUITO — Campo Alegre
TAQUARANA — Canabrava
UNIÃO DOS PALMARES — União.

AMAZONAS:

BENJAMIM CONSTANT — Esperança
EIRUNEPE — João Pessoa
TAPURUQUARA — Santa Isabel
UAUPÊS — São Gabriel.

BAHIA:

ACAJUTIBA — Cajueiro
ANGUERA — Almas
BASTIAO — Palmares
BOA UNIÃO — Igreja Nova
BOA VISTA — Tupim
BONFIM DA FREIRA — Itacuruçá
BONINAL — Guarani
BOTUPORÁ — Monte Belo
BREJINHO DAS AMETISTAS — Brejinho
BROTAS DE MACAÛBAS — Brotas
BUERAREMA — Macuco
CAATIBA — São Paulo
CAMAÇANDI — Novo Horizonte
CANARANA — Miranda
CARAGUATÁ — Gravatá
CATUICARA — Bom Jardim
COARACI — Guaraci
CONCEIÇÃO DO ALMEIDA — Afonso Pena
CORIBE — Rio Alegre
DJALMA DUTRA — Poções
GUIRAPÁ — Umburanas
IAÇU — Paraguaçu
IBICARAÍ — Palestina
IBIPETUBA — Rio Prêto
IBIRABA — Icatu
IBIRANHÊM — Almorés
IBITIARA — Bonsucesso
IBITINGUIRA — Vista Alegre
IBOTIRAMA — Jardinópolis
IGUAPORA — Bonito
IGUÁ — Angicos
INGATÁ — São Bento
INHOBIM — Monte Verde
INÚBIA — Ipiranga
IPIAU — Rio Novo
IPUPIARA — Jordão
IRAMAIA — Iracema
IRAQUARA — João Pessoa
ITACIRA — Ponte Nova
ITAITU — Serra Azul
ITAJUI — Formosa
ITAJUIPE — Pirangi
ITAPE — Itaúna
ITAPEBI — Itamarati
ITAPETINGA — Itatinga
ITIRABA — Icatu
ITUBERÁ — Santarém
JERIBATUBA — São Lourenço
JOANINA — São João
JUREMAL — Jurema
LIVRAMENTO DO BRUMADO — Livramento.

MACAJUBA — Capivari
MAIRI — Monte Alegre
MANDACARU — Cordeiros
MANDIROBA — Laranjeiras
MAROBÁ — Viçosa
MIGUEL CALMON — Djalma Dutra
MIRANGABA — Riachuelo
MUTAS — Itaguaçu
NOVA SOURE — Soure
NUPEBA — São José
OLINDINA — Nova Olinda
PACATU — Santa Bárbara
PALMAS DE MONTE ALTO — Monte Alto
PARATINGA — Rio Branco
PASTORA — Divina Pastora
PIATA — Anchieta
PINDAÍ — Gameleira
PONTAL DOS ILHÉUS — Pontal
QUIJINGUE — Triunfo
RIBEIRA DO POMBAL — Pombal
SALINAS DA MARGARIDA — Salinas
SANTALUZ — Santa Luzia
SANTA MARIA DA VITÓRIA — Santa Maria
SANTO ANTONIO DE JESUS — Santo Antônio
SÃO FRANCISCO DO CONDE — São Francisco
SÃO GONÇALO DOS CAMPOS — São Gonçalo
SÃO MIGUEL DAS MATAS — São Miguel
SÃO ROQUE DO PARAGUAÇU — São Roque
SÃO SEBASTIAO DO PASSE — São Sebastião
SAPEAÇU — Sapé
SENHOR DO BONFIM — Bonfim
SOBRADO — Sobradinho
SUAPE — Madre de Deus
TAGUÁ — Campo Largo
TAPIRAÍPE — Paraíso
TAPIRANGA — Pindorama
TAPUIA — Cruzeiro do Sul
TAUAPE — Piedade
TIGUARUÇU — São Vicente
TINGUATIBA — Uberlândia
TRARIPE — Lapa
TUPIM — Boa Vista
UBAIRA — Areia
UBAITABA — Itapira
URUCUCA — Água Preta
UTINGA — Bela Vista
VARZEDO — Vargem Grande
VITÓRIA DA CONQUISTA — Conquista

CEARÁ:

ACOPIARA — Afonso Pena
AIUABA — Bebedouro
AMONTADA — São Bento
ANACETABA — São Gonçalo
APUAIRÊS — Jacu
ARATUBA — Santos Dumont
BANABUIÚ — Laranjeiras
BATOQUE — Cajazeiras
CARIRIACU — São Pedro
CARTUTABA — Ingá
CAUCAIA — Soure
COREAÚ — Palma
ERERÉ — Ipiranga
FETICEIRO — Joaquim Távora
GUARACIBA — Campo Grande
JAPI — Vertentes
IARA — Boa Esperança
IBICUITABA — Areias
ICAPUI — Caicara
IGARÓI — Água Fria
INHUPORANGA — Campos Belos
IPAUMIRIM — Alagoinha
ITAPAJÉ — São Francisco
ITAPEBUÇU — Lajedo
ITAPIUNA — Itaúna
ITATIRA — Belém
JAGUARUANA — União
JAMACARU — Genainha
JANDOIM — São João

JATI — Macapá
 JUATAMA — Floriano
 JUAZEIRO DO NORTE — Juazeiro
 JUCÁS — São Mateus
 LAVRAS DA MANGABEIRA — Lavras
 LICANIA — Santana
 LIMOEIRO DO NORTE — Limoeiro
 MACARAU — Entre Rios
 MAPUÁ — Boa Vista
 MOMBACA — Maria Pereira
 MUXIOPO — Junco
 PACAJUS — Guarani
 PALMÁCIA — Palmeiras
 PARAJURU — Barrinha
 PARAMOTI — Saldanha
 PARANGABA — Porangaba
 PARAPUÍ — Estreito
 POTENJI — Xiquexique
 RERIUTABA — Santa Cruz
 SITIA — Barra
 SOLONÓPOLIS — Cachoeira
 SUACURANA — Suçuarana
 SUCESSO — Pinheiro
 UMIRIM — Riachuelo
 URUOCA — Riachão
 VIÇOSA DO CEARÁ — Viçosa

ESPIRITO SANTO:

AIRITUBA — Palmital
 ANUTIBA — Lambari
 APIACÁ — Boa Vista
 ARACE — Pedreiras
 ARACRUZ — Santa Cruz
 ARACUÍ — Santo André
 BOAPABA — Mutum
 BURARAMA — Floresta
 DIVISA — Rio Preto
 ESPIRITO SANTO DE VITÓRIA — Espírito Santo
 GUAÇUÍ — Siqueira Campos
 GUARANÁ — Ribeirão
 IBICABA — São Domingos
 IBIRAÇU — Pau Gigante
 IBITUBA — Afonso Pena
 ISABEL — Santa Isabel
 ITAICI — Itaipava
 ITAIMBÉ — São Francisco
 ITAPINA — Laje
 ITAPOAMA — Rio Novo
 ITARANA — Figueira
 IUNA — Rio Pardo
 JABAETÉ — Viana
 JACIGUÁ — Virgínia
 MARAPÉ — São Filipe
 MASCARENHAS — Vila Mascarenhas
 MIMOSO DO SUL — João Pessoa
 MUQUI — São João do Muqui
 PANCAS — Santa Luzia
 PIAÇU — Conceição do Norte
 RIVE — Reeve
 SANTA LEOPOLDINA — Cachoeiro de Santa Leopoldina

GOIÁS:

ARAGUACEMA — Santa Maria do Araguaia
 ARAGUATINS — São Vicente
 ARUANÁ — Leopoldina
 CAIAPÔNIA — Rio Bonito
 CHAGAS — São Francisco das Chagas
 CORUMBALINA — Santa Cruz
 GOIALINA — Petrolina
 GOIANIRA — São Geraldo
 GRIMPAS — Hidrolândia
 GUAPÓ — Ribeirão
 GUATAÇABA — Nova Roma
 ITACÉ — Pilar
 ITAUCU — Cruzeiro do Sul
 ITUMBIARA — Santa Rita do Paranaíba
 LUZIANIA — Santa Luzia
 MAIRIPOTABA — Serrania
 MAMBÁI — Riachão
 MATAUNA — Palmeiras

MOITU — Cachoeira
 NIQUELÂNDIA — São José do Tocantins
 ORIZONA — Campo Formoso
 PARANÁ — Palma
 PIRACANJUBA — Pouso Alto
 PORANGATU — Desoberto
 SILVANIA — Bonfim
 SOUSANTA — Aracati
 SUÇUAFARA — Bela Vista
 URUAÇU — Santana
 URUTAGUA — Flores.

MARANHÃO:

ALTO PARNAÍBA — Vitória do Alto Parnaíba
 BACURI — Santa Quitéria
 BALSAS — Santo Antônio de Balsas
 COLINAS — Picos
 CURUZU — São Benedito
 IGUARATINGA — São Francisco
 IPIXUNA — São Luís Gonzaga
 MATOES — São José dos Matões
 PERIMIRIM — Macapá
 PINDARÉ-MIRIM — São Pedro
 RIBAMAR — São José de Ribamar
 TIMBIRAS — Monte Alegre
 TIMOM — Flores

MATO GROSSO:

ACURIZAL — Brotas
 ALTO GARÇAS — São Vicente
 CAIUÁS — Entre Rios
 CHACORORÉ — Melgaço
 CORONEL GALVÃO — Rio Verde
 ENGENHO — Alegrete
 GUIRATINGA — Lajeado
 LEVERGER — Santo Antônio
 RIBAS DO RIO PARDO — Rio Pardo
 SÃO JOSÉ DOS COCAIS — Livramento

MINAS GERAIS:

ABAÍBA — Santa Isabel
 AÇUCENA — Travessão
 ACURUÍ — Rio das Pedras
 ÁGUAS FORMOSAS — Águas Belas
 ÁGUAS VERMELHAS — Água Vermelha
 ALMENARA — Vigia
 ALTEROSA — Serra Negra
 ALVARENGA — Floresta
 AMARANTINA — Amarante
 ANDIROBA — Buriú
 ANGATURAMA — São Joaquim
 ANGORITABA — Remédios
 ANQUERETA — Almas
 ARAÇÁI — Araçá
 ARACITABA — Belmonte
 ARANTINA — Arantes
 ARCÂNGELO — São Miguel
 ARICANDUVA — Lorena
 ARIMATÉIA — Bocaina
 AÇARÁI — Passagem
 AUGUSTO FRANCO — Rosário
 BAGAGEM — Iraí
 BARÃO DE COCAIS — Morro Grande
 BOM JESUS DA CACHOEIRA — Bom Jesus da Cachoeira Alegre
 BOM REPOUSO — Bom Retiro
 BORBA GATO — Ferreiros
 BOTUMIRIM — Serrinha
 BOTUROBI — Serra Azul
 CAATINGA — Catinga
 CAMPANÁRIO — Igreja Nova
 CAMPO FLORIDO — Campo Formoso
 CAPUTIRA — Amazonita
 CARBONITA — Barreiras
 CARMÉSIA — Viamão
 CASSITERITA — Conceição da Barra
 CATADUPAS — Cachoeiras
 CATAUÁ — Morro do Chapéu
 CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO — Conceição
 CONSOLAÇÃO — Capivari

COROAS — São Francisco Xavier
 CORREIA DE ALMEIDA — Tôrres
 CRUCILÂNDIA — Dom Silvério do Bonfim
 CRUZILHA — Encruzilhada
 EMBOABAS — Onça
 ERVÁLIA — Erval
 ESMERALDAS — Santa Quitéria
 EUGENÓPOLIS — São Manuel
 FELICINA — São Félix
 FIDALGO — Sumidouro
 GLAURA — Casa Branca
 GLUCÍNIO — Cristalina
 GRANADA — Santo Antônio
 GUAÍPAVA — Paramirim
 GUARACIAMA — Santa Clara
 GUIDOVAL — Sapé
 IBATUBA — Soledade
 IBITIGUAIA — Vargem Grande
 IGUATAMA — Pôrto Real
 INDAIABIRA — Coqueiros
 IPOEMA — Aliança
 ITACURU — Itambé
 ITAMOJI — Arari
 ITAPAJIPE — Lajeado
 ITAÚ DE MINAS — Itaú
 ITIRA — Pontal
 JAGUARITIRA — Trindade
 JANGADA — Dourado
 JAPARAÍBA — Rochedo
 JECEABA — Camapuã
 JESUÂNIA — Lambarizinho
 JUREIA — Tuiuti
 LAGOA BONITA — Lagoa
 LUMINOSA — Candelária
 MANTIQUEIRA — Bom Jardim
 MARZAGANIA — Marzagão
 MINDURI — Andradina
 MIRADOURO — Glória
 MIRAPORANGA — Santa Maria
 MISSIONÁRIO — São Domingos
 MONSANTO — Monte Santo
 MONSENHOR HORTA — São Caetano
 MONSENHOR PAULO — Ponte Alta
 MONTEZUMA — Água Quente
 MORADA — Morada Nova
 MORRO DO FERRO — São João Batista
 NAZARENO — Nazaré (Vila)
 NOVA ERA — Presidente Vargas
 OLIVEIRA FORTES — Livramento
 ONÇA — Jaguaruna
 ORIZANIA — Arrozal
 PATOS DE MINAS — Patos
 PEDRA AZUL — Fortaleza
 PEDRALVA — Pedra Branca
 PERDIGÃO — Nossa Senhora do Perdigão
 PINDARÉ — Vera Cruz
 PINHEIROS ALTOS — Pinheiros
 PIRAJUBA — Dourados
 PIRAPAMA — Trairas
 PLANURA — Esplanada
 PONTE DO PARAÚNA — Paraúna
 PÔRTO FIRME — Pôrto Seguro
 PRESIDENTE VARGAS — Itabira
 QUELUZITO — Santo Amaro
 RAVENA — Lapa
 RIBEIRÃO DAS NEVES — Neves
 RIO PARDO DE MINAS — Rio Pardo
 ROMARIA — Água Suja
 RUBILITA — Bom Jesus de Salinas
 SALTO DA DIVISA — Salto Grande
 SÃO GONÇALO DO RIO DAS PEDRAS — São
 Gonçalo
 SARANDIRA — Sarandi
 SENADOR CORTES — Monte Verde
 SENADOR MOURÃO — Felício dos Santos
 SENHORA DA GLÓRIA — Nossa Senhora da
 Glória
 SERICITA — Itaporanga
 SILVEIRÂNIA — Silveiras
 SIMÃO FERREIRA — São Pedro de Alcântara
 SIMONÉSIA — São Simão
 TARUAÇU — Taruassu
 TOMÁS GONZAGA — Silva Jardim
 TORIBATE — Monte Alegre

TORREÕES — São Francisco de Paula
 TRIMONTE — São Luís
 TUMIRITINGA — Cachoeirinha
 TUPARECÊ — Santo Antônio
 TURIBAÍ — Campo Alegre
 UNIÃO DO CAETÊ — União
 VARGEM LINDA — Vargem Alegre
 VARGEM MINOSA — Barreiros
 VISCONDE DO RIO BRANCO — Rio Branco

PARÁ:

ABAETETUBA — Abaeté
 ANHANGÁ — São Francisco
 ARARIUNA — Cachoeira
 CAPIM — São Domingos do Capim
 CARIPI — São Luís
 GUAMÁ — São Miguel do Guamá
 ICORACI — Pinheiro
 ITAGUARA — Ponte de Pedras
 JOÃO COELHO — Santa Isabel
 SALINÓPOLIS — Salinas
 TUCURUI — Alcobaca.

PARAÍBA:

ABURÁ — Salgado
 ALAGOA NOVA — Laranjeiras
 ALDEIA VELHA — Bultrim
 ANDRESA — Nova Olinda
 AREDECÓ — Cordeiros
 BARRA DE SANTA ROSA — Santa Rosa
 BATALHÃO — Taperóá
 BONITO DE SANTA FÉ — Bonito
 CAAMIRIM — Matinha
 CAAPÓA — São José do Sabuji
 CAMARAZAL — Mulungu
 CAMUCÁ — Borborema
 CARATEIRAS — Caraubas
 CARNOIÓ — Boqueirão
 CAROÁ — São Sebastião
 CONTENDAS — Cachoeira
 CUBATI — Canoas
 CURIMATAÚ — Belém
 DIAMANTE — São Paulo
 GURJÃO — Timbaúba
 IBIPINÓPOLIS — Soledade
 IBIARA — Santa Maria
 IBURA — Olho D'água
 ITAMOROTINGA — Serra Branca
 JACOCA — Conde
 JOFFILY — Pocinhos
 JUAZEIRINHO — Juazeiro
 JURUPIRANGA — Serrinha
 LÊDO — Boa Vista
 MAGUARI — Espírito Santo
 MARI — Aracá
 MISERICÓRDIA — Itaporanga
 MUCUITU — Santo André
 MUJQUI — Prata
 OITICICATUBA — Oiticica
 PILOES — Entre Rios
 POTIRA — São Miguel
 SABUJI — Santa Luzia
 SABUJIRANA — Presidente Pessoa
 SARAPÓ — Carnaubal
 SERIDÓ — Santo Antônio
 SERRA DA RAIZ — Cupaoba
 SOLÂNEA — Moreno
 SUMÉ — São Tomé
 TABAIANA — Itabaiana
 TAIACUI — Bom Jesus
 TAUATUBA — Alagoinha
 UIRAUNA — Canaã

PARANÁ:

ANDIRÁ — Ingá
 ANGAÍ — Diamantina
 ARAIPORANGA — São Jerônimo
 ARAPOITI — Cachoeirinha
 ARARUVA — Marilândia
 ARUATA — Tijucas
 BARRA BONITA — Ibiti

BITUMIRIM — Bom Jardim
 BITURUNA — Santa Bárbara
 BOCAIÚVA — Imbuial
 CALÓGERAS — São José
 CAMBÉ — Nova Dantzig
 CAVIUNA — Rolândia
 CURIÚVA — Caeté
 EUFROSINA — Rio Claro
 GUARAJI — Entre Rios
 GUARAUNA — Valinhos
 IAPÓ — Castro
 IBAITI — Barra Bonita
 IMBUIAL — Bocaiúva
 JATAÍZINHO — Jataí
 MANDAGUARI — Lovat
 ORTIGUEIRA — Queimadas
 PIRAI-MIRIM — Pirai
 SÃO MATEUS DO SUL — São Mateus
 TIMBU — Campina Grande
 TIMONEIRO — Tamandaré
 TUNAS — Pedra Preta
 UVAIA — Conchas
 VOTUVERAVA — Rio Branco
 XAGU — Laranjeiras.

PERNAMBUCO:

AGRESTINA — Bebedouro
 ARARIPINA — São Gonçalo
 ARCOVERDE — Rio Branco
 CAMARATUBA — São Joaquim
 CAMBUCA — Ibiapina
 CAMOCITUBA — Camocim
 CAPIBARIBE — Santa Cruz
 CARACITUBA — Primavera
 CHÁ DO ROCHA — Itapira
 CONDADO — Goianinha
 CORIPÓS — Boa Vista
 GUABIRABA — Itapicó
 IBITIRANGA — Borborema
 INAJÁ — Espírito Santo
 IRACI — São Benedito
 ITAPETIM — Itapetinga
 JATAUBA — Jatobá
 JATINÁ — Belém
 MACAPARANA — Macapá
 MACUJE — Lapa
 MANACÁ — Imbiacaba
 MANIÇOBAL — Belmonte
 MIMOSO — Arcoverde
 MURUPÉ — Sapé
 NAZARÉ DA MATA — Nazaré
 OROBÓ — Queimadas
 PALMEIRINHA — Palmeira
 PAQUEVIRA — Glicério
 PARNAMIRIM — Leopoldina
 PASSIRA — Malhada
 PETROLÂNDIA — Itamaracá
 PONTAS DE PEDRA — Ponta de Pedras
 SALÓA — Barro
 SÃO BENTO DO UNA — São Bento
 SÃO LOURENÇO DA MATA — São Lourenço
 SERRITA — Serrinha
 SERTANIA — Alagoa de Baixo
 TACAÍMBÓ — Antônio Olinto
 TAQUARITINGA DO NORTE — Taquaritinga
 TORITANA — Tôrres
 TUPARETAMA — Tupã
 VENTUROSA — Boa Sorte (Vila)
 VERDEJANTE — Riacho Verde
 VITÓRIA DE SANTO ANTÃO — Vitória.

PIAUI:

BENEDITINOS — São Benedito
 BERLENGAS — Valença
 BERTOLÍNIA — Aparecida
 ESPERANTINA — Boa Esperança
 FROTEIRAS — Socorro
 GUADALUPE — Porto Seguro
 LUZILÂNDIA — Porto Alegre
 MARVÃO — Castelo

PALMEIRAIS — Belém
 PAULISTANA — Paulista
 PIO NONO — Patrocínio
 PORTO — João Pessoa
 SÃO PEDRO DO PIAUÍ — São Pedro.

RIO GRANDE DO NORTE:

CARNAUBAIS — Santa Luzia
 DEMÉTRIO LEMOS — Boa Esperança
 FILIPE CAMARÃO — São Gonçalo
 FLORÂNIA — Flores
 IPAUGUAÇU — Sacramento
 ITAREMATA — Lajes
 LUIZA — São Vicente
 MANAIRAMA — Ouro Branco
 MAXARANGUAPE — Pureza
 PADRE MIGUELINHO — Santo Antônio
 PANATIS — Vitória
 PENDÊNCIA — Independência
 QUIRAMBU — Monte Alegre
 SÃO JOSÉ DE CAMPESTRE — Campestre
 SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍBA — São Sebastião
 SERRA NEGRA DO NORTE — Serra Negra
 UMARIZAL — Divinópolis

RIO DE JANEIRO:

APERIBÉ — Chaves Faria
 CACHOEIRAS DE MACACU — Cachoeiras
 CARABUCU — Liberdade
 CONCEIÇÃO DO JACAREÍ — Jacareí
 CRUBIXAIS — Glicério
 DORÂNDIA — Dores do Pirai
 DUQUE DE CAXIAS — Caxias
 EUCLIDELÂNDIA — Rio Negro
 GUARUS — Guarulhos
 IBITIPORÁ — Monte Alegre
 IBITUPORANGA — Cacador
 IMBARIÉ — Joaquim Távora
 IMBIARA — Boa Esperança
 IPIIBA — José Marino
 ITALVA — Monção
 ITAPUA — Triunfo
 ITATIAIA — Campo Belo (Vila)
 ITAVERÁ — Rio Claro
 JAPUÍBA — Santana (Vila)
 LAJE DE MURIAÉ — Laje
 LARANJAIS — Laranjeiras
 LÍDICE — Parado
 LUMIAR — Luminar
 MARANGUA — Mato Grosso
 MARQUES DE VALENÇA — Valença
 MIGUEL PEREIRA — Professor Miguel Pereira
 MONERÁ — Monerat
 NATIVIDADE DE CARANGOLA — Natividade
 NHUNGUACU — Sebastiana
 NOSSA SENHORA DO AMPARO — Amparo
 NOSSA SENHORA DA APARECIDA — Aparecida
 OURANIA — Ouro Fino
 PARAÍM — Ribelirão
 PARAÍSO DO TOBIAS — Tobias
 PARANAUNA — São José
 PINHEIRAL — Pinheiro
 PRAIA DE ARACATIBA — Matariz
 RIBEIRÃO DA DIVISA — Floriano
 RIBEIRÃO DE SÃO JOAQUIM — São Joaquim
 RIO DAS FLORES — Santa Teresa
 RIO GRANDINA — Rio Grande
 SALUTÁRIS — Encruzilhada
 SANTA RITA DA FLORESTA — Floresta
 SANTO AMARO — Pinheiro Machado
 SÃO JOSÉ DO TURVO — Turvo
 SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍBA — Euclides da
 Cunha
 SILVA JARDIM — Capivari
 SOLEDADE DE RODEIO — Rodeio
 TAMOIOS — Campos Novos
 TARTUBA — Humaitá
 TRÊS RIOS — Entre Rios
 VERGEL — Bom Jardim

SANTA CATARINA:

ANTÔNIO INÁCIO — Campo Belo
 APÚNA — Aquidabã
 ARAQUARI — Parati
 ARMAZÉM — Capivari
 ARROZEIRA — Encruzilhada
 AVENCAL — Rio Preto
 BELA VISTA — Erveira
 BOCAINA DO SUL — Bocaina
 BOTUVERÁ — Pôrto Franco
 CAICANGA — Ribeirão
 CAMBAJUVA — Bom Jardim
 CAMBIRELA — Santo Amaro
 CAPINZAL — Rio Capinzal
 CARU — Cerrito
 CATUÍRA — Santa Teresa
 CAÚNA — Santa Cruz
 COLÔNIA SANTA TERESA — Santa Teresa
 CORUPÁ — Hansa
 ERVAL VELHO — Arcoverde
 ERVEIRA — Bela Vista
 ESTREITO — João Pessoa
 GARUVA — Palmital
 GRAVATAL — Gravatá
 GUARÁ MIRIM — Bananal
 HERSILÍOPOLIS — Belo Horizonte
 IBICARÉ — Itapui
 IBIRAMA — Hamônia
 INGLÊSES — Rio Vermelho
 IOMERÊ — São Luís
 ITOUPAVA — Itoupava Rega
 ITUPORANGA — Salto Grande
 JACINTO MACHADO — Volta Grande
 JARAQUÁ DO SUL — Jaraguá
 JUACABA — Cruzeiro
 LEÃO — Barra do Leão

LONTRAS — Vitor Konder
 PINDOTIBA — Palmeiras
 PIRABEIRABA — Pedreira
 PIRATUBA — Rio do Peixe
 PRAIA REDONDA — São Martinho
 PRESIDENTE GETÚLIO — Getúlio Vargas
 QUIÇABA — Teresópolis
 RERITUBA — Santo Antônio
 SÃO FRANCISCO DO SUL — São Francisco
 SERRA ALTA — São Bento
 SIDERÓPOLIS — Nova Beluno
 TANGARÁ — Rio Bonito
 TLIJIPIÓ — Boa Vista
 URUPEMA — Santana
 VIDEIRA — Perdizes

SERGIPE:

CAMBUATÁ — Santa Rosa
 CARMÓPOLIS — Carmo
 COTINGUIBA — Socorro
 CRISTIANÓPOLIS — Cristina
 DARCIENA — Cedro
 FREI PAULO — São Paulo
 INAJAROA — Santa Luzia
 INDIAROBA — Espírito Santo
 IRAPIRANGA — Itaporanga
 JAPOATÁ — Jaboatão
 PACATIBA — Pacatuba
 PARAPITINGA — São Francisco
 RIACHÃO DO DANTAS — Riachão
 ROSÁRIO DO CATETE — Rosário
 SAMAMBAIA — Igreja Nova
 SANTO AMARO DE BROTAS — Santo Amaro
 SIMÃO DIAS — Anápolis
 TOBIAS BARRETO — Campos

★

Instituições particulares**ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS**

POSSE DA DIRETORIA ELEITA PARA O ANO DE 1945 — Realizou-se no dia 28 de dezembro último, mais uma sessão semanal da Academia Brasileira de Letras sob a presidência do Sr. Múcio Leão.

Na segunda parte da sessão leu o Sr. Múcio Leão o relatório dos trabalhos realizados sob sua gestão administrativa durante o ano de 1944, dando em seguida a palavra ao secretário geral Sr. Pedro Calmon, que leu o retrospecto literário correspondente ao mesmo ano acadêmico.

Seguiu-se a posse da nova Diretoria para 1945, a qual se compõe dos seguintes acadêmicos: Pedro Calmon, presidente; Miguel Osório de Almeida, secretário geral; Gustavo Barroso, 1.º secretário; Luís Edmundo, 2.º secretário; Clementino Fraga, tesoureiro.

O Sr. Pedro Calmon, depois de assumir a presidência, leu o programa dos trabalhos para o próximo ano de 1945.

★

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

CONCEDIDO UM AUXÍLIO ANUAL A ASSOCIAÇÃO — O Presidente da República assinou recentemente um decreto-lei concedendo à Associação Brasileira de Normas Técnicas (A.B.N.T.), a partir de janeiro de 1945, o auxílio anual de cem mil cruzeiros (Cr\$ 100 000,00), para elaboração de normas, especificações e

métodos de ensaios de material necessários ao progresso da indústria nacional e, especialmente, tendo em vista a necessidade dos serviços público civis da União .

★

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL

FOLCLORE BRASILEIRO — Sob o patrocínio conjunto do Instituto dos Arquitetos do Brasil e do Instituto Brasil-Estados Unidos, realizou-se no dia 22 de dezembro último na sede do I.A.B., a conferência do Sr. Basílio Iberê sobre *Folclore brasileiro*, a qual foi ilustrada com gravação de córo infantil. Essa conferência fez parte do programa de atividades organizado pelos dois Institutos para a "Exposição de Pinturas e Desenhos de Crianças Norte-Americanas" que está sendo exibida na sede do Instituto dos Arquitetos do Brasil.

★

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

ASSEMBLÉIA GERAL — ADMISSÃO DO SR. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS COMO SÓCIO EPETIVO — CENTENÁRIO DE DOM VITAL — Reuniu-se a 27 de dezembro último, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em Assembléia Geral, sob a presidência do embaixador José Carlos de Macedo Soares. Da leitura do expediente, além de outros assuntos, constou o parecer da comissão de sócios referente à proposta de admissão para sócio efetivo daquela Instituição do Sr. Mário Au-

gusto Teixeira de Freitas. Depois de proceder-se à eleição, foi proclamado, por unanimidade o nome do Sr. Teixeira de Freitas para aquele cargo.

A seguir foram lidos vários pareceres relativos à admissão de novos sócios.

Terminados os trabalhos da Assembléa Geral realizou-se a sessão comemorativa do centenário do nascimento do bispo Dom Vital.

Assumindo o Sr. embaixador Macedo Soares a presidência, deu, depois de dizer algumas palavras acêrca da figura ilustre do clérigo, a palavra ao orador do Instituto Sr. Pedro Calmon, que, depois de se referir à comemoração daquele dia, apontou a figura do conferencista que por si mesmo já se indicava, pelas suas grandes qualidades de historiador, para falar a respeito de tão excelso vulto histórico.

O embaixador José Carlos de Macedo Soares, em seguida deu a palavra ao Sr. Eugênio Vilhena de Moraes que, estudando as fontes históricas relativas à vida de tão magna personalidade do clero brasileiro, definiu a importância da tão debatida questão religiosa em que se envolveram as personalidades mais destacadas do país.

Dando por encerrada a sessão, o Sr. embaixador Macedo Soares agradeceu à assistência seu comparecimento.

POSSE DO ARCEBISPO DO RIO DE JANEIRO, D. JAIME CÂMARA, COMO SÓCIO HONORÁRIO — O arcebispo do Rio de Janeiro, D. Jaime Câmara, eleito unanimemente sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, compareceu à sede daquele sodalício para tomar posse. O ato foi presidido pelo embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente perpétuo do Instituto e contou com a presença de vários membros da Diretoria e consócios.

★

INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA

"RIO SÃO FRANCISCO, ESTRADA DA UNIDADE DA NACIONALIDADE" — O Instituto Nacional de Ciências Políticas, em prosseguimento ao seu programa de estudo e conferências sobre assuntos da maior atualidade brasileira, realizou no dia 16 de dezembro no salão do Conselho da A.B.L., mais uma de suas sessões semanais sob a presidência do Prof. Benjamin Vieira. Usaram da palavra o Prof. Néelson Hungria que proferiu uma palestra sob o título *Poder de polícia através da jurisprudência e doutrinas americanas* e o Prof. Gildo Lopes que pronunciou uma conferência sob o tema *Rio São Francisco, estrada da unidade da nacionalidade*. Mostrou o Prof. Gildo Lopes a importância do rio São Francisco que sob o ponto de vista histórico, geográfico e econômico, cultural e étnico é superior ao Amazonas e ao rio Nilo. Frisou que, sob o ponto de vista histórico, em primeiro lugar, êle é o rio que levou os bandeirantes ao Nordeste; sob o ponto de vista geográfico é um rio que consegue banhar um grande número de Estados que, efetivamente, precisam de suas águas para a cultura do campo e para a criação em geral; sob o ponto de vista econômico basta que ponhamos em relêvo a potencialidade formidável da cachoeira de Paulo Afonso e o transporte de mercadorias entre o Nordeste e o Centro; sob o ponto de vista cultural é o veículo mais seguro, principalmente nos momentos difíceis que atravessamos, transportando as idéias de ordem intelectual e auxiliando a propagação e a continuação do Estado Nacional, em todo o Brasil. Concluindo o seu trabalho, expressou que o Estado Nacional

olha com interêsse para todos os grandes problemas nascidos do nosso solo e dos nossos homens. Por isso não podia deixar de olhar para o rio São Francisco, como está olhando, como um monumento do seu progresso que não estacionou e que procura solução inteligente e completa.

Encerrando a sessão, o Prof. Benjamin Vieira teceu elogiosos comentários sobre as conferências pronunciadas e agradeceu aos conferencistas a valiosa contribuição que deram à obra que o Instituto vem realizando.

★

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

HOMENAGEADOS OS SÓCIOS HONORÁRIOS EMBaixADOR JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES E SR. LÉO DE AFONSECA — Realizou-se no restaurante da Associação Brasileira de Imprensa, com o comparecimento de grande número de pessoas gradas, o jantar oferecido pelo Sr. Valentim Bouças, presidente da Sociedade Brasileira de Estatística, aos primeiros sócios honorários dessa agremiação, embaixador José Carlos de Macedo Soares e Sr. Léo de Afonseca.

A festa constituiu uma confraternização de estatísticos, administradores e técnicos, de modo especial aqueles que colaboram com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou com êste mantêm relações mais intensas, havendo transcorrido com a mais viva cordialidade.

Ao final do jantar, o presidente da Sociedade pronunciou o seguinte discurso:

"Meus senhores: Para medir as palpitações significativas de um país como o Brasil — extenso como um continente, populoso, jovem e em plena formação, era necessário um instrumental *sui generis*, que realizasse ao mesmo tempo, conciliando-as, duas condições: possuir uma envergadura gigantesca, proporcional ao volume físico do trabalho, e um considerável refinamento, correspondente à delicadeza da tarefa de medir.

Esse instrumental foi criado quase de repente, desenvolvido e completado no curto espaço de sete anos: é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Quando o observador isento, preocupado apenas em conhecer os fatos e não em adaptá-los a posições doutrinárias previamente tomadas, examinadas as realizações brasileiras da última década, não pode deixar de se maravilhar ante a quantidade e a qualidade espantosas da obra do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Sob a influência da afinidade de propósitos, é natural que a Sociedade Brasileira de Estatística se incline a apreciar encomiásticamente o trabalho realizado pelo Instituto. A apologia seria compreensível, talvez inspirada na gratidão, porque a Sociedade renasceu, en vigorou-se, cresceu e tem vivido à sombra do Instituto.

Mas cumpre observar que o tom encomiástico, na boca de um representante da Sociedade Brasileira de Estatística, relativamente à obra desse grupo corajoso, encarniçado, de estatísticos brasileiros que se reuniram no Instituto, não decorre de uma predisposição para exaltar incondicionalmente o amigo, a quem se deve muito. Trata-se, ao contrário, de um impulso deliberado de ser justo. Ninguém veja, pois, em nossas palavras apologéticas senão o produto do raciocínio frio, da análise imparcial, da observação detida. Se nessas palavras reponta algum calor, é a emoção da convocação, o sentimento de justiça, o desejo hu-

mano e sadio de reconhecer e proclamar a benemerência das instituições realmente beneméritas.

Seria longo e desnecessário analisar a fôlha de serviços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Observatório colossal, de mil olhos e mil ouvidos abertos ao registro e enumeração dos fatos sociais que ocorrem no Brasil; sistema administrativo tri-dimensional, que enreda na mesma urdidura tôdas as unidades do governo existentes no Brasil; grupo coeso de vigilantes, espelhos, onipresentes, ao longo e ao largo de tôda a extensão territorial da Pátria, é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a resultante de esforços integridos, a soma de recursos antes dispersos, a convergência de vontades e de inteligências postas a serviço da exploração do Brasil.

Mas não é só na sua materialidade, na sua estrutura, nos seus recursos em homens e coisas, na sua engrenagem administrativa, — verdadeira invenção social, com que o Brasil contribuiu para a ciência da organização — que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística se impõe ao exame atento do observador. Acima e além dessas manifestações visíveis e tangíveis, o que em verdade emociona, no Instituto, é o espírito que o domina, cheio de fé e coragem. Fé nas intenções dos homens, fé no potencial do país, fé nos que virão depois. Coragem para desafiar a rotina, coragem para enfrentar o carrancismo, coragem para descobrir e expor os desajustamentos e misérias sociais, coragem física, enfim, para realizar, dia a dia, indefinidamente, indefinivelmente, a tarefa obscura e monótona de registrar, contar, apurar e ordenar os pequeninos fatos individuais que, somados, constituem os índices de progresso ou de decadência de um povo, tais como a natalidade, a nupcialidade, a mortalidade, a morbidade, a produção agrícola e industrial nos seus vários aspectos, a troca dos artigos produzidos, e outras manifestações mais elevadas da vida social, como sejam as atividades intellectuais e as espirituais.

• Ao fazer o elogio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entidade que honra a cultura brasileira e obriga o homem justo a reverenciar a obra do homem, automaticamente fazemos o elogio de seu preclaro presidente, o embaixador José Carlos de Macedo Soares.

José Carlos de Macedo Soares formou a sua personalidade nos meios culturais e industriais de sua própria terra, São Paulo. Bacharel em ciências e letras e doutor pela Faculdade de Direito de São Paulo, tornou-se naturalmente um homem culto, e pelas viagens numerosas que fez pelo mundo, despertou as curiosidades do seu espírito, tornando-o um verdadeiro polígrafo. Criador e diretor de empresas industriais, o nosso homenageado habituou-se ao objetivismo da vida, adquirindo a visão clara dos problemas e habituando-se a procurar as melhores soluções. Em 1942 José Carlos de Macedo Soares reuniu em suas mãos três presidências das mais altas instituições culturais brasileiras: Instituto Histórico e Geográfico, Academia Brasileira de Letras e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Como se desempenhou de tão difíceis investidas? Sendo eleito presidente perpétuo do Instituto Histórico, reeleito presidente da Academia de Letras despojado da tradicional regra de não reeleição do presidente da Academia; e, realizando no I.B.G.E. o programa cultural que tão largos aplausos tem merecido. Em dezembro de 1944, corrente, o ilustre brasileiro reúne de novo três das grandes presidências culturais: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Todos sabem que o Instituto Histórico foi a

associação cultural predileta de D. Pedro II, que presidiu a 506 das suas sessões. A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro era o sodalício da predileção da princesa Isabel e sobretudo do conde d'Eu, que constantemente lhe presidia as sessões. O I.B.G.E. é criação do atual governo que lhe dá todo apoio e se vê cercado de grande prestígio da opinião pública.

José Carlos de Macedo Soares sabe servir ao Brasil, no Brasil ou fora dele. Para se formar uma idéia de sua projeção no estrangeiro, basta lembrar que S. Excia. foi condecorado com 18 grã cruces, afora grande oficialato e comendas. Isto afirma a estima e a consideração em que é tido também fora do Brasil. E não ficam aí tão altas e continuas demonstrações. E' ele sócio de muitas das mais altas instituições culturais do mundo. Lembraremos de passagem, que José Carlos de Macedo Soares é membro entre outras, da Academia Argentina de Letras, da Academia Uruguaia de Letras, da Academia Nacional de História da Argentina, do Instituto Histórico e Geográfico de Montevidéu da Sociedade de Geografia de Lima, e da Sociedade Chilena de História e Geografia. Recordaremos ainda que S. Excia. é doutor *honoris-causa* da mais importante universidade pontifícia dos Estados Unidos: America Catholic University of Washington.

Todos se recordam da atuação triunfal de José Carlos de Macedo Soares por ocasião da mediação feita em 1935 pelas principais repúblicas americanas para o restabelecimento da paz. Depois de 18 tentativas, duas das quais em que tomou parte a Sociedade das Nações, e tôdas fracassadas, o Brasil, a pedido das chancelarias da Bolívia e do Paraguai, resolveu tomar a iniciativa da 19.ª mediação, e para isso o ministro das Relações Exteriores da época que era José Carlos de Macedo Soares, estabeleceu as condições para um novo processo de mediação. Em Buenos Aires, reunidos representantes de seis países mediadores, na sessão inaugural José Carlos de Macedo Soares redigiu o projeto de protocolo, que discutido várias semanas, foi por fim aprovado, inclusive pelos dois ministros das Relações Exteriores da Bolívia e do Paraguai, que se achavam presentes, permitindo assim, o restabelecimento das boas relações, entre as duas Repúblicas irmãs. Daí o cognome que o grande jornal portenho *La Prensa* atribuiu a José Carlos de Macedo Soares de "Chanceler da Paz". Realmente no dia em que José Carlos de Macedo Soares embarcou para o Brasil a bordo do couraçado argentino "25 de Mayo", pôsto à sua disposição pelo Presidente da República vizinha, Augustin P. Justo, *La Prensa*, o conceituado órgão da imprensa de Buenos Aires, publicou em artigo de fundo, sob o título "Chanceler da Paz", notável artigo salientando a atuação preponderante do chanceler do Brasil, na conquista da paz do Chaco.

Finalmente José Carlos de Macedo Soares, assumida a responsabilidade da suprema administração do I.B.G.E., firmou-se ainda mais na estima de todos os brasileiros. Tôda instituição não é mais do que a sombra alongada de um homem, segundo um filósofo. No presente caso, a identidade do homem com a instituição, a comunhão do realizador com a obra realizada ainda mais se acentua, porque o embaixador Macedo Soares não encontrou a obra iniciada, não substituiu ninguém, não é um continuador. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, desde o dia memorável de sua instalação — 29 de maio de 1936, desde o momento inaugural de suas atividades, teve

a sorte de ser presidido por esse brasileiro eminente, tão carregado de serviços a seu país, tão digno de nosso respeito e de nossa estima.

Disse um cientista moderno, que o verdadeiro líder prescinde de aparelhos de seleção: sabe escolher, melhor do que qualquer especialista em testes, os próprios auxiliares.

Também nisso o embaixador Macedo Soares revelou mais uma vez suas qualidades positivas de dirigente de homens e instituições. Soube ele cercar-se, desde a primeira hora, de um pupilo de competências e dedicações, à frente das quais, se destaca a figura singular do Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas, exemplo irredutível de devotamento sem limites ao bem geral, espécie de caixa de ressonância das emoções sociais, que nele se expandem sob a forma de patriotismo como homem público, de dignidade funcional como servidor do Estado, de conhecimento específico como profissional, de curiosidade insaciável como estatístico, de lealdade, bondade, lhanesa no trato como colega, do cumprimento dos deveres como cidadão, de retidão e generosidade como chefe. Esse grupo de técnicos, que sob a harmoniosa liderança de Macedo Soares, meteu ombros à tarefa ingente, primeiro de lançar as bases do Instituto e, depois, de iniciar e prosseguir o seu tremendo programa de trabalho, certamente tem sido uma verdadeira brigada de choque da civilização brasileira. E ao embaixador Macedo Soares cabe legitimamente o crédito de os haver reunido e inspirado com a sua palavra estimulante e serena de homem experimentado nos negócios públicos e com o seu exemplo reto e tranqüilo de quem sabe vencer dificuldades e realizar obras úteis.

Ao conferir-lhe o primeiro diploma de sócio honorário, a Sociedade Brasileira de Estatística, aqui representada por sua diretoria, nada mais fez do que reconhecer, de público e irrestritamente, o posto que o embaixador Macedo Soares já ocupava, de fato, na vanguarda dos reformadores e dos impulsionadores da estatística brasileira. (Pausa).

O famoso magistrado Oliver Wendell Holmes — que depois de se aposentar como ministro da Suprema Corte dos Estados Unidos, aos 92 anos ainda lia Platão para desenvolver a inteligência — quando era juiz do Estado de Massachusetts, há 50 anos passados predisse que o homem do futuro é o homem da Estatística e o dominador da Ciência Política. Estas palavras proféticas, que tanto encarecem a visão daquele grande magistrado, vieram-nos automaticamente à memória no momento em que carinhosa e amigavelmente, voltamos o pensamento para a pessoa do nosso querido Léo de Afonseca, a quem igualmente a Sociedade Brasileira de Estatística, levada por um impulso de irresistível inclinação para a justiça conferiu na mesma ocasião, o diploma de sócio honorário. Sim. Léo de Afonseca, pelo papel que desempenhou no desenvolvimento da cultura brasileira, é uma confirmação viva e impressionante do valor do homem da estatística.

Aqui representado pelo seu dileto amigo Sr. Paulo Martins e pelos seus filhos, Léo de Afonseca, antigo diretor de Estatística Comercial, possui uma fé de ofício que deve justamente encher de orgulho os estatísticos e servidores públicos brasileiros. Afastado temporariamente por necessidade de repouso, do convívio de seus colegas, a muitos dos quais ensinou, orientou, guiou e protegeu durante a sua carreira, Léo de Afonseca continua a entreter com eles, pelo milagre da comunicação espiritual, o mesmo convívio, e a receber de todos nós o mesmo acatamento, o mesmo respeito, a mesma estima calorosa, que tão belamente soube granjear.

Ao conferir-lhe este diploma, a Sociedade Brasileira de Estatística não teve em vista distinguir um profissional consciencioso, já tantas vezes consagrado, mas tão somente testemunhar o reconhecimento de seus pares a um colega e líder de classe, que tanto a tem dignificado pelo seu saber, pela finura de seu espírito e pela sua brilhantíssima vida funcional.

Léo de Afonseca, paulista de nascimento, fez seus estudos secundários nos velhos e respeitáveis colégios Tijuca e Abílio. Em 1893, entrava para a Escola Militar da Praia Vermelha, onde a revolta da armada contra Floriano Peixoto o vai encontrar defendendo a legalidade.

Não ingressa na carreira das armas porque antes de terminar o curso não quis aproveitarse do favor que uma anistia concedera aos alunos, que já no último ano não concordaram com as diretrizes do comandante da época.

É pelo pórtico do Ministério da Viação, que Léo de Afonseca entra para a vida pública, enfrentando o concurso para estatístico. Um ano mais tarde, em 1899, ingressa na Diretoria de Estatística Comercial, recém criada.

Começa ali a afirmação de sua especialização técnica, vendo seu nome conduzido à chefia da seção em 1904, para em seguida assumir por várias vezes no período de 10 anos o alto cargo de sub-diretor.

Quando o Brasil entrou na grande guerra em 1917, vamos encontrar Léo de Afonseca, já na chefia suprema da sua repartição e a ele é atribuída a penosa mas patriótica tarefa da Sub-Comissão da Alimentação Pública.

São incontáveis os dias em que a inteligência e o saber do nosso homenageado deram o seu predominante concurso.

Os funcionários públicos não se esquecerão jámais da grande e dedicada cooperação de Léo de Afonseca na confecção da Tabela Lira, proposta pelo Senador Tavares de Lira em agosto de 1922, e mais tarde em 1925, incorporada em caráter permanente na tabela dos vencimentos.

Em 1929, fomos encontrá-lo em Paris no desempenho da árdua tarefa da liquidação dos cupões atrasados dos empréstimos franceses julgados pela Corte de Haia.

De 1931, até há bem pouco, Léo de Afonseca tem seu nome constantemente ligado à obra da maior responsabilidade no setor da Estatística e da Economia na alta administração pública do país.

A obra de Léo de Afonseca não superada até hoje, felizmente salva e integrada no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de que ele foi um dos iniciadores, avulta no cenário técnico-administrativo brasileiro como um bloco maciço e singular, belo nos seus contornos, grande na sua significação.

Trata-se de uma obra que se levanta como um apêlo à competência, à dignidade, ao desejo de servir, ao espírito inventivo dos jovens estatísticos, e que se impõe como um exemplo alfanheiro a ser seguido e uma fonte perpétua de inspiração, onde o profissional acaso decepcionado poderá beber novas doses de coragem e energia, de serenidade e de coerência, para retomar as suas lides, permanecer na estacada e jamais desertar. Tanto a conhecemos, e exatamente por conhecê-la tanto, é que aqui, no mais justo dos preitos, nos achamos reunidos para lhe transmitir, materializados num pergaminho, as nossas homenagens e os nossos agradecimentos pelo muito que fez em benefício da profissão e da classe.

Ao entregar a cada um dos homenageados os diplomas de sócio honorário da Sociedade Brasileira de Estatística, sinto a emoção da incumbência e regozijo-me como brasileiro — e

como um da paróquia — pelo fato de ser possível, em nosso grupo, o rendimento de homenagens tão justas, tão merecidas.

Sr. embaixador Macedo Soares, este diploma simboliza a gratidão e a estima dos estatísticos brasileiros congregados em nossa Sociedade.

Sr. representante do Dr. Léo de Afonseca, este diploma, que vos peço entregar ao nosso querido homenageado ausente, traz o apreço e a aprovação calorosa da Sociedade Brasileira de Estatística."

Em nome do Sr. Léo de Afonseca, figura destacada do serviço público brasileiro, discursou seu antigo companheiro de trabalho, Sr. Paulo Martins, agradecendo a homenagem.

Falou em seguida, também para formular seu agradecimento, o presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares, que, aludindo às revelações do 5.º recenseamento geral do Brasil, quanto à reduzida taxa de alfabetização em vários Estados formulou um apêlo ao governo da República para que fosse criado um órgão de educação, nos moldes institucionais do I. B. G. E., isto é, sobre a base da cooperação inter-administrativa, para a solução do grave problema nacional.

★

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO

POSSE DE NOVOS SÓCIOS — Reuniram-se no dia 7 de dezembro último, em sessão ordinária a Diretoria e o Conselho Diretor da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro sob a presidência do ministro Raul Tavares.

O ministro João Severiano da Fonseca Hermes Júnior, saudou os sócios recipiendários cônsul Roberto Assunção de Araújo e cônsul José Augusto Macedo Soares. Foram declarados empossados vários sócios remidos ausentes.

Após os discursos de agradecimento dos sócio recipiendários, o Sr. Murilo de Miranda Basto comunicou que o embaixador José Carlos de Macedo Soares, devido aos seus múltiplos afazeres, não poderá proferir a conferência que se realizará sob os auspícios dessa Casa na série que será promovida pelo Itamarati, no ano próximo vindouro, por ocasião das comemorações do 1.º centenário do barão do Rio Branco e indicou para substituí-lo, o nome do ministro Bernardino José de Sousa. O ministro Fonseca Hermes falou sobre a próxima reforma dos Estatutos da Sociedade a qual se acha quase terminada e sugeriu que fosse prorrogado o mandato da atual diretoria até a entrada dos novos estatutos em vigor, o que deverá ser efetuado o mais tardar em maio próximo. A proposta do ministro Fonseca Hermes suscitou animados debates entre os membros do Conselho Diretor, comandante Oliveira Belo, Sr. Vanderlei de Araújo Pinho, desembargador Carlos Xavier Pais Barreto e Sr. Acioli Monteiro. A diretoria deliberou deixar o assunto em suspenso e confirmou a convocação da Assembléia Geral Ordinária prevista pelos Estatutos para a eleição da diretoria, do Conselho Diretor e das Comissões Permanentes de Contas e da Revista, que regerão os destinos da Sociedade no biênio 1945-1946.

ELEITA A DIRETORIA PARA O BIÊNIO 1945-1946 — Realizou-se no dia 21 de dezembro último, a assembléia geral ordinária da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro sob a presidência do almirante Raul Tavares que convidou para formarem a mesa diretora dos trabalhos os Srs. general Emílio Fernandes de Sousa Doca, 3.º vice-presidente; Sr. Carlos Augusto

Guimarães Domingues, secretário geral; Sr. João Ribeiro Mendes, 1.º secretário; Sr. Epitácio Monteiro Pessoa, 2.º secretário. O presidente convidou para a mesa o almirante Jorge Dodsworth Martins.

Foi anunciado pelo presidente o início da Assembléia Geral Ordinária em segunda convocação, a fim de serem eleitos os membros da Administração que dirigirão os destinos da Sociedade no biênio 1945-1946, ou seja para o período correspondente ao mandato de 25 de fevereiro de 1945 a 25 de fevereiro de 1947, conforme rezam os Estatutos. O presidente designou, em seguida, o Sr. 2.º secretário que procedeu à leitura da Ata da última Assembléia Geral. Após a leitura da mesma, foi submetida à aprovação do plenário, sendo aprovada unanimemente.

Em prosseguimento, o presidente designou o 1.º secretário para ler os telegramas recebidos designando os representantes dos membros premiados ausentes desta capital.

O presidente comunicou aos presentes que ia ser iniciada a cerimônia da entrega dos prêmios aos autores dos trabalhos laureados pelo X Congresso Brasileiro de Geografia há pouco realizado nesta capital, ao mesmo tempo que era convidado para entrar na sala o professor Sr. Fernando Antônio Raja Gabaglia, presidente da Comissão Organizadora Central do X Congresso Brasileiro de Geografia, que foi recebido sob entusiástica salva de palmas pela numerosa assistência. O presidente convidou o Sr. Raja Gabaglia para a mesa e deu-lhe a palavra para que iniciasse a oração de saudação aos autores dos trabalhos premiados.

O Dr. Raja Gabaglia, em improviso, enalteceu a obra da benemérita Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, promotora dos Congressos Brasileiros de Geografia e especialmente pelo êxito alcançado pelo último certamente, isto é, pelo X Congresso que graças ao apoio dos poderes públicos nacionais e da clarividência do embaixador José Carlos de Macedo Soares concretizou de forma inexecível o sonho do saudoso idealizador dos Congressos Nacionais de Geografia o sempre pranteado Dr. José Artur Boiteux. O Dr. Raja Gabaglia terminou a saudação declarando que sentia a maior satisfação por ver entregues a eminentes representantes da intelectualidade brasileira os prêmios concedidos sem esquecer que figurava entre eles o eminente historiador e geógrafo português, Dr. Jaime Cortesão, o qual também considerava integrado na nacionalidade brasileira.

Em continuação, o presidente ministro Almirante Raul Tavares procedeu à chamada dos membros laureados fazendo pessoalmente a entrega dos prêmios na seguinte ordem: 1.º prêmio, José Artur Boiteux — medalha de ouro concedido ao Eng.º Alberto Lamego Filho, autor do trabalho *O Homem e a Restinga*. 2.º, medalhas de prata — ao Prof. Jaime Cortesão autor do trabalho *A Cartografia antiga e os fundamentos pré-históricos da Nação Brasileira*. — ao Prof. Samuel Benchimol autor do trabalho *O cearense na Amazônia — Inquérito antropológico sobre um tipo de imigrante*. — ao Eng.º Vitor Antônio Peluso Júnior autor da monografia — *Lajes, a ruína da Serra*. 3.º, medalha de bronze ao ministro João Severiano da Fonseca Hermes Jr., autor do trabalho *O rio Javari — Uma carta geral — Aspectos físicos — Expedições demarcadoras*; ao Dr. Artur César Ferreira Reis, autor do trabalho — *Servantistas, missionários e demarcadores na revelação geográfica da Amazônia*; ao Prof. Carlos Marie Cantão, autor do trabalho — *Programa-tipo de excursões geográficas para fins didáticos*; ao Dr. Agnelo Bittencourt autor do trabalho — *Perfil do Homem da Amazônia*.

O presidente deu, depois a palavra ao Prof. Jaime Cortesão, que respondeu, em nome de seus colegas à saudação e agradeceu a honra que lhe fôra conferida pela Sociedade de Geografia e pelo X Congresso Brasileiro de Geografia.

Pelo presidente, foi efetuada a entrega das medalhas comemorativas ao X Congresso Brasileiro de Geografia as personalidades que prestaram relevantes serviços na realização do aludido certame.

Em seguida, o presidente declarou encerrada a cerimônia solene em homenagem aos congressistas e declarou aberto o "Colégio Eleitoral" afim de serem procedidas as eleições conforme convocação da Assembléa que se estava realizando, e designou o 3.º vice-presidente, general Emílio Fernandes de Sousa Doca para presidir a sessão de escrutínio e nomeou os Srs. cônsul Francisco de Borja Batista de Magalhães, Dr. Francisco Portugal Neves e Dr. Nestor Ascoli para constituírem a comissão apuradora do escrutínio. De acordo com a forma estatutária vigente, procedeu-se à chamada dos sócios, que na ordem do livro de presença, foram depositando o voto secreto na urna.

Terminada a votação, a comissão apuradora iniciou o seu trabalho. O presidente da mesa, general Emílio Fernandes de Sousa Doca anunciou os nomes da nova Diretoria que regerá os destinos da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro no biênio de 1945-1946: Diretoria — presidente — embaixador José Carlos de Macedo Soares; 1.º vice-presidente, ministro J. S. da Fonseca Hermes Jr.; 2.º vice-presidente, almirante Jorge Dodsworth Martins; 3.º vice-presidente, Prof. Everardo Backheuser; secretário geral, Prof. Mário Rodrigues de Sousa; 1.º secretário, tenente-coronel Frederico Augusto Rondon; 2.º secretário, Dr. Sílvio Fróis de Abreu; tesoureiro, capitão de fragata Luis Alves de Oliveira Belo; orador oficial, Dr. Francisco de Sousa Brasil.

Para o Conselho Diretor foram eleitos os Srs. ministro almirante Raúl Tavares, ministro Bernardino José de Sousa, Dr. Taciano Acioli Monteiro coronel Emílio Fernandes de Sousa Doca, Dr. Carlos Domingues, Dr. João Ribeiro Mendes, Dr. Epitácio Monteiro Pessoa, Dr. Alberto Couto Fernandes, desembargador Carlos Xavier Pais Barreto, general José Vieira

da Rosa, general Artur Pinheiro da Silva, coronel Francisco Jaguaribe de Matos, Dr. Wanderley de Araújo Pinho, Dr. Herbert Canabarro Reichardt, Prof. Dr. Fernando Antônio Raja Gabaglia, comandante César Feliciano Xavier, Dr. Paulo José Pires Brandão e ministro José Matoso Maia Forte.

Para a Comissão Permanente de Contas foram eleitos os Srs. Dr. Alberto Couto Fernandes, general Helodoro de Miranda, Dr. Raulo Fernandes das Chagas, Dr. José Joaquim da Trindade Filho e major Manuel Carlos de Sousa Ferreira.

Para a Comissão Permanente de Revista foram eleitos os Srs. Dr. Carlos Domingues, coronel Luis Mariano de Barros Fournier, Dr. Leopoldo Feijó Bittencourt, Dr. José Antônio da Rosa e Dr. Antônio Santos Oliveira Júnior.

Após a leitura da constituição da nova administração da Sociedade, o general Sousa Doca disse que os membros que a constituem são uma grande esperança para a Sociedade e a certeza de um grande triunfo. O ministro Fonseca Hermes propôs que fôsse enviada uma comissão para levar ao conhecimento do embaixador José Carlos de Macedo Soares a notícia de sua eleição para presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Foram nomeados os Srs. ministro Fonseca Hermes, cônsul Murilo Basto e Eng.º Mário Rodrigues de Sousa.

Nada mais havendo a tratar, o presidente da mesa, general Sousa Doca, agradeceu o comparecimento dos presentes e deu a Assembléa Geral por encerrada.

★

SOCIEDADE DOS AMIGOS DE OURO PRÊTO DO RIO DE JANEIRO

PALESTRA SOBRE MARIANA — Realizou-se, sob a presidência do Sr. Pires Brandão, mais uma sessão da Sociedade dos Amigos de Ouro Prêto do Rio de Janeiro. Lido o expediente, e prosseguindo na série de conferências sobre as históricas cidades de Minas, um dos objetivos sociais da Sociedade, o Sr. Pires Brandão pronunciou uma palestra sobre Mariana na qual analisou o papel que vem representando em Minas e no Brasil, a primeira arquidiocese mineira.

★

Certames

I CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUITETOS

SUA REUNIÃO EM SÃO PAULO: — Vai reunir-se na capital de São Paulo, de 26 a 30 de janeiro corrente o I Congresso Brasileiro de Arquitetos, promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil.

Essa conferência, é de caráter nacional sendo entretanto, admitidos em seus debates, estudos e trabalhos de profissionais do estrangeiro; terá por fim: influir perante o governo e a opinião pública do país assinalando o valor e a necessidade de leis que facilitem a execução de suas deliberações; cooperar, pelos meios ao seu alcance, no movimento nacional e internacional tendente ao estudo da fixação do homem do campo em coletividades, bascadas no sentido econômico de cada região; cooperar no movimento nacional e internacional de planificação geral de cidades, suas periferias e núcleos rurais e industriais influir perante as organizações

industriais do país, no sentido de um melhor equipamento industrial como base da evolução arquitetônica; realizar uma Exposição em que se apresentem trabalhos de arquitetura e urbanismo executados, projetados e estudados por profissionais brasileiros e do estrangeiro que aderirem ao Congresso; Congregar os arquitetos brasileiros devidamente habilitados ao exercício da profissão em nosso país, junto ao Instituto de Arquitetos do Brasil, tendo em vista a proteção social e profissional dos mesmos em suas atividades perante os poderes públicos e os particulares em geral.

Foram fixados os seguintes temas:

Tema I — Função social do Arquiteto — a) Urbanismo — problema de arquitetura; b) A vida urbana — Habilitação — Recreação — Trabalho; c) O Urbanismo e a Arquitetura em face dos ataques aéreos; d) A organização das coletividades humanas; 1) A fixação do homem

nos núcleos rurais; 2) A fixação do homem nos núcleos industriais; e) O equipamento industrial como base para a evolução arquitetônica — necessidade de um maior entendimento entre os arquitetos e a indústria; f) A arquitetura e suas relações com a pintura e a escultura.

Tema II — Assuntos de interesse imediato da profissão — a) O ensino da Arquitetura; b) Normas de trabalho profissional do arquiteto: 1) Norma de contrato com os clientes; 2) Norma de Caderno de Encargos; c) Regulamentação Profissional.

Temas Livres — Teses e estudos avulsos.

Anexa ao Congresso, será organizada uma Exposição de Arquitetura e Urbanismo.

Esse certame, se efetuará em local que será escolhido oportunamente e dos trabalhos a serem enviados, constarão:

Plantas, cortes e fachadas de projetos, perspectivas e fotografias de maquetas; maquetas simples e de conjunto; dados e estudos particulares; planos cartográficos, topográficos, aerofotográficos e fotografias; plano, estudos geológicos, meteorológicos, agrônômicos, etc.; estudos de densidade, tráfego, comércio, etc.; estudos e problemas — projetos gerais; estudos e projetos parciais; documentos e publicações.

O material a ser exibido deverá ser remetido antes do dia 1.º de janeiro de 1945, diretamente para a sede do I. A. B. (Praça Florianópolis, 7 - 1.º andar — Rio de Janeiro) ou para a sede do Departamento de São Paulo.

Não se estabelecem prêmios ou menções para esta Exposição que é de caráter puramente educativo e pretende reunir as mais diferentes especialidades em Arquitetura e Urbanismo.

São presidentes de honra do Congresso os Srs. ministros de Educação e da Viação e presidentes honorários os Srs. interventor federal em São Paulo, prefeitos do Distrito Federal, São Paulo e Belo Horizonte, presidente do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e presidente da Seção Brasileira do Comité Pan-Americano de Arquitetos.

A Comissão Organizadora está assim constituída:

Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil — Arq. Paulo de Camargo e Almeida; presidente do Departamento de São Paulo do I. A. B. — Arq. Eduardo Kneese de Melo; pre-

sidente do Departamento de Minas Gerais do I. A. B. — Arq. Luís Pinto Coelho; presidente do C. R. E. A. da 6.ª Região — Arq. Amador Cintra do Prado; presidente do C. R. E. A. da 5.ª Região — Eng. Luís Onofre Pinheiros Guedes; presidente do C. R. E. A. da 4.ª Região — Eng. Manuel Pires de Carvalho e Albuquerque; representante da Municipalidade de São Paulo; representantes do Instituto de Arquitetos do Brasil no Rio de Janeiro — Arquitetos. Afonso Eduardo Riedy, Alcides da Rocha Miranda, Augusto de Vasconcelos, Alvaro Rebêlo, Carlos Frederico Ferreira, Edgar Guimarães do Vale, Germano Valença Monteiro, Henrique E. Mindlin, Hermínio de Andrade Silva, José Teófilo da Silva, Nestor E. de Figueiredo, Oscar Niemeyer Soares Filho, Paulo Candiotto, Marcelo Roberto, Roberto Magno de Carvalho, Vitor Hugo da Costa. Representantes do Instituto de Arquitetos do Brasil em São Paulo — Arquitetos: Abelardo Riedy de Sousa, Alfredo Ernesto Becker, Aldo Mário Alves Ferreira, Bruno Simões Magro, Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, Cristiniano Stockler das Neves, Francisco José Estêves Kosuta, Flávio Amílcar Régis do Nascimento, Heitor Nardoni, Hélio de Queirós Duarte, Jaime C. Fonseca Rodrigues, João Villanova Artigas, Luís de Anhaia Melo, Léo Ribeiro de Moraes, Otávio Couto Rino Levi. Representantes do Instituto de Arquitetos do Brasil em Minas Gerais — arquitetos: Rafael Hardy Filho, Sílvio de Vasconcelos, Válder Machado.

Comissão Executiva — 12 membros eleitos pelo Congresso na sessão preparatória.

Comissão Geral de Exposições — presidente — Arq. Carlos Francisco Ferreira; vice-presidente — Arq. João Villanova Artigas; secretário — Arq. Hélio Laje Uchoa Cavalcante; secretário — Arq. Aldo Mário Alves Ferreira; vogais — Arquitetos: Hélio de Queirós Duarte, Lauro Costa Lima, Osvaldo Correia Gonçalves.

Comissão de Recepção — Arquitetos: Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, Alfredo Ernesto Becker, Cristiniano Stockler das Neves, Jaime C. Fonseca Rodrigues, Luís de Anhaia Melo, Rino Levi.

Comissão de Propaganda — Arquitetos: Alcides da Rocha Miranda, Abelardo Riedy de Sousa, Rúbens do Amaral Portela, Francisco José Estêves Kosuta, Enrique E. Mindlin, José Teófilo da Silva, Otávio Lotufo Heitor Nagdon, Léo Ribeiro de Moraes.

★

Unidades Federadas

BAHIA

REVISÃO DO PLANO RODOVIÁRIO ESTADUAL — Foi assinado, recentemente, pelo interventor federal na Bahia um decreto que aprova a revisão do Plano Rodoviário Estadual, para adaptá-lo à orientação adotada no Plano Rodoviário Nacional. De acordo com o referido decreto, as linhas-troncos, construídas diretamente pelo Estado, serão estradas de primeira classe, tendo sua construção preferência sobre quaisquer outras. Em casos especiais, o governo poderá permitir aos municípios, empresas concessionárias ou particulares a construção de estradas de segunda classe, em alguns trechos das linhas-troncos, atendidas, porém as exigências técnicas. O Estado auxiliará os municípios na construção e melhoramento as estradas municipais, já compreendidas no atual Plano Rodoviário, ouvido, a respeito, o Departamento de Estradas de Rodagem.

★

MINAS GERAIS

Secretaria do Interior

PESQUISA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS — O Sr. Ovidio de Abreu, secretário do Interior enviou no dia 21 de dezembro último aos prefeitos municipais a seguinte circular sobre os serviços relacionados com a pesquisa de águas subterrâneas:

1 — Afim de serem tomadas oportunamente por essa Prefeitura as providências julgadas necessárias, levo ao conhecimento de V. S. que, até o presente, os serviços relacionados com a pesquisa de águas subterrâneas eram regidos neste Estado, por termo de ajuste firmado entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria da Viação e Obras Públicas.

2 — Pelos trabalhos já empreendidos em algumas cidades, constatou-se que é moroso o seu andamento e bem consideráveis as despesas com a realização de tais pesquisas, verifi-

cando-se ainda que esses serviços, pela sua importância, revestem-se de grande interesse para os municípios em cujo território são executados, sendo, pois, razoável que às Municipalidades diretamente interessadas caiba a maior parte da responsabilidade pelo custeio dos mesmos.

3 — Nessas condições, desejando essa Municipalidade futuramente empreender a realização de pesquisas dessa natureza, informo Vossa Senhoria de que o custeio dos serviços a elas referente processar-se-á mediante termo de ajuste do qual constem as seguintes obrigações para cada uma das partes interessadas:

1) A Secretaria da Viação e Obras Públicas fornecerá as requisições de passe para o pessoal encarregado da pesquisa e de transporte para o material;

2) O Ministério da Agricultura superintenderá os trabalhos técnicos necessários, como sejam: — reconhecimento geográfico e perfuração de poços, mantendo às suas expensas no local um engenheiro e um sondador, e fornecerá as máquinas para perfuração.

3) A Prefeitura que solicitar a perfuração de poços ficará obrigada a:

a) fornecer o pessoal para os serviços de campo e perfuração de poços, de acordo com a solicitação feita pelo engenheiro que chefiar o serviço;

b) Fornecer o combustível e lubrificantes, estôpas, limas, lixas, cabos, etc.;

c) pagar quaisquer despesas decorrentes do funcionamento da máquina e sua conservação;

d) Pagar mensalmente o pessoal admitido pelo engenheiro encarregado da perfuração, de acordo com a folha apresentada pelo referido técnico;

e) Fornecer pontualmente o material requisitado pelo engenheiro encarregado da perfuração, em quantidade e qualidade necessária à boa marcha dos trabalhos;

f) Construir o galpão para a instalação dos serviços e os abrigos provisórios para a guarda do material;

g) Fornecer casa de morada para o engenheiro e sondador e trabalhadores, se a perfuração tiver de ser feita em zona rural, bem como galpão para a máquina e abrigos provisórios para o material;

h) Os trabalhos serão suspensos automaticamente pelo Ministério da Agricultura, desde que faltem os recursos financeiros e materiais a que estiver obrigada a Prefeitura, sem que lhe assista direito a qualquer reclamação pelo prejuízo que a suspensão da pesquisa de água subterrânea venha a lhe trazer.

★

PARÁ

Classificação da fauna ictiológica paraense

A fauna ictiológica do Pará é uma das mais ricas e mais preciosas do mundo. Os rios do grande Estado são de enorme variedade e de todos os tamanhos, representando uma verdadeira fortuna, a ser explorada.

Entretanto, apesar do valor econômico que significa para o Pará a sua fauna fluvial, ainda não se fizera, em bases científicas, a classificação regular e completa. Somente agora, por iniciativa do interventor paraense, o Museu Ictiológico de São Paulo, enviou à região paraense dos rios, uma cientista, cuja especialidade

é a classificação das espécies ictiológicas. Durante vários meses, acompanhado de uma equipe de auxiliares, a Sra. Antônia do Amaral Sampaio Botelho se entregou a pesquisas e estudos, conseguindo, depois de um trabalho paciente e exaustivo, classificar para mais de cinco mil espécies de peixes paraenses.

Para se ter idéia da importância desses trabalhos, basta dizer que, dos Estados Unidos, já chegaram pedidos ao Museu Ictiológico de São Paulo sobre os estudos da Sra. Sampaio Botelho.

É uma iniciativa louvável essa, que poderá atrair para o Pará o interesse de outros países.

★

PARAÍBA

Diretório Regional de Geografia

SESSÃO DE ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DO ANO — X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA — Sob a presidência do Sr. Samuel Duarte, secretário do Interior e Segurança Pública, reuniu-se no dia 29 de dezembro último o Diretório Regional de Geografia do Estado da Paraíba.

Compareceram os representantes do Estado Maior da Armada, do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, professores de Geografia e funcionários do Departamento Estadual de Estatística.

Aprovada a ata da sessão anterior e feita a leitura do expediente, na hora das comunicações o conselheiro Sisenando Costa que representou a Paraíba no X Congresso Brasileiro de Geografia, em breve relato referiu-se ao apêlo de que fôra portador, feito pela Paraíba por intermédio do referido conclave, ao Exmo. Sr. Presidente da República e Serviço Geográfico do Exército para que fiquem definitivamente extintas no Brasil as questões de limites inter-estaduais. Em seguida lembrou que em virtude do Decreto-lei federal n.º 6 549, de 31 de maio último, todos os municípios que sofreram alteração em seu território com a última lei que adotou o novo quadro territorial para o período de 1943 a 1948, terão que mandar levantar novos mapas até 31 de dezembro de 1945.

Referindo-se a esses mapas adiantou que o D. R. G. deve impor normas para que o levantamento desses novos mapas assegurem o máximo de perfeição e finalidade.

Passando-se à ordem do dia, o cônego Matias Freire propôs que o D. R. G. ao encerrar mais um ano de atividades profícuas se congratulasse com o presidente do I. B. G. E. e demais autoridades estaduais e municipais, agradecendo sua valiosa cooperação.

Ao encerrar a sessão o presidente referiu-se com especial agrado aos trabalhos do D. R. G. e à presença do comandante Benedito Leal, capitão dos Portos, neste Estado, cuja cooperação valiosa desde já muito agradecia.

★

PARANÁ

Museu Paranaense

SESSÃO COMEMORATIVA DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO PARANÁ — OS ANAIS DO 1.º CONGRESSO DE HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1894 — Em homenagem à data comemorativa da emancipação política da ex-província do Paraná, o Museu Paranaense realizou no dia 19 de dezembro último uma sessão solene com a presença dos diretores do Museu, autoridades locais e numerosos outros convidados. Durante a solenidade foi inaugurado um retrato a óleo,

em grande formato, de D. Rita Ana de Cássio, primeira professora pública de Curitiba. Nessa ocasião usou da palavra exaltando a memória da homenageada, o Sr. Artur Martins Franco, diretor da Secção de História Pátria do Museu e presidente do Centro Genealógico do Paraná.

Logo após aquela cerimônia, a diretoria do Museu Paranaense fez entrega às autoridades e demais convidados presentes, do volume contendo os anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894, edição comemorativa do Cêrculo da Lapa.

Trata-se de valiosa contribuição do governo do Paraná às letras históricas brasileiras pois o alentado volume reúne todos os trabalhos apresentados naquele Congresso de História realizado na capital daquele Estado, em fevereiro do ano em curso, com a participação de altas personalidades civis e militares do país, além de numerosas instituições culturais e históricas.

★

PERNAMBUCO

Instituto Arqueológico

EM MEMÓRIA DOS REPUBLICANOS DE 1817 — Em recente reunião do Instituto Arqueológico, o Sr. Amaro Quintas propôs fôsse solicitado ao prefeito do Recife ficasse assinalado, na praça do Paraíso, que está passando por grandes transformações, que ali irrompera, no dia 6 de março de 1817, o movimento republicano de tão puro idealismo.

Aprovada a proposta, o Instituto Arqueológico se dirigiu ao prefeito nos seguintes termos:

“Várias tentativas foram feitas pelo Instituto para um monumento aos heróis republicanos de 1817.

Por ocasião do centenário, chegamos a colocar a pedra fundamental no jardim da praça da República, onde diversos cabeças foram enforcados, mas à falta de recursos o monumento não foi erguido.

Com a remodelação que se está realizando na cidade, programa de vossa administração progressista, vão pouco a pouco desaparecendo os edifícios ligados àquele movimento, que foi o de maior beleza do período colonial, pelo idealismo dos que o fizeram.

Desapareceu o Quartel de Artilharia onde, a 6 de março, Leão Coroado provocou o juramento dos patriotas sobre sua espada tinta do sangue do opressor, o qual estava nas proximidades do pátio do Paraíso; está prestes a desaparecer o edifício do Quartel da Força Pública, outrora hospital, sede da Academia do Paraíso, onde se processou a doutrinação democrático-republicana. O próprio pátio do Paraíso vai passar por transformação adaptável à futura avenida Dantas Barreto.

Para que não se perca a memória do feito, com o desaparecimento do Quartel de Artilharia e da Academia do Paraíso, e, na impossibilidade de ser agora erguido um monumento condigno — dívida que passaremos às gerações que nos sucederem — pede-vos o Instituto Arqueológico seja levantado um obelisco no pouco que restar da praça do Paraíso, com inscrições em bronze, evocador do grande feito histórico, cuja memória não só constitui motivo de orgulho para o nordestino como para a própria nacionalidade brasileira”.

★

RIO GRANDE DO NORTE

Instituto Histórico e Geográfico

FUNDAÇÃO DA CIDADE DE NATAL — Reuniu-se no dia 25 de dezembro último o Instituto Histórico e Geográfico, para ouvir uma conferência alusiva à data de fundação da cidade de Natal e sobre as questões que interessaram ao Estado no X Congresso Brasileiro de Geografia, realizado no Rio de Janeiro. Falou o Sr. Nestor Lima que, com o Sr. Edgar Barbosa, integrou a delegação do Rio Grande do Norte naquele certame cultural.

★

RIO GRANDE DO SUL

Conselho Administrativo do Estado

CONSULTA SOBRE ALTERAÇÃO DE ZONA URBANA — Na reunião da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, realizada no dia 8 de dezembro último, sob a presidência do Sr. Adroaldo Junqueira Aires, foram apreciados vários assuntos dentre os quais a consulta que fez o Sr. presidente do Conselho Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul sobre se a alteração de zona urbana constitui ato legislativo estadual ou municipal e, ainda sobre se depende ou não esse ato da aprovação do Sr. Presidente da República (Proc. 1 270/44).

A Comissão opinou unânimemente, de acôrdo com o parecer do relator que assim conclui: “Não sendo o caso do n.º XIX do art. 32, do Decreto-lei n.º 1 202, nem de nenhum outro aí catalogado, como não o é das alterações posteriores do Decreto-lei n.º 5 511, e sendo já regulado o assunto pelo Conselho Nacional de Geografia, o que previne dissídios e não ampara falsas interpretações, parece-nos à vista do exposto no telegrama anexo e pelo critério da dedução, que o ato em perspectiva do legislador de São Gabriel não será daqueles cuja vigência se condiciona à aprovação do Sr. Presidente da República”.

★

Instituto Histórico e Geográfico

AUXÍLIO PARA AS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA PACIFICAÇÃO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA — O Sr. Coelho de Sousa, secretário da Educação enviou um ofício ao Sr. Cilon Rosa, interventor federal interino, propondo a concessão de um auxílio de Cr\$ 100 000,00 (cem mil cruzeiros) ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, a fim de comemorar condignamente a passagem do centenário da assinatura da paz de Ponche Verde, que se efetuará a 28 de fevereiro de 1945.

★

SANTA CATARINA

Departamento Estadual de Estatística

HOMENAGEADO O SEU DIRETOR - GERAL: — O Prof. Lourival Câmara, presidente da Junta Executiva do Conselho Nacional de Estatística e diretor geral do Departamento Estadual de Estatística foi recentemente homenageado pelos estatísticos que servem naquele Departamento e na Inspetoria Regional de Estatística.

Em nome dos homenageandos falou o Sr. Ênio Demaria Cavallazi, chefe da 3.ª D. T., do D. E. E., que evidenciou as realizações do homenageado dentre as quais a reorganização das Agências Municipais de Estatística, a remodelação da Junta Executiva Regional e do

D. E. E. o reajustamento de vencimentos de todo o funcionalismo estatístico, tanto estadual quanto municipal, além das reformas de natureza técnica e a adoção de providências do mais alto alcance, como a instituição do uniforme para os servidores do sexo feminino e a mudança do horário para um regime compatível a uma repartição essencialmente técnica.

O Prof. Lourival Câmara, pronunciou, a seguir, um discurso de agradecimento concitando os estatísticos a continuar no trabalho honesto e eficiente na compreensão das supremas finalidades da Estatística.

★

SÃO PAULO

EMPOSSADOS OS PREFEITOS DOS NOVOS MUNICÍPIOS PAULISTAS: — No gabinete do diretor geral do Departamento das Municipalidades, realizou-se ontem a cerimônia de posse dos novos prefeitos dos municípios recentemente criados pela divisão territorial do Estado.

Presidiu a solenidade o diretor geral do Departamento, Dr. Gabriel Monteiro da Silva, estando presentes o Prof. Sud Mennucci, diretor geral do Departamento de Educação, todos os prefeitos recém-nomeados, diversas autoridades civis e militares, bem como pessoas de destaque da nossa sociedade.

Dando início à cerimônia, o chefe da Seção do Expediente do Departamento das Municipalidades leu o compromisso de posse dos novos prefeitos e a relação de seus nomes com as respectivas municipalidades.

Logo após, em expressivo improviso, o Sr. Gabriel Monteiro da Silva saudou os novos prefeitos, concitando-os a colaborar e trabalhar no exercício de suas novas funções, para o maior engrandecimento de São Paulo e do Brasil, e com eles se congratulando, ainda, em seu nome e no do Sr. interventor Fernando Costa que tão acertadamente os escolheu para as mencionadas investiduras.

Em nome dos novos prefeitos compromissados, falou o Sr. Luís Ferraz Mesquita, prefeito de Lucélia, que agradeceu ao diretor geral do Departamento das Municipalidades as palavras amáveis e cheias de estímulo, que lhes foram dirigidas afirmando que os novos prefeitos tudo farão para corresponder à confiança que o preclaro chefe do governo paulista nêles depositou.

Findo êste discurso, todos os prefeitos presentes, logo após o Sr. Gabriel Monteiro da Silva apuseram sua assinatura no livro de em compromisso e posse.

A relação dos novos municípios criados pelo Decreto-lei n.º 14 394 de 30 de novembro de 1944 e a que se segue com o nome dos prefeitos já nomeados. Agual, Dr. Valdomiro Osório Valim; Álvares Machado, Dr. Oscar Figueiredo Silva; Bastos, Sr. Marcelliano Aires Júnior; Bilac, Sr. Vitorio Marone; Cosmópolis, Dr. Moacir Amaral; Elias Fausto, Sr. Antônio de Campos Bicudo; Fernandópolis, Dr. Júlio do Amaral; Franco da Rocha, Sr. Benedito Fagundes Marques; General Salgado, Sr. João Batista Veronese; Guaraci, Sr. Prof. Antônio Zuquin; Guarantã, Sr. Hipólito Pôrto Neto; Herculanópolis, Sr. João do Val; Ibirarema, Sr. Francisco Antunes Ribeiro; Iboti, Dr. Domingos Tedeschi; Iepê, Dr. Agenor Roberto Barbosa; Irapuã, Dr. Jorge Washington Olivais; Lavinia, Sr. Cândido Vilas Boas; Lucélia, Dr. Luís Ferraz de Mesquita; Lutécia, Sr. Arlindo Augusto Rodrigues; Manduri, Sr. Pedro Primo Orcesi; Miguelópolis, Sr. José Antônio da Silva Júnior; Mirandópolis, Sr. João Batista do Amaral; Nhandeja, Dr. Aderbal Vitalva Ribeiro; Nova Aliança, Dr. João Sperandeo; Oriente, Osvaldo Cruz, Dr.

Crescêncio Miranda; Paranapanema, Sr. João Domingos de Oliveira; Parapuã, Quintana, Antônio de Pádua Soares Bicudo; Registro: Ribeiro Branco, Sr. Antônio Rodrigues Sousa Sobrinho; Rindópolis, Sr. Eugênio Rino Filho; Sales Oliveira, Sr. Vidal Pereira Lima, São Bernardo de Campos, Dr. Wallace Cockrane Simonsen; Veturopanga, Sr. Francisco de Vilar Horta.

ENTREGA DAS CHAVES SIMBÓLICAS — No Palácio dos Campos Elísios, realizou-se a cerimônia da entrega das chaves simbólicas aos prefeitos dos novos municípios paulistas recentemente criados. Essa cerimônia foi presidida pelo Sr. Getúlio Vargas. As chaves confeccionadas em prata extraída das minas de Apati, foram oferecidas ao governo do Estado pela Prefeitura Municipal de Santo André por intermédio do prefeito Sr. José Carvalho Sobrinho.

A essa solenidade compareceram, além do chefe da Nação e do interventor federal em São Paulo, os titulares das pastas do Trabalho e da Fazenda e o comandante da 2.ª Região Militar.

Especialmente para assistir à cerimônia da entrega das chaves simbólicas dos novos municípios criados de acordo com o plano de revisão administrativa e judicial do Estado, vieram a esta capital numerosos prefeitos municipais e delegados de associações de classe do interior do Estado.

Iniciando a cerimônia, falou em nome dos prefeitos dos novos municípios, o Sr. Wallace Cockrane Simonsen, prefeito de São Bernardo e, a seguir, o Sr. Alcides de Araújo Sampaio, prefeito de Ribeirão Preto.

Palavras do chefe da Nação

O Presidente Getúlio Vargas pronunciou a seguir, rápidas palavras sobre a importância do ato que instituiu em São Paulo novas unidades municipais.

Após o discurso do presidente Vargas, o Sr. Gabriel Monteiro da Silva, diretor do Departamento das Municipalidades, procedeu à leitura dos nomes dos novos prefeitos municipais, convocando-os à presença do chefe do governo, do qual receberam felicitações.

Em seguida à entrega das chaves, o presidente Getúlio Vargas passou às mãos do padre Otávio Gurgel, um cheque de Cr\$ 200 000,00 destinado à construção de um Centro de Puericultura em Jundiá e doado pelo Sr. Cintra Gordinho.

★

TERRITÓRIO DO AMAPÁ

44.º ANIVERSÁRIO DA INCORPORAÇÃO DA REGIÃO DO AMAPÁ AO BRASIL — O dia 1.º de dezembro último assinalou o 44.º aniversário do laudo arbitral helvético que deu ganho de causa ao Brasil na questão do Amapá e representa uma das tantas vitórias das respeitáveis armas pacíficas do Itamarati, que sempre foram reguladas dentro de um grave senso jurídico.

Vale historiar o fato, para honra do patrimônio moral da nação.

Origem da questão com a França

Em 1633, fundando o cardeal de Richelieu uma companhia religiosa destinada a explorar a zona entre os rios Maroni e Oiapoque, teve origem, por assim dizer, a questão de limites sustentada mais tarde pelo Brasil com a França, que esta, como todas as grandes potências marítimas de então cobiçava à margem setentrional do rio Amazonas.

O Tratado de Utrecht

O Tratado de Utrecht — que pôs fim à guerra de secessão, da Espanha, na qual Portugal tomou parte ao lado da Inglaterra — firmado em 1713 entre João V, de Portugal, e Luis XIV, de França, determinava que, para “prevenir toda ocasião de discórdia, Sua Majestade Cristianíssima desistia para sempre de qualquer direito e pretensão que podia ter sobre a propriedade das terras situadas entre o Amazonas e o rio Japoc ou Vicente Pinson”.

Contudo, Napoleão forçou o governo português, em 1802, a aceitar como limite o rio Araguari, situado muito mais ao sul, firmando-se um Tratado que a França em 1808 violou quando seus exércitos invadiram Portugal.

O governador do Pará lançou por isso uma proclamação declarando que ia restabelecer a fronteira no Oiapoque, fato que não se deu porque D. João VI, refugiado no Brasil, declarou guerra à França e fez ocupar a Guiana, que, anexada ao Brasil até 1815, foi devolvida por Portugal “até a margem do rio Oiapoque”, de acôrdo com o Tratado de Viena.

A invasão do Amapá

Foi depois da Independência, em 1822, que a França se insinuou, servindo-se das situações de incerteza então criadas. E os franceses da Guiana invadem o Amapá, território brasileiro ao sul do Oiapoque, em 1836. A régência porém, logo apresenta reclamações contra a violação da fronteira do Brasil, e, em consequência, o Amapá foi neutralizado em 1841.

Veiga Cabral e a “República de Cunani”

O tempo corre. Enquanto isso, discute-se nos meios científicos sobre qual seria o rio Oiapoque do Tratado de Utrecht: o Carapaporis, o Araguari, o Amazonas ou o Oiapoque, que o Brasil, inflexível defendia. Na França, esboçada a monarquia de Luís Filipe e implantada a segunda República, não havia bastante vagar para o exame a fundo das questões de limites na América meridional.

Negociações se fizeram, anos e anos. E incidentes e combates se verificaram na região. A república, em 1889, herdou a questão em aberto, com a diplomacia dos dois países empenhada seriamente nessa pendência de limites. Vem a propósito assinalar que três anos antes os habitantes da região litorânea entre os rios Oiapoque e Araguari haviam proclamado a sua autonomia política e constituído, com Veiga Cabral à frente, a República de Cunani, que depois desapareceu sem deixar vestígios.

Por fim, o arbitramento

Por ocasião do reconhecimento oficial francês da forma de governo adotada em 15 de novembro, o ministro dos Negócios Estrangeiros da França sugeriu ao barão de Itajubá, em 1890, a idéa do arbitramento.

Na presidência Prudente de Moraes, a 10 de abril de 1897, há então o compromisso da escolha do governo federal suíço para árbitro da questão.

A defesa dos direitos do Brasil é confiada à competência do barão do Rio Branco, naturalmente indicado para essa tarefa depois da vitória das Missões. Seu trabalho, baseado inclusive nos grandes estudos de Joaquim Caetano da Silva, foi monumental, esgotando o assunto sob todas as formas.

E a 1.º de dezembro de 1900, precisamente há 44 anos, o laudo arbitral do presidente Hauser é proferido, reconhecendo plenamente, de forma inapelável os direitos de nosso país à fronteira reclamada desde dois séculos, ou sejam, a 255 mil quilômetros quadrados de terras brasileiras.



O 1.º de dezembro, tem, pois, para o Brasil, grande significado: representa a incorporação da histórica região do Amapá ao âmbito nacional.

As vésperas do centenário do nascimento do barão do Rio Branco, bom é que se recorde, um dos motivos porque exaltamos assim uma das maiores e exemplares figuras do Brasil de todos os tempos.



Municípios

BAMBUÍ — (Minas Gerais)

O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA CIDADE — Está sendo executado em Bambuí, no oeste de Minas, o serviço de abastecimento de água da cidade. Pelos respectivos projetos elaborados pela Secretaria da Viação, por intermédio do seu Departamento de Viação e Urbanismo, aquela cidade contará com mais de 12 litros por segundo, ou sejam mais de 1 000 000 de litros por dia. A água a ser utilizada é captada no ribeirão do Onça, distante cerca de 6 quilômetros da cidade. Os serviços relativos à captação, adução e reservatório foram contratados pela importância de 572 mil cruzeiros, devendo esse reforço do abastecimento atender a uma população de 7 000 habitantes aproximadamente. Estas obras deverão estar concluídas dentro de dois meses. A cidade de Bambuí, já é servida por um bom abastecimento de água em que cooperou o governo de Minas, visto que, devido às dificuldades de captação de águas superficiais, foi necessário recorrer ao sistema de poços artesianos para

captar a água. Impunha-se em consequência, que se cuidasse da parte da rede de esgotos. Projetadas e orçadas pela Secretaria da Viação acabam de ser concluídas as respectivas obras que importaram em 395 mil cruzeiros. O total da rede é de 20 quilômetros, de 7 e de 10 polegadas de diâmetro.



BARBACENA — (Minas Gerais)

O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA CIDADE — Continuam em andamento os serviços de saneamento e urbanismo em muitas cidades do interior do Estado, levados a efeito pela administração estadual. Em Barbacena procede-se à conclusão do serviço de abastecimento de água da cidade. Dado o grande desenvolvimento que vem tendo essa cidade, onde à vida econômica muito intensa se junta sua condição de estância climática, tornou-se necessário um reforço ao seu abastecimento de água potável, conforme projeto e orçamento orga-

nizados pela respectiva Prefeitura e submetido à supervisão da Secretaria da Viação. De acordo com esse projeto serão aduzidos 5 000 000 de litros de água diariamente, captação do ribeirão Alberto Dias, cuja vazão foi calculada em 60 litros por segundo. Nesse projeto foram observadas todas as condições técnicas indispensáveis à perfeita exigência dos trabalhos. A água correrá em tubos de concreto armado na extensão de 880 metros do ponto inicial. Da caixa de água a vazão é de 75 litros por segundo. A estação de tratamento foi projetada para 3 000 metros cúbicos de água diariamente, previsto seu aumento para 6 000 metros cúbicos. A jusante da estação de tratamento foram localizados dois reservatórios de concreto, cilíndricos com capacidade de 1 500 metros cada um. Estas obras estão orçadas em cerca de 4 000 000 de cruzeiros e deverão ser inauguradas dentro de pouco, pois para tanto muito tem se empenhado o prefeito Bias Fortes.

★

BELO HORIZONTE — (Minas Gerais)

CONCEDIDO RECONHECIMENTO À ESCOLA DE ARQUITETURA DE BELO HORIZONTE — O Presidente da República assinou no dia 19 de dezembro último, o Decreto n.º 17 399, concedendo reconhecimento à Escola de Arquitetura de Belo Horizonte, com sede naquela cidade.

★

CRATO — (Ceará)

CONCURSO DE MONOGRAFIAS "MUNICÍPIO DO CRATO" — Encerrou-se no dia 31 de dezembro último, as inscrições do concurso de monografias "Município do Crato", aberto pela Prefeitura Municipal, cujas bases são as seguintes:

I — O concurso terá como tema o município do Crato, podendo versar os trabalhos sobre a sua evolução ou fatos mais importantes da sua história, bem como usos, costumes, tradições populares ou outros assuntos diferentes relacionados com o tema central.

II — Os trabalhos terão um mínimo de 40 e um máximo de 60 páginas, datilografadas a 2 espaços escritos na ortografia oficial, tamanho 22 x 33.

III — Os trabalhos serão apresentados com pseudônimos, em duas vias, devendo aos mesmos acompanhar em envelope fechado o nome do concorrente, subscrito com o pseudônimo.

IV — Cada concorrente poderá apresentar um ou mais trabalhos, contanto que os mesmos obedeçam às condições estipuladas nestas bases, trazendo pseudônimos diferentes.

V — Os trabalhos serão julgados por uma Comissão de três membros escolhidos após o término das inscrições, pelo Sr. prefeito municipal, que funcionará como presidente, sem direito a voto. Funcionará como secretário do concurso o secretário da Prefeitura Municipal.

VI — Haverá dois prêmios, concedidos pela Prefeitura Municipal para os 1.º e 2.º lugares, que serão, respectivamente de Cr\$ 1 000,00 e Cr\$ 500,00.

VII — O trabalho premiado em 1.º lugar poderá ser editado pela Prefeitura Municipal, quando julgar oportuno, tendo o seu autor, direito a 20 exemplares.

VIII — Caso algum dos trabalhos premiados tenha outra divulgação deverá, de qualquer maneira, mencionar sua classificação no concurso.

IX — A Prefeitura ficará com o direito de editar ou divulgar por outra maneira, qualquer dos trabalhos apresentados à Comissão Julgadora.

X — A Comissão poderá deixar de conferir os prêmios se não julgar merecedores os trabalhos apresentados.

★

GUARAPUAVA — (Paraná)

125.º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE — Comemorou-se com grandes festividades, nos dias 9 e 10 de dezembro último, o 125.º aniversário da fundação de Guarapuava, com a presença do Sr. interventor Manuel Ribas, que se fez acompanhar dos Srs. Ângelo Lodes, secretário da Viação e Obras Públicas; Gaspar Veloso, diretor geral do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, Irací Queirós, secretário da Interventoria Federal e tenente Ulisses Bittencourt, antigo prefeito do mais que centenário município.

Encerraram-se os festejos com a realização, no clube Guaira de um grande banquete, ao qual estiveram presentes as figuras de maior expressão na sociedade guarapuavana,

No final do mesmo, o prefeito A. Lustosa de Oliveira, pronunciou um discurso dizendo da significação da data que vinha de ser comemorada, e agradeceu a presença aos festejos do chefe do executivo paranaense.

Falou em seguida, o tenente Ulisses Bittencourt, que promoveu um elogio à atual administração municipal de Guarapuava pelo carinho que consagra aos problemas locais.

O interventor Manuel Ribas, agradeceu as manifestações recebidas, afirmando que jamais olvidaria aquelas horas tão aprazivelmente vividas, pois sentira, no contacto com a população a sua sinceridade e o seu veemente desejo de ser útil ao Estado e ao Brasil, exemplo, aliás, herdado dos seus maiores.

★

LINS — (São Paulo)

O NÚCLEO JAPONÊS DE LINS — O Gabinete Técnico o Serviço Nacional de Recenseamento, publicou o seguinte trabalho sobre o núcleo japonês da cidade de Lins:

§ 1.º — O núcleo japonês de Lins é um dos mais importantes do Brasil, contando com cerca de 10 000 amarelos; igual, portanto, em número, ao de Tupã, estudado no n.º 81 da presente série.

§ 2.º — O município de Lins possui uma população de fato de 65 486 habitantes, numa área de 1 374 quilômetros quadrados. A densidade de 47,66 habitantes por quilômetro quadrado é superior à média estadual, que está próxima de 29.

A economia deste município é quase exclusivamente agrícola. Dos 25 605 habitantes de 10 anos e mais, ocupados em atividades extradomésticas, 20 207 dedicam-se à agricultura.

Entre os 65 486 habitantes presentes, 56 276 são brasileiros natos, 607 brasileiros naturalizados, 3 374 são estrangeiros e 229 de nacionalidade ignorada. A proporção dos naturais do exterior, 13,72 por 100 habitantes, é tripla da média do Brasil.

A tabela I apresenta a distribuição da população de Lins por grandes categorias de nacio-

nalidade, segundo o sexo e por grupos de idade, em cifras absolutas (secção A) e relativas (secção B).

Nas idades de 0 a 9 anos apenas 1,5 por 100 habitantes são naturais do exterior, mas já nas idades de 10 a 19 a proporção sobe para 8,7 %; nas de 20 a 29 para 13,8 %; nas de 30 a

39 para 21,5 %; nas de 40 a 49 para 32,8 %; nas de 50 a 59 para 46,1% e nas de 60 e mais para 52,0 %.

Na população de 20 anos e mais, considerada em conjunto, a proporção dos naturais do exterior é de 24,4 %; na de 40 anos e mais, de 39,9 %.

TABELA I

POPULAÇÃO DE FATO DO MUNICÍPIO DE LINS, DISCRIMINADA SEGUNDO GRANDES CATEGORIAS DE NACIONALIDADE POR SEXO E GRUPOS DE IDADE

IDADE (Anos completos)	BRASILEIROS NATOS		BRASILEIROS NATURALIZADOS		ESTRANGEIROS		DE NACIONALIDADE IGNORADA		TOTAL	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres

A) DADOS ABSOLUTOS

0 a 9.....	9 609	9 560	3	3	144	135	6	7	9 762	9 705
10 a 19.....	7 527	7 111	18	15	721	648	29	17	8 295	7 791
20 a 29.....	5 753	4 848	53	49	882	722	14	11	6 702	5 630
30 a 39.....	3 269	2 722	81	34	846	686	18	19	4 214	3 461
40 a 49.....	2 016	1 531	93	61	834	765	24	23	2 967	2 380
50 a 59.....	818	607	91	45	636	479	20	18	1 565	1 149
60 a 69.....	333	265	30	15	316	285	6	4	685	569
70 a 79.....	100	86	9	2	127	96	4	4	240	188
80 e mais.....	27	28	—	3	23	23	1	1	51	55
Ignorada.....	30	36	1	1	3	3	3	—	37	40
TOTAL.....	29 482	26 794	379	228	4 532	3 842	125	104	34 518	30 968

B) DADOS PROPORCIONAIS A 10 000 HABITANTES

0 a 9.....	1 467	1 460	1	1	22	20	1	1	1 491	1 482
10 a 19.....	1 150	1 086	3	3	110	99	4	2	1 267	1 190
20 a 29.....	878	740	8	8	135	110	2	2	1 023	860
30 a 39.....	499	416	12	5	129	105	3	3	643	529
40 a 49.....	308	234	14	9	127	117	4	3	453	363
50 a 59.....	125	92	14	7	97	73	3	3	239	175
60 a 69.....	51	40	5	2	48	44	1	1	105	87
70 a 79.....	15	13	1	0	20	15	1	1	37	29
80 e mais.....	4	4	—	0	4	4	0	0	8	8
Ignorada.....	5	6	0	0	0	0	0	—	5	6
TOTAL.....	4 502	4 091	58	35	692	587	19	16	5 271	4 729

§ 3.º — Os japoneses constituem o grupo predominante entre os 8 374 estrangeiros, sendo em número de 5 462, dos quais 2 951 homens e 2 511 mulheres.

Os outros grupos estrangeiros de alguma importância, embora muito menores do que o japonês, são os dos italianos (961), espanhóis (838) e portugueses (570).

Entre os 607 brasileiros naturalizados, 209 são naturais do Japão (118 homens e 91 mulheres).¹

Acham-se, logo, em conjunto, no município de Lins 5 671 naturais do Japão, isto é, 8,7 por 100 habitantes.² Da população masculina fies constituem 8,9 % e da feminina 8,4 %.

Os dados abaixo mostram como varia, em relação à idade, a proporção dos naturais do Japão na população presente. As proporções mais elevadas encontram-se nas idades de 40 a 59 anos, em que os naturais do Japão constituem cerca de um quinto da população presente.

de 0 a 9 anos	1,4 %
" 10 " 19 "	7,7 %
" 20 " 29 "	10,7 %
" 30 " 39 "	13,4 %
" 40 " 49 "	18,9 %
" 50 " 59 "	20,7 %
" 60 " 69 "	14,8 %
" 70 e mais "	11,0 %

A proporção dos naturais do Japão no conjunto da população em idades de 20 anos e mais é de 13,9 %.

A distribuição por idade dos naturais do Japão apresenta-se muito diferente daquela dos naturais de outros países estrangeiros, como consta dos seguintes dados.

Idade Anos completos	Naturais do Japão	Outros naturais do exterior
0 a 19	1 498	189
20 a 40	3 362	1 744
50 e mais	805	1 375

Como foi observado nos estudos anteriores, a baixa quota das idades senis e a alta quota das idades juvenis entre os naturais do Japão são características dependentes da data recente da imigração japonesa, enquanto as características opostas entre os naturais de outros países estrangeiros dependem da antiguidade da maior parte das respectivas correntes imigratórias, que se restringiram muito nos últimos anos.

§ 4.º — A apuração da população de fato, segundo a cor, permitiu verificar o número total dos amarelos presentes em Lins, 9 925; número este que inclui exclusivamente japoneses e descendentes, pois que não há no município habitantes de outros países asiáticos caracterizados pela cor amarela.

Confrontando pela tabela II a distribuição por idade dos amarelos, com a dos naturais do Japão, nota-se um grande excedente (4 255) dos primeiros sobre os segundo nas idades até 29 anos (subdivididos assim: excedente de 2 711 nas idades de 0 a 9 anos, de 1 251 nas de 10 a 19, e de 293 nas de 20 a 29).

¹ A proporção dos naturalizados entre os naturais do Japão, 3,7 %, embora baixa, é muito superior às de Tupã (0,5 %) e Marília (0,6 %).

² Acrescentando-se os 57 referidos na nota da tabela II, os naturais do Japão sobem para 5 728, ficando inalterada em 8,7% a proporção.

Este excedente de 4 255 representa o grupo dos descendentes de japoneses, que constitui 6,5 % da população total do município.

A partir dos 30 anos as diferenças entre os número dos amarelos e os dos naturais do Japão tornam-se desprezíveis.

Podemos agora estimar em 9 926 (soma dos 5 671 naturais do Japão e do referido excedente de 4 255) o número total dos naturais do Japão e seus descendentes.

Este número, que praticamente coincide com os dos declarados amarelos, representa 15,2% da população total de Lins (em comparação com 28,9% em Tupã e 19,4% em Marília).

Assim como em Tupã, verifica-se que a quota dos amarelos na população, atinge seus máximos entre 40 e 59 anos. Entretanto, também nas idades até 19 anos são altas as quotas dos amarelos, em virtude da elevada fecundidade dos japoneses.

A marcha das quotas dos amarelos em relação à idade consta dos seguintes dados:

de 0 a 9 anos	15,3 %
" 10 " 19 "	15,5 %
" 20 " 29 "	13,1 %
" 30 " 39 "	13,4 %
" 40 " 49 "	19,0 %
" 50 " 59 "	20,6 %
" 60 " 69 "	14,4 %
" 70 e mais "	11,6 %

A composição por sexo dos naturais do Japão é caracterizada pela prevalência masculina, encontrando-se 1 179 homens por 1 000 mulheres. Nas idades de 0 a 19 anos a proporção é de 1 092 homens por 1 000 mulheres. O desequilíbrio dos sexos é mínimo no excedente dos amarelos sobre os naturais do Japão nestas mesmas idades (que representa os descendentes de japoneses nascidos no Brasil), tendo-se 1 015 homens por 1 000 mulheres.

Nas idades de 20 anos e mais acentua-se a prevalência do sexo masculino, com uma proporção de 1 213 homens por 1 000 mulheres. Esta prevalência é explicada pela imigração de homens isolados que se verificou ao lado da imigração, predominante, de famílias.

§ 5.º — No que diz respeito à alfabetização, o núcleo amarelo de Lins mostra um nível um pouco inferior ao de Tupã e próximo ao de Marília, isto é, bastante elevado em comparação com o nível médio do país.

Entre os amarelos de 10 anos e mais, em Lins, a proporção dos que sabem ler e escrever é de 72,4 % para os homens e 56,6 % para as mulheres (em comparação, respectivamente, com 85,5 e 70,8 % em Tupã, e 75,8 e 54,3 % em Marília).

Os seguintes dados mostram como varia a percentagem dos alfabetizados, com a idade, nos dois sexos.

Idade Anos completos	Por 100 amarelos em cada grupo de sexo e idade, sabem ler e escrever	
	Homens	Mulheres
5 a 9	35,6	30,9
10 " 14	87,2	82,3
15 " 19	82,9	74,7
20 " 29	75,5	57,4
30 " 39	71,3	40,5
40 " 49	55,9	35,4
50 " 59	55,9	29,9
60 e mais	39,1	26,4

É digna de nota a queda da percentagem de alfabetização entre as mulheres desde o terceiro decênio de idade. Assim como em Marília, tam-

TABELA II

COMPARAÇÃO ENTRE OS AMARELOS E OS NATURAIS DO JAPÃO, PRESENTES NO MUNICÍPIO DE LINS, POR SEXO E GRUPOS DE IDADE³

IDADE (Anos completos)	AMARELOS		NATURAIS DO JAPÃO		DIFERENÇA — AMARELOS — NATURAIS DO JAPÃO	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 9.....	1 480	1 494	134	129	+ 1 346	+ 1 363
10 a 19.....	1 298	1 188	648	587	+ 650	+ 601
20 a 29.....	875	741	723	600	+ 152	+ 141
30 a 39.....	565	462	565	454	—	— 2
40 a 49.....	519	495	516	494	+ 3	+ 1
50 a 59.....	345	214	347	215	— 2	— 1
60 a 69.....	100	81	102	84	— 2	— 3
70 a 79.....	26	22	25	21	+ 1	+ 1
80 e mais.....	7	7	7	6	—	+ 1
Ignorada.....	2	4	2	2	—	+ 2
TOTAL.....	5 217	4 708	3 069	2 602	+ 2 418	+ 2 106

bém nas idades da infância e da adolescência as mulheres são beneficiadas com a instrução em medida um pouco menor do que os homens.

§ 6.º — Estão recebendo instrução 1 251 amarelos (892 homens e 629 mulheres), que se distribuem assim segundo o grau da instrução:

	Homens	Mulheres
Grau primário	740	585
" secundário	135	34
" superior	2	1
" não especificado ..	15	9

O número dos amarelos que estão recebendo instrução primária corresponde a 56,2% do número total das crianças dessa cor em idade de 6 a 14 anos: proporção pouco superior à encontrada em Tupã (53,9%) e muito superior à de Marília (33,3%).

Os amarelos constituem 24,6% do número total dos que estão recebendo instrução primária em Lins, quota notavelmente superior à de 15,0% com que eles entram na população de 6 a 14 anos.

Entre os que estão recebendo instrução secundária, os amarelos constituem 15,4%. O número absoluto dos amarelos que estão recebendo instrução secundária é muito maior em Lins (169) do que em Tupã (63) e em Marília (8), provavelmente em virtude da existência de institutos de ensino a que afluem rapazes japoneses também dos próximos municípios.

É muito pequeno o número dos que estão recebendo instrução superior. Provavelmente a maioria dos amarelos estudantes de institutos superiores será apurada na capital do Estado.

Os amarelos que têm curso completo ou diploma de estudos distribuem-se assim segundo o grau do curso ou diploma:

	Homens	Mulheres
Grau primário	646	495
" secundário	78	41
" superior	15	1
" não especificado ..	13	5

Em total, o censo encontrou em Lins 3 212 pessoas com curso primário completo. Os amarelos constituem 35,5% deste grupo.

Com curso secundário completo foram encontradas 691 pessoas. Os amarelos constituem 17,2% do total.

Entre a 133 pessoas com curso superior completo, os amarelos representam 12,0%.

Sobretudo a larga difusão da educação primária caracteriza o núcleo japonês de Lins.

§ 7.º — As apurações da língua falada mostram que 5 402 dos 9 925 amarelos presentes (2 665 homens e 2 737 mulheres) não falam correntemente o português. Este grupo distribui-se assim segundo grandes categorias de nacionalidade, em combinação com a naturalidade do pai ou própria:

	Homens	Mulheres
Brasileiros natos, filhos de pai natural do Japão ...	941	1 008
Brasileiros naturalizados, naturais do Japão	63	52
Estrangeiros, naturais do Japão	1 631	1 659
De nacionalidade ignorada, naturais do Japão	30	18

A proporção dos amarelos que não falam correntemente o português em Lins (54,4%) é um pouco superior à de Marília (49,6%) e infe-

³ O número dos naturais do Japão indicado na tabela é a soma dos nacionais do Japão e dos naturalizados brasileiros naturais do Japão. Além destes, foram censoados 34 homens e 23 mulheres de nacionalidade ignorada, que declararam ser naturais do Japão, e que falam japonês no lar. Se forem levados em conta estes 57, que com grande probabilidade são todos também nacionais do Japão, os naturais do Japão sobem de 5 671 para 5 728.

rior à de Tupã (67,3%). Entre os homens a proporção é de 51,1%; entre as mulheres de 58,1%.

Entre os naturais do Japão, na grande maioria adultos, 3 453 sôbre 5 728,⁴ isto é 60,3%, não falam correntemente o português. A proporção correspondente é de 45,1% em Marília e 79,5% em Tupã.

Entre os amarelos brasileiros natos, cujo número total estimamos em 4 255, os que não falam correntemente o português são em número de 1 949, isto é, de 46% (em comparação com 56% em Marília em 72% em Tupã). É provável que a melhor organização escolar no município de Lins contribua para determinar a maior assimilação linguística dos descendentes de japoneses atestada pela precedente comparação. Entretanto o grau de assimilação é ainda bastante baixo também neste município.

§ 8.º — A grande maioria dos amarelos, 8 353 sôbre 9 925, pertence a lares em que se fala japonês. A proporção de 84,2% é inferior às de Marília (88,0%) e Tupã (97,7%).

Dêstes⁸ 353, os homens são 4 349 e as mulheres 4 004, sendo as respectivas proporções sôbre o total dos amarelos de cada sexo de 83,4% e 85,0%.

Os amarelos que falam japonês no lar distribuem-se assim por grandes categorias de nacionalidade:

	Homens	Mulheres
Brasileiros natos	1 566	1 636
Brasileiros naturalizados ...	90	71
Estrangeiros	2 659	2 274
De nacionalidade ignorada .	34	23

Os lares em que se fala japonês são compostos por 61,7% de naturais do Japão e 38,3% de seus descendentes nascidos no Brasil. As proporções são muito próximas das de Tupã (62,7 e 37,3%) e de Marília (63,7 e 36,3%).

§ 9.º — A religião dominante entre os amarelos de Lins é a budista.

⁴ Veja-se a nota à tabela II.

Foram apurados no município 6 459 budistas e 162 sintoístas, que devem todos pertencer ao grupo dos amarelos. Cerca de 3 300 dêstes professam outras religiões ou não têm religião.

Os seguintes dados discriminam os 9 919 amarelos de idade conhecida por grandes grupos de idade e grupos de religiões:

Idade	Budistas e	Outras	Amarelos
Anos completos	sintonis-	religiões	em total
	tas	e sem religião	
0 a 19	3 507	1 953	5 460
20 " 59	2 928	1 288	4 216
60 e mais	184	59	243

Os amarelos que não pertencem às religiões budista ou sintoista constituem 36% dos de 0 a 19 anos e 30% dos de 20 anos e mais, proporções superiores às de Tupã (21 e 17%) e de Marília (25 e 21%).

§ 10 — A atividade econômica dos amarelos no município de Lins, ilustrada pela tabela III, desenvolve-se semelhantemente à de toda a população, principalmente no ramo da agricultura e pecuária.

Dos 22 527 homens presentes, de 10 anos e mais, ocupados em atividades extra-domésticas, 16 563 (isto é, 73,5%) estão neste ramo; das 6 190 mulheres, 3 644 (isto é, 58,9%).

A quota dos amarelos entre os ocupados na agricultura e pecuária do sexo masculino (16,4%) é pouco superior à que êles representam na população adulta do mesmo sexo (15,3%); a correspondente quota para o sexo feminino (24,2%) é mais elevada do que a das mulheres amarelas na população adulta (15,1%), atestando a intensidade da participação da mulher japonesa no trabalho agrícola.

Em todos os demais ramos de atividade extra-doméstica os amarelos participam com quotas modestas. É muito baixa, por causas óbvias, a sua quota na administração pública e na defesa nacional. É relativamente notável a sua representação nas indústrias, no comércio, nas profissões liberais e culto, nos serviços.

TABELA III

POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS DO MUNICÍPIO DE LINS, SEGUNDO A ATIVIDADE, POR SEXO, COM DISCRIMINAÇÃO DOS AMARELOS

RAMOS DE ATIVIDADE	POPULAÇÃO TOTAL		AMARELOS		AMARELOS POR 100	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Agricultura, etc.	16 563	3 644	2 710	881	16,4	24,2
Índice extrativo.	83	1	—	—	—	—
Indústria de transformação ..	1 280	53	105	—	8,2	—
Comércio de mercadorias.	1 063	38	139	5	12,8	13,2
Crédito, etc.	143	2	7	—	4,9	—
Transportes e comunicações	707	26	29	—	4,1	—
Administração pública.	267	137	—	1	—	0,7
Defesa nacional.	40	—	1	—	2,5	—
Profissões liberais, culto, etc.	164	39	20	1	12,2	2,6
Serviços e atividades sociais	875	460	92	47	10,5	10,2
Atividade doméstica e escolar	2 220	15 073	520	2 116	23,4	14,0
Outras atividades e inativos	1 332	1 790	115	163	8,6	9,1
TOTAL	24 757	21 263	3 738	3 214	15,1	15,1

A condição econômica dos amarelos acha ulterior ilustração na tabela IV, que contém os resultados da apuração combinada do ramo de atividade e da posição na ocupação.

Examinando, no ramo da agro-pecuária, as proporções nos amarelos de sexo masculino nas diferentes posições, verificamos que 9,7 % são empregadores, 26,3 % independentes sem empregados, 23,0 % empregados e 40,0 % membros de família que cooperam com o chefe desta. Prevalece a exploração agrícola por grupos de família, característica da imigração japonesa.

As mulheres amarelas que têm por atividade a agro-pecuária quase todas cooperam com o chefe da família.

Nas indústrias de transformação, onde só trabalham amarelos do sexo masculino, a maioria destes (63) é de empregados; havendo entretanto números notáveis de empregadores (19) e independentes (22).

No comércio há 21 empregadores e 57 independentes contra 60 empregados, sobre um total de 144 amarelos neste ramo de atividade.

Nos serviços e atividades sociais o grupo mais forte é o dos independentes (61); o segundo, o dos empregados (47).

§ 11. — A apuração do censo fornece as bases necessárias para medir a intensidade do movimento natural da população entre os amarelos, segundo as indicações do registro civil.

TABELA IV
AMARELOS DE 10 ANOS E MAIS, PRESENTES NO MUNICÍPIO DE LINS,
SEGUNDO A ATIVIDADE E A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, POR SEXO

RAMOS DE ATIVIDADE	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO					Total
	Empregadores	Empregados	Membros de família	Independentes	Posição ignorada	
I — HOMENS						
Agricultura, etc.....	262	624	1 083	715	26	2 710
Indústria extrativa.....	—	—	—	—	—	—
Indústria de transformação..	19	63	1	22	—	105
Comércio de mercadorias...	20	58	3	56	2	139
Crédito, etc.....	—	5	—	2	—	7
Transportes e comunicações.	1	8	8	12	—	29
Administração pública.....	—	—	—	—	—	—
Defesa nacional.....	—	1	—	—	—	1
Profissões liberais, culto, etc.	—	9	2	9	—	20
Serviços e atividades sociais	9	37	6	39	1	92
Atividade doméstica e escolar	—	5	2	—	513	520
Outras atividades e inativos	1	2	—	2	110	115
TOTAL.....	312	812	1 105	857	652	3 738
II — MULHERES						
Agricultura, etc.....	4	67	755	24	31	881
Indústria extrativa.....	—	—	—	—	—	—
Indústria de transformação..	—	—	—	—	—	—
Comércio de mercadorias...	1	2	1	1	—	5
Crédito, etc.....	—	—	—	—	—	—
Transportes e comunicações	—	—	—	—	—	—
Administração pública.....	—	1	—	—	—	1
Defesa nacional.....	—	—	—	—	—	—
Profissões liberais, culto, etc.	—	—	—	1	—	1
Serviços e atividades sociais	—	10	5	22	10	47
Atividade doméstica e escolar	—	17	22	4	2 073	2 116
Outras atividades e inativos	—	1	—	1	161	163
TOTAL.....	5	98	783	53	2 275	3 214

Conforme os dados do Resumo do Movimento Demográfico-Sanitário do Estado de São Paulo, publicado anualmente pela "Secção de Estatística Sanitária do Departamento de Saúde", podem-se calcular as seguintes médias e taxas para a população amarela de Lins:

A) Dados absolutos (médias anuais do triênio 1939-41)

Nascidos vivos	437
Nacidos mortos	23
Óbitos	136

B) Taxas médias anuais

Por 1 000 habitantes	{	Nascidos vivos	44,0
		Nascidos vivos e nascidos mortos	46,3
		Óbitos	13,7

Por 1 000 mulheres de 15 a 49 anos:⁵
nascidos vivos 193,0

A natalidade entre os amarelos é elevada, ficando intermediária às de Marília (54 por 1 000) e Tupã (40 por 1 000).

A taxa de fecundidade da mulher amarela fica também intermediária às de Tupã e Marília.

§ 12. — Os núcleos japoneses de Marília, Tupã e Lins, até agora estudados nesta série de "Análises", apresentam características fundamentais análogas, embora divergindo na medida de características secundárias.

A repetição de análises semelhantes talvez possa torná-las monótonas para o leitor; entretanto é nosso propósito estender o estudo a outros municípios, situados na mesma região do Estado de São Paulo, que constituem outros tantos centros de uma imigração japonesa sem dúvida orientada conforme um plano pré-estabelecido para o consequimento de uma situação de predominância, pelo menos do domínio econômico.

Cada monografia municipal é como uma pequena pedra de um mosaico. Sòmente reunindo os fragmentos, poder-se-á ter um quadro vivo dessa singular tentativa de conquista pela enxada que foi a "colonização" japonesa no Brasil.



OURO PRÉTO — (Minas Gerais)

Instituto Histórico

REPRESENTAÇÃO DO INSTITUTO NO PRÓXIMO IV CONGRESSO SUL-RIOGRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA — O Instituto Histórico de Ouro Preto e o Museu da Casa de Gonzaga serão representados no IV Con-

⁵ Número das mulheres amarelas de 15 a 49 anos: 2 264.

gresso Sul-Riograndense de História e Geografia, a ser realizado em Pôrto Alegre, pelo Sr. Vicente Raciopi, que em São Paulo e no Rio Grande do Sul fará conferências sôbre "Arte e História de Minas Gerais".



PARNAÍBA — (Piauí)

1.º CENTENÁRIO DA ELEVAÇÃO A CATEGORIA DE CIDADE — Iniciaram-se no dia 25 de dezembro último as festas comemorativas do 1.º centenário da elevação de Parnaíba à categoria de cidade, com a presença do Sr. interventor Leônidas Melo, de altas autoridades estaduais, e do prefeito Mirocles de Campos. Vários serviços públicos foram inaugurados, as cerimônias festivas se estenderam até o dia 31.



VASSOURAS — (Rio de Janeiro)

1.º CENTENÁRIO DA MATRIZ DE PATI DO ALFERES — Em Pati do Alferes, vila do município de Vassouras comemorou-se no dia 8 de dezembro o primeiro centenário do histórico templo local, com importante exposição agropecuária que contou com o apoio e a presença de grande número de expositores fluminenses. As obras de restauração da Matriz, a serem iniciadas, também, nesse dia, restituirão àquela histórico tempo, muitas vèzes visitado pelo Imperador Pedro II, o seu estilo antigo colonial. Essas obras atingirão as duas grandes galerias até agora completamente inúteis, transformando-as uma, na Galeria da Semana Santa, com imagens tradicionais, a outra na dos fundadores do templo, baronesa da Soledade e o capitão-mor Manuel Francisco Xavier, cujos ossos ali se acham guardados em urna de jacarandá.

As comemorações foram prestidas pelo interventor Amaral Peixoto, e outras autoridades foram convidadas, entre elas o arcebispo D. Jaime de Barros Câmara, do Rio de Janeiro.

A Exposição Agro-Pecuária, planejada para uma demonstração do progresso daquela região já muito freqüentada pelos veranistas cariocas já conta com o apoio das autoridades e expositores do Distrito Federal e dos municípios fluminense de Petrópolis, Três Rios, Paraíba, Vassouras e Valença.



SÃO LUIS — (Maranhão)

PLANO DE URBANIZAÇÃO PARA A CAPITAL MARANHENSE — Acaba de ser convidado, pelo Sr. interventor Paulo Ramos, para elaborar um plano de urbanização da velha cidade de São Luis, o engenheiro Jerônimo Cavalcante, que deverá chegar àquela capital dentro de alguns dias, a fim de iniciar a importante tarefa de que foi incumbido.



SENGÉS — (Paraná)

LEVANTAMENTO DO CADASTRO DOS PERÍMETROS URBANO E SUBURBANO DA CIDADE — Foi firmado, recentemente, um contrato entre o município de Sengés e o agrimensor Gil João Bacelar para o levantamento do cadastro dos perímetros urbano e suburbano da cidade de Sengés.

★

SILVA JARDIM — (Rio de Janeiro)

DIVISÃO DA ZONA URBANA DA CIDADE EM BAIRROS — O prefeito municipal de Silva Jardim baixou, no dia 4 de dezembro último, o Decreto-lei municipal n.º 24, constituindo o Cód-

digo de Obras, no qual a zona urbana da cidade foi dividida nos seguintes bairros: comercial, residencial e industrial.

— O bairro comercial compreende os seguintes logradouros: rua Luís Gomes, da praça Interventor Amaral Peixoto até a rua Pinto de Figueredo, Carlos Halfeld até a rua Luís Gomes, e rua Padre Ávila até a praça Interventor Amaral Peixoto.

— O bairro residencial compreende os seguintes logradouros: praça Interventor Amaral Peixoto, continuação da rua Padre Ávila e rua Luís Gomes até a rua Francisco Sérgio e as demais ruas transversais.

— O bairro industrial compreende os seguintes logradouros: rua Luís Gomes desde Pinto Figueiredo, rua Felicíssimo de Oliveira e rua Francisco Sérgio.

Bibliografia

Apontamentos bio-bibliográficos

Professor Álvaro Astolfo da Silveira

Nasceu o professor Álvaro Astolfo da Silveira aos 23 de setembro de 1867, em Passos, no Estado de Minas Gerais. É filho de Urias Antônio da Silveira e de D. Maria Ubaldina da Silveira, já falecidos.

Estudou em Ouro Preto e diplomou-se, em 1892, pela antiga Escola de Minas daquela cidade, atual Escola Nacional de Minas e Metalurgia. Nesse mesmo ano de 1892 ingressou na Estrada de Ferro Central do Brasil, ocupando o cargo de engenheiro daquela Estrada. Em 1894 ocupou o cargo de geólogo da Comissão Geográfica e Geológica de Minas, da qual foi chefe um ano depois, durante o período de 4 anos.

Em 1900 ocupou o cargo de fiscal das colônias de Minas até 1904, quando exerceu as funções de diretor da Imprensa Oficial de Minas onde permaneceu até o ano de 1907.

Foi nesse ano designado chefe técnico da Diretoria de Agricultura de Minas até 1913, quando passou a exercer o cargo de diretor da Agricultura do Estado de Minas num longo período de 8 anos.

Novamente o Prof. Astolfo da Silveira ocupou o cargo de engenheiro chefe da Comissão Geográfica e Geológica de Minas, quando da sua reorganização em 1921, cargo esse que deixou em 1931, para se aposentar.

E' atualmente professor catedrático da cadeira de Topografia da Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais, cátedra que exerceu desde 1912, tendo sido um dos fundadores da Escola.

É consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia, membro honorá-

rio do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e sócio da Sociedade Mineira de Engenheiros.

O ilustre professor, que foi o descobridor do ponto culminante do Brasil, no pico da Bandeira, na serra do Caparaó, cuja altitude determinou em 1911, publicou vários trabalhos que constituem uma fonte de informações valiosas para o conhecimento da geologia e geografia brasileiras.

O Prof. Álvaro Astolfo da Silveira é casado com D. Ana Drumond da Silveira, tem seis filhos e reside, atualmente, em Belo Horizonte, à rua Gonçalves Dias, 1079.

São as seguintes as obras por êle publicadas:

Boletins ns. 4 e 5 da Comissão Geográfica de Minas; *a Morte do Major* (1904); *Os tremores de terra de Bom Sucesso* (1.º vol. 1906 e 2.º em 1920); *Viagem pelo Brasil* (1906); *Flora e serras mineiras* (1908); *A matemática na música e na linguagem* (1911); *Tabelas estadimétricas* (1912); *Consultor agrícola* (1.ª edição em 1913 e 2.ª em 1918); *A arborização de Belo Horizonte* (1914); *As florestas e as chuvas* (1916); *O naturalista frei Conceição Veloso* (1916); *O algodoeiro em Minas Gerais* (1916); *Os limites de Minas com São Paulo* (1917); *Ciência e superstição* (1917); *Floresta e pecuária* (1918); *Agricultura e pecuária* (1918); *Memórias corográficas* (2 volumes — 1922); *Fontes, chuvas e florestas* (1923); *Tabelas estadimétricas, arco Beaman, planímetro e pantógrafo* (1924); *Narrativas e memórias* (2 volumes — 1924); *Topografia* (1927); *Mineralogia* (1929); *Floralia Montium* (1.º volume *Eriocauláceas* — 1929); *A morte do burro* (1929); *Geografia do Estado de Minas Gerais* (1929); *Floralia Montium* (2.º volume — 1931).

Registos e

comentários bibliográficos

Livros

LÍSIAS AUGUSTO RODRIGUES — *Roteiro do Tocantins* — Livraria José Olímpio — Rio de Janeiro.

Prefaciando ensaio do coronel Mário Travassos, Gilberto Freire assinalou a existência, no Exército Nacional, de um grupo de oficiais cuja atividade intelectual vem demonstrando um grande interesse pelas coisas brasileiras, presente através de estudos especializados de maior ou menor profundidade, mas todos objetivos e sem preconceitos.

É animador ver, assim, que se modifica a mentalidade de um classe cuja importância é ocioso destacar, tão prejudicada por pontos de vista estreitos, como aquêles que a fazia deixar o trabalho intelectual aos bacharéis que, a seu ver, tanto mal causavam ao Brasil... Ao lado de Néelson Werneck Sodré, Hugo Bétlem, Lima Figueiredo, Severino Sombra e Mário Travassos, outros estão formando. E a lista cresce, de ano para ano.

O coronel aviador Lísias Rodrigues inclui-se nela com *O Roteiro do Tocantins* (Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro). É um esclarecido. No seu conceito, "o verdadeiro dever do militar não é apenas o exato cumprimento das prescrições regulamentares, nem estar pronto a qualquer momento a dar sua vida pela grandeza, honra e integridade da Pátria" porque "isto é pouco" e constitui "comezinho dever que todo cidadão cumpre gostosamente, em sendo preciso"; mas, consideradas as condições peculiares, cabe-lhe, "ser um fator eficiente na difusão dos conhecimentos úteis, tornando o Brasil conhecido dos brasileiros". A citação, bastante longa, vale como uma definição de princípios. E foi de acôrdo com ela que se conduziu o autor, ao trazer a público o que colheu a respeito dessa nova Terra da Promissão que é o vale do Tocantins, nas suas viagens aéreas e terrestres pela zona.

Do que narra, do que descreve o coronel Lísias Rodrigues, deduz-se que essa enorme área do Brasil não é apenas um trecho inexplorado como tantos outros. Mas que é um trecho inexplorado de possibilidades econômicas do mais alto valor, que é crime continuar ignorado.

A população é rarefeita. O que aliás, já era do conhecimento de todos, desde que a Comissão Censitária Nacional divulgou, há tempos, na *Sinopse preliminar dos resultados demográficos*, cartograma representando graficamente a densidade populacional de cada município brasileiro, numa demonstração compreensível à primeira vista de que continuamos habitando apenas a faixa litorânea do continente, de que persistimos aquém da linha das Tordesilhas, país que não se assegurou, pela ocupação efetiva, da própria superfície, da enorme área territorial que possui, cujo *hinterland* continua sendo uma incógnita, apesar da gigantesca tarefa de alguns desbravadores, autores de tentativas isoladas de devassamento. E apesar das expedições promovidas pelo Conselho Nacional de Geografia, de resultados tão fecundos, como essa recente para localizar as divisas entre os Estados da Bahia e Goiás, que veio provar, segundo o disse em entrevista Alirio de Matos, ser tudo o que se afirmava a respeito da zona do Jalapão pura fantasia, região de recente povoamento que é e já em via de despovoação, de terra péssima que só produz arroz e mandioca e onde o feijão é raro e o milho não nasce, só tendo a vantagem de não sofrer de falta d'água.

Ao Correio Aéreo Nacional se deve parte das observações colhidas pelo coronel Lísias. A êsse mesmo Correio Aéreo Nacional que é hoje uma realidade, e cuja utilidade tão discutida quando foi lançado, feito o trajeto em aparelhos pouco merecedores de confiança,

graças à energia do brigadeiro Eduardo Gomes, tem sido provada constantemente, por toda a extensão das suas linhas, de cerca de vinte e cinco mil quilômetros, utilizadas, só em 1942, no transporte de perto de cento e cinquenta milhões de quilos de correspondência. Entretanto, deve-se consignar que o volume reúne também dados colhidos na exploração terrestre da rota aérea.

Roteiro do Tocantins, que é escrito em forma de diário, compreende, além do texto propriamente dito, para mais de vinte mapas e inúmeras fotografias. Dêsse modo, se as informações não estão sistematizadas, antes surgindo heterogêneas, à medida que os fatos se verificaram ou que foram colhidas, em compensação o volume das mesmas excede a todas as expectativas, de vez que se referem aos mais variados setores do conhecimento regional, abarcando desde minúcias geográficas até notas de folclore. Nem há falta de episódios pitorescos, cômicos, originais ou contristas, como aquele, bastante impressivo, do Pousa da Fome ("Os bichos todos aqui andam esfaimados e sedentos; as vacas tentaram comer os arreios; os porcos comem tudo que encontram; os cachorros esqueléticos nos rodeiam com olhos famintos para tudo que comemos. As próprias galinhas andam por cima de tudo, catando o que comer").

Sobre a situação econômica da região, as notas são de grande valor, completando as considerações feitas por vários autores, inclusive as que, em especial, dedicou há certo tempo o engenheiro residente do Departamento de Aeronáutica Civil Américo Barbosa de Oliveira (*Revista Brasileira de Geografia*) à exploração da castanha no baixo e médio Tocantins.

Comparando textos, verifica-se mais uma vez o quão argutos observadores foram os estrangeiros que por aqui andaram. O livro de Henri Coudreau (*Voyage au Tocantins-Araguaia*), por exemplo, publicado nos fins do século XIX, ainda está atual em muitas observações.

Os perigos da navegação fluvial, focalizados na monografia de Francis de Castelnau, aparecem referidos em vários pontos, dificultando os transportes. As doenças, de natureza endêmica, também são mencionadas.

E assim por diante. Se os assuntos não são estudados com o espírito de

discussão, nem por isso os argumentos deixam de ser os resultantes de uma observação direta. — *Tulo Hostilio Montenegro*.

★

GRAEBNER F. — *Metodologia Etnológica*. Prólogo de Fernando Marquez Miranda. Tradução de Salvador Canal Frau, Tomo VIII, de "Teoria". — Biblioteca da Universidade Nacional de la Plata. — 253 páginas. — La Plata, 1940.

Representa esta obra a tradução espanhola de um famoso livro intitulado *Methode der Ethnologie*, publicado em Heidelberg em 1911, pelo professor alemão de Etnologia, Fritz Graebner, falecido em 1934. Singular foi o destino desta obra, que apesar de ter sido considerada como de importância primordial para os estudos etnológicos, e haver também dado origem a numerosas discussões nos meios científicos, não logrou até no presente momento as honras de uma reedição na sua língua original, nem tão pouco uma tradução em qualquer idioma estrangeiro. É precisamente à Argentina, e especialmente à Universidade Nacional de la Plata, que cabe a honra de haver desfeito o malefício, ao proceder a reedição da obra em sua primeira versão num idioma que não o alemão.

Conforme o próprio nome indica, o livro é um tratado metodológico e os fins a que se propõe seu autor ao escrevê-lo, não são outros senão os de proporcionar à nova disciplina científica que é a Etnologia, as bases ideológicas, e as normas práticas de trabalho necessárias à sua existência e desenvolvimento. Para qualquer ramo do saber humano será sempre de grande utilidade e eficácia o dar-se conta exata não só de sua própria existência e conteúdo, como também do sentido e dos limites de sua capacidade cognitiva, isto é, ter sempre clara a consciência de si mesmo.

Para se compreender o valor da Metodologia Etnológica, temos que recordar a situação imperante anterior à publicação da edição alemã. A Etnologia não se preocupava com questões de caráter metodológico e a posição, a amplitude e mesmo a essência da nova ciência ainda não estavam bem determinadas. Nela, a este respeito reinava a mais completa anarquia. A Etnologia é certo, andava naquela época mistu-

rada com as ciências naturais. Entretanto, isto se devia mais ao fato de estarem a consecução de material, a colheita de dados, a cargo de médicos e naturalistas exploradores, do que à convicção de que a Etnologia fôsse uma ciência natural.

Devido mesmo a essa inconsciência é que se deve sem dúvida, o fato de se verem até hoje as coleções pré-históricas, antropológicas e etnográficas nos museus de História Natural.

Na segunda metade do século passado e também no primeiro decênio do atual, foi que o auge das ciências naturais repercutira consideravelmente sobre as ciências do Homem.

Especialmente os conceitos puramente biológicos como o da evolução ou convergência, tinham carta de cidadania entre elas. Foi essa a época do chamado "evolucionismo", tão combatido por Graebner em sua obra. Tácita e inconscientemente se admitia que o que tinha valor nas ciências naturais, teria forçosamente que ter também na Etnologia. Especialmente as gradações das fases evolutivas da cultura humana, elaboradas sobre a base simplista de uma menor ou maior simplicidade ou complexidade dos seus elementos constitutivos, estavam em voga. *A priori* se supunha que os elementos da cultura humana evoluíram sempre em todos os povos da mesma maneira. Isto é, partia-se da suposição de que todos os povos da terra evoluem sempre e em todos os casos através de uma gradação de fases evolutivas da cultura, perfeitamente determinável com o auxílio do único critério de que quanto mais simples e pobre seja uma cultura, tanto mais perto deverá estar do ponto de origem; e quanto mais rica e complexa tanto mais se afasta d'ele. Claro está que em tôdas estas gradações o fator subjetivo domina virtualmente todo o raciocínio sobre o que seja mais simples ou mais completo.

Metodologia Etnológica se divide em quatro grandes capítulos, representados por uma introdução e 3 outras partes distintas e fundamentais. No primeiro capítulo que constitui a introdução, o autor parte do principio, da necessidade de que tenhamos em conta a estrita relação metodológica existente entre a Etnologia, por uma parte, e a História, no sentido estrito pela outra. Ambos os ramos da ciência querem captar os fenômenos em sua verdadeira condicionalidade causável e calculam por isto o fato isolado.

Não acontece o mesmo em troca com as ciências naturais, as que tendem sempre para o típico e para o que é de valor geral. É por isto que, tanto objetiva como formalmente, a Etnologia deve ser considerada, não só como uma ciência natural, mas também como uma ciência histórica.

Na introdução reduz portanto o autor e isto precisamente é o mais valioso e duradouro de sua obra — arrancar a Etnologia do seio das ciências naturais, donde inconscientemente havia ido parar, para transportá-la ao campo das ciências naturais, mais estritamente, históricas. E uma vez estabelecida a nova consciência de que a Etnologia é uma ciência histórica, o método que nela se deve seguir e empregar está imediatamente dado: o método histórico e especialmente na formulação que lhe dera Bernheim.

Graebner segue pois a Bernheim no que se refere ao método, ainda que realçando, em relação ao último o autor, e de acôrdo com a essência especial da Etnologia, a importância que para ela têm os documentos diretos que o mesmo Bernheim denomina "restos" e que tanto pode ser restos de cultura, como restos dos portadores dela.

Nos capítulos II, III e IV, divididos e denominados de acôrdo com Bernheim, se expõem as normas ao trabalho científico histórico, ainda que endereçados ao uso particular da Etnologia.

No segundo capítulo a critica trata de origens, divididas essas em testemunhos diretos ou materiais e literários ou "relações".

No terceiro se fala da interpretação dos testemunhos criticamente depurados; e no último, o quarto, de sua combinação. É este capítulo, o quarto, o mais estritamente grabneriano e também a parte da obra mais contravertida de tôdas. Em nossa opinião é a que mais se presta a critica.

Como é a Etnologia uma ciência histórica, se entende logo que a atividade combinatória, isto é, a parte da elaboração historiográfica, que estabelece as relações entre os fenômenos isolados, há de ser sempre a de importância maior, e seus fins não poderiam ser senão o de fixar uma história evolutiva d'esses mesmos fenômenos e dos complexos culturais. Como meta final consideraremos então o estabelecer, em conjunção com os demais ramos da ciência histórica, a história geral da cultura humana, isto é, a história da

humanidade. É certo que as gradações dos chamados "evolucionistas", a quem nos referimos antes, tendiam também para o mesmo. Somente que aquelas eram estabelecidas pelo autor à sua vontade. Graebner em troca quer iluminar na medida do possível todo o subjetivismo, e oferece critérios e normas mais ou menos objetivos que permitam chegar a uma situação mais estável e definitiva.

O procedimento que preconiza nesse autor neste quarto capítulo de sua obra e o que posteriormente recebeu o nome de "método histórico cultural", denominação imprópria por certo, já que é muito possível reconhecer na Etnologia seu caráter de ciência histórica, isto é, adotar o método histórico exclusivamente e sem embargo não aceitar os postulados de Graebner contidos no seu quarto capítulo. E é isto precisamente que alguns investigadores costumam fazer. O procedimento a que aludimos começa estabelecendo e delimitando no espaço com o auxílio de critérios tidos como objetivos, como o da forma e o da quantidade, os grandes tipos de cultura. A extensão territorial de cada um deles e também o seu conteúdo, denomina o autor "círculos de cultura" e se supõe tratar-se de formas culturais que em algum momento ao desenvolvimento da Humanidade denominaram áreas geográficas ou menores.

Essas unidades culturais seriam pois, as autênticas fases da cultura que o mundo conheceu. O segundo passo estaria dado, quando se trata de converter, segundo uma insinuação de Ratzel, esta ordenação espacial em ordenação temporal, também objetivamente estabelecida de acordo com normas e critérios que o autor detalha. Desta maneira se poderia chegar a fixar, de uma vez por todas, a verdadeira evolução da Humanidade, representando então os círculos de cultura as autênticas fases evolutivas da cultura humana. Subentende-se que estas fases evolutivas da cultura carecem de validade geral vale dizer, que não se

pretende *a priori* que todos os povos tenham passado, ou tenham necessariamente que passar, por todas elas, como era o caso nas gradações dos "evolucionistas". Melhor incumbe à investigação etnológica, tratar de estabelecer, em cada caso concreto, a evolução cultural pela qual passou um povo ou uma região dados.

Resumindo: *Metodologia Etnológica*, é um livro não só muito valioso, como também indispensável a todos que cultivam as ciências do Homem, até mesmo para os historiadores no sentido estrito. O fato de conter o quarto capítulo criações que se prestam a uma crítica fácil, não invalida de maneira alguma o conteúdo fundamental das demais partes, nem as numerosíssimas sugestões de alto valor científico e prático que se encontram, *passim*, na obra toda.

(Registo inserto na publicação *Anales del Instituto de Etnografía Americana*, tomo V, 1944 — Traduzido por Cecica Rodrigues Machado).

★

JOSÉ SETZER — *Os solos do Noroeste* — Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. — Diretoria de Publicidade Agrícola. — São Paulo, 1943

Neste pequeno trabalho, o Sr. José Setzer focaliza a importante região noroeste, do Estado de São Paulo, geologicamente.

"Dois tipos de solos" — escreve o autor — "predominam largamente na parte noroeste do Estado, bastante semelhantes pelo seu aspecto e mesmo pelas propriedades físicas, mas, muito diferentes quimicamente e, em consequência, também de um modo completo, diversos pela sua produção agrícola".

Embora contido em 15 páginas, apenas, o trabalho demonstra observação e pesquisa cuidadosa, sendo acompanhado por magníficos mapas.



Periódicos

REVISTA DO D. A. C. — Secretaria de
Agricultura, Indústria e Comércio
— Julho de 1942 — Pernambuco.

Singular, esta publicação pernambucana. Através dela temos uma idéia bem clara das tendências que vêm caracterizando a atual administração do grande Estado nordestino. De fato, o incentivo às cooperativas assinala uma das mais acertadas políticas seguidas no Brasil.

País onde o problema da pobreza ainda é muito grande, em que uma noção pré-capitalista de vida impera das diversas classes sociais, o desenvolvimento das cooperativas vem aumentar o senso de economia — elevar o padrão de vida — organizar a existência de todos que foram por elas beneficiados.

Neste número, entre matéria toda ela interessante, destaca-se um artigo do Sr. Agamemnon Magalhães, do qual separamos o seguinte trecho:

“A experiência cooperativista, em Pernambuco é cada vez mais extensa e profunda. Pergunte-se e ouça-se a resposta do modesto agricultor que não tinha assistência nem crédito, que era obrigado a entregar a sua colheita ao intermediário, que sofria, enfim, um confisco permanente de terra e dos seus fundos...”

É uma revista pequena. Representa, porém, a primeira pedra de um edifício, o primeiro sintoma de uma época nova, em que o liberalismo cedeu lugar à liberdade, isto é, a uma idéia mais precisa do direito individual, dentro da ordem social.

★

ANUÁRIO GEOGRÁFICO ARGENTINO
— Comitê Nacional de Geografia
de Buenos Aires — 1942.

Interessantíssima essa febre de publicações informativas, culturais, que se observa em toda a América, inclusive no Brasil.

Desta vez focalizamos este denso e vasto *Anuário Geográfico Argentino*, que nas suas 650 páginas encerra, pode-se dizer, uma visão panorâmica dos aspectos principais da civilização argen-

tina — oferecendo particular interesse a nós brasileiros, tão próximos e, paradoxalmente, tão distantes dessa *outra* América que tanto devemos conhecer.

São as seguintes as dez partes em que se divide o alentado volume: População; Produção; Indústria; Comércio; Finanças; Instrumental econômico; Cultura pública; Previsão social; Assistência social e trabalho; Higiene pública; Províncias e Territórios Nacionais.

★

BOLETIN DEL MUSEO SOCIAL ARGENTINO — Setembro - outubro de 1944. — Buenos Aires.

O fato do Brasil haver empreendido nestes últimos tempos uma das mais notáveis transformações no que diz respeito à legislação social, não será motivo, absolutamente, para que nos desinteressássemos do que se passa em outros países da América, a respeito do mesmo assunto. Pelo contrário. O intercâmbio de idéias, de sugestões, será útil, de parte. Eis o ponto de vista em que nos colocamos, diante deste *Boletim*.

Editado pelo “Instituto de Información, Estudios y Acción Sociales” (seção argentina da Associação Internacional para o Progresso Social, do Instituto Internacional de Cinematografia Educativa para a Investigação Científica dos Problemas de População). — este número trata pormenorizadamente do primeiro centenário das cooperativas, ocorrido em 1914. *El Boletín del Museo Social Argentino* quis dedicar integralmente este número à edificante e maravilhosa história da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale (lugarejo na Inglaterra onde logrou êxito a primeira experiência), reproduzindo um notável estudo dado a conhecer em 1923 pelo Sr. Antônio Garcia e Miranán, chefe que foi da Seção de Cocperação do Instituto de Reformas Sociais de Madri”.

São 324 páginas preenchidas de maneira inteligente. A apresentação gráfica é boa. Uma revista que enriquecerá qualquer biblioteca especializada.

★

Contribuição

bibliográfica especializada

Mapas

Relação de mapas apresentados na Exposição anexa à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia

I

Linha definitiva de limites dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, entre os rios Piratininga e Itabapoana.

Fôlha I

1: 50 000

Comissão da Carta dos Estados do Rio de Janeiro. 1944

1,140 x 0,820, 2.

Goiânia

Fôlha SE — 22 — 50 — 1944

C. N. G. 0,643 x 0,736

Original.

Goiânia NE

Fôlha SE — 22 NE — 1944

1: 500 000 — 0,643 x 0,736

Original.

Linha definitiva de limites dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, entre os rios Piratininga e Itabapoana.

Fôlha II

1: 50 000

Comissão da Carta do Estado do Rio de Janeiro. — 1944

1,140 x 820, 2.

Goiânia NO

Fôlha SE — 22 — NO — 1944

1: 500 000 — 0,643 x 0,736

C. N. G.

Original.

Goiânia SE

Fôlha SE — 22 — SE — 1944

1: 500 000 — 0,643 x 0,736

C. N. G.

Original.

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Cartograma dos levantamentos executados no Brasil — 1944

C. N. G. — 1,240 x 1,140

Original, em côres.

Lagoa Mirim — NO

Fôlha SI — 22 — NO — 1944

1: 500 000 — 0,643 x 0,736

C. N. G.

Original

Cartograma do registro de coordenadas geográficas selecionadas para a Carta do Brasil.

1,235 x 1,135

C. N. G.

Original.

Quadros de União das Fôlhas da Carta Geral do Brasil — 1944

1: 500 00 — 1,360 x 1,358

C. N. G.

Original.

Curitiba NE

Fôlha SG — 22 — NE — 1944

1: 500 000 — 0,643 x 0,736

C. N. G.

Original.

Triangulação da região de Goiânia

1: 200 000 — 1944

C. N. G. — 0,825 x 0,720

Original.

Uruguaiana — NE

Fôlha SH — 21 — NE — 1944
 1: 500 000 — 0,690 x 0,885
 C. N. G.
 Original.

Uruguaiana — NE

Fôlha SH — 21 — NE — 1944
 1 500 000 — 0,690 x 0,885
 C. N. G.
 Original.

Uruguaiana — SO

Fôlha SH — 21 — NO — 1944
 1: 500 000 — 0,890 x 0,720
 C. N. G.
 Original.

CRUZEIRO DO SUL

Mapa topográfico do município de Pôrto Alegre

1: 50 000 — 1944
 Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul
 0,840 x 0,640
 Original.

Mapa topográfico do município de Pôrto Alegre

Fôlha VII
 1: 10 000 — 1939 - 1941
 Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul
 0,520 x 0,520
 Original.

Mapa topográfico do município de Pôrto Alegre

Pôrto Alegre
 Fôlha XI — 21 — C 1939-1941
 1: 1 000
 Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul
 Ltda.
 Original — 0,520 x 0,520.

Mapa topográfico do município de Pôrto Alegre

Fôlha XI — 18
 1: 2 000
 Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul —
 1939 - 1841
 0,520 x 0,520 — 3
 Original.

Mapa topográfico do município de Pôrto Alegre

Fôlha XXI
 1: 10 000 — 1939 - 1941
 0,520 x 0,520 — 4
 Original.

Rio Camaquã

Zona do Paredão — 1.º Retângulo
 1: 1 000 — 1944
 M. V. O. P.
 0,700 x 2,000 — 3
 Original.

Rio Camaquã — Zona do Paredão

1: 10 000 — 1944
 M. V. O. P. — Departamento Na-
 cional de Obras de Saneamento
 do Distrito do Rio Grande do
 Sul.
 0,711 x 1,612
 Original.

DEPARTAMENTO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS

Aimorés — Fôlha n.º 38 N., E., N., E.

1: 100 000 — 1931
 Comissão Geográfica e Geológica
 de Minas Gerais
 Secção de Cartografia da Imprensa
 Oficial — Belo Horizonte
 Minas
 0,620 x 0,420 — Das Convenções Car-
 tográficas.

Além Paraíba — Fôlha n.º 18 S., E.

1: 100 000
 Comissão Geográfica e Geológica de
 Minas Gerais
 Secção Cartográfica da Companhia
 Melhoramentos de São Paulo
 0,455 x 0,623 — Das Convenções
 Cartográficas.

Belo Horizonte — Fôlha n.º 39 M., E.

1: 100 000 — 1932
 Departamento Geográfico e Geoló-
 gico de Minas Gerais
 Companhia Melhoramentos (Weiz-
 flog Irmãos).
 São Paulo, Caieiras e Rio
 0,420 x 0,634 — Das Convenções
 Cartográficas.

Boa Esperança — Fôlha n.º 54 S., O.

1: 100 000 — 1940
 Departamento Geográfico de Minas
 Gerais
 0,426 x 0,625 — Das Convenções Car-
 tográficas
 Original

Bonfim — Fôlha n.º 36 N., O.

1: 100 000 — 1930
 Comissão Geográfica e Geológica
 de Minas Gerais
 Secção de Cartografia da Imprensa
 Oficial — Belo Horizonte

- Minas Gerais
0,525 x 0,620 — Das Convenções Cartográficas
- Caldas — Fôlha n.º 47 S₃ O₄
1: 100 000 — 1937
Serviço Geográfico de Minas Gerais — Secção Cartográfica da Companhia Melhoramentos (Weiszflog Irmãos).
São Paulo, Caieiras e Rio.
0,425 x 0,620 — Côres das Convenções Cartográficas.
- Caparaó — Fôlha n.º 31 N₃ E₃
1: 100 000 — 1929
Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais.
Secção Cartográfica da Companhia Melhoramentos São Paulo
0,421 x 0,620 — Das Convenções Cartográficas
- Cambuí — Fôlha n.º 35 S₃ O₄
1: 100 000 — 1830
Secção Cartográfica da Companhia Melhoramentos (Weiszflog Irmãos)
São Paulo, Caieiras e Rio
0,425 x 0,620 — Das Convenções Cartográficas.
- Campanha — Fôlha n.º 45 S₃ O₃
1: 100 000 — 1936
Departamento Geográfico e Geológico de Minas Gerais
Secção Cartográfica da Companhia Melhoramentos de São Paulo
0,421 x 0,619 — Côres das Convenções Cartográficas.
- Carangola — Fôlha n.º 24 N₁ E₁ e N₁ E₃
1: 100 000 — 1927
Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais
0,421 x 0,739 — Das Convenções Cartográficas
- Divinópolis — Fôlha n.º 57 N₃ O₂
1: 100 000 — 1941
Departamento Geográfico de Minas Gerais
0,426 x 0,625 — Das Convenções Cartográficas
Original.
- Estrema — Fôlha n.º 33 — S₃ O₃
1: 100 000 — 1929
Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais
Secção Cartográfica da Companhia Melhoramentos de São Paulo (Caieiras e Rio).
0,421 x 0,622 — Das Convenções Cartográficas.
- Ipanema — Fôlha n.º 44 — M₁ E₃
1: 100 000 — 1936
Departamento Geográfico e Geológico de Minas Gerais
Companhia Melhoramentos (Weiszflog Irmãos) São Paulo.
Caieiras e Rio.
0,420 x 0,624 — Convenções Cartográficas.
- Itapecerica — Fôlha n.º 40 — N₂ O₂
1: 100 000 — 1932
Departamento Geográfico e Geológico de Minas Gerais
Secção de Cartografia da Imprensa Oficial — Belo Horizonte
Minas Gerais
0,425 x 0,620 — Das Convenções Cartográficas.
- Itaúna — Fôlha n.º 43 — N₂ O₁
1: 100 000 — 1934
Departamento Geográfico e Geológico de Minas Gerais
Secção Cartográfica da Companhia Melhoramentos (Weiszflog Irmãos) — São Paulo — Caieiras e Rio.
0,425 x 0,620 — Das Convenções Cartográficas.
- Jacutinga — Fôlha n.º 46 — S₄ O₅ — S₅ O₅
1: 100 000 — 1936
Serviço Geográfico de Minas Gerais — Secção Cartográfica da Companhia Melhoramentos de São Paulo
0,670 x 0,400 — Das Convenções Cartográficas.
- Lagoa Dourada — Fôlha n.º 27 N₁ E₁
1: 100 000 — 1930
Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais.
Institut Cartographique de Paris
0,422 x 0,621 — Das Convenções Cartográficas
- Lagoa da Prata — Fôlha n.º 59 — N₃ O₃
1: 100 000 — 1941
Departamento Geográfico de Minas Gerais
0,420 x 0,624 — Das Convenções Cartográficas
Original.
- Muzambinho — Fôlha n.º 49 — S₂ O₃
1: 100 000 — 1939
Departamento Geográfico de Minas Gerais Secção Cartográfica da

- Companhia Melhoramentos
(Weiszflog Irmãos) São Paulo
— Rio e Caieiras.
0,425 x 0,620 — Das Convenções
Cartográficas.
- Pará de Minas — Fôlha n.º 60 — N₁ E₁
1: 100 000 — 1942
Departamento Geográfico de Minas
Gerais
0,427 x 0,628 — Das Convenções
Cartográficas
Original.
- Piranga — Fôlha n.º 26 — N₁ E₂
1: 100 000 — 1930
Comissão Geográfica e Geológica
de Minas Gerais
0,425 x 0,620 — Das Convenções
Cartográficas.
- Ponte Nova — Fôlha n.º 28 — N₂ E₁
1: 100 000 — 1928
Comissão Cartográfica e Geológica
de Minas Gerais
Secção Cartográfica da Companhia
Melhoramentos de São Paulo e
Rio
0,426 x 0,620
Das Convenções Cartográficas
- Pouso Alegre — Fôlha n.º 42 — S₁ O₁
1: 100 000 — 1933
Departamento Geográfico e Geoló-
gico de Minas Gerais
Secção de Cartografia da Imprensa
Oficial — Belo Horizonte
Minas Gerais
0,421 x 0,627 — Das Convenções Car-
tográficas.
- Remédios — Fôlha n.º 21 — S₁ E₁
1: 100 000 — 1926
Comissão Geográfica de Minas Ge-
rais.
Secção Cartográfica da Companhia
Litográfica Ipiranga — São
Paulo e Rio.
0,426 x 0,625 — Das Convenções
Cartográficas.
- Santa Rita do Sapucaí — Fôlha n.º 41
S₁ O₂
1: 100 000 — 1933
Departamento Geográfico e Geoló-
gico de Minas Gerais.
Imprensa Oficial — Belo Horizonte
— Minas Gerais
Brasil
0,420 x 0,624 — Das Convenções
Cartográficas
- Ubá — Fôlha n.º 22 — S₁ E₂
1: 100 000 — 1927
Comissão Geográfica e Geológica
de Minas Gerais — Secção Car-
tográfica da Companhia Lito-
gráfica Ipiranga — São Paulo
e Rio
0,426 x 0,624 — Das Convenções
Cartográficas.
- Varginha — Fôlha n.º 418 — S₂ O₂
1: 100 000 — 1936
Serviço Geográfico e Minas Gerais
— Companhia Melhoramentos
de São Paulo
0,425 x 0,624 — Das Convenções
Cartográficas.

Retrospecto geográfico

e cartográfico

Revista Marítima Brasileira

Relação, por autor, dos trabalhos de caráter geográfico publicados
na Revista Marítima Brasileira — [1881-1943]

III

(LETRAS M A P)

- M. A. — A baía do Rio de Janeiro, p. 477, 5.º v. — 2.º semestre 1889.
- MACEDO, — Z. C. de Araripe, Capitão de corveta — Os pontos de fantasias e de esquadria da época dos descobrimentos, p. 51 — v. 123 — 2.º semestre 1943.
- MACHADO, — Bento, 1.º trimestre — A comissão do cruzador Benjamim Constant à ilha da Trindade — p. 580 — v. 41, 2.º semestre 1902.
- MACHADO, — Bento, 1.º tenente — As conquistas geográficas do século XIX por Gilberto H. Grosveno, p. 205 — v. 43 — 2.º semestre 1903 (Trad.).
- MACHADO, — Bento, 1.º Capitão de mar e guerra — A expedição dos Dardanelos em 1915 — (Diário de bordo), p. 597 — v. 85 — 2.º semestre 1924.
- MARTINS, — Jorge Dodsworth, Capitão de corveta — Estradas aéreas do Atlântico, p. 773 — v. 95 — 2.º semestre 1929.
- MATOS, — E. A. Veríssimo de, 1.º tenente — *Revista de Revistas*: (Crônica marítima) Cartas aperfeiçoadas, p. 290 — v. 19 — 2.º semestre 1890.
Profundidades no Oceano Pacífico Ocidental — v. 19 — 2.º semestre 1890.
- MAURITI, — Cordovil — Capitão de fragata comandante — Relatório da comissão do monitor *Javari*, em viagem da Côte à ilha Grande, e vice-versa — 1881 — ps. 175, - 229 - 297 — v. 2 — 1.º semestre 1882.
- MONTEIRO, — J. C. Rêgo, Capitão-tenente — Prática de análise harmônica das marés, p. 1 047, v. 98 1.º semestre, 1931.
- M. P. G., — O *Trajano*, em viagem de instrução p. 493, v. 41, 2.º semestre 1902.
- MORSBACK, — Th. (Dr.) — Estudos sobre o clima da Província de Mato Grosso, p. 241, v. 15, 2.º semestre 1888.
- NOGUEIRA DA GAMA, — Manuel José, Capitão de mar e guerra — A baía da ilha Grande, p. 711 (Carta) v. 102, 1.º semestre 1932.
- NORONHA, — Júlio César de — Relatório da viagem de circunavegação da corveta *Vital de Oliveira*, por seu comandante — v. 1.º, 2.º semestre — 1881 — ps. 406 a 415, v. 2 — 1.º semestre 1882 — ps. 59, 145, 193, 318, 405 e 493, v. 3 — 2.º semestre 1882 — p. 9.
- NORONHA, — Carlos Frederico, Capitão de fragata — Regime das águas do alto Uruguai — p. 270, v. 4.º, 1.º semestre 1883.

- OLIVEIRA**, — A. de — *Notícias várias*: altura e duração de ondas marinhas, p. 156, v. 9, 2.º semestre 1885.
- OLIVEIRA**, — Vidal de — Neutralização do canal de Suez, p. 327, v. 16, 1.º semestre 1889.
- OLIVEIRA**, — Vidal de, *Revista de Revistas*: (Crônica marítima) Fôrça das vagas, p. 410, v. 17, 2.º semestre 1889; Correntes oceânicas, p. 424, v. 17, 2.º semestre 1889; Pressão do vento, p. 479, v. 17, 2.º semestre 1889.
- OLIVEIRA**, — Vidal de, Capitão - tenente — Fernando de Noronha p. 729 v. 41, 2.º semestre 1902.
- OLIVEIRA BELO**, — Luís Alves de, — Capitão de fragata — A descoberta do Brasil por Cabral, não foi obra do acaso — (Conferência) — p. 13 — (Carta) v. 115, 2.º semestre 1939.
- OLIVEIRA BELO**, L. A. — *Respiga*: Cantuária Guimarães, o geógrafo p. 380, v. 115 — 2.º semestre 1939 — Rio, 12 - 8 - 1939.
- OLIVEIRA BELO**, — Luís, — Capitão de fragata — As primitivas rotas comerciais marítimas — p. 2 445, v. 118, — 1.º semestre 1941.
- PACHECO**, — Orlando, Capitão - tenente *Revista de Revistas*: Os icebergs, p. 360, v. 61, 2.º semestre 1912.
- PALACIOS H** — D. Javier — A Argentina e seus progressos em 1928 — (Conferência realizada em Santiago do Chile pelo major e adido militar chileno na República Argentina D. Javier Palacios H.) (Abril de 1924), p. 1 053, v. 84, 1.º semestre 1924.
- PALHA**, — Garcês, — 1.º tenente *Crônica* — Comissão hidrográfica do Alert; Mares polares; — Cartas de navegação dando a direção e a intensidade dos ventos no Oceano Índico; — O Gulf - Stream e o Kouro, — Sivo — Ventos aliseos; p. 31, Expedições árticas; p. 98, Rocas; p. 343. O verão nos Estados Unidos; Expedição italiana ao pólo antártico — Rocas; p. 416 v. 1.º, 2.º semestre 1881.
- PALHA**, — Garcês — 1.º tenente — *Crônica* — Banco nas costas do Pará; p. 183 — Mares polares — Expedição polar do *Eira*; p. 285 — A defesa das costas nos Estados Unidos; p. 480 — v. 2, 1.º semestre 1882.
- PALHA**, — Garcês — 1.º tenente *Notícias várias*: As estações polares, p. 250, v. 5, 2.º semestre 1883; Os vulcões p. 537, v. 5, 2.º semestre 1883.
- PALHA**, — Garcês — 1.º tenente — *Crônica* — Expedições polares — p. 122 — O pólo do frio, p. 234 — Algumas observações no pólo, p. 317 — Corveta *Vidal de Oliveira* viagem de instrução 1881, p. 410. Desvio do Gulf - Stream — p. 516. Explorações polares — Divisão de evoluções. Itinerário — p. 630.
- PENALVA**, — Gastão — À volta do mundo, p. 1 201, v. 96 — 1.º semestre 1930.
- PENALVA**, — Gastão — A viagem do *Saldanha*, p. 2 627, in *Jornal do Brasil*, Rio, 29 - 1 - 1941. v. 118 — 1.º semestre 1941.
- PEREIRA**, — Luís Barroso, Capitão de fragata — Viagem da fragata *Niterói* (1823) ps. 137 — 210, v. 1, 2.º semestre 1881.
- PEREIRA**, — Brito, Capitão - tenente — O pôrto de Amarração (Estado do Piauí) p. 1 081, v. 50, 1.º semestre 1907.
- PEREIRA**, — Brito, Capitão - tenente — O pôrto de Pernambuco, p. 1 418, v. 50, 1.º semestre 1907.
- PEREIRA**, — F. Antônio, Capitão de corveta — *Noticiário marítimo*: O Pólo Sul, p. 412, v. 80, 1.º semestre 1922.
- PEREIRA CUNHA**, — J. N., Capitão de fragata — A barra do Rio Grande do Sul, p. 255 — v. 2, 1.º semestre 1882.
- PERRY**, — Otávio, Capitão de mar e guerra — Apontamentos sobre a barra do Rio Grande do Sul, p. 835, v. 90, 1.º semestre 1927.
- PETIT**, — Alfredo Cordovil, V. A. — Do estaciógrafo — (Notas para "Manual de Instrumentos") 4-7-921, p. 403, v. 79, 2.º semestre 1921.

- PETIT, — Alfredo Cordovil, V. A. —
Do erro nos levantamentos hidrográficos de pequena extensão, considerando plena a superfície projetada. Rio, 30 - 6 - 1921, p. v. 69, 2.º semestre 1921.
- PETIT, — A. Cordovil, Vice almirante —
“Impresiones sobre la República Argentina” — (Trad.) p. 609, v. 80, 1.º semestre 1922.
- PETIT, — A. Cordovil, Vice almirante —
Oceanografia, p. 779, v. 80, 1.º semestre 1922.
- PETIT, — A. Cordovil, Vice almirante —
Da escala — (Notas para “Manual de Instrumentos”) 18 - 4 - 1922, p. 805, v. 80, 1.º semestre 1922.
- PETIT, — Alfredo Cordovil, Vice almirante —
A meteorologia e a aviação, 25 - 1 - 1923, p. 1 203, v. 82, 1.º semestre 1923.
- PINA, — Armando. Capitão de corveta.
Pirapora a Belém do Pará) p. 401, v. 91, 2.º semestre 1927.
- PINHEIRO, — Adolfo, 1.º tenente —
Sobre as tempestades — (Teorias e novas discussões, ps. 2, 247, 373) — (Trad.) v. 16, 1.º semestre 1889).
- PÔRTO, — Santos, Capitão - tenente. —
Cais de Santos, p. 1 464 v. 40, 1.º semestre 1902.
- PÔRTO, — Santos, Capitão - tenente. —
O farol de Belmonte, p. 1 045 v. 40, 1.º semestre 1902.
- PÔRTO, — Santos, Capitão - tenente. —
Navegação na lagoa Mirim, p. 1 227, v. 40, 1.º semestre 1902.
- PÔRTO, — Santos, Capitão - tenente. —
Navegação na lagoa Mirim, p. 1 227, v. 40, 1.º semestre 1902.
- PÔRTO, — Santos, Capitão - tenente. —
Farol de Santana, p. 1 371, v. 40, 1.º semestre 1902.
- PROENÇA, — João Justino de, Capitão-tenente. Melhoramento do pôrto de Destêrro, p. 89, v. 6, 1.º semestre 1889.
- PROENÇA, — João Justino de, Capitão-tenente. O farol de São Francisco, p. 119, v. 11, 2.º semestre 1886.

(Continua no próximo número)

Mapoteca central do C. N. G.

CATÁLOGO GERAL

XII

MAPAS DE NS. 801 A 815

- 801 — Rio Paranapanema — Estado de São Paulo — 1: 10 000 — Raimundo Ribeiro Filho — 1928 — Dim: 0,666 x 0,960.
- 802 — Planta da cidade de São Paulo — 0,950 x 0,525 — 1: 50 000 — The São Paulo Tramway Light & Power Co. Ltd. — 1943.
- 803 — Rio Grande do Sul — Carta Geral do Estado — Fôlha Uruguaiana — 0,390 x 0,350 — Serviço Geográfico do Exército — 1940 — 1: 50 000.
- 804 — Cidade do Salvador e arredores — 0,430 x 0,490 — Serviço Geográfico do Exército — 1940 — 1: 50 000.
- 805 — Nova Iguaçu — 0,390 x 0,370 — 1: 50 000 — Serviço Geográfico do Exército — 1939.
- 806 — Guaratiba — 0,390 x 0,360 — 1: 50 000 — Serviço Geográfico do Exército — 1922.
- 807 — Restinga de Marambaia — 0,390 x 0,360 — 1: 50 000 — Serviço Geográfico do Exército — 1929.
- 808 — Estado de Santa Catarina — 0,380 x 0,430 — 1: 1 200 000 — Diretoria Geral de Terras — Cópia ozalide — 1914.
- 809 — Loil Map, Wheeler Country Texas — 0,782 x 0,800 — 1 inch — 1 mile U. S. Department of Agriculture.
- 810 — Portugal Continental, nova divisão administrativa — 0,460 x 0,730 — 1: 750 000 — T. Artur, G. Mendonça, C. Filipe, M. Sutil — Livraria Sá da Costa — Litografia Sales — 1937.
- 811 — The City of Rio de Janeiro — 0,820 x 0,570 — 1: 40 000 — Litografia Ipiranga — 1942.
- 812 — Sul de Mato Grosso, fôlha n.º 11 — 0,680 x 0,870 — 1: 1 000 000. Insp. de Fronteiras, Ministério da Guerra — 1931.
- 813 — Mapa de la región oeste del Meridiano — Argentina — 0,460 x 0,580 — 1: 2 000 000 — Dirección General de Yacimientos Petrolíferos, M. Agricultura — Guillermo Kraft Ltda. Buenos Aires — 1943.
- 814 — Plano Geral de Viação Férrea para o Oeste e Sul do Estado Minas Gerais — 0,820 x 0,650 — 1: 1 000 000 — 1889.
- 815 — Mapa rodoviário do Rio Grande do Sul — 0,730 x 0,900 — 1: 1 000 000 — 1939 — Touring Club do Brasil — Stapler Propaganda.

N.R. — O B. G. n.º 11 — ano I — publicou, uma relação dos mapas de ns. 751 a 800.

Leis e Resoluções

Legislação federal

Ementário dos decretos-leis publicados no mês de dezembro de 1944

- * Decreto-lei n.º 7 092, de 29 de novembro de 1944 — Anula decretos de reforma e aposentadoria, e dá outras providências.
“Diário Oficial” de 1-12-944.
- * Decreto-lei n.º 7 093, de 29 de novembro de 1944 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 155 120,00, à verba que especifica.
“Diário Oficial” de 1-12-944.
- * Decreto-lei n.º 7 094, de 29 de novembro de 1944 — Exclui do regime de fiscalização a empresa Pirelli S. A. Companhia Industrial Brasileira, com sede em São Paulo, e dá outras providências.
“Diário Oficial” de 1-12-944.
- * Decreto-lei n.º 7 097, de 30 de novembro de 1944 — Determina que a função de comandante da Escola de Aeronáutica é atinente ao posto de brigadeiro do ar.
“Diário Oficial” de 2-12-944.
- * Decreto-lei n.º 7 098, de 30 de novembro de 1944 — Abre ao Ministério da Guerra o crédito suplementar de Cr\$ 2 200 000,00, à verba que especifica.
“Diário Oficial” de 2-12-944.
- * Decreto-lei n.º 7 099, de 30 de novembro de 1944 — Abre ao Ministério da Marinha o crédito suplementar de Cr\$ 1 000 000,00, à verba que especifica.
“Diário Oficial” de 2-12-944.
- * Decreto-lei n.º 7 100, de 30 de novembro de 1944 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 1 000,000,00 para a Fábrica Nacional de Motores.
“Diário Oficial” de 2-12-944.
- * Decreto-lei n.º 7 101, de 30 de novembro de 1944 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 2 000 000,00, para prosseguimento da construção da rodovia Lorena - Itajubá.
“Diário Oficial” de 2-12-944.
- * Decreto-lei n.º 7 102, de 30 de novembro de 1944 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 15 000,00, à verba que especifica.
“Diário Oficial” de 4-12-944.
- * Decreto-lei n.º 7 103, de 30 de novembro de 1944 — Concede auxílio à Associação Brasileira de Normas Técnicas, e dá outras providências.
“Diário Oficial” de 2-12-944.
- * Decreto-lei n.º 7 104, de 30 de novembro de 1944 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito suplementar de Cr\$ 100 000,00, à verba que especifica.
“Diário Oficial” de 2-12-944.
- * Decreto-lei n.º 7 105, de 30 de novembro de 1944 — Cria cargos, suprime funções gratificadas no Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências.
“Diário Oficial” de 2-12-944.
- * Decreto-lei n.º 7 106, de 30 de novembro de 1944 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 15 000,50 à verba que especifica.
“Diário Oficial” de 2-12-944.
- * Decreto-lei n.º 7 107, de 30 de novembro de 1944 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$ 1 600,00, à verba que especifica.
“Diário Oficial” de 2-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 108, de 1.º de dezembro de 1944 — Desapropria para fins de utilidade pública, um terreno em Natal, Estado do Rio Grande do Norte.
“Diário Oficial” de 4-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 109, de 1.º de dezembro de 1944 — Autoriza a aquisição de terreno em Natal.
“Diário Oficial” de 4-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 110, de 4 de dezembro de 1944 — Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1944.
“Diário Oficial” de 13-12-944.

- Decreto-lei n.º 7 111, de 4 de dezembro de 1944**
— Prorroga o prazo a que se refere o art. 2.º do Decreto-lei n.º 6 589, de 15 de junho de 1944.
"Diário Oficial" de 6-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 112, de 4 de dezembro de 1944**
— Autoriza a emissão de "Letras do Tesouro".
"Diário Oficial" de 6-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 113, de 4 de dezembro de 1944**
— Eleva o limite de emissão de "Obrigações de Guerra" autorizada pelo Decreto-lei n.º 4 789, de 5 de outubro de 1942.
"Diário Oficial" de 6-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 114, de 4 de dezembro de 1944**
— Dispõe sobre a cobrança de "Obrigações de Guerra".
"Diário Oficial" de 6-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 115, de 4 de dezembro de 1944**
— Autoriza substituição de títulos do Tesouro Nacional.
"Diário Oficial" de 6-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 116, de 4 de dezembro de 1944**
Modifica a taxa cobrada à lã em bruto e em fio preparada em meadas, novelos, bobinas ou carretéis de qualquer qualidade.
"Diário Oficial" de 6-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 117, de 4 de dezembro de 1944**
— Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo Decreto-lei n.º 4 229, de 2 de abril de 1942, prorrogado pelo Decreto-lei n.º 6 037, de 25 de novembro de 1943.
"Diário Oficial" de 6-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 118, de 4 de dezembro de 1944**
— Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito suplementar de Cr\$ 77 000,00, à verba que indica.
"Diário Oficial" de 6-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 119, de 4 de dezembro de 1944**
Prorroga o disposto no Decreto-lei n.º 3 760, de 25 de outubro de 1944, sobre o aproveitamento de capitães de longo curso e de cabotagem já aposentados, e dá outras providências.
"Diário Oficial" de 6-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 120, de 4 de dezembro de 1944**
— Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.
"Diário Oficial" de 6-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 121, de 4 de dezembro de 1944**
— Transfere a Escola Técnica de Niterói para a cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro e a ela incorpora a Escola Industrial de Campos.
"Diário Oficial" de 6-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 122, de 4 de dezembro de 1944**
— Cria no Distrito Federal, dois estabelecimentos oficiais de ensino secundário.
"Diário Oficial" de 6-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 123, de 4 de dezembro de 1944**
— Aprova o Tratado de Amizade entre o Brasil e a China, firmado no Rio de Janeiro a 20 de agosto de 1943.
"Diário Oficial" de 6-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 124, de 4 de dezembro de 1944**
— Dispõe sobre o pessoal da Comissão Executiva da Pesca.
"Diário Oficial" de 6-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 125, de 4 de dezembro de 1944**
— Reorganiza o Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura e dá outras providências.
"Diário Oficial" de 6-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 126, de 6 de dezembro de 1944**
— Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 93 500,00, para o fim que especifica.
"Diário Oficial" de 6-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 127, de 7 de dezembro de 1944**
— Aprova o acórdão celebrado em 30 de novembro de 1944, entre os governos da União e o do Estado de São Paulo.
"Diário Oficial" de 9-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 128, de 7 de dezembro de 1944**
— Dispõe sobre a execução das leis de proteção ao trabalho no Estado de São Paulo e dá outras providências.
"Diário Oficial" de 9-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 129, de 7 de dezembro de 1944**
— Autoriza a garantia do Tesouro Nacional a uma operação de crédito em favor da Estrada de Ferro Central do Brasil.
"Diário Oficial" de 9-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 130, de 7 de novembro de 1944**
— Autoriza a garantia do Tesouro Nacional a uma operação de crédito em favor da Estrada de Ferro Central do Brasil e dá outras providências.
"Diário Oficial" de 9-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 131, de 7 de dezembro de 1944**
— Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 571 592,50, à verba que especifica.
"Diário Oficial" de 9-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 132, de 7 de dezembro de 1944**
— Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 7 000 000,00, à verba que especifica.
"Diário Oficial" de 9-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 133, de 7 de dezembro de 1944**
— Dispõe sobre a distribuição de créditos destinados a despesas de material da Casa da Moeda.
"Diário Oficial" de 9-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 134, de 7 de dezembro de 1944**
— Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 245 841,50, para pagamento de serviços e fornecimentos feitos ao Ministério da Agricultura em 1943.
"Diário Oficial" de 9-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 135, de 7 de dezembro de 1944**
— Concede à Sociedade Escolas e Ambulatórios São José, do Estado do Rio Grande do Norte, uso e gozo, a título precário, do terreno de marinha que menciona.
"Diário Oficial" de 9-12-944.

- Decreto-lei n.º 7 136, de 7 de dezembro de 1944**
— Autoriza a aceitação de doação de terreno feito à União pelo município de São João da Barra.
“Diário Oficial” de 9-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 137, de 7 de dezembro de 1944**
— Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 1 000 000,00, para auxílio à Fundação Abrigo Cristo Redentor.
“Diário Oficial” de 9-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 138, de 7 de dezembro de 1944**
— Autoriza o prefeito do Distrito Federal a exonerar a “Associação Aliança dos Cegos”, do pagamento do imposto que menciona.
“Diário Oficial” de 9-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 139, de 7 de dezembro de 1944**
— Autoriza o prefeito do Distrito Federal a conceder isenção dos impostos que menciona à “Casa São Luis para a Velhice”.
“Diário Oficial” de 9-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 140, de 7 de dezembro de 1944**
— Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito suplementar de Cr\$ 180 000,00, à verba que especifica.
“Diário Oficial” de 9-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 141, de 7 de dezembro de 1944**
— Altera as carreiras de Bibliotecário e Bibliotecário - auxiliar do Quadro Permanente do Ministério de Educação e Saúde e dá outras providências.
“Diário Oficial” de 9-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 141 “A”, de 7 de dezembro de 1944**
— Eleva para 90 dias o prazo de que trata o art. 12 do Decreto-lei n.º 7 024, de 6 de novembro de 1944.
“Diário Oficial” de 13-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 142, de 11 de dezembro de 1944**
— Restabelece cargo no Quadro III — Parte Suplementar do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.
“Diário Oficial” de 13-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 143, de 11 de dezembro de 1944**
— Autoriza reintegração em cargo vago do Quadro Suplementar do Ministério da Agricultura.
“Diário Oficial” de 13-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 144, de 11 de dezembro de 1944**
— Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 18 000 000,0 para pagamento de gratificações de representação.
“Diário Oficial” de 13-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 145, de 11 de dezembro de 1944**
— Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr\$ 78 802,00, à verba que especifica.
“Diário Oficial” de 13-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 146, de 12 de dezembro de 1944**
— Altera, sem aumento de despesas, o Orçamento Geral da República.
“Diário Oficial” de 14-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 147, de 12 de dezembro de 1944**
— Altera a organização do Serviço de Saúde da Aeronáutica e estabelece o efetivo do Quadro de Saúde da Aeronáutica.
“Diário Oficial” de 14-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 148, de 13 de dezembro de 1944**
— Autoriza o prefeito do Distrito Federal a doar terreno que menciona.
“Diário Oficial” de 15-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 149, de 13 de dezembro de 1944**
— Amplia, para seis meses, o prazo concedido pelo art. 3.º do Decreto n.º 16 461, de 29 de agosto de 1944.
“Diário Oficial” de 15-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 150, de 14 de dezembro de 1944**
— Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1 704 366,70 para despesas com trabalhadores destinados ao vale do Amazonas.
“Diário Oficial” de 16-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 151, de 14 de dezembro de 1944**
— Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito suplementar de Cr\$ 1 400,00, à verba que especifica.
“Diário Oficial” de 16-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 152, de 14 de dezembro de 1944**
— Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 5 000,00, à verba que especifica.
“Diário Oficial” de 16-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 153, de 14 de dezembro de 1944**
— Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 1 100 000,00, à verba que especifica.
“Diário Oficial” de 16-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 154, de 14 de dezembro de 1944**
— Dispõe sobre o regime de previdência dos servidores públicos dos Estados, Municípios e Territórios e da Prefeitura do Distrito Federal.
“Diário Oficial” de 16-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 155, de 14 de dezembro de 1944**
— Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 90 000,00, à verba que especifica.
“Diário Oficial” de 16-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 156, de 14 de dezembro de 1944**
— Autoriza o prefeito do Distrito Federal a realizar a permuta dos terrenos que menciona.
“Diário Oficial” de 16-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 157, de 14 de dezembro de 1944**
— Manda abolir a taxa constante da tabela C — item XI —, n.º 241, do Decreto-lei n.º 2 740, de 24 de novembro de 1940, na parte que menciona.
“Diário Oficial” de 16-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 158, de 14 de dezembro de 1944**
— Prorroga até 30 de junho de 1945 as disposições dos Decretos-leis ns. 6 364, de 23 de março e 6 612, de 22 de junho, todos de 1944.
“Diário Oficial” de 16-12-944.

- Decreto-lei n.º 7 159, de 14 de dezembro de 1944**
— Abre ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 36 000,00, à verba que especifica.
“Diário Oficial” de 16-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 160, de 14 de dezembro de 1944**
— Abre ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 5 000,00 à verba que especifica.
“Diário Oficial” de 16-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 161, de 14 de dezembro de 1944**
— Altera, sem aumento de despesa, o orçamento geral da República.
“Diário Oficial” de 16-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 162, de 14 de dezembro de 1944**
— Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo Decreto-lei n.º 5 374, de 5 de abril de 1943.
“Diário Oficial” de 16-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 163, de 14 de dezembro de 1944**
— Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo Decreto-lei n.º 4 446, de 8 de julho de 1942.
“Diário Oficial” de 16-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 164, de 15 de dezembro de 1944**
— Autoriza a permuta de terrenos em Niterói, Estado do Rio de Janeiro.
“Diário Oficial” de 18-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 165, de 15 de dezembro de 1944**
— Suprime cargo no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde.
“Diário Oficial” de 16-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 166, de 15 de dezembro de 1944**
— Extingue o Hospital Militar de Teófilo Otoni.
“Diário Oficial” de 18-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 167, de 16 de dezembro de 1944**
— Dispõe sobre o pessoal da Comissão de Marinha Mercante.
“Diário Oficial” de 22-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 168, de 16 de dezembro de 1944**
— Altera a carreira de Técnico de Educação Rural do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e dá outras providências.
“Diário Oficial” de 19-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 169, de 16 de dezembro de 1944**
— Cria e suprime função gratificada no Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências.
“Diário Oficial” de 19-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 170, de 19 de dezembro de 1944**
— Concede à entidade a que se refere o Decreto-lei n.º 6 693, de 14 de julho de 1944, isenção de todos os impostos.
“Diário Oficial” de 19-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 171, de 19 de dezembro de 1944**
— Dispõe sobre o pessoal da Caixa Econômica Federal de Minas Gerais.
“Diário Oficial” de 26-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 172, de 19 de dezembro de 1944**
— Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 25 000,00, para pagamento de gratificação de representação.
“Diário Oficial” de 21-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 173, de 19 de dezembro de 1944**
— Transfere a Estrada de Ferro Tocantins para a administração da Fundação Brasil Central e dá outras providências.
“Diário Oficial” de 21-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 174, de 19 de dezembro de 1944**
— Autoriza o Ministério da Fazenda a transferir gratuitamente, sob condições, à Academia Brasileira de Letras, o domínio útil da área de terreno acrescida de marinha que menciona, desmembrada do próprio nacional sob a jurisdição do Conselho Federal de Comércio Exterior e situado no Distrito Federal e dá outras providências.
“Diário Oficial” de 21-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 175, de 20 de dezembro de 1944**
— Dispõe sobre o pessoal do Departamento Nacional do Café.
“Diário Oficial” de 21-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 176, de 20 de dezembro de 1944**
— Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 146 900,00, para despesas decorrentes de auxílio especial e de indenizações.
“Diário Oficial” de 22-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 177, de 21 de dezembro de 1944**
— Altera o efetivo do Quadro de Oficiais do Corpo da Armada, e dá outras providências.
- Decreto-lei n.º 7 178, de 21 de dezembro de 1944**
— Dispõe sobre a aposentadoria do embalsador Luis Martins de Sousa Dantas.
“Diário Oficial” de 23-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 179, de 21 de dezembro de 1944**
— Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 6 040 251,80, para pagamento de notas do papel moeda.
“Diário Oficial” de 23-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 180, de 21 de dezembro de 1944**
— Dá nova redação ao art. 7.º do Decreto-lei n.º 4 655, de 3 de setembro de 1942.
“Diário Oficial” de 23-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 181, de 21 de dezembro de 1944**
— Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo Decreto-lei n.º 5 212, de 21 de janeiro de 1943.
“Diário Oficial” de 23-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 182, de 21 de dezembro de 1944**
— Transfere do Ministério da Agricultura para a Prefeitura do Distrito Federal a administração, fiscalização e conservação da Floresta da Tijuca.
“Diário Oficial” de 23-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 183, de 22 de dezembro de 1944**
— Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 28 000 000,00 para aquisição de material destinado à cunhagem de moedas e ao aparelhamento das oficinas da Casa da Moeda e dá outras providências.
“Diário Oficial” de 23-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 184, de 22 de dezembro de 1944**
— Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 11 400 000,00, à verba que especifica.
“Diário Oficial” de 26-12-944.

- Decreto-lei n.º 7 185, de 22 de dezembro de 1944**
— Destaca a importância de Cr\$ 4 127 646,60, para liquidação de dívidas relacionadas e dá outras providências.
"Diário Oficial" de 26-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 186, de 22 de dezembro de 1944**
— Abre ao Ministério da Guerra o crédito suplementar de Cr. 91 740,00, à verba que especifica.
"Diário Oficial" de 26-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 187, de 22 de dezembro de 1944**
— Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 2 091,00, para pagamento de diferença de vencimentos.
"Diário Oficial" de 26-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 188, de 22 de dezembro de 1944**
— Prorroga a vigência do crédito aberto pelo art. 2.º do Decreto-lei n.º 6 646, de 29 de junho de 1944.
"Diário Oficial" de 26-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 189, de 22 de dezembro de 1944**
— Altera no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a carreira de Dactiloscopista do Quadro Permanente e transforma a carreira de Dactiloscopista do Quadro Suplementar de Dactiloscopista-auxiliar.
"Diário Oficial" de 26-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 191, de 23 de dezembro de 1944**
— Orçamento Geral da República para 1945.
"Diário Oficial" de 30-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 192, de 23 de dezembro de 1944**
— Dispõe sobre a administração fiscal dos Territórios Federais e dá outras providências.
"Diário Oficial" de 27-12-944
- Decreto-lei n.º 7 193, de 26 de dezembro de 1944**
— Dispõe sobre o pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul.
"Diário Oficial" de 28-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 194, de 26 de dezembro de 1944**
— Dispõe sobre o pessoal da Caixa Econômica Federal do Paraná.
"Diário Oficial" de 28-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 195, de 26 de dezembro de 1944**
— Dispõe sobre a contribuição do pessoal da Justiça Militar para o Montepio Militar.
"Diário Oficial" de 28-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 196, de 27 de dezembro de 1944**
— Altera o art. 7.º do Decreto-lei n.º 4 953, de 13 de novembro de 1942.
"Diário Oficial" de 29-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 197, de 27 de dezembro de 1944**
— Estabelece a classificação comercial de lã de ovinos e dispõe sobre o comércio dessa matéria prima.
"Diário Oficial" de 29-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 198, de 27 de dezembro de 1944**
— Estende ao Corpo de Bombeiros e à Polícia Militar do Distrito Federal o disposto no art. 201 do Decreto-lei n.º 2 186, de 13 de maio de 1940.
"Diário Oficial" de 29-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 199, de 28 de dezembro de 1944**
— Autoriza a concessão de subvenção à Fundação Brasil-Central.
"Diário Oficial" de 30-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 200, de 28 de dezembro de 1944**
— Cria a carreira de Oficial Administrativo no Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público.
"Diário Oficial" de 30-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 201, de 28 de dezembro de 1944**
— Autoriza o prefeito do Distrito Federal a conceder a isenção que menciona.
"Diário Oficial" de 30-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 202, de 28 de dezembro de 1944**
— Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 557 362,00, à verba que especifica.
"Diário Oficial" de 30-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 203, de 28 de dezembro de 1944**
— Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 28 447,80 para pagamento de fornecimentos feitos em 1930 .
"Diário Oficial" de 30-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 204, de 29 de dezembro de 1944**
— Autoriza o emprêgo de borracha sintética na indústria nacional e dá outras providências.
"Diário Oficial" de 30-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 207, de 29 de dezembro de 1944**
— Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 81 000,00, para pagamento de vantagens, e dá outras providências.
"Diário Oficial" de 30-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 208, de 29 de dezembro de 1944**
— Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo Decreto-lei n.º 4 818, de 8 de outubro de 1942.
"Diário Oficial" de 30-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 213, de 30 de dezembro de 1944**
— Orça a receita e fixa a despesa do "Plano de Obras e Equipamentos" para o exercício de 1945.
"Diário Oficial" de 30-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 214, de 30 de dezembro de 1944**
— Abre ao Ministério de Educação e Saúde o crédito suplementar de Cr\$ 19 200,00, à verba que especifica.
"Diário Oficial" de 30-12-944.
- Decreto-lei n.º 7 215, de 30 de dezembro de 1944**
— Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 62 400,00, à verba que especifica.
"Diário Oficial" de 30-12-944.

Os Decretos-leis ns. 7 190, 7 205, 7 206 e 7 209 a 7 212 ainda não foram publicados.



Assine a "Revista Brasileira de Geografia" para receber em sua casa a melhor publicação periódica sobre a geografia do Brasil.

Íntegra da legislação de interêsse geográfico

Decretos-leis

Decreto-lei n.º 7 125, de 4 de dezembro de 1944

Reorganiza o Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — O Serviço de Estatística da Produção (S.E.P.), subordinado administrativamente ao ministro da Agricultura e obediente à orientação técnica do Conselho Nacional de Estatística, constitui um dos órgãos executivos centrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.) e tem por finalidade levantar as estatísticas referentes à exploração direta do solo e do subsolo e ao beneficiamento ou à transformação imediata e final dos produtos agrícolas, pastoris extrativos, bem como coordenar e sistematizar as estatísticas fisiográficas em geral e divulgar, em publicações próprias, ou por intermédio do S.D. ou do I.B.G.E., os resultados dos seus trabalhos.

Art. 2.º — O S.E.P. compreende:

Secção da Produção Extrativa (S.P.E.)
Secção da Produção Agro-Pecuária (S.A.P.)
Secção do Cadastro Rural (S.C.R.)
Secção de Estudos e Análises (S.E.A.)
Secção de Administração (S.A.)
Secção de Mecanização (S.M.).

Art. 3.º — O S.E.P. terá os pormenores de sua organização e as normas para o seu funcionamento estabelecidos em regimento.

Art. 4.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Apolônio Sales.

(D.O. — 6-12-944).

★

Decreto-lei n.º 7 173, de 19 de dezembro de 1944

Transfere a Estrada de Ferro Tocantins para a administração da Fundação Brasil Central e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e de acordo com o que consta do processo n.º 11 936-44, do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas, decreta:

Art. 1.º — Passa a ser exercida pela Fundação Brasil Central, instituída pelo Decreto-lei n.º 5 878, de 4 de outubro de 1943, a administração da Estrada de Ferro Tocantins, na parte em tráfego e em construção.

Parágrafo único — Esta transferência é realizada sem ônus para a Fundação Brasil Central.

Art. 2.º — O Governo Federal abrirá no próximo exercício o crédito especial necessário ao prosseguimento da construção do trecho de Jatobal a Praia da Rainha.

Art. 3.º — A Fundação Brasil Central administrará livremente a Estrada de Ferro Tocantins, ficando para isso investida de todos os poderes necessários, inclusive o de designar e dispensar pessoal, ressalvados todos os direitos dêste na data do presente decreto-lei.

Art. 4.º — O Ministério da Viação e Obras Públicas fica autorizado a assinar com a Fundação Brasil Central o contrato que regulará e efetivará a transferência, bem como os ajustes sobre execução de serviços destinados ao desenvolvimento da rede da referida estrada.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
João de Mendonça Lima.
A. de Sousa Costa.

(D.O. — 21-12-944).

★

Decreto-lei n.º 7 182, de 21 de dezembro de 1944

Transfere do Ministério da Agricultura para a Prefeitura do Distrito Federal a administração, fiscalização e conservação da Floresta da Tijuca

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Ficam transferidas do Ministério da Agricultura para a Prefeitura do Distrito Federal a administração, fiscalização e conservação da Floresta da Tijuca, formada pelas matas que começam no Alto da Boa Vista (praça Afonso Viseu) no início da estrada da Cascatinha, seguindo rumo N S até o alto da Pedra do Conde, descendo, até o local denominado Excelsior e daí até o pico da Tijuca, correndo pelas vertentes até o Bico do Papagaio, descendo até encontrar a estrada da Paz a 750 metros (setecentos e cinquenta metros) do açude da Solidão. Daí seguindo a linha divisória pelo lado esquerdo da estrada da Paz até o açude da Solidão, seguindo ainda a divisa pelo lado esquerdo da estrada do Açude até encontrar as propriedades particulares da mesma estrada. O fechamento desta área segue pela divisa das propriedades particulares até a estrada da Cascatinha no Alto da Boa Vista.

Art. 2.º — O Ministério da Agricultura entregará à Prefeitura do Distrito Federal os

prédios da referida área, que ficarão sob a administração da Prefeitura, a quem caberá a reconstrução e conservação dos mesmos.

Art. 3.º — Fica o Ministério da Agricultura desobrigado da fiscalização das matas e mananciais nesse perímetro que ficou sob a guarda e responsabilidade da Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 4.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Alexandre Marcondes Filho
Apolônio Sales.

(D.O. — 23-12-944).

★

Decreto-lei n.º 7 192, de 23 de dezembro de 1944

Dispõe sobre a administração fiscal dos Territórios Federais e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica revogado o art. 1.º do Decreto-lei n.º 6 269, de 14 de fevereiro de 1944.

Art. 2.º — A partir de 1 de janeiro de 1945 reverterão à competência privativa da União os tributos e as rendas estaduais cobradas nas áreas transformadas nos Territórios Federais de Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçú.

Parágrafo único — Os tributos que a União ou os municípios tiverem recebido, até 31 de dezembro de 1944, ficarão definitivamente incorporados às respectivas receitas, valendo a quitação dada pela repartição arrecadadora competente até essa data.

Art. 3.º — Aos municípios situados nos Territórios Federais de Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçú, além dos 50% do imposto de indústrias e profissões lançado pela União, pertencem:

- I — o imposto de licença;
- II — o imposto predial e o territorial urbanos;
- III — os impostos sobre diversões públicas;
- IV — as taxas sobre serviços municipais.

Art. 4.º — Na cobrança dos tributos referidos no art. 2.º, exceto o de vendas e consignações, serão aplicados as leis, os decretos, os regulamentos, as resoluções e decisões em vigor nos respectivos Estados, na data em que foram criados os Territórios.

Parágrafo único — Nos Territórios de Guaporé e Iguaçú, constituídos de áreas desmembradas de dois Estados, vigorarão em cada caso as taxas e tabelas mais módicas.

Art. 5.º — O imposto de vendas e consignações será cobrado, em todos os Territórios Federais, de acordo com os dispositivos ainda em vigor do Decreto n.º 22 061, de 9 de novem-

bro de 1932, da Lei n.º 187, de 15 de janeiro de 1936 e do Decreto-lei n.º 915, de 1 de dezembro de 1938.

Parágrafo único — O imposto de vendas e consignações será cobrado à razão de Cr\$ 12,50 por Cr\$ 1 000,00 ou fração, tanto nas vendas a prazo como nas vendas à vista.

Art. 6.º — A partir de 1 de janeiro de 1945 cessará a cobrança das taxas de serviços que pertenciam aos Estados.

Art. 7.º — Será transferido às repartições fiscais da União, na primeira quinzena de janeiro de 1945, o serviço de arrecadação das rendas constantes do art. 2.º, inclusive os arquivos das antigas exatarias estaduais.

Art. 8.º — Os funcionários estaduais incumbidos da arrecadação de rendas serão aproveitados pelo governo do Território, de acordo com seus direitos, nos termos da legislação estadual. Os que não puderem ser aproveitados serão postos em disponibilidade, na forma da lei.

Art. 9.º — Este decreto-lei entrará em vigor no dia 1 de janeiro de 1945.

Art. 10 — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Alexandre Marcondes Filho
A. de Sousa Costa.

(D.O. — 27-12-944).

★

Decreto-lei n.º 7 199, de 28 de dezembro de 1944

Autoriza a concessão de subvenção à Fundação Brasil Central

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e tendo em vista o Decreto-lei n.º 5 878, de 4 de outubro de 1943, decreta:

Art. 1.º — Fica autorizada a concessão, por intermédio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de uma subvenção em favor da Fundação Brasil Central, até o máximo de quinze milhões de cruzeiros (Cr\$ 15 000 000,00) anuais.

Parágrafo único — A subvenção será arbitrada anualmente pelo Presidente da República, tendo em vista os programas de trabalho apresentados pela referida Fundação.

Art. 2.º — Para pagamento da subvenção anual que for concedida nos termos deste decreto-lei, consignará o Orçamento Geral da República a respectiva dotação, no Anexo correspondente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 3.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Alexandre Marcondes Filho

(D.O. — 30-12-944).

★

Decretos

Decreto n.º 17 012, de 27 de outubro de 1944

Aprova o regimento do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda

(Publicado no *Diário Oficial* — Secção I — de 30-X-944)

RETIFICAÇÃO

No regimento, por haver sido omitido o n.º 11 na numeração dos artigos, diminua-se de uma unidade os de números 12 a 27.

★

Decreto n.º 17 259, de 28 de novembro de 1944

Concede reconhecimento aos cursos de filosofia, matemática, física, química, geografia e história, letras clássicas, letras neo-latinas e letras anglo-germânicas mantidos pela Faculdade de Filosofia do Instituto La-Fayette

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra *a*, da Constituição e nos termos do art. 23 do Decreto-lei n.º 421, de 11 de maio de 1938:

Resolve conceder reconhecimento aos cursos de filosofia, matemática, física, química, geografia e história, letras clássicas, letras neo-latinas e letras anglo-germânicas mantidos pela Faculdade de Filosofia do Instituto La-Fayette, com sede no Distrito Federal.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Gustavo Capanema.

(D.O. — 7-12-944).

★

Decreto n.º 17 288, de 4 de dezembro de 1944

Aprova o regimento do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra *a*, da Constituição, decreta :

Art. 1.º — Fica aprovado o regimento do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, que, assinado pelo respectivo ministro de Estado, com este baixa.

Art. 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Apolônio Sales.

☆

REGIMENTO DO SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO

CAPÍTULO I

Da finalidade

Art. 1.º — O Serviço de Estatística da Produção (S.E.P.), subordinado administrativamente ao ministro da Agricultura e obediente à orientação técnica do Conselho Nacional de

Estatística, constitui um dos órgãos executivos centrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.) e tem por finalidade levantar as estatísticas referentes à exploração direta do solo e do subsolo e ao beneficiamento ou à transformação imediata e final dos produtos agrícolas, pastoris e extrativos, bem como coordenar e sistematizar as estatísticas fisiográficas em geral e divulgar, em publicações próprias, ou por intermédio do S.D. ou do I.B.G.E., os resultados dos seus trabalhos.

CAPÍTULO II

Da organização

Art. 2.º — O S.E.P. compreende:

Secção da Produção Extrativa (S.P.E.)
Secção da Produção Agro-Pecuária (S.A.P.)
Secção do Cadastro Rural (S.C.R.)
Secção de Estudos e Análises (S.E.A.)
Secção de Administração (S.A.)
Secção de Mecanização (S.M.).

Art. 3.º — As secções terão chefes designados na forma deste regimento.

Art. 4.º — O diretor terá um secretário, escolhido dentre funcionários públicos.

Art. 5.º — Os órgãos que integram o S.E.P. funcionarão perfeitamente coordenados, em regime de mútua colaboração, sob a orientação do diretor.

CAPÍTULO III

Da competência dos órgãos

Art. 6.º — Compete à S.P.E.: — proceder à coleta de dados e efetuar a crítica dos mesmos, com o fim de apurar e elaborar as estatísticas referentes aos seguintes assuntos:

I — extração e beneficiamento de minerais não metálicos;

II — indústria da cerâmica e dos artefatos de barro;

III — fabricação de cimento e de cal;

IV — engarramento de águas minerais;

V — mineração;

VI — indústria metálica nos estabelecimentos que se dediquem à redução de minérios ou à laminação de metais;

VII — extração e beneficiamento de matérias primas vegetais;

VIII — indústria da madeira, na parte relativa às serrarias;

IX — indústria de óleos e essências vegetais;

X — indústria da pesca e produtos derivados.

XI — Indústria de caça e derivados.

Parágrafo único — A S.P.E. compete, ainda, realizar pesquisas estatísticas relativas aos demais fatos concernentes à exploração direta do solo e do subsolo e ao beneficiamento de produtos extrativos, respeitadas, porém, as atribuições das outras secções do S.E.P. e das demais repartições centrais do sistema estatístico federal.

Art. 7.º — Compete à S.A.P.: — proceder à coleta de dados e efetuar a crítica dos mesmos, com o fim de apurar e elaborar as estatísticas referentes aos seguintes assuntos:

- I — produção agrícola, *in-natura*;
- II — beneficiamento dos produtos agrícolas;
- III — produção agrícola transformada;
- IV — produção pecuária e efetivo dos rebanhos;
- V — indústria da carne e produtos derivados;
- VI — indústria dos curtumes;
- VII — produção de leite e fabricação de laticínios;
- VIII — produção avícola;
- IX — produção apícola;
- X — produção sericícola;
- XI — salários agrícolas;
- XII — preços dos produtos agrícolas.

Parágrafo único — A S.A.P. compete, ainda, realizar pesquisas estatísticas relativas aos demais fatos concernentes à exploração direta do solo e ao beneficiamento de produtos agrícolas ou pastoris, respeitadas, porém, as atribuições das outras secções do S.E.P. e das demais repartições centrais do sistema estatístico federal.

Art. 8.º — Compete à S.C.R.:

I — proceder à coleta de dados e efetuar a crítica dos mesmos, com o fim de apurar e elaborar as estatísticas referentes às propriedades rurais e às cooperativas;

II — organizar e manter atualizado o cadastro das propriedades rurais, estudadas quanto à extensão, revestimento florístico, valor, modalidade de exploração, instalações e equipamento e população.

Art. 9.º — Compete à S.E.A.:

I — proceder à análise dos trabalhos estatísticos realizados pelas outras secções;

II — Elaborar trabalhos expositivos ou analíticos sobre as estatísticas a cargo do Serviço;

III — preparar trabalhos cartográficos para atender a determinações recebidas ou a solicitações da Secretaria Geral do I.B.G.E., bem como estudar e executar trabalhos destinados a repartições do Ministério e outras da Administração Federal, desde que os assuntos se enquadrem nas atribuições do S.E.P. e não haja prejuízo para os seus serviços normais;

IV — coordenar os dados coligidos ou elaborados por outros órgãos da Administração Pública ou por particulares, relativos às estatísticas fisiográficas e efetuar-lhes a competente síntese;

V — elaborar trabalhos para atender a consultas e que exijam apurações especiais de elementos de que disponha o S.E.P., ou que possam ser encontrados em qualquer outra fonte;

VI — planejar e executar desenhos, pinturas e trabalhos de caligrafia e cartografia, que se relacionem com as atividades do Serviço;

VII — preparar as publicações técnicas do Serviço destinadas à divulgação estatística, no país e no estrangeiro, ou à documentação privativa da repartição;

VIII — preparar a contribuição do Serviço às publicações próprias do I.B.G.E.;

IX — organizar e executar trabalhos gráficos destinados a figurar em feiras, exposições e outros certames, nacionais ou internacionais, a que o Serviço deva comparecer;

X — organizar ou rever os planos necessários aos trabalhos técnicos do Serviço, de acôrdo com as instruções especiais do diretor;

XI — realizar inquéritos ou pesquisas especiais que não sejam da competência das outras secções;

XII — organizar, registrar e conservar a documentação gráfica do Serviço;

XIII — organizar e manter em dia a documentação informativa, doutrinária, técnica ou científica e colecionar cópias dos trabalhos elaborados pelo Serviço, recortes de jornais, publicações e quaisquer informações necessárias aos interesses da repartição.

Art. 10 — Compete à S.A.:

I — promover medidas preliminares necessárias à administração do pessoal, material, orçamento e comunicações, funcionando articulada com o Departamento de Administração do Ministério, e observando as normas e métodos de trabalho por este prescritos;

II — manter atualizada a relação das instituições nacionais e estrangeiras, para remessa e intercâmbio de publicações.

Art. 11 — Compete à S.M.: — executar os serviços mecanizados relativos aos dados coletados pelas secções do Serviço.

Parágrafo único — No interesse do serviço público e respeitadas as necessidades do S.E.P., o equipamento mecânico desta secção poderá servir a outras repartições.

CAPÍTULO IV

Das atribuições do pessoal

Art. 12 — Ao diretor incumbe:

I — orientar e coordenar as atividades do Serviço;

II — despachar, pessoalmente, com o ministro de Estado;

III — baixar portarias, instruções e ordens de serviço;

IV — comunicar-se diretamente, sempre que o interesse do serviço o exigir, com quaisquer autoridades públicas, exceto com os ministros de Estado, caso em que deverá fazê-lo por intermédio do ministro de Estado da Agricultura;

V — assegurar estreita colaboração entre o S.E.P. e as repartições centrais e regionais do sistema estatístico brasileiro;

VI — executar e fazer executar as Resoluções do Conselho Nacional de Estatística;

VII — submeter, anualmente, ao ministro de Estado, o plano de trabalho do Serviço;

VIII — apresentar, anualmente, ao ministro de Estado, o relatório sobre as atividades do Serviço;

IX — propor ao ministro de Estado as providências necessárias ao aperfeiçoamento do Serviço;

X — reunir, periódicamente, os chefes das secções, para discutir e assentar providências relativas ao Serviço, e comparecer às reuniões para as quais seja convocado pelo ministro de Estado;

XI — aprovar planos de trabalho, pesquisas e estudos sobre assuntos estatísticos;

XII — opinar em todos os assuntos relativos às atividades da repartição, dependentes de solução de autoridades superiores, e resolver os demais ouvidos os órgãos que compõem o Serviço;

XIII — organizar, conforme as necessidades do serviço, turmas de trabalho com horário especial;

XIV — determinar ou autorizar a execução de serviço externo;

XV — fazer publicar os trabalhos elaborados pelo Serviço;

XVI — admitir e dispensar, na forma da legislação, o pessoal extranumerário;

XVII — designar e dispensar os ocupantes de funções gratificadas e seus substitutos eventuais;

XVIII — movimentar, de acôrdo com a conveniência do serviço, o pessoal lotado;

XIX — expedir boletins de merecimento dos funcionários que lhe forem diretamente subordinados;

XX — organizar e alterar a escala de férias do pessoal que lhe fôr diretamente subordinado e aprovar a dos demais servidores;

XXI — elogiar e aplicar penas disciplinares, inclusive a de suspensão até 30 dias, aos servidores lotados no Serviço e propor ao ministro de Estado a aplicação de penalidade que exceder de sua alçada;

XXII — determinar a instauração de processo administrativo;

XXIII — antecipar, ou prorrogar, o período normal de trabalho.

Art. 13 — Aos chefes de secção incumbe:

I — dirigir e fiscalizar os trabalhos da respectiva secção;

II — distribuir os trabalhos ao pessoal que lhes fôr subordinado;

III — orientar a execução dos trabalhos e manter a coordenação entre os elementos componentes da respectiva secção, determinando as normas e métodos que se fizerem aconselháveis;

IV — despachar, pessoalmente, com o diretor do Serviço;

V — apresentar, mensalmente, ao diretor, um boletim dos trabalhos da respectiva secção e, anualmente, um relatório dos trabalhos realizados, em andamento e planejados;

VI — propor ao diretor medidas convenientes à boa execução dos trabalhos;

VII — responder às consultas que lhes forem feitas por intermédio do diretor, sôbre assuntos que se relacionem com as suas atribuições;

VIII — distribuir o pessoal, de acôrdo com a conveniência do serviço;

IX — expedir boletins de merecimento dos funcionários que lhes forem diretamente subordinados;

X — organizar e submeter à aprovação do diretor, a escala de férias do pessoal que lhes fôr subordinado, bem como as alterações subsequentes;

XI — aplicar penas disciplinares, inclusive de suspensão até 15 dias, aos subordinados, e propor ao diretor a aplicação de penalidade que escape à sua alçada;

XII — velar pela disciplina e manutenção do silêncio nos recintos de trabalho.

Art. 14 — Aos chefes das S.P.E., S.A.P., S.C.R. e S.E.A. incumbe, além do enumerado no artigo anterior:

I — organizar, anualmente, o plano de trabalho da secção e submetê-lo à aprovação do diretor;

II — organizar projetos ou pareceres sôbre assuntos da secção, que tenham de ser encaminhados ao estudo do Conselho Nacional de Estatística (C.N.E.);

III — contribuir para as publicações relativas às atividades do S.E.P., com monografias ou memórias que expressem os resultados das pesquisas estatísticas da secção;

IV — elaborar, segundo a competência atribuída à respectiva secção, trabalhos especiais destinados aos órgãos técnicos do Ministério e a instituições nacionais ou estrangeiras, públicas ou particulares, e sugerir ao diretor o expediente necessário à entrega ou remessa dos mesmos;

V — organizar os originais da série especial de tabelas sistemáticas, destinadas ao *Anuário Estatístico do Brasil*, às sinopses regionais, ou a quaisquer outras publicações para as quais contribuam o S.E.P. e o I.B.G.E.;

VI — propor ao diretor os servidores que poderão ser designados para executar, fora da repartição, serviços de coleta e outros de interesse da secção.

Art. 15 — Ao secretário incumbe:

I — atender às pessoas que desejarem comunicar-se com o diretor, encaminhando-as ou dando a êste conhecimento do assunto a tratar;

II — representar o diretor, quando para isso fôr designado;

III — redigir a correspondência pessoal do diretor.

Art. 16 — Aos demais servidores, sem funções especificadas neste regimento, incumbe executar os trabalhos que lhes forem determinados pelos seus superiores imediatos.

CAPÍTULO V

Da lotação

Art. 17 — O Serviço terá a lotação aprovada em decreto.

Parágrafo único — Além dos funcionários constantes da lotação, o Serviço poderá ter pessoal extranumerário.

CAPÍTULO VI

Do horário

Art. 18 — O horário normal de trabalho será fixado pelo diretor, respeitado o número de horas semanais ou mensais estabelecido para o Serviço Público Civil.

Art. 19 — O horário do pessoal designado para serviço externo será estabelecido de acôrdo com as exigências dos trabalhos, observado o mínimo de horas semanais ou mensais estabelecido para o Serviço Público Civil, sendo a frequência apurada por meio de boletins diários de produção.

Art. 20 — O diretor não fica sujeito a ponto, devendo, porém, observar o horário fixado.

CAPÍTULO VII

Das substituições

Art. 21 — Serão substituídos, automaticamente, em suas faltas e impedimentos eventuais, até 30 dias:

I — o diretor, por um dos chefes de secção de sua indicação e designado pelo ministro de Estado;

II — os chefes de secção, por servidores designados pelo diretor, mediante indicação do respectivo chefe.

Parágrafo único — Haverá, sempre, servidores previamente designados para as substituições de que trata êste artigo.

CAPÍTULO VIII

Disposições gerais

Art. 22 — Mediante instruções de serviço do respectivo chefe, as secções poderão desdobrar-se em turmas.

Art. 23 — Nenhum servidor poderá fazer publicações e conferências ou dar entrevistas sobre assuntos que se relacionem com a organização e as atividades do Serviço, sem autorização escrita do diretor.

Art. 24 — Os trabalhos realizados no S. E. P. poderão ser publicados, desde que para isso haja autorização do diretor, em revistas científicas nacionais ou estrangeiras, constando, porém, como único subtítulo, a expressão "Trabalho do Serviço de Estatística da Produção".

Art. 25 — A juízo do diretor poderão ser incluídos, em publicações do S. E. P., trabalhos relevantes de técnicos estranhos ao mesmo, quando se referirem a assuntos relacionados com as suas atividades.

"Diário Oficial" de 6-12-944.

★

Decreto n.º 17 382, de 18 de dezembro de 1944

Proíbe o funcionamento da Faculdade de Engenharia da Capital Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra a, da Constituição e nos termos do art. 23 do Decreto-lei n.º 421, de 11 de maio de 1938:

Resolve:

Proibir o funcionamento da Faculdade de Engenharia da Capital Federal, com sede no Distrito Federal.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

"Diário Oficial" de 20-12-944.

★

ATOS DIVERSOS

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Aviso n.º 96

Ao Senhor Diretor Geral do Pessoal:

Tendo o coronel aviador Lísias Augusto Rodrigues apresentado o relatório sobre a II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, reunião em que tomou parte representando a Aeronáutica, aprez-me louvá-lo pelo trabalho apresentado que revela a dedicação ao serviço e à cultura de quem o elaborou.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1944. — *Salgado Filho.*

"Diário Oficial" de 11-12-944.

★

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Portaria n.º 893, de 18 de dezembro de 1944

O Ministro do Estado, tendo em vista o disposto no § 2.º do art. 2.º do Decreto-lei n.º 4 083, de 4 de fevereiro de 1942, combinado com o art. 4.º do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 8 741, de 11 de fevereiro de 1942,

Resolve:

Aprovar as instruções para o funcionamento do curso avulso para classificador e avaliador de quartzo e mica, baixadas pelo diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização.

Instruções para o funcionamento do curso avulso para classificador e avaliador de quartzo e mica, a que se refere a Portaria n.º 893, de 18 de dezembro de 1944.

Art. 1.º — O curso avulso para classificador e avaliador de quartzo e mica, de natureza prático-teórica, subordinado à Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização, tem

por finalidade criar um corpo especializado de funcionários possuidores, não só de conhecimentos práticos, como também teóricos de como classificar e avaliar o quartzo e a mica.

Art. 2.º — O curso será ministrado no Departamento Nacional da Produção Mineral, de acordo com o seguinte programa:

Parte teórica:

1.º — Primórdios: Definição e divisões da mineralogia.

2.º — Cristalografia:

a) Cristal — Estado cristalizado e amorfo;
b) Elementos dos cristais.

3.º — Enunciado das leis da cristalografia e ligeira explicação das mesmas.

4.º — Elementos de simetria dos cristais:

a) Modificações dos cristais;
b) Noções sobre estrutura dos cristais.

5.º — *Habitus* e imperfeições dos cristais:

a) *Habitus*, b) Imperfeições, c) Quartzo espectral, d) Inclusões e e) Inclusões sólidas, líquidas, gasosas e microscópicas.

6.º — Ligeiras noções sobre maclas.

7.º — Noções de fratura e clivagem.

8.º — Propriedades mecânicas dos minerais.

9.º — Ligeiras noções das propriedades físicas, óticas e térmicas dos minerais.

10 — Quartzo.

11 — Mica.

12 — Emprego industrial da mica e quartzo.

Parte prática:

Para quartzo:

1.º — Um perfeito conhecimento dos aparelhos que facilitam o exame do cristal.

2.º — Conhecimento dos efeitos mecânicos.

3.º — Conhecimento da gemiação ótica.

4.º — Uniforme determinação das classes e avaliação.

Para a mica:

1.º — Definições.

2.º — Beneficiamento.

3.º — Classificação dos diversos tipos.

4.º — Qualificação das placas pelos defeitos.

Art. 3.º — O curso terá a duração de 16 semanas e funcionará com pelos menos seis e no máximo quinze alunos.

Art. 4.º — As inscrições estarão abertas até o dia 31 do corrente sendo o curso iniciado logo após as provas de seleção a que se refere o art. 6.º.

Art. 5.º — Os candidatos deverão requerer matrícula ao diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização, juntando os seguintes documentos:

- a) Prova de identidade.
- b) Atestado de sanidade física e mental.
- c) dois retratos tamanho 3 x 4.

Art. 6.º — Os candidatos estranhos ao Ministério da Agricultura serão submetidos a uma prova de seleção, só podendo ser matriculados os que obtiverem nota igual ou superior a 60.

Art. 7.º — As aulas serão ministradas das 8 1/2 às 10 1/2, às 2as., 4as. e 6as feiras.

Art. 8.º — O aproveitamento do aluno no curso será verificado em uma prova escrita versando sobre pontos da parte teórica e uma prova prática oral realizadas no final do curso, sendo aprovado aquele que tiver nota igual ou superior a 60.

Art. 9.º — Não poderá realizar provas o aluno que tiver mais de 20 % de faltas às aulas respectivas.

Art. 10 — O professor, designado na forma do art. 4.º, § 4.º, do Decreto-lei n.º 4 083, de 4 de fevereiro de 1942, alterado pelo de n.º 5 114, de 18 de dezembro de 1942, terá as atribuições que tratam as alíneas b), c), d), e) e f) do art. 31 do Regulamento dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização, cumprindo-lhe, além disso apresentar relatório final das atividades do curso.

Art. 11 — Aos alunos que concluírem o curso será concedido certificado de habilitação, na forma do art. 21 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 8 741, de 11 de fevereiro de 1942.

Art. 12 — Os casos omissos serão resolvidos pelo diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização.

Em 18 de dezembro de 1944. — (Assinatura ilegível).

"Diário Oficial" de 20-12-944.

★

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL

Divisão de Águas

Em obediência ao disposto nos §§ 1.º e 2.º do art. 5.º do Decreto-lei n.º 2 281, de 5 de junho de 1940, faço público para conhecimento dos interessados, que a Divisão de Águas do D.N.P.M. do Ministério da Agricultura, depois de metuculoso estudo, considera públicas de uso comum, do domínio do município de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul, as águas dos cursos denominados, "Mooca ou Moquém" e "Barra ou Eraba", em tôda a sua extensão, incluídos

naquele município, lançando-se o primeiro no rio Tacangava pela margem esquerda e o segundo no rio Taquari pela margem direita.

Estas conclusões se apóiam no art. 6.º do decreto-lei acima citado, no art. 3.º do Decreto-lei n.º 852, de 11 de novembro de 1938, e no inciso III, do art. 29 do Código de Águas.

O critério adotado para a determinação dessas águas foi o seguinte:

1.º) o curso d'água foi determinado, partindo de jusante para montante;

2.º) nas confluências foi considerado como principal o de maior bacia hidrográfica.

Dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação dêste edital, deverão os interessados apresentar ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica as reclamações que julgarem dever fazer.

Em 9 de dezembro de 1944. — *Adozindo Magalhães de Oliveira*, diretor.

(D.O. 12-12-944).

★

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Portaria n.º 130 — 4-12-944

O Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, tendo em vista o que solicitou o Sr. coordenador da Mobilização Econômica, resolve designar os engenheiros, classes K e M do Quadro Permanente, Renato Vieira Wellington e José Maria de Araújo, para, como representantes, respectivamente, do Serviço do Patrimônio da União e dêste Ministério, comporem a Comissão que deverá estudar e examinar o problema da exploração da turfa em Jacarepaguá. — *A. de Sousa Costa*.

(D.O. 7-12-944).

★

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Exposição de Motivos

GS- 2.202, em 17 de novembro de 1944

Ref. Processo CENE, 758-44.

Sr. Presidente.

O prefeito municipal de Uruguaiana, Rio Grande do Sul, solicitou, em 24 de novembro de 1943, à Diretoria das Prefeituras Municipais fôsse encaminhado ao Conselho Administrativo do Estado um projeto de decreto-lei pelo qual seria aberto o crédito especial de Cr\$ 60 000,00 para pagamento parcial dos serviços de organização de um plano diretor de urbanismo da cidade de Uruguaiana.

2. Nos termos do art. 2.º do projetado decreto-lei, os serviços referidos seriam executados de acordo com uma proposta firmada pelo engenheiro arquiteto uruguaio Juan Antônio Scasso, proposta essa que, contendo as bases para a elaboração e execução do plano, ficaria fazendo parte integrante do ato legislativo municipal.

3. A Diretoria das Prefeituras Municipais, acentuando que não lhe competia o exame legal do expediente, limitou-se a apreciar os recursos com que a Prefeitura poderia contar para fazer face ao crédito especial a que se referia o projeto, concluindo no sentido de que o saldo do exercício apresentava disponibilidade suficiente, caso não fôsse empregado no equilíbrio orçamentário.

4. Com esse parecer, foi o processo submetido ao Conselho Administrativo, que, em sessão de 13 de dezembro de 1943, aprovou, por unanimidade o projeto, com ligeira alteração de um de seus artigos.

5. Publicada, porém, na imprensa riograndense a notícia da resolução do Conselho Administrativo favorável ao contrato com o arquiteto estrangeiro, o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Oitava Região, atendendo a uma solicitação que lhe dirigiu o Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul, enviou ao prefeito de Uruguaiana um ofício em que protestou contra o referido contrato, afirmando que promoveria a declaração de nulidade do mesmo, por isso que violava disposições expressas do Decreto n.º 23 509, de 11 de dezembro de 1933, que regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor, segundo o qual, somente os profissionais habilitados por escolas brasileiras, oficiais ou equiparadas e devidamente registradas no órgão competente, podem exercer a profissão no Brasil, ou prestar serviços à União, aos Estados e aos Municípios.

6. À vista desse protesto, do qual foram remetidas cópias à Diretoria das Prefeituras Municipais e à Secretaria do Interior do Estado, pronunciou-se novamente sobre o assunto o primeiro daqueles órgãos, que reconheceu não haverem sido considerados, nem em seu próprio parecer anterior, nem no do Conselho Administrativo, os dispositivos legais apontados. E que, diante dos mesmos, não deveria prevalecer o contrato, uma vez que o arquiteto Juan Antônio Scasso, não tendo feito curso regular no Brasil, nem revalidado seu diploma, não preenche os requisitos do mencionado Decreto n.º 23 569, de 1933. Entendeu, porém, a Diretoria das Prefeituras que, como já houvesse o Conselho Administrativo concedido aprovação ao ato legislativo impugnado, devia o assunto ser reapreziado pelo mesmo Conselho Administrativo, ao qual caberia reconsiderar sua decisão anterior para negar aprovação à medida proposta pela Prefeitura de Uruguaiana.

7. Por determinação do interventor federal foi o processo, com parecer da Diretoria das Prefeituras submetido, de novo, ao Conselho Administrativo que, em sessão de 9 de junho do corrente ano, resolveu, por unanimidade de votos, não tomar consideração o protesto do C.R.E.A., da Oitava Região, não só por não haver projeto nem matéria para aprovação do Plenário, como ainda porque o assunto já se achava submetido à decisão de V. Excia.

8. Com esse novo pronunciamento do Conselho Administrativo, foi o processo remetido, pelo interventor federal, a este Ministério, onde já haviam sido recebidos outros protestos relativos ao mesmo assunto, formulados pelo C. R. E. A. da Oitava Região e pelo Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e dirigidos ao interventor federal, ao Ministério do Trabalho e a V. Excia.

9. Reunidos todos esses expedientes, foram eles submetidos à apreciação da Comissão dos Negócios Estaduais, que em sessão de 12 de setembro último, resolveu, por unanimidade de votos, e na forma do parecer do relator, coronel Leony Machado, opinar pela recondição dos protestos formulados, por considerar que não pode subsistir em face da legislação em vigor o contrato celebrado com o arquiteto Juan Antônio Scasso.

10. Focalizou, preliminarmente, o relator a natureza dos aludidos protestos, concluindo no sentido de que, rigorosamente, os mesmos não podem ser considerados como recursos na forma prevista pelo Decreto-lei n.º 1 202, de 1939. Mas, como se trata de denúncia de irregularidade na administração de um município, "o caso assume, em última análise, o caráter de uma representação feita por entidade federal —

Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Oitava Região — contra ato da administração estadual, porque, já agora, homologado, expressamente, pelo Conselho Administrativo do Estado, e, tácitamente, também, pela Interventoria Federal que silenciou sobre tudo e que, afinal, encaminhou dita representação ao Governo Federal".

11. Quanto ao mérito da representação, pelos fundamentos minuciosamente expostos pelo relator, a fls. 96-110 o processo, propôs a C.E.N.E.:

a) que se comunique ao Conselho Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul que deve tornar sem efeito a sua aprovação ao Parecer n.º 4 787, de 13 de dezembro de 1943, pelos quais foram homologados o contrato com o técnico uruguaio e o crédito para pagamento de seus honorários;

b) que se comunique, em consequência, ao Sr. prefeito de Uruguaiana que suspenda a vigência do decreto-lei que abriu o crédito especial de Cr\$ 60 000,00 para pagamento parcial ao técnico uruguaio;

c) finalmente, que seja o Sr. prefeito de Uruguaiana instruído acerca da desnecessidade e, por tanto, da impossibilidade legal — de contratar urbanistas estrangeiros, visto haver inúmeros técnicos dessa especialidade, com grande renome e comprovada capacidade, no Brasil, inclusive no Estado do Rio Grande do Sul".

12. Examinando, por minha vez, o assunto, Sr. Presidente, cheguei à conclusão de que embora não devam ser considerados os protestos formulados, como recursos propriamente ditos, versam os mesmos matéria que, por sua relevância, deve ser objeto de deliberação por parte de V. Excia.

13. O Decreto n.º 23 569, de 11 de dezembro de 1933, que regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor, determina, em seu art. 9.º, que:

"A União, os Estados e os Municípios, em todos os cargos, serviços e trabalhos de engenharia, arquitetura e agrimensura, somente empregarão profissionais diplomados pelas escolas oficiais ou equiparadas, previamente registradas de acordo com o que dispõe este decreto ressalvadas unicamente as exceções nele previstas".

E, no parágrafo único desse artigo, está claramente definida a atribuição legal do C.R.E.A., para denunciar as infrações porventura verificadas:

Parágrafo único — "A requerimento do Conselho de Engenharia e Arquitetura, de profissional legalmente registrado de acordo com este decreto, ou de sindicato ou associação de engenharia, arquitetura ou agrimensura, será anulado qualquer ato que se realize com infração deste artigo".

14. Verifica-se desses dispositivos, não somente a legitimidade do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura para protestar contra o ato da Prefeitura Municipal de Uruguaiana, como ainda a irregularidade desse ato, que envolveu um ajuste para realização de serviço público, com um arquiteto estrangeiro, que, não obstante seus altos méritos e reconhecida competência, não preenche as condições legais exigidas para exercer, no Brasil, sua profissão, tanto mais quanto se trata, no caso, de serviço a ser realizado para um município.

15. Acontece, todavia, que não consta do processo que já tenha sido expedido o decreto-lei municipal de Uruguaiana aprovado pelo Conselho Administrativo, nem que já tenha sido efetivamente celebrado o contrato impugnado.

Ao contrário disso, acrescentou o relator do assunto naquele Conselho, por ocasião do seu segundo pronunciamento, que o aludido contrato não foi ainda celebrado e que o prefeito interessado havia sido, desde logo, cientificado de que esse contrato "só podia ser ultimado após aprovação cabal de Vossa Excelência".

16. Tal aprovação é, com efeito, imprescindível para validade de qualquer contrato que, excepcionalmente, deva ser realizado entre os Estados ou Municípios e cientistas ou técnicos estrangeiros, nos termos do art. 40 do Decreto-lei n.º 1 202, de 1939, que dispõe:

Art. 40 — Só os brasileiros, natos ou naturalizados, poderão exercer funções ou cargos públicos ou empregos dos Estados ou Municípios ou de entidades por eles criados ou mantidas, ou de cuja manutenção sejam responsáveis.

§ 1.º — É lícito contratar o serviço de cientistas e técnicos estrangeiros, com funções especificadas e por tempo certo e não superior a quatro anos. Esses contratos só poderão ser celebrados com prévia e expressa autorização do Presidente da República, por intermédio do ministro da Justiça, mediante justificação da necessidade de ser o serviço atribuído ao estrangeiro indicado, de comprovada competência na especialidade. A autorização não será concedida quando se tratar de funções de caráter administrativo, ou ainda, de funções técnicas que não envolvem especialização definida".

17. Diante desse dispositivo, forçoso é concluir que a providência inicial da Prefeitura de Uruguaiana, deveria ter sido a de solicitar, por intermédio deste Ministério, a V. Excia. prévia autorização para contratar o técnico estrangeiro Juan Antônio Scasso, ao qual pretendia incumbir da urbanização da cidade. E que lhe cumpria instruir essa solicitação, com a justificação minuciosa da necessidade de ser o trabalho executado pelo aludido técnico.

18. É certo que na esfera de atribuições dos Conselhos Administrativos, não se inclui a aprovação de um crédito especial para um Município, a qual deve ser feita por decreto-lei (art. 31 do Decreto-lei n.º 1 202, modificado pelo Decreto n.º 5 511, de 1943, está condicionada apenas a aprovação do mesmo Conselho (art. 17 do Decreto-lei n.º 1 202, igualmente modificado pelo de n.º 5 511).

19. No caso em exame, porém, a aprovação do projeto de abertura do crédito especial de Cr\$ 60 000,00, por parte do Conselho Administrativo, não é suficiente para a vigência do ato, visto como no crédito destina-se, na forma do art. 5.º do projeto, à remuneração de um técnico estrangeiro cujo contrato não pode ter validade, sem que seja prévia e expressamente aprovado por Vossa Excelência.

20. Daí o meu parecer inteiramente procedente o ponto de vista da C.E.N.E., quando sustenta que o aludido decreto não está em condições de ser promulgado e, caso já o tenha sido, deve ser revogado, em virtude de emissão da expressa exigência legal, acima referida.

21. Por outro lado, não me parece que deva V. Excia manifestar, na presente oportunidade, a indispensável aprovação do mencionado contrato. Com efeito, o exame das disposições do

Decreto n.º 23 509, de 11 de dezembro de 1933, que exige a habilitação em escola oficial ou equiparada e o registro prévio em órgão competente, para que possam os arquitetos praticar, validamente, atos relativos à sua profissão, em confronto com o preceito constitucional que assegura privativamente aos brasileiros o exercício de profissões liberais (art. 150) e com o dispositivo do art. 40 do Decreto-lei n.º 1 202, convence de que o contrato de um técnico estrangeiro, para execução de serviços públicos, relativos à sua especialidade, só é permitível em casos excepcionais, em que seja demonstrada a conveniência de serem esses serviços executados por determinado profissional estrangeiro, e não por qualquer dos nacionais legalmente habilitados a exercer as respectivas profissões, no Brasil. Daí o exigir que a lei seja amplamente justificada, pelo Estado, ou pelo Município, "a necessidade" de serem os serviços a realizar atribuídos "ao estrangeiro indicado, de comprovada competência na especialidade".

22. Essa justificação não consta do processo, uma vez que, como acentuel, o prefeito de Uruguaiana não cogitou, como devia ter feito, de solicitar a prévia e expressa autorização de V. Excia. Tanto assim, que, se não houvesse sido formulado o protesto do C.R.E.A. da 8.ª Região, o assunto nem teria sido submetido à apreciação de V. Excia., visto como a vigência do decreto-lei de abertura de um crédito especial, dependia apenas da aprovação, que foi concedida, do Conselho Administrativo do Estado.

23. A vista do exposto, Sr. Presidente, ao submeter, o anexo processo (C.E.N.E 758-44) à deliberação de V. Excia., para efeito de serem solucionados os protestos que no mesmo se contém, tenho a honra de propor seja recomendados, por intermédio do interventor federal no Estado do Rio Grande do Sul, ao prefeito de Uruguaiana:

a) que não promulgue o decreto-lei de abertura de crédito especial, apesar de já haver sido aprovado pelo Conselho Administrativo, uma vez que o contrato a que o mesmo se refere, com o arquiteto Juan Antônio Scasso, só poderá ser validamente celebrado, mediante prévia autorização de V. Excia.;

b) que, no caso de já haver promulgado o aludido decreto, seja promovida sua imediata revogação, por ser manifesta a nulidade do mesmo, em virtude de omissão de formalidade essencial;

c) que caberá à Prefeitura de Uruguaiana, no caso de julgar indispensável o contrato com o aludido técnico, solicitar previamente, na forma do artigo 40, § 1.º do Decreto-lei n.º 1 202, de 1939, modificado pelo Decreto-lei n.º 5 511, de 1943, a expressa autorização de V. Excia., para o que terá de ser fundamentadamente justificada a necessidade de serem ao mesmo atribuídos os trabalhos de urbanização da cidade.

24. Esse é meu parecer. A V. Excia., todavia, caberá resolver como julgar mais acertado.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos do mais profundo respeito. — *Alexandre Marcondes Filho.*

Despacho: Aprovado. Em 27-11-944. — G. VARGAS.

(D.O. 20-12-944).



Se precisar de alguma informação sobre a geografia do Brasil, dirija-se ao Conselho Nacional de Geografia, que o atenderá prontamente — se a consulta não fôr de caráter sigiloso.

Se precisar de alguma informação sobre a geografia do Brasil, dirija-se ao Conselho Nacional de Geografia, que o atenderá prontamente — se a consulta não fôr de caráter sigiloso.

Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

BAHIA

Decreto-lei n.º 389, de 4 de dezembro de 1944.

Abre na Secretaria da Fazenda, à Secretaria da Agricultura Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 6 000,00.

O Interventor Federal no Estado da Bahia, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aberta na Secretaria da Fazenda à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, o crédito especial de seis mil cruzeiros (6 000,00) para pagamento da gratificação ao Eng. Oscar de Sousa Carrascosa e ao Bel. Ramiro Berbert de Castro, como representantes do Estado no X Congresso Brasileiro de Geografia.

Art. 2.º — Para suprir o crédito ora aberto o Governº utilizará os recursos previstos no n.º 4, § 3.º art. 11 do Decreto-lei federal n.º 2 416, de 17 de julho de 1940.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Cidade do Salvador, em 4 de dezembro de 1944. — Renato Aleixo, Interventor Federal. — P. Campos Pôrto — Guilherme Marback.

(D. O. — Bahia 19-12-944).

★

Decreto n.º 13 135, de 23 de dezembro de 1944

Designa o dia 5 de janeiro de 1945 para a instalação da comarca de Ubaitaba, criada pelo Decreto-lei n.º 247, de 2 de julho do corrente ano

O Interventor Federal no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições e de acôrdo com o art. 10 do Decreto-lei n.º 247, de 2 de julho do corrente ano, resolve designar o dia 5 de janeiro de 1945 para a instalação da comarca de Ubaitaba, criada pelo art. 307, do referido decreto-lei.

Salvador, 23 de dezembro de 1944. — Renato Aleixo, Interventor Federal. — T. Vieira de Melo.

(D.O. — Bahia 24-12-944).

★

MATO GROSSO

Decreto n.º 180, de 29 de dezembro de 1944.

Prorroga o prazo para a apresentação dos novos mapas municipais

O Interventor Federal no Estado de Mato Grosso, usando das suas atribuições;

Considerando a deliberação tomada pelo Conselho Nacional de Geografia com a Resolução n.º 168, de 18 de outubro de 1944,

Decreta:

Art. 1.º — Fica prorrogado para 31 de dezembro de 1945, o prazo estipulado no Decreto-lei estadual n.º 545, de 31 de dezembro de 1943, (alínea b, § 1.º, do art. 2.º) para a entrega dos novos mapas municipais pelas Prefeituras dos municípios, cujos âmbitos territoriais tenham sofrido alteração na nova divisão administrativa do Estado.

Art. 2.º — Os mapas municipais, que obedecerão aos requisitos mínimos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Geografia (Resolução n.º 3, de 29 de março de 1938) serão entregues ao Diretório Regional do mesmo Conselho nesta capital, ao qual cabe tomar e promover as medidas adequadas para a observância, no que for aplicável, dos dispositivos referentes ao recebimento, aprovação e exibição dos referidos mapas, de acôrdo com a Resolução n.º 60, de 22 de julho de 1939, e bem assim, de acôrdo com outras instruções complementares que lhe encaminhinar o Conselho Nacional de Geografia.

Art. 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 29 de dezembro de 1944, 123.ª da Independência e 56.ª da República. — Júlio Strübing Müller — J. Ponce de Arruda

(D. O. — Mato Grosso 31-12-944).

★

MINAS GERAIS

Decreto-lei n.º 1 291

Cria a comarca de Mantena, marcando data para a sua instalação

O Governador do Estado de Minas Gerais, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e tendo em vista o que preceitua o Decreto-lei federal n.º 6 549, em seu art. 3.º,

Decreta:

Art. 1.º — Fica criada a comarca de Mantena, classificada como de primeira entrância.

Art. 2.º — A referida comarca terá por sede a cidade de Mantena e compreenderá o território desse município devendo instalar-se no dia 1.º de janeiro de 1945.

Art. 3.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, 30 de dezembro de 1944. — *Benedito Valadares Ribeiro* — *Edison Alvares da Silva*.

("Minas Gerais" 31-12-944).

★

PERNAMBUCO

Decreto-lei n.º 1 081, de 12 de dezembro de 1944.

O Interventor Federal no Estado, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aberto o crédito especial de vinte mil cruzellos (Cr\$ 20 000,00) para auxílio à instalação do Museu Regional de Arte Religiosa da Paróquia de Goiana.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Agamemnon Magalhães — *Arnóbio Tenório Vanderlei* — *José do Rêgo Maciel*.

(D. O. — Pernambuco 7-12-944).

★

RIO DE JANEIRO

Decreto-lei n.º 1 299, de 28 de dezembro de 1944.

O Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aberto o crédito especial de Cr\$ 592 400,00, para o prosseguimento das obras de urbanização de Araruama.

Art. 2.º — A importância a que se refere o art. 1.º ficará nos termos da alínea a do art. 5.º do Decreto-lei n.º 668, de 28-12-942, à disposição da respectiva Comissão, a título de auxílio.

Art. 3.º — Ficam deduzidas das dotações abaixo discriminadas as seguintes parcelas:

Verba 1 100, consig. 6, subconsig. 9, item I Cr\$ 50 000,00.

Verba 1 100, consig. 6, subconsig. 9, item II Cr\$ 20 000,00.

Verba 1 102, consig. 2, subconsig. 1, § 1.º Cr\$ 153.650,00.

Verba 1 105, consig. 2, subconsig. 1, § 1.º, item II Cr\$ 20 000,00.

Verba 1 106, consig. 2, subconsig. 1, § 1.º, item II Cr\$ 48 750,00.

Verba 1 109, consig. 7 subconsig. 7, item, I Cr\$ 300 000,00.

Art. 4.º — O crédito de que trata o presente decreto-lei terá vigência até a sua total aplicação e entrará em vigor na data em que for publicado.

Os secretários de Viação e Obras Públicas e das Finanças assim o tenham entendido e façam executar.

Palácio do Governo, em Niterói, 28 de dezembro de 1944. — *Ernane do Amaral* — *Hélio de Macedo Soares e Silva* — *Valfredo Martins*.

(D. O. — Rio de Janeiro 29-12-944).

★

Decreto-lei n.º 1 310, de 30 de dezembro de 1944.

O Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica prorrogado para 31 de dezembro de 1945 o prazo estipulado no Decreto-lei estadual n.º 1 056, de 31 de dezembro de 1943 (alínea "b" do § 1.º, art. 2.º), para a entrega dos novos mapas municipais pelas Prefeituras dos municípios, cujos âmbitos territoriais tenham sofrido alteração na nova divisão administrativa do Estado.

Art. 2.º — Os mapas municipais, que obedecerão aos requisitos mínimos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Geografia (Resolução n.º 3, de 29 de março de 1938), serão entregues ao Diretório Regional do mesmo Conselho nesta capital, ao qual cabe tomar e promover as medidas adequadas para a observância, no que for aplicável, dos dispositivos referentes ao recebimento, aprovação e exibição dos referidos mapas, de acordo com a Resolução n.º 60, de 22 de julho de 1939, e, bem assim, de acordo com outras instruções complementares que lhe encaminhar o Conselho Nacional de Geografia.

Art. 3.º — O presente decreto-lei entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

O secretário do Interior e Justiça assim o tenha entendido e faça executar.

Palácio do Governo, em Niterói, 30 de dezembro de 1944. — *Ernane do Amaral* — *Rui Buarque de Nazaré*.

(D. O. — Rio de Janeiro 31-12-944).

★

SANTA CATARINA

Decreto-lei n.º 1 211

Reorganiza a Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística e o Departamento Estadual de Estatística

O Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º item V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

DA JUNTA EXECUTIVA REGIONAL (J.E.R.)

Art. 1.º — Como órgão do Conselho Nacional de Estatística, a Junta Executiva Regional, instituída pelo Decreto estadual n.º 195, de 28 de janeiro de 1937, superintenderá a coordenação e desenvolvimento dos serviços de Estatística no Estado de Santa Catarina, resolvendo, autônomoamente, as matérias de economia interna do sistema regional.

Art. 2.º — Constituirão a Junta Executiva Regional:

a) como presidente nato, o diretor geral do Departamento Estadual de Estatística;

b) como secretário, um dos chefes de Divisão do Departamento Estadual de Estatística, eleito pela J.E.R., para o exercício de um biênio;

c) os chefes de Divisão do Departamento Estadual de Estatística;

d) os diretores gerais de repartições que possuírem Secções de Estatística filiadas ao sistema do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, especialmente os do Departamento de Saúde Pública, Contadoria Geral do Estado, Diretoria de Estradas de Rodagem e Serviço da Produção Vegetal;

e) os chefes das Secções especializadas a que se refere a alínea d;

f) um representante da Secretaria da Segurança Pública;

g) um representante da Secretaria da Fazenda;

h) um representante da Prefeitura Municipal, tendo-se em vista a letra d, do inciso X, da cláusula primeira, da Convenção Nacional de Estatística;

i) um representante do Estado Maior da 5.ª Região Militar;

j) um representante do Estado Maior da Armada;

l) um representante do Estado Maior da Aeronáutica;

m) um representante do Departamento das Municipalidades;

n) um representante do Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia;

o) um representante do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda.

§ 1.º — As representações das diversas Secretarias recairão nos diretores das suas mais altas repartições, enquanto as de repartições, pelos próprios diretores, ou seus substitutos legais.

§ 2.º — O presidente, em seus impedimentos, será substituído pelo secretário.

Art. 3.º — No quadro central das organizações estaduais de Estatística e, conseqüentemente, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, integrar-se-ão, mediante ato de filiação, as organizações municipais de Estatística, existentes ou que vierem a existir, bem como as Secções especializadas dos departamentos, institutos, empresas e associações, mantidas para levantamentos estatísticos de reconhecida utilidade pública.

Art. 4.º — As funções de membros da J. E. R. serão gratuitas, porém constituindo, título de relevante benemerência pública, o que deverá ser competentemente registrado na fé-de-ofício dos funcionários que o possuírem.

Parágrafo único — Ao secretário, caberá mensalmente, a gratificação *pro labore*, de quantia nunca inferior a duzentos cruzeiros (Cr\$ 200,00).

Art. 5.º — A J.E.R., compete-lhe:

a) cumprir e fazer cumprir a Convenção Nacional de Estatística e as deliberações de caráter geral do Conselho Nacional de Estatística, quer oriundas da Assembléa Geral, quer da Junta Executiva Central;

b) sugerir ao governo do Estado as alterações de regulamentos que os serviços de Estatística forem exigindo, para o seu aperfeiçoamento orgânico;

c) representar, em tempo oportuno, às autoridades competentes, para que, na legislação e nos planos e normas dos serviços públicos, não se incluam dispositivos que prejudiquem, de qualquer forma, as fontes e a elaboração da Estatística do Estado e do país.

d) propor aos órgãos governativos competentes as providências necessárias ao normal desenvolvimento dos serviços estatísticos;

e) fixar os planos de colaboração entre o Departamento Estadual de Estatística e os organismos filiados;

f) designar comissões técnicas especiais para o estudo e a organização de planos de serviço e o aperfeiçoamento dos existentes, bem como para encaminhar os estudos dos assuntos que devam ser submetidos à Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística;

g) sugerir e orientar a melhoria dos registros públicos ou particulares a que a Estatística precisa de recorrer;

h) promover, por todos os meios ao seu alcance, a prática do ensino e do cultivo da Estatística, encarada esta do duplice aspecto metodológico e aplicado;

i) elaborar os programas de Estatística, quer os destinados a cursos de Estatística, que por ventura venham a instituir-se, e rever os programas dessa disciplina, de concursos públicos, de ingresso em qualquer carreira do Estado;

j) supervisionar os programas destinados aos cursos de ingresso nos quadros de Estatísticos e Estatísticos-Auxiliares, do Quadro Único do Estado, tendo em vista as exigências da alínea d, da cláusula vigésima oitava, do capítulo IV, da Convenção Nacional de Estatística.

Art. 6.º — A J.E.R. reger-se-á pelo regimento interno elaborado pela Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, e constante da Resolução n.º 4, de 29 de dezembro de 1936, assim como de modificações posteriores.

Parágrafo único — A J.E.R. reunir-se-á ordinariamente, no primeiro dia útil de cada quinzena, e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo seu presidente.

DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA (D.E.E.)

Art. 7.º — O Departamento Estadual de Estatística (D.E.E.), criado pela Lei estadual n.º 119, de 7 de novembro de 1936, e com a denominação que lhe fixou o Decreto-lei n.º 388, de 12 de dezembro de 1939, está diretamente subordinado ao chefe do Poder Executivo, e é, na forma na Convenção Nacional de Estatística, um Departamento da mais ampla autonomia e da mais alta hierarquia.

Art. 8.º — O Departamento Estadual de Estatística, como órgão central da Junta Executiva Regional, dirigirá, no Estado, os serviços de coordenação e uniformização dos processos e resultados da Estatística, articulando-se com êle, obrigatoriamente, as Secções de Estatística, existentes ou que vierem a existir, nos Departamentos da administração estadual.

Art. 9.º — O D.E.E. terá por fim promover, coligir, elaborar, coordenar e publicar toda sorte de informações estatísticas que se relacionem com o estado demográfico, econômico, social, cultural, administrativo e político do Estado, organizando diretamente os respectivos levantamentos, ou obtendo-os dos diversos órgãos da administração estadual, estejam, ou não, filiados ao sistema regional do I.B.G.E.

Art. 10.º — O Departamento Estadual de Estatística terá a seguinte composição:

- a) Gabinete do diretor-geral;
- b) Quatro (4) Divisões Técnicas;
- c) Secretaria;
- d) Secção Mecânica;
- e) Secção de Dactilografia;
- f) Portaria.

§ 1.º — As Divisões Técnicas (1.ª Divisão Técnica, 2.ª Divisão Técnica, 3.ª Divisão Técnica e Divisão de Estatísticas Militares) compete:

a) à 1.ª Divisão Técnica: levantamento das estatísticas econômicas e financeiras;

b) à 2.ª Divisão Técnica: levantamento das estatísticas demográficas, sociais, culturais, administrativas e políticas;

c) à 3.ª Divisão Técnica:

I — efetuar todos os trabalhos pertinentes à análise e à publicidade em geral, dos resultados estatísticos;

II — centralizar tôdas as apurações e informações, como a documentação geral do D.E.E., inclusive, aqui, a de natureza — carto-foto-climatográfica;

III — dirigir a biblioteca "Bulhões de Carvalho";

IV — organizar e dirigir a exposição permanente de produtos catarinenses.

d) — à Divisão de Estatísticas Militares: levantamento das estatísticas previstas no regulamento baixado pelo Decreto estadual n.º 2 077, de 22 de abril de 1942;

e) — à Secretaria incumbem todos os trabalhos relativos ao expediente, contabilidade, almoxarifado e arquivo-geral da repartição;

f) — à Secção Mecânica e à Secção de Dactilografia, os encargos, respectivamente, das apurações mecânicas e dos trabalhos dactilográficos.

Art. 11 — São órgãos de direção do D.E.E.:

a) — O diretor geral;

b) — Os chefes de Divisão.

Art. 12 — Os afazeres inerentes ao D.E.E. serão executados pelo seu pessoal efetivo e por extranumerários, aquêles nomeados em virtude de concursos de provas (excetuado o porteiro, o fotógrafo e o contínuo), e estes admitidos mediante prévia verificação de capacidade intelectual, ambos, concursos de provas e verificação de capacidade intelectual, processados de acordo com a orientação superior do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tendo em vista, precipuamente, o disposto na Convenção Nacional de Estatística.

Parágrafo único — O pessoal efetivo do D.E.E. distribuir-se-á pelas seguintes carreiras do Quadro Único do Estado, além de um cargo isolado de porteiro:

a) Estatísticos;

b) Estatísticos-auxiliares;

c) Cartógrafos;

d) Fotógrafos;

e) Contínuos.

Art. 13 — O diretor-geral do D.E.E. será nomeado em comissão, mediante livre escolha do governo, dentre especialistas de competência técnica comprovada pela prática da docência da especialidade, autoria de trabalhos estatísticos, ou exercício anterior e satisfatório de comissões técnicas de Estatística Geral.

Disposições gerais e transitórias

Art. 14 — É obrigatório, tanto para serviços públicos, como para funcionários e particulares, o fornecimento de informações ou dados solicitados pelos órgãos integrados no sistema regional ou federal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

§ 1.º — Na regulamentação deste artigo, fixar-se-ão as condições de aplicação, com penalidade, de interrupção de vencimentos, sus-

pensão e demissão para os funcionários que não prestarem, no devido tempo, as informações estatísticas que lhes forem requisitadas, ou as prestarem indevidamente. Para os particulares, por idêntico motivo, será prevista a aplicação de multa até dez mil cruzeiros (Cr\$ 10 000,00).

§ 2.º — Enquanto, todavia, não fôr regulamentado o presente artigo, caberá ao diretor-geral do D.E.E. propor ao chefe do Poder Executivo a aplicação de penalidade a funcionários estaduais ou municipais, em função da inobservância, ou descumprimento do art. 14, deste decreto-lei.

Art. 15 — Será mantido o máximo sigilo nos serviços estatísticos, dos dados e informações que lhes forem fornecidos, ficando sujeitos a penas disciplinares aquêles, que, em virtude de exercerem cargos, ou funções, nas repartições de Estatística, se prevaleçam disto para a divulgação dos aludidos dados.

Art. 16 — Ao Departamento Estadual de Estatística e às Secções de Estatística filiadas à Junta Executiva Regional, competirá o levantamento exclusivo de todos e quaisquer inquéritos estatísticos de amplitude estadual, de que necessitar a administração do Estado, em geral, como os órgãos administrativos estaduais, em particular.

Parágrafo único — Para a obtenção de informações estatísticas, ou levantamento de inquéritos, as repartições interessadas deverão dirigir-se à Junta Executiva Regional.

Art. 17 — As repartições públicas do Estado e os estabelecimentos oficiais de ensino não poderão adotar nem divulgar, em seus trabalhos e publicações, os dados estatísticos ou fisioográficos acérca de Santa Catarina, divergentes dos que houverem sido divulgados sob a responsabilidade da Junta Executiva Regional ou do Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia.

Art. 18 — Fica criado, no Departamento Estadual de Estatística, o "Curso de Aperfeiçoamento", destinado a ministrar aos estatísticos, estatísticos-auxiliares e cartógrafos, lotados em quaisquer repartições do Estado, conhecimentos progressivos das disciplinas intimamente ligadas à execução da metodologia estatística.

Parágrafo único — Na regulamentação deste artigo, que será processada pela J.E.R., levar-se-á em conta que o grau de aproveitamento do funcionário, para efeito de merecimento em promoções, ou em comissões, deve ser medido, também em função das notas obtidas no curso.

Art. 19 — As Prefeituras Municipais ficam obrigadas a remeter cópias de tôda a sua legislação, como de seus relatórios, ao D.E.E.

Parágrafo único — Anualmente, e dentro de modelo padronizado pelo Departamento Estadual de Estatística, as Prefeituras Municipais relatarão, de maneira monográfica, as necessidades de ordem geral dos respectivos municípios, remetendo cópias desse trabalho ao Departamento Estadual de Estatística e ao Departamento das Municipalidades.

Art. 20 — Na regulamentação do presente decreto-lei, serão tomadas em consideração, quanto ao D.E.E. e aos serviços estatísticos estaduais, as disposições da Convenção Nacional de Estatística, do Convênio Nacional de Estatística Municipal, e as Resoluções do Conselho Nacional de Estatística que lhe forem aplicáveis.

Art. 21 — As carreiras de estatístico e estatístico-auxiliar do Quadro Único do Estado ficam modificadas de conformidade com as tabelas anexas, que integram este decreto-lei.

Art. 22 — Fica elevado de T para U, o padrão de vencimento do cargo, em comissão, de diretor-geral do Departamento Estadual de Estatística.

Art. 23 — Ficam criadas, no D.E.E., as seguintes funções gratificadas: quatro (4), de Cr\$ 3 600,00 anuais cada, a cada chefe de Divisão Técnica; duas (2), de Cr\$ 1 200,00 anuais cada, a cada chefe de Seção (Seção Mecânica e Seção de Dactilografia).

Art. 24 — A remuneração e o padrão de vencimentos do pessoal efetivo do Departamento Estadual de Estatística são os constantes da tabela anexa ao presente decreto-lei, atendidas as exigências da Convenção Nacional de Estatística, em seu capítulo IV, cláusula vigésima oitava, alínea d.

Parágrafo único — Proceder-se-á à adaptação, imediata, dos funcionários à tabela anexa, apostilando-se-lhes os respectivos títulos.

Art. 25 — O Poder Executivo fica autorizado a abrir, por conta do excesso da arrecadação do corrente exercício, o crédito especial de Cr\$ 21 000,00, necessário à execução deste decreto-lei.

Art. 26 — Este decreto-lei entra em vigor a 1 de dezembro de 1944, revogadas quaisquer disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 30 de novembro de 1944. — *Nereu Ramos* — *Ivo d'Aquino*.

(D.O. — Santa Catarina 6-12-944).

TABELAS ANEXAS AO DECRETO-LEI N.º 1 211, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1944

SITUAÇÃO ANTIGA				SITUAÇÃO NOVA			
N. de cargos	Carreira	Classe	Observações	N. de cargos	Carreira	Classe	Observações
2	Estatístico	K	2 excedentes	2	Estatístico	M	2 excedentes
2		J		2		L	
2		I		2		K	
2		H		4		J	
8				10			
3	Estatístico auxiliar	G		3	Estatístico auxiliar	H	
7		F		7		G	
10		E		10		F	
20				20			

N. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou Padrão	Observações
1	Diretor-geral.....	U	Em comissão
2	Estatístico.....	M	
2	Estatístico.....	L	
2	Estatístico.....	K	
4	Estatístico.....	J	
3	Estatístico-auxiliar.....	H	
7	Estatístico-auxiliar.....	G	
10	Estatístico-auxiliar.....	F	
1	Cartógrafo.....	I	
1	Fotógrafo.....	G	
1	Porteiro.....	E	
1	Contínuo.....	D	

13. Pêso em quilos
 14. Lugar onde é guardado e outros característicos

QUANTO AO MOTOR

15. Nacionalidade do fabricante
 16. Marca 17. Tipo
 18. Ano de fabricação 19. Número
 20. Potência em CV ... 21. N.º de cilindros ...
 22. Velocidade
 23. Outros característicos

QUANTO À CARROSSERIA

24. Fábrica 25. Tipo
 26. Ano de fabricação 27. Material da estrutura
 28. Outros característicos

QUANTO À PROPULSÃO

29. Natureza
 30. Combustível empregado
 31. Capacidade, em litros, do reservatório ou tanque
 32. Outros característicos

QUANTO AS RODAS

33. Número 34. Natureza
 35. Outros característicos

QUANTO À CAPACIDADE DE TRANSPORTE

36. Número de lugares disponíveis, inclusive o destinado ao motorista
 37. Carga útil
 (quilos)
 38. Outros característicos

QUANTO AS RODAS

39. Se é auto-socorro, tem guindaste?
 40. Se é ambulância, qual o número de macas?
 41. Se é motocicleta, tem carro lateral?
 42. Se é triciclo, tem depósito?

QUANTO A OUTROS ELEMENTOS ESPECIAIS

Em de de 19 ..

(O declarante ou informante)

Atenção — Vêde instruções no verso.

INSTRUÇÕES

10. *Espécie*. De acôrdo com o parágrafo único, do art. 43, do Código Nacional do Trânsito, os veículos auto-motores são de 3 espécies:
- a) passageiros: destinados ao transporte de pessoas, e construídos nos tipos conhecidos sob as denominações de *limousines, phaetons, sedans, double-phaetons, baratas* etc.; bem assim os ônibus e similares;
- b) carga: caminhões ou camionetas, seja qual for a tonelagem, e destinadas ao transporte de mercadorias e cargas de qualquer natureza;
- c) corridas: os que, desprovidos de guarnições ou acessórios, ou construídos de modo especial, se destinem a competições desportivas. Assim, pois, no preenchimento do item 10, assinalar-se-á: passageiros, ou carga ou corridas.
11. *Categoria*. Neste item, adotar-se-á o disposto no art. 44 do Código Nacional do Trânsito, o qual classifica os veículos, quanto à categoria da seguinte forma:
- a) oficiais (oficiais federais, oficiais estaduais, oficiais municipais);
- b) do corpo diplomático;
- c) particulares (de carga ou de passeio, para serviço exclusivo do proprietário ou de sua família);

d) de aluguel ou frete (ou de, passeio ou carga, que estacionarem nas vias públicas, ou em garages, aguardando frete, mediante preço fixado em tabela pela autoridade competente, para transportar passageiros ou cargas);

e) de transporte coletivo (os de construção especial e destinados ao transporte de pessoas, entre pontos determinados, mediante aluguel ou pagamento de passagem individual: ônibus e similares).

12. *Estado de conservação* — é o do veículo na ocasião do preenchimento da ficha.

13. *Pêso em quilos* — é o pêso bruto do veículo, como todo seu equipamento e acessórios.

15. *Nacionalidade do fabricante* — é o país onde foi fabricado o motor (Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, França, Itália, etc.).

16. *Marca* — é o nome por que é conhecido internacionalmente o veículo, isto é, a marca industrial ("Chevrolet", "Ford", "Auburn", "Fiat", "Packard", etc.).

17. *Tipo* — é a denominação ou qualificação adotada pela fábrica para distinguir as várias séries do produto ("Comander", "Standard", "Special", "De luxe", "President", "Gigante", "Tigre", "Master", etc.).

24. *Fábrica* — é o país ou Estado (quando se tratar do Brasil) onde foi fabricada a carrosseria (França, Itália, São Paulo, Minas Gerais, etc.).

25. *Tipo* — entende-se por tipo a forma da carrosseria, com os caracteres mais importantes (fechadas, com 2 portas abertas ou de passeio; fechada, com 4 portas; conversível; etc.).

27. *Material de estrutura* — é o material empregado na fabricação da carrosseria (aço, madeira, madeira e lona, etc.).

28. *Outros característicos* — devem ser indicados, entre outros, os seguintes: se o teto é de aço, madeira ou lona; se a carrosseria é desmontável; se tem mala e onde está colocada; se tem porta na parte traseira, etc.).

29. *Natureza* — exemplo: motor a explosão, gasogênio, etc.

30. *Combustível empregado* — é, por exemplo: gasolina, gás, óleo cru, álcool-motor, etc.).

33. *Número* — é o total de rodas sobre as quais se movimentam o veículo, contando-se em dôbro as rodas duplas e esclarecendo-se esse fato, sempre que ocorrer, no item 35 ("outros característicos").

34. *Natureza* — incluem-se as rodas que são inteiramente de madeira, de madeira com aro de aço, inteiramente de aço, de aço revestido de borracha maciça, de aço revestido de pneumáticos, blindadas, etc., etc.

35. *Outros característicos* — como por exemplo, as dimensões das rodas, dos pneumáticos, etc.

36. *Número de lugares disponíveis, inclusive o destinado ao motorista* — é o número total de acomodações de que o veículo dispõe para o transporte de passageiros, incluindo-se nesse total o seu condutor.

37. *Carga útil* — é o máximo legal de pêso da carga (em quilos) que o veículo pode transportar.

NOTAS: — No item intitulado "quanto a outros elementos especiais" entre outros esclarecimentos, deve ser indicado o número de rodas sobressalentes que o veículo pode transportar, se tem aparelho de rádio, etc., etc.

Quando o veículo fôr registado, matriculado ou licenciado em duas ou mais cidades, distritos, municípios ou Unidades da Federação, é obrigatória a indicação desse fato em "observações", com o nome do lugar ou lugares por onde também foi licenciado ou arrolado e os números respectivos que tomou.

★

Anexo n.º 2

FICHA DE REGISTO DE VEÍCULOS DE
TRAÇÃO ANIMADA

Município Ano
 N.º de (atual Matrícula { atual
 registo { anterior ... ou { anterior
 anterior ... Licença { espécie
 Data do registo
 Característicos

QUANTO A PROPRIEDADE

- a) Se fôr individual — 1. Nome
 2. Sexo 3. Nacionalidade
 4. Estado Civil 5. Profissão
 6. Residência
 (Rua e número do prédio)
- b) Se fôr coletiva — 7. Nome da firma ou
 repartição
 8. Ramos de negócios, se fôr o caso
 9. Sede

QUANTO AO VEÍCULO EM GERAL

10. Natureza 11. Destino
 12. Ano da fabricação
 13. Material da estrutura
 14. Força empregada
 15. Se a força animal, o número e espécie dos
 animais
 16. Estado de conservação
 17. Pêso em quilos
 18. Lugar onde é guardado e outros caracte-
 rísticos

QUANTO AS RODAS

19. Número 20. Natureza
 21. Espécie do eixo
 22. Outros característicos

QUANTO À CAPACIDADE DE TRANSPORTE

23. Número de lugares disponíveis, inclusive o
 destinado ao condutor
 24. Carga útil
 (Quilos)
 25. Outros característicos

QUANTO A OUTROS ELEMENTOS ESPECIAIS

Observações

 Em de de 19...

 (O declarante ou informante)

INSTRUÇÕES

Por "espécie" da matrícula ou licença, entende-se a designação adotada pela repartição encarregada do licenciamento e arrolamento dos veículos (particular, aluguel, carga, oficial, experiêcia, etc.).

10. *Natureza* — é a espécie ou tipo do veículo (triciclo, bicicleta, carroça, carreta carro, carrinho, carrocinha, carro ou coche fune-rário, carro-irrigador, reboque, "charrette" compressor, etc., etc.).

11. *Destino* — é a utilização dada ao veículo (oficial, particular, comercial, etc.).
 13. *Material da estrutura* — é o material empregado na fabricação do veículo (aço, madeira, etc.).
 14. *Força empregada* — pode ser humana ou animal; inexistente, porém no caso do veículo ser um reboque.
 15. *Se a força animal, número e espécie dos animais* — por exemplo: 1 muar, 2 bois, 3 muares, etc.
 16. *Estado de conservação* — é o do veículo na ocasião do preenchimento da ficha.
 17. *Pêso em quilos* — é o pêso bruto do veículo, com todo seu equipamento e acessórios.
 19. *Número* — é o total de rodas sobre cujos eixos se movimenta o veículo, contando-se em dobro as rodas duplas e esclarecendo-se esse fato, sempre que ocorrer, no item 22 (outros característicos).
 20. *Natureza* — incluem-se as rodas que são inteiramente de madeira, de madeira com aro de aço, inteiramente de aço, de aço revestido de borracha maciça, de aço revestido de pneumáticos, rústicas, etc., etc.).
 21. *Espécie do eixo* — pode ser móvel ou fixo.
 22. *Outros característicos* — como por exemplo, as dimensões das rodas, dos pneumáticos, etc.
 23. *Número de lugares disponíveis, inclusive o destinado ao condutor* — é o número total de acomodações de que o veículo dispõe para o transporte de passageiros, incluindo-se nesse total o seu condutor.
 24. *Carga útil* — é o máximo legal de pêso de carga (em quilos) que o veículo pode transportar.

NOTA: — Quando o veículo fôr registrado, matriculado ou licenciado em duas ou mais cidades, distritos, municípios ou Unidades da Federação, é obrigatória a indicação desse fato em "observações" com o nome do lugar ou lugares por onde também foi licenciado ou arrolado e o número respectivo que tomou.

(D.O. — Santa Catarina 30-12-944).

★

Decreto-lei n.º 1 256

Prorroga o prazo para a apresentação dos novos mapas municipais pelas Prefeituras dos municípios cujos âmbitos territoriais sofreram alteração

O Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, usando das suas atribuições;
 Considerando a deliberação tomada pelo Conselho Nacional de Geografia com a Resolução n.º 168, de 18 de outubro de 1944,

Decreta:

Art. 1.º — Fica prorrogado para 31 de dezembro de 1945 o prazo estipulado no Decreto-lei estadual n.º 941, de 31 de dezembro de 1943, para a entrega dos novos mapas municipais pelas Prefeituras dos municípios cujos âmbitos territoriais tenham sofrido alteração na nova divisão administrativa do Estado.

Art. 2.º — Os mapas municipais, que obedecerão aos requisitos mínimos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Geografia, serão entregues ao Diretório Regional do mesmo Conselho nesta capital, ao qual cabe tomar e promover as medidas adequadas para a observância, no que fôr aplicável, dos dispositivos referentes ao recebimento, aprovação e exibição

dos referidos mapas, de acôrdo com a Resolução n.º 60, de 22 de julho de 1939, e bem assim de acôrdo com outras instruções complementares que lhe encaminhar o Conselho Nacional de Geografia.

Art. 3.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 29 de dezembro de 1944. — *Nereu Ramos — Ivo d'Aquino — Udo Deeke.*

(D.O. — Santa Catarina 30-12-944).

★

Decreto-lei n.º 1 262

Transfere para o Departamento Estadual de Estatística a Secção de Bio-Estatística do Departamento de Saúde Pública

O Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item V, do art. 6.º, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica transferida, do Departamento de Saúde Pública para o Departamento Estadual de Estatística, a Secção de Bio-Estatística, com os encargos atuais, além dos que lhe forem progressivamente atribuídos, de acôrdo com os superiores interesses da Estatística nacional, e ligados à respectiva especialidade.

Parágrafo único — A Secção de Bio-Estatística ficará diretamente subordinada ao Gabinete do diretor-geral, podendo manter, todavia, entendimento direto com o Departamento de Saúde Pública, no que se relacionar ao respectivo desempenho técnico.

Art. 2.º — O Departamento Estadual de Estatística e o Departamento de Saúde Pública trabalharão sob o regime da melhor cooperação, tomando cada qual providências imediatas quando solicitadas pelo outro, a respeito do maior rendimento e eficiência do serviço.

Parágrafo único — Uma vez por mês, no mínimo, obrigatoriamente, e sempre que lhe fór solicitado, a Secção de Bio-Estatística proporcionará dados bio-demográficos completos ao Departamento de Saúde Pública, atendendo-se a que tais elementos mereçam preferência na ordem cronológica das atividades da Secção.

Art. 3.º — Ficam criados, no Departamento Estadual de Estatística, na carreira de estatísticos-auxiliares, os seguinte cargos: um (1) da classe H; dois (2) da classe G; três (3) da classe F.

§ 1.º — O Poder Executivo poderá promover o aproveitamento, no Departamento Estadual de Estatística, por transferência para cargo equivalente na carreira de estatísticos-auxiliares, de funcionários efetivos que ora servem na Secção de Bio-Estatística.

§ 2.º — Compete ao diretor-geral do Departamento Estadual de Estatística, na qualidade de presidente da Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística, propor ao governo do Estado o aproveitamento de que trata o parágrafo anterior, observada a adaptabilidade à especialização profissional requerida pelos serviços estatísticos, na forma da cláusula vigésima oitava, alínea c, da Convenção Nacional de Estatística.

§ 3.º — E' pôsto à disposição do D.E.E., pelo tempo necessário, o atual chefe do Serviço de Bio-Estatística.

§ 4.º — Sempre que circunstâncias especiais o exigirem, e mediante aviso prévio à Direção-Geral do D.E.E., o chefe da Secção de Bio-Estatística poderá ser aproveitado em outras funções no D.S.P.

Art. 4.º — O art. 2.º e o art. 3.º, do Decreto-lei n.º 737, de 17 de fevereiro de 1943, passam a ter a seguinte redação: "Art. 2.º — Só farão jus a essa gratificação os oficiais do Registro Civil que, até ao quinto dia após vencido o mês, fizerem a remessa, ao Departamento Estadual de Estatística, dos documentos enumerados no art. 1.º do citado decreto-lei, art. 3.º — A gratificação será paga por semestre vencido, e mediante representação do diretor-geral do D.E.E. ao interventor federal.

Art. 5.º — Fica aberto, por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, o crédito especial de Cr\$ 23 000,00, para atender ao pagamento referente à aquisição de material permanente necessário à instalação, no D.E.E., da Secção de Bio-Estatística.

Art. 6.º — Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 30 de dezembro de 1944. — *Nereu Ramos — Ivo d'Aquino — Orlando Brasil.*

(D.O. — Santa Catarina 30-12-944).

★

Decreto n.º 3 072

O Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e atendendo ao art. 18, e seu parágrafo único, do Decreto-lei n.º 1 202, de 30 de novembro de 1944.

Decreta:

Artigo único — Fica aprovado o Regulamento anexo ao presente decreto, relativo ao "Curso de Aperfeiçoamento", no Departamento Estadual de Estatística, regulamentação essa processada pela Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 4 de dezembro de 1944. — *Nereu Ramos — Ivo d'Aquino.*

REGULAMENTO DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO

CAPÍTULO I

Das finalidades

Art. 1.º — O Curso de Aperfeiçoamento (C.A.), instituído pelo Decreto-lei n.º 1 211, de 30 de novembro de 1944, destina-se a ministrar aos estatísticos, estatísticos-auxiliares e cartógrafos, cada qual por seu turno, conhecimentos progressivos das disciplinas intimamente ligadas à execução da metodologia estatística.

Art. 2.º — O C.A. promoverá, pelos meios ao seu alcance, a maior difusão do ensino da Estatística, seja provendo à formação de "núcleos de interesse estatístico" nos estabelecimentos de ensino secundário, seja efetivando palestras e conferências em tórno da especialidade.

CAPÍTULO II

Do regime

Art. 3.º — O C.A., para cada das três carreiras, compreenderá dois ciclos:

- a) Ciclo de revisão;
- b) Ciclo de aperfeiçoamento.

§ 1.º — O "ciclo de revisão" tem por fim dar ao aluno a base necessária e suficiente para obter o melhor aproveitamento no decorrer do "ciclo de aperfeiçoamento".

§ 2.º — O "ciclo de aperfeiçoamento" consistirá no estudo tão aprofundado quanto possível, das matérias programadas.

§ 3.º — Findos os ciclos de revisão e de aperfeiçoamento no curso de Estatísticos, poderá estabelecer-se o "ciclo de especialização", com ensinamentos profundamente especializados de Biometria, ou Econometria, ou Demografia.

Art. 4.º — O ciclo de revisão compreenderá 3 meses; o de aperfeiçoamento, 7 meses; o de especialização, 1 ano.

Art. 5.º — As aulas do C.A. serão diárias, excetuados os sábados e os dias em que não houver expediente nas repartições estaduais.

§ 1.º — Cada aula terá a duração de 40 minutos, havendo o descanso de 5 minutos entre o término de uma e o início da seguinte.

§ 2.º — Serão dadas 3 aulas por dia.

§ 3.º — O horário de funcionamento do C.A. será fixado pelo respectivo diretor.

CAPÍTULO III

Das matérias

Art. 6.º — No curso para estatísticos-auxiliares, as matérias serão distribuídas da seguinte maneira:

- a) Ciclo de revisão: Português, Matemática, Estatística e Geografia Humana;
- b) Ciclo de aperfeiçoamento: Matemática, Estatística e Geografia Humana.

Art. 7.º — No curso para estatísticos, as matérias serão distribuídas da seguinte maneira:

- a) Ciclo de revisão: Matemática, Estatística e Sociologia;
- b) Ciclo de aperfeiçoamento: Matemática, Estatística e Economia Política.

Art. 8.º — No curso para cartógrafos, as matérias serão distribuídas da seguinte maneira:

- a) Ciclo de revisão: Matemática, Estatística e Geografia Física;
- b) Ciclo de aperfeiçoamento: Matemática, Estatística, Cartografia (Geográfica e Estatística).

Art. 9.º — No curso de especialização, far-se-á, em cada ano, uma especialidade dentre as enumeradas no art. 3.º, e § 3.º.

CAPÍTULO IV

Do corpo docente

Art. 10 — A Direção do Curso compete ao diretor-geral do Departamento Estadual de Estatística, a quem incumbe a livre escolha dos professores e do secretário.

§ 1.º — Os professores serão escolhidos dentre especialistas em cada matéria, de competência técnica comprovada pela prática da docência da especialidade.

§ 2.º — O secretário será escolhido, anualmente, dentre funcionários do D.E.E., não atingidos pela obrigatoriedade da frequência ao Curso realizado nesse ano.

Art. 11 — Os professores são obrigados a ministrar, com eficiência as aulas que lhes forem designadas, esforçando-se pelo máximo aproveitamento dos alunos.

§ 1.º — O diretor do C.A. poderá dispensar, livremente, o professor que não cumprir o intento do presente artigo, como, também, o que faltar às aulas, até 3 vezes por mês, sem motivo justificado.

§ 2.º — É estabelecida a gratificação de 15 cruzeiros por aula efetivamente dada, correndo a despesa por conta de verba própria (para gratificações) do Departamento Estadual de Estatística.

§ 3.º — Ao secretário será concedida, a título de *pro labore*, a gratificação de 200 cruzeiros mensais, desde que outra gratificação lhe não seja atribuída, em virtude do cargo ou da função que exerça no D.E.E.

§ 4.º — As funções de diretor do C. A. serão exercidas gratuitamente.

Art. 12 — As atribuições do secretário serão fixadas, em portaria, pelo diretor geral do D.E.E., na qualidade de diretor do C.A.

CAPÍTULO V

Do corpo discente

Art. 13 — No Curso de Aperfeiçoamento para estatísticos-auxiliares, serão matriculados, obrigatoriamente, todos os estatísticos-auxiliares em exercício no Estado, sejam efetivos ou interinos.

§ 1.º — A matrícula será feita compulsoriamente, no tocante aos estatísticos-auxiliares, pelo diretor-geral do D.E.E.

§ 2.º — É facultativa a matrícula aos demais funcionários estatísticos do Estado ou do Município como aos extranumerários de repartições estatísticas.

§ 3.º Poderão matricular-se, ainda, quaisquer funcionários estaduais ou municipais, devendo a matrícula respectiva ser feita, em ofício, pelo diretor da repartição a que pertencer o funcionário interessado, por intermédio da C.E.S.P.E.

§ 4.º — O critério para a matrícula, adotado no parágrafo anterior, estende-se aos servidores de que trata o § 2.º deste artigo.

Art. 14 — É fixado em 60 o número máximo de matrículas.

Parágrafo único — Se, com a matrícula de todos os servidores enumerados no artigo 13 e seus parágrafos, não for atingido o limite de 60 alunos, poderão ser admitidos, até completar aquele número, pessoas estranhas aos quadros do funcionalismo público estadual ou municipal.

Art. 15 — No Curso de Aperfeiçoamento para estatísticos, serão matriculados obrigatoriamente, todos os estatísticos em exercício no Estado, sejam efetivos ou interinos.

Art. 16 — A matrícula no C.A. para estatísticos condiciona-se, fundamentalmente à apresentação do certificado de aprovação no Curso de Aperfeiçoamento para estatísticos-auxiliares.

Parágrafo único — Somente no primeiro ano de realização do C.A. para estatísticos, ficarão dispensados da apresentação daquele certificado os atuais ocupantes de cargos na carreira de estatísticos.

Art. 17 — É fixado em 30 o número máximo de matrículas no C. A. para estatísticos.

Art. 18 — No C.A. para cartógrafos, serão matriculados, obrigatoriamente, todos os cartógrafos em exercício no Estado, sejam efetivos ou interinos.

Parágrafo único — Se o número dos cartógrafos matriculados obrigatoriamente não atingir a 30, poder-se-á estender a faculdade da matrícula a quaisquer outros servidores estaduais, ou municipais, ou mesmo a pessoas estrangeiras, até que se complete o referido número.

Art. 19 — A matrícula no ciclo de especialização para estatísticos depende, fundamentalmente, da aprovação no C.A. para a mesma carreira.

Art. 20 — É fixado em 15 o número máximo de matrículas em qualquer ciclo de especialização.

CAPÍTULO VI

Dos deveres

Art. 21 — Aos alunos matriculados no mesmo C.A., incumbe os mesmos deveres.

Art. 22 — Constituem deveres dos alunos:

a) freqüentar a tódas as aulas; sòmente por motivo de moléstia, no próprio aluno ou em pessoa da sua família, serão justificadas faltas até 3 por mês, 10 faltas por mês, ou 25 num trimestre, determinam a eliminação, irrevocavelmente, ainda que justificadas;

b) submeter-se a tódas as provas ou às sabatinas exigidas pela direção do C.A.;

c) tratar com urbanidade os professores e colegas;

d) acatar as decisões da direção do C.A., diretas ou por intermédio dos professores, ou secretário;

e) chegar pontualmente às aulas;

f) esforçar-se em prol do melhor e maior aproveitamento.

Art. 23 — Cabe ao diretor do C.A. a aplicação das seguintes penalidades:

a) advertência verbal;

b) advertência escrita;

c) repreensão;

d) suspensão;

e) eliminação.

Parágrafo único — A penalidade é proporcional à gravidade da falta cometida.

Art. 24 — O diretor do C.A. dará ciência ao diretor da repartição a que pertencer o servidor faltoso, bem como à C.E.S.P.E., da penalidade aplicada para efeito de registro na respectiva fé-de-ofício.

Art. 25 — O aluno que fôr eliminado do C.A., por motivo de indisciplina, se interino, será imediatamente exonerado das suas funções; se efetivo, suspenso.

CAPÍTULO VII

Das provas

Art. 26 — Ao finalizar o ciclo de revisão, de qualquer C.A., far-se-ão provas das matérias lecionadas.

§ 1.º — A reprovação em qualquer das provas inabilita o aluno a ingressar no ciclo seguinte de aperfeiçoamento.

§ 2.º — Se o aluno reprovado fôr funcionário estatístico interino, promover-se-á a respectiva exoneração do cargo ou função que exerce .

Art. 27 — No decorrer do ciclo de aperfeiçoamento, realizar-se-ão duas provas: uma, 3 meses depois de iniciadas as aulas do ciclo; outra, ao fim do ciclo.

§ 1.º — A primeira prova será escrita; a segunda, escrita e oral.

§ 2.º — A nota final de aprovação no ciclo de aperfeiçoamento será dada pela média ponderada das notas obtidas na primeira e na segunda provas, a primeira prova terá pêso 1 e a seguinte prova, pêso dois (2).

§ 3.º — A nota da segunda prova é dada pela média aritmética, simples, das notas alcançadas na prova escrita e na prova oral.

Art. 28 — As notas variarão de 0 a 10.

Art. 29 — Considerar-se-á reprovado o aluno que não obtiver notas iguais ou superiores a 4 em disciplina, e 5 no conjunto.

CAPÍTULO VIII

Dos direitos e vantagens

Art. 30 — Ao aluno aprovado em C. A., de estatísticos-auxiliares, ou de estatísticos, ou de cartógrafos, concede-se a dispensa, no concurso de ingresso à carreira respectiva, das provas referentes às cadeiras de extensão comum ao Curso e ao concurso.

Parágrafo único — Para a classificação final, no concurso, o candidato nestas condições concorrerá, nas cadeiras em que se viu dispensado, com as notas que obteve, respectivamente, no C.A.

Art. 31 — As funções de chefia quer de Divisão, como de Secção, no Departamento Estadual de Estatística, como em qualquer repartição estatística do Estado, sòmente poderão ser conferidas a funcionários aprovados, respectivamente, nos C.A. para estatísticos e estatísticos-auxiliares.

Parágrafo único — O funcionário que exercer função de chefia e fôr reprovado, quer no ciclo de revisão, como no de aperfeiçoamento, será imediatamente dispensado daquela função.

Art. 32 — O funcionário reprovado em C.A. não poderá, no mesmo ano, ser promovido por merecimento.

§ 1.º — O funcionário reprovado terá o direito de, no ano seguinte, voltar a freqüentar o mesmo C.A.

§ 2.º — Se no ano seguinte, ainda fôr reprovado, o diretor geral do D.E.E. proporá ao govêrno, na forma da Convenção Nacional de Estatística, o aproveitamento do referido funcionário noutra carreira tanto que as duas reprovações demonstram inadaptabilidade à especialização profissional, requerida pelos serviços estatísticos.

Art. 33 — Os funcionários não estatísticos, aprovados em C.A. de estatísticos-auxiliares, terão forte merecimento, que deve ser considerado na organização das listas de promoção.

Parágrafo único — A aprovação em C.A. de estatísticos confere muito forte merecimento; a aprovação em ciclo de especialização, fortíssimo merecimento.

CAPÍTULO IX

Dos programas

Art. 34 — Os programas do C.A. para estatísticos-auxiliares obedecerão à seguinte distribuição:

a) *Ciclo de revisão.*

1 — PORTUGUÊS.

Flexões nominais: gênero, número e grau.

Pronomes: caracterização, função, topologia, sintaxe.

Verbos: quanto ao complemento, às vozes, à significação, à conjugação. Estudo demorado dos verbos irregulares.

Sintaxe.

Preposição: caracterização, crase, função, sintaxe.

Advérbio: classificação, sintaxe.

Formação de palavras: estudo demorado de afixação.

Vícios de linguagem.

Formação e constituição do léxico português.

Noções elementares de fonética histórica.

2 — MATEMÁTICA.

Aritmética: Operações fundamentais, divisibilidade, fatores primos, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum.

Números fracionários.

Sistema legal de pesos e medidas.

Números complexos.

Razões e proporções.

Divisão proporcional. Mistura e liga.

Grandezas proporcionais. Percentagem. Juros simples. Descontos. Câmbio.

Algebra: Operações fundamentais.

Interpretação de expoentes. Radiciação.

Fatoração.

Frações.

Equações do 1.º grau a uma e a várias incógnitas.

Interpretação de soluções negativas e fracionárias. Inequações do 1.º grau.

Geometria: Estudo dos ângulos.

Estudo dos triângulos.

Estudo dos quadriláteros.

Círculo. Arcos e cordas. Medida dos ângulos. Linhas proporcionais. Semelhança e homotécia.

3 — ESTATÍSTICA.

Organização da Estatística Nacional e seu campo de ação. Esquema fundamental e esquema estrutural do I.B.G.E.

Método estatístico: estudo demorado das respectivas fases.

Disposições normativas de tabulação.

Primeiras noções de representatividade, de tendência central e de variabilidade.

Tipos elementares de gráficos.

4 — GEOGRAFIA.

Formação etnográfica do povo brasileiro.

A colonização: fatores geográficos. A exploração litorânea.

A penetração pelo São Francisco.

A criação do gado.

A penetração paulista: orientação geográfica.

Monoculturas e policulturas.

Recursos naturais: distribuição geográfica.

A indústria e o comércio em função de fatores geográficos.

b) *Ciclo de Aperfeiçoamento*.

1 — MATEMÁTICA.

Algebra: Equação do 2.º grau a uma incógnita: resolução gráfica e analítica. Discussão. Problemas do 2.º grau: interpretação.

Trinômio do 2.º grau. Propriedades das raízes. Interpretação.

Inequação do 2.º grau.

Equações bi-quadradas e irracionais.

Progressões.

Função exponencial.

Logaritmos.

Juros compostos. Anuidades.

Análise combinatória.

Binômio de Newton.

Geometria: Relações métricas no triângulo e no círculo.

Estudo dos polígonos regulares.

Medida da circunferência. Cálculo de pi.

Retificação da circunferência.

Áreas. Equivalência.

Diedros e poliedros.

Prisma e pirâmide.

Cilindro e cone.

Esfera.

Geração e classificação das superfícies.

Secções cônicas.

Primeiras noções de analítica.

2 — ESTATÍSTICA.

Dados estatísticos: obtenção, distribuição, verificação, tabulação, exposição.

Representação gráfica. Escalas logarítmicas

Elementos de tendência central.

Outros elementos de representatividade.

Valores de posição.

Elementos de variabilidade. Dispersão absoluta e relativa.

Momentos.

Processos elementares de interpolação e ajustamento.

3 — GEOGRAFIA.

O povoamento do Brasil. Formação étnica dos povoadores; sua capacidade ergológica e sua psicologia.

Cruzamento: tipos resultantes. Condições nosográficas das regiões povoadas.

A integração dos povoadores ao meio.

A colonização. O meio e o colono. Formação étnica do colonizador: psicologia e capacidade orgânica. A integração ao meio. Assimilação. Conceituação antropogeográfica da dieta nas zonas de colonização. Consequências sociais, econômicas e demográficas da colonização.

O homem em função da alimentação e esta como impositivo do meio.

A habitação. Tipos e razões geográficas.

Formação de centros urbanos. Causas, funções.

Meios de comunicação: influência geográfica e função social.

Art. 35 — Os programas do C.A. para estatísticos obedecerão à seguinte distribuição:

a) *Ciclo de revisão*.

1 — MATEMÁTICA.

Geometria analítica, a duas e a três dimensões.

Análise combinatória.

Binômio de Newton; expoente negativo e fracionário.

Teoria das funções.

2 — ESTATÍSTICA.

Processos elementares de interpolação e ajustamento.

Representações gráficas.

3 — SOCIOLOGIA.

Evolução histórica.

Métodos. Ciências marginais e auxiliares.

Conceitos fundamentais.

Formas sociais. Unidades e corpos sociais.

Relações sociais: comunitárias, societárias, econômicas, políticas e ético-espirituais.

Valores sociais: econômicos, políticos e éticos.

Normas sociais: Ordem direito, moralidade.

Fatores sociais: materialismo histórico, economia, política, espírito.

b) *Ciclo de Aperfeiçoamento.*

1 — MATEMÁTICA.

Estudos demorados à cerca de:

Derivadas.

Limites.

Diferenciais.

Integrais.

Séries.

Determinantes.

Equações do 3.º grau.

Trigonometria retilínea e esférica.

2 — ESTATÍSTICA.

Estudos demorados à cerca de:

Probabilidades.

Correlações.

Interpolação e ajustamento.

Demografia.

3 — ECONOMIA POLÍTICA.

1) — História das doutrinas econômicas.

Exposição e crítica.

2) — Economia circulatória.

Circulação: a sociedade, a propriedade, a troca, o valor, o preço, a moeda.

Preço: determinação, previsão.

Crédito: conceituação, funções limitação, instituições, bancos.

Moeda: conceituação, valor aquisitivo, índices monetários, equações (Fisher, Keynes, Divisia, Rueff) política monetária. Sistemas monetários.

Comércio internacional. Protecionismo, nacionalismo, autarquia econômica, câmbio.

3) — Economia repartitiva:

Repartição econômica.

Réditos: conceituação produtividade marginal, leis.

Hierarquia econômica.

Capilaridade, precipitação.

Pirâmide de Say e curvas de Barone e de Pareto. Cone de Pareto.

Distribuição das rendas. Leis de Engel.

Leis. Formação de riquezas.

4) — O Estado e a atividade econômica.

5) — O capital, de Marx.

Art. 36 — Os programas do C. A. para cartógrafos obedecerão à seguinte distribuição:

a) *Ciclo de revisão.*

1 — MATEMÁTICA.

Algebra: Equação do 2.º grau a uma incógnita: resolução gráfica e analítica.

Discussão. Problemas: interpretação.

Trinômio do 2.º grau. Propriedades das raízes.

Inequação do 2.º grau.

Equações bi quadradas e irracionais.

Progressões.

Logaritmos.

Juros compostos. Anuidades.

Análise combinatória.

Binômio de Newton.

2 — ESTATÍSTICA.

Elementos de tendência central.

Elementos de dispersão e de variabilidade.

Noções elementares de interpolação e ajustamento.

Representação gráfica.

3 — GEOGRAFIA FÍSICA.

Descrição, física e política, pormenorizada, de cada região natural do Brasil.

Estudo, em cada região, por Estados, da formação geológica, da meteorologia e clima, do regime de águas de condições bio-geográficas

b) *Ciclo de Aperfeiçoamento.*

1 — MATEMÁTICA.

Algebra: Derivadas. Limites. Diferenciais. Integrais.*Geometria:* Analítica, a duas e a três dimensões.*Trigonometria:* Resolução de triângulos retângulos e oblíquângulos.

2 — ESTATÍSTICA.

Estudo demorado acerca de:

Representatividade.

Variabilidade.

Dispersão.

Representações gráficas.

Momentos.

Interpolação e ajustamento.

3 — CARTOGRAFIA.

Origem e evolução da Cartografia. Conceitos gerais e objetos. Mapas topográficos. Lei-tura de cartas.

Linhas de nível, isotérmicas e isóbaras.

Ventos e correntes marinhas.

Escalas. Gráficas e transversais.

Coordenadas geográficas.

Classificação das cartas. Tipos usuais de projeção.

Reprodução de plantas: métodos.

Medição de áreas. Poncet e Simpson. planimetro.

Nações gerais de Topografia. Erros. Medição de ângulos.

Alinhamentos. Levantamentos. Nivelamento.

CAPÍTULO X

Disposições gerais e transitórias

Art. 37 — O aluno reprovado poderá voltar a cursar o mesmo C. A. no ano seguinte:

Parágrafo único — Se fôr novamente reprovado, somente poderá ser readmitido, três anos depois.

Art. 38 — O aluno eliminado por motivo de indisciplina não poderá, em qualquer época, voltar ao C. A.

Art. 39 — A matrícula e as aulas serão inteiramente gratuitas às diversas espécies de alunos, cabendo a estes, entretanto, a aquisição do material escolar e dos livros adotados.

Art. 40 — Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos pelo diretor do C.A., *ad referendum* da Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística.

Art. 41 — Ao aluno aprovado em qualquer C.A., a Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística conferirá competente diploma.

(D.O. Santa Catarina — 6-12-944).

★

SERGIPE

Decreto-lei n.º 533, de 7 de dezembro de 1944

Fixa a divisão judiciária do Estado que vigorará de 1 de janeiro de 1945 a 31 de dezembro de 1948

O Interventor Federal no Estado de Sergipe, substituto, em exercício, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e o art. 3.º do Decreto-lei n.º 6 549, de 31 de maio de 1944, e devidamente autorizado pelo Sr. Presidente da República,

Decreta:

Art. 1.º — A divisão judiciária do Estado que vigorará de 1 de janeiro de 1945 a 31 de dezembro de 1948, compreende 17 comarcas, 39 termos e 53 distritos.

Art. 2.º — Fica fazendo parte integrante deste Decreto-lei o quadro anexo contendo a discriminação das comarcas, termos e distritos.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Sergipe, Aracaju, 7 de dezembro de 1944, 56.º da República. — *Francisco Leite Neto* — *Arício de Guimarães Fortes*.

(D. O. — Sergipe 12-12-944).

★

Decreto-lei n.º 537, de 7 de setembro de 1944.

Cria a série funcional de guarda florestal

O Interventor Federal no Estado de Sergipe, substituto, em exercício, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica criada a série funcional de guarda florestal para extranumerários-mensalistas com os limites de salários de III a VI.

Art. 2.º — A despesa resultante da manutenção do pessoal para essa função, será custeada pelo crédito especial aberto pelo Decreto-lei n.º 458, de 8 de agosto de 1944.

Art. 3.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Sergipe, Aracaju, 7 de dezembro de 1944, 56.º da República. — *Francisco Leite Neto*, — *Arício de Guimarães Fortes*.

(D.O. — Sergipe 10-12-944).



Concorra para que o Brasil seja cartograficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

QUADRO DA DIVISÃO TERRITORIAL, ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA DO ESTADO, PARA O QUINQUÊNIO DE 1944-1948

CIRCUNSCRIÇÕES EXCLUSIVAMENTE JUDICIÁRIAS				CIRCUNSCRIÇÕES EXCLUSIVAMENTE ADMINISTRATIVAS		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTANEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS		SEDES DAS CIRCUNSCRIÇÕES		
2 — Comarcas		4 — Têrmos		6 — Municípios		8 — Distritos		N.º de ordem	NOME	CATEGORIA
N.º de ordem	NOME	N.º de ordem	NOME	N.º de ordem	NOME	N.º de ordem	NOME			
1	Aracaju	1	Aracaju	1	Aracaju	1	Aracaju — Sub-distritos (1 e 2)	1	Aracaju (capital)	Cidade
2	Capela	2	Capela	2	Capela	2	Capela	2	Capela	Cidade
		3	Muribeca	3	Muribeca	3	Muribeca	3	Muribeca	Cidade
3	Estância	4	Estância	4	Estância	4	Estância	4	Estância	Cidade
		5	Araúá	5	Araúá	5	Araúá	5	Araúá	Cidade
4	Frei Paulo (ex-São Paulo)	6	Inajaroba (ex-Santa Luzia)	6	Inajaroba (ex-Santa Luzia)	6	Inajaroba (ex-Santa Luzia)	6	Inajaroba	Cidade
		7	Indiaroba (ex-Espírito Santo)	7	Indiaroba (ex-Espírito Santo)	7	Indiaroba (ex-Espírito Santo)	7	Indiaroba	Cidade
5	Gararu	8	Frei Paulo (ex-São Paulo)	8	Frei Paulo (ex-São Paulo)	8	Frei Paulo (ex-São Paulo)	8	Frei Paulo	Cidade
		9	Ribeirópolis	9	Ribeirópolis	9	Ribeirópolis	9	Ribeirópolis	Vila
6	Itabaiana	10	Gararu	10	Gararu	10	Gararu	10	Gararu	Cidade
		11	Canhoba	11	Canhoba	11	Canhoba	11	Canhoba	Vila
7	Itabaianinha	12	Pôrto da Fólha	12	Pôrto da Fólha	12	Pôrto da Fólha	12	Pôrto da Fólha	Cidade
		13	Itabaiana	13	Itabaiana	13	Itabaiana	13	Itabaiana	Cidade
8	Japaratusa	14	Campo do Brito	14	Campo do Brito	14	Campo do Brito	14	Campo do Brito	Cidade
		15	Itabaianinha	15	Itabaianinha	15	Itabaianinha	15	Itabaianinha	Vila
9	Lagarto	16	Buquim	16	Buquim	16	Buquim	16	Buquim	Cidade
		17	Cristinápolis (ex-Cristina)	17	Cristinápolis (ex-Cristina)	17	Cristinápolis (ex-Cristina)	17	Cristinápolis	Cidade
10	Laranjeiras	18	Japaratusa	18	Japaratusa	18	Japaratusa	18	Japaratusa	Vila
		19	Cristinápolis (ex-Cristina)	19	Cristinápolis (ex-Cristina)	19	Cristinápolis (ex-Cristina)	19	Cristinápolis	Cidade
11	Maruim	20	Japoatã (ex-Jaboatão)	20	Japoatã (ex-Jaboatão)	20	Japoatã (ex-Jaboatão)	20	Japoatã	Cidade
		21	Carmópolis (ex-Carmo)	21	Carmópolis (ex-Carmo)	21	Carmópolis (ex-Carmo)	21	Carmópolis	Vila
12	Neópolis	22	Japoatã (ex-Jaboatão)	22	Japoatã (ex-Jaboatão)	22	Japoatã (ex-Jaboatão)	22	Japoatã	Cidade
		23	Lagarto	23	Lagarto	23	Lagarto	23	Lagarto	Cidade
13	Nossa Senhora das Dores	24	Salgado	24	Salgado	24	Salgado	24	Salgado	Cidade
		25	Laranjeiras	25	Laranjeiras	25	Laranjeiras	25	Laranjeiras	Cidade
14	Propriá	26	Riachuelo	26	Riachuelo	26	Riachuelo	26	Riachuelo	Cidade
		27	Cotinguiba (ex-Socorro)	27	Cotinguiba (ex-Socorro)	27	Cotinguiba (ex-Socorro)	27	Cotinguiba	Vila
15	São Cristóvão	28	Maruim	28	Maruim	28	Maruim	28	Maruim	Cidade
		29	Divina Pastôra	29	Divina Pastôra	29	Divina Pastôra	29	Divina Pastôra	Cidade
16	Simão Dias (ex-Anápolis)	30	Rosário do Catete (ex-Rosário)	30	Rosário do Catete (ex-Rosário)	30	Rosário do Catete (ex-Rosário)	30	Rosário do Catete	Cidade
		31	Santo Amaro das Brotas (ex-Santo Amaro)	31	Santo Amaro das Brotas (ex-Santo Amaro)	31	Santo Amaro das Brotas (ex-Santo Amaro)	31	Santo Amaro das Brotas	Cidade
17	Tobias Barreto (ex-Campos)	32	Neópolis	32	Neópolis	32	Neópolis	32	Neópolis	Cidade
		33	Parapitinga (ex-São Francisco)	33	Parapitinga (ex-São Francisco)	33	Parapitinga (ex-São Francisco)	33	Parapitinga	Cidade
		34	Nossa Senhora das Dores	34	Nossa Senhora das Dores	34	Nossa Senhora das Dores	34	N. Senhora das Dores	Cidade
		35	Nossa Senhora da Glória	35	Nossa Senhora da Glória	35	Nossa Senhora da Glória	35	N. Senhora da Glória	Cidade
		36	Siriri	36	Siriri	36	Siriri	36	Siriri	Cidade
		37	Propriá	37	Propriá	37	Propriá	37	Propriá	Cidade
		38	Aquidabã	38	Aquidabã	38	Aquidabã	38	Aquidabã	Cidade
		39	Tamanduá	39	Tamanduá	39	Tamanduá	39	Tamanduá	Vila
		40	Darcilena (ex-Cedro)	40	Darcilena (ex-Cedro)	40	Darcilena (ex-Cedro)	40	Darcilena	Cidade
		41	São Cristóvão	41	São Cristóvão	41	São Cristóvão	41	São Cristóvão	Cidade
		42	Ipiranga (ex-Itaporanga)	42	Ipiranga (ex-Itaporanga)	42	Ipiranga (ex-Itaporanga)	42	Ipiranga	Cidade
		43	Simão Dias (ex-Anápolis)	43	Simão Dias (ex-Anápolis)	43	Simão Dias (ex-Anápolis)	43	Simão Dias	Cidade
		44	Simão Dias (ex-Anápolis)	44	Simão Dias (ex-Anápolis)	44	Simão Dias (ex-Anápolis)	44	Simão Dias	Cidade
		45	Tobias Barreto (ex-Campos)	45	Tobias Barreto (ex-Campos)	45	Tobias Barreto (ex-Campos)	45	Tobias Barreto	Cidade
		46	Pogo Verde	46	Pogo Verde	46	Pogo Verde	46	Pogo Verde	Vila
		47	Samambaia (ex-Igreja Nova)	47	Samambaia (ex-Igreja Nova)	47	Samambaia (ex-Igreja Nova)	47	Samambaia	Vila
		48	Riachão do Dantas (ex-Riachão)	48	Riachão do Dantas (ex-Riachão)	48	Riachão do Dantas (ex-Riachão)	48	Riachão do Dantas	Cidade
		49	Riachão do Dantas (ex-Riachão)	49	Riachão do Dantas (ex-Riachão)	49	Riachão do Dantas (ex-Riachão)	49	Riachão do Dantas	Cidade

Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

FLORIANÓPOLIS — (Santa Catarina)

Decreto n.º 1

Fixa os perímetros urbano e suburbano da cidade de Florianópolis e da vila de Ingleses.

O Prefeito Municipal de Florianópolis, usando da atribuição que lhe confere o art. 12, item III, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Ficam fixados os perímetros urbano e suburbano da cidade de Florianópolis, como segue:

Perímetro urbano: Começa no lado do continente, na ponta da Ilhota, e segue por uma linha sêca até a ponte de cimento armado existente na estrada para São José, no pé do morro do Geraldo, daí segue com rumo N verdadeiro numa extensão que regula 900 metros até cruzar com uma água que passa atrás da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, aonde está plantado um marco de pedra; daí continua por uma paralela às ruas Afonso Pena e Marechal Hermes até ao marco na praia da baía norte de Santa Catarina; segue por uma linha reta até a ponta do Recife no lado da ilha de Santa Catarina; dêsse ponto continua por uma linha sêca que, passando pela bifurcação das ruas Rui Barbosa e Aristides Lôbo se prolonga até ao marco situado a 300 metros da rua Rui Barbosa; daí continuando paralelamente e a 300 metros das ruas Rui Barbosa, Frei Caneca, Demétrio Ribeiro, avenida Mauro Ramos, ruas Silva Jardim e José Mendes, procurando alcançar a nascente do córrego Eufrásio; desce por êste até a sua foz na baía sul de Santa Catarina; dêsse ponto segue por uma linha reta até a ponta da Ilhota.

Perímetro suburbano: Começa na foz do rio Araújo, na baía sul de Santa Catarina, sobe por êle até a sua nascente mais oriental; daí, continua pelo divisor entre as águas que correm para as baías norte e sul de Santa Catarina até alcançar no morro Major Garriga a nascente do rio Büchele; desce por êste até desembocar na baía norte de Santa Catarina; continua pelo mar até a foz do rio das Três Pontes ou do Sertão; sobe por êste até ao marco de pedra plantado no ponto em que êle cruza com a estrada das Camarinhas; daí segue por uma linha sêca até ao extremo norte do morro do Pantanal; continua por êste morro e pelo Gema

d'Ovo, até a ponta do Ferrujo na baía sul de Santa Catarina; daí segue pelo mar até a foz do rio Araújo.

Art. 2.º — Os perímetros urbano e suburbano da vila de Ingleses são os abaixo discriminados:

Perímetro urbano: Começa na praia no marco A aonde tem inicio o Costão e segue por uma linha sêca perpendicular à praia, com uma extensão de 100 metros até ao marco B; daí segue paralelamente à praia, fazendo um percurso de 500 metros até ao marco C; dêsse ponto, por outra perpendicular à praia alcança novamente o mar, no marco D, pelo qual segue até ao ponto inicial.

Perímetro suburbano: A zona suburbana será constituída por uma faixa de 500 metros de largura que envolve a zona urbana.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Florianópolis, em 29 de janeiro de 1944. — *Rogério Vieira*, Prefeito Municipal.

(D. O. Santa Catarina — 11-12-944).

★

PITANGA — (Paraná)

Decreto-lei n.º 16

O Prefeito Municipal de Pitanga, Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe confere o art. 12, n.º I, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Artigo único — Fica aberto o crédito especial de (Cr\$ 13 000,00) treze mil cruzeiros, no exercicio vigente, destinado a atender ao pagamento das despesas de engenharia no levantamento do cadastro, projetar e locar as ruas e praças dentro do mais perfeito estilo de urbanismo, em plano geral da cidade, sede dêste município e retificação do primeiro do patrimônio da mesma sede dêste município; revoga das as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Pitanga, 18 de novembro de 1944. — *Ten. Abílio Antunes Rodrigues*, Prefeito Municipal — *Ageu Anunziato*, Secretário da Prefeitura.

(D. O. Paraná — 19-12-944).



Resoluções do Instituto Brasileiro
de Geografia e Estatística

Conselho Nacional de Estatística
Junta Executiva Central

Integra das Resoluções de interesse geográfico aprovadas em 1943

Resolução n.º 148, de 8 de janeiro de 1943.

Altera os quantitativos orçamentários fixados na Resolução n.º 136, desta Junta

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

Considerando que o Orçamento Geral da República, para 1943, fixou em Cr\$ 21 468 600,00 o auxílio destinado à manutenção, naquele exercício, dos serviços e encargos atribuídos ao Instituto;

Considerando que, por isso mesmo, se faz necessário alterar a Resolução n.º 136, desta Junta, na parte em que os quantitativos orçamentários sofreram redução,

Resolve:

Artigo único — O total das verbas especificadas no art. 1.º da Resolução n.º 136, desta Junta, fica reduzido para Cr\$ 21 468 600,00 (vinte e um milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil e seiscentos cruzeiros), com a seguinte distribuição:

I — Conselho Nacional de Estatística, Secretaria Geral do Instituto e respectivo Serviço Gráfico ...	Cr\$	5 000 000,00
II — Conselho Nacional de Geografia e Estatística Fisiográfica ..	Cr\$	2 600 000,00
III — Serviço Nacional de Recenseamento ...	Cr\$	13 868 600,00
Total	Cr\$	21 468 600,00

Rio de Janeiro, em 8 de janeiro de 1943, ano VIII do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira le Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 155, de 11 de junho de 1943.

Orça as despesas do Instituto para o exercício de 1944

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições e

Considerando que, no intervalo das sessões da Assembléa Geral do C.N.E., cumpre a esta Junta deliberar sobre o andamento e a eficiência dos serviços e trabalhos atribuídos ao Instituto;

Considerando que, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, a proposta orçamentária para manutenção de todos os colégios dirigentes do Instituto no exercício de 1944 deve ser encaminhada à Comissão de Orçamento do Ministério da Fazenda no prazo regulamentar;

Considerando que a Assembléa Geral do referido Conselho somente no mês de julho vindouro, quando da sua instalação, poderia deliberar sobre a proposta em causa;

Considerando, por isso mesmo a impossibilidade de o mencionado órgão deliberativo pronunciar-se, *a priori*, sobre o orçamento geral do Instituto para aquele exercício;

Considerando que as novas atribuições dadas a entidade pelo Decreto-lei n.º 4 736, de 23 de setembro de 1942, determinam a elevação das despesas, ao nível exigido pelo levantamento de estoques nas capitais e principais cidades da República;

Considerando que os serviços executados pelos três colégios dirigentes do Instituto — o estatístico, o geográfico e o censitário — exigem ainda, no exercício de 1944, recursos financeiros cujos quantitativos não podem sofrer qualquer redução, sob pena de advir solução de continuidade à execução de um programa mínimo de atividades essenciais à vida do Instituto e de ficarem comprometidos os encargos de vital interesse para defesa nacional, que à entidade atribui o Decreto-lei n.º 4 181, de 16 de março de 1942;

Considerando, finalmente, que às Resoluções dos órgãos deliberativos das três alas do Instituto, ao fixarem os seus quantitativos orçamentários para o exercício de 1944, esclarecem e fundamentam as oscilações verificadas nas várias verbas;

Resolve:

Art. 1.º — O orçamento geral dos serviços e atividades do Instituto, nos termos da legislação específica dos seus três órgãos colegiais, é fixado, para o exercício de 1944, na importância global de trinta milhões, trinta e seis mil e oitocentos cruzeiros (Cr\$ 30 036 800,00), assim distribuída:

I — Sob a rubrica "Conselho Nacional de Estatística":

a) Custeio da Secretaria Geral do Instituto, com os seus serviços técnicos, criados em consequência dos Decretos-leis ns. 1 360, de 20-6-1939 e 4 736, de 23-9-1944, e manutenção das oficinas gráficas, anexadas em virtude do Decreto-lei n.º 237, de 2-2-1938	Cr\$ 4 396 800,00
b) Apuração de inquéritos e censos anuais, a cargo das repartições centrais federais e regionais, na forma do artigo 13 do Decreto-lei n.º 4 181, de 16-3-942	Cr\$ 2 300 000,00
c) Suprimento destinado à manutenção dos serviços municipais de estatística, de acôrdo com o artigo 10 do Decreto-lei n.º 4 181, de 16-3-942	Cr\$ 6 000 000,00
Total	Cr\$ 12 696 800,00

II — Sob a rubrica "Conselho Nacional de Geografia", para custeio da respectiva Secretaria Geral, do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, da "Campanha das

Coordenadas Geográficas" e da "Campanha Altimétrica" Cr\$ 7 700 000,00

III — Sob a rubrica "Serviço Nacional de Recenseamento", compreendendo a Comissão Censitária Nacional e Direção Central, trabalhos de apuração dos censos e elaboração de monografias . . . Cr\$ 9 640 000,00

Art. 2.º — A Presidência do Instituto, na conformidade do disposto no art. 24, n.º I, do Decreto-lei n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, solicitará do Governo Federal que a consignação a ser-lhe atribuída na lei orçamentária para 1944 se faça com o título e o explicativo já constante do orçamento do corrente exercício e contenha as três seguintes sub-consignações, que são especificadas em tôdas as suas indicações, obedientemente à legislação em vigor:

★

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(A ser entregue como "auxílio", na forma do art. 24, n.º I, do Decreto n.º 24 609, de 6 julho de 1934)

I — Conselho Nacional de Estatística	Cr\$ 12 696 800,00
II — Conselho Nacional de Geografia	Cr\$ 7 700 000,00
III — Serviço Nacional de Recenseamento	Cr\$ 9 640 000,00
Total	Cr\$ 30 036 800,00

Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1943, ano VIII do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

 Anualmente o Conselho Nacional de Geografia realiza um concurso de monografias de aspectos geográficos municipais, com direito a prêmios. Concorra com os seus estudos geográficos, seus levantamentos, sua documentação.

Conselho Nacional de Geografia

Diretório Central

Íntegra das Resoluções n.ºs 151 a 160

Resolução n.º 151, de 31 de janeiro de 1944

Reajusta o quadro da divisão do Brasil em face da criação de novos Territórios Federais e dá outras providências

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso de suas atribuições;

Considerando que, pela Resolução n.º 72, de 14 de julho de 1941, a Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia fixou o quadro de divisão regional do Brasil, para fins práticos, o qual foi adotado na Estatística brasileira pela Resolução n.º 225, de 26 de junho de 1941, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística;

Considerando que pelo Senhor Presidente da República a adoção, pelos Ministérios, da divisão organizada pelo I. B. G. E., conforme circular n.º 1, de 31 de janeiro de 1942, da Secretaria da Presidência da República;

Considerando, que no referido quadro, cada uma das cinco regiões brasileiras é constituída de unidades federadas indivisíveis;

Considerando, entretanto, que posteriormente foram criadas novas unidades federadas correspondentes aos Territórios Federais de Fernando de Noronha, Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porá e Iguaçú, sendo por conseguinte necessário reajustar o quadro de divisão regional brasileira à nova divisão política;

Considerando ainda a urgência, em face das freqüentes consultas que são dirigidas a este Conselho, do referido reajustamento, de modo que fique claramente estabelecido como devem as novas unidades federadas ser classificadas nas regiões brasileiras;

Considerando, finalmente, que, na distribuição dos novos Territórios Federais pelas regiões brasileiras, devem ser obedecidas fielmente as mesmas normas gerais estabelecidas no art. 1.º da citada Resolução n.º 72, da Assembléa Geral do Conselho;

Resolve:

Art. 1.º — O Quadro de divisão regional do Brasil, fixado pelo art. 2.º da Resolução n.º 72, da Assembléa Geral do Conselho, fica assim organizado:

I — Região Norte, com os Territórios de Guaporé, Acre, Rio Branco e Amapá e os Estados de Amazonas e Pará;

II — Região Nordeste, compreendendo duas partes: o Nordeste Ocidental, com os Estados de Maranhão e Piauí; e o Nordeste Oriental, com os Estados de Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas e o Território de Fernando de Noronha;

III — Região Leste, compreendendo duas partes: o Leste Setentrional, com os Estados de Sergipe e Bahia; e o Leste Meridional, com os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro e o Distrito Federal;

IV — Região Sul, com os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e o Território de Iguaçú;

V — Região Centro Oeste, com os Estados de Goiás e Mato Grosso e o Território de Ponta Porá.

Art. 2.º — Ao Conselho Nacional de Estatística deverá ser esta enviada com a solicitação de a examinar, afim de que a divisa regional reajustada seja também adotada na Estatística brasileira;

Art. 3.º — Adotado pelos Conselhos dirigentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o novo quadro da divisão regional, providenciará o presidente desse Instituto a sua generalização em todo o país, para o que solicitará ao Senhor Presidente da República a expedição dos atos necessários, em substituição à Circular n.º 1, de 31 de janeiro de 1942, da Secretaria da Presidência da República.

Rio de Janeiro, em 31 de janeiro de 1944, ano VIII do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 152, de 3 de fevereiro de 1944

Dispõe sobre o quadro do pessoal do Conselho

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições; Considerando a situação especial em que transitariamente se encontra a repartição central do Conselho, segundo disposto no art. 121, n.º 782, de 13 de outubro de 1938;

Considerando que tal situação brevemente cessará, pois com a próximo terminação dos

trabalhos do Recenseamento Geral da República de 1940, aquela repartição deverá ter constituição definitiva, nos termos da Resolução n.º 127, de 9 de julho de 1942, da Assembléa Geral;

Considerando que, em tais circunstâncias, a adaptação da estrutura do quadro do Conselho às normas da administração federal deverá atender à peculiaridade da situação;

Resolve:

Art. 1.º — O pessoal do Conselho, enquanto não se fixar a situação definitiva de sua repartição central, constituirá um quadro único que, para o efeito de sistematização, se adaptará às condições do pessoal extranumerário da administração federal.

Art. 2.º — A escala padrão de salários é a fixada no Decreto-lei n.º 5 976, de 10 de novembro de 1943, para o pessoal extranumerário, com os acréscimos necessários, conforme a seguinte relação:

Referência	Salário mensal Cr\$	Salário anual Cr\$
I	250,00	3 000,00
II	300,00	3 600,00
III	350,00	4 200,00
IV	400,00	4 800,00
V	450,00	5 400,00
VI	500,00	6 000,00
VII	550,00	6 600,00
VIII	600,00	7 200,00
IX	650,00	7 800,00
X	700,00	8 400,00
XI	750,00	9 000,00
XII	800,00	9 600,00
XIII	900,00	10 800,00
XIV	1 000,00	12 000,00
XV	1 100,00	13 200,00
XVI	1 200,00	14 400,00
XVII	1 300,00	15 600,00
XVIII	1 400,00	16 800,00
XIX	1 500,00	18 000,00
XX	1 600,00	19 200,00
XX-A	1 700,00	20 400,00
XXI	1 800,00	21 600,00
XXII	1 900,00	22 800,00
XXIII	2 000,00	24 000,00
XXIV	2 100,00	25 200,00
XXV	2 200,00	26 400,00
XXVI	2 300,00	27 600,00
XXVII	2 400,00	28 800,00

XXVIII	2 500,00	30 000,00
XXIX	2 600,00	31 200,00
XXX	2 700,00	32 400,00
XXXI	2 800,00	33 600,00
XXXII	2 900,00	34 800,00
XXXIII	3 000,00	36 000,00
XXIV	3 100,00	37 200,00
XXXV	3 200,00	38 400,00
XXXVI	3 300,00	39 600,00
XXXVII	3 400,00	40 800,00
XXXVIII	3 500,00	42 000,00
XXXIX	3 600,00	43 200,00
XL	3 700,00	44 400,00

Art. 3.º — O pessoal do Conselho para 1944 fica fixado no seguinte Quadro Único:

Um (1) diretor da Ref. XL;

Seis (6) assistentes técnicos, sendo dois (2) da Ref.: XXXVII, um (1) da Ref. XXX, dois (2) da Ref. XXVI e um (1) da Ref. XXII;

Três (3) chefes de Secção da Ref. XXX;

Dezessete (17) encarregados de Serviço, sendo dois (2) da Ref. XXVIII, um (1) da Ref. XXIII, treze (13) da Ref. XIX e um (1) da Ref. XVI;

Trinta e cinco (35) auxiliares técnicos, sendo doze (12) da Ref. XIV, nove (9) da Ref. XV, cinco da Ref. XVI, cinco (5) da Ref. XVII, dois (2) da Ref. XVIII, um (1) da Ref. XX e um (1) da Ref. XXI;

Setenta e nove (79) auxiliares, sendo quatro (4) da Ref. IV, um (1) da Ref. V, um (1) da Ref. VI, cinco (5) da Ref. VIII, oito (8) da Ref. IX, onze (11) da Ref. X, vinte e um (21) da Ref. XI, oito (8) da Ref. XII e vinte (20) da Ref. XIII.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1944, ano VIII do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 154, de 1 de abril de 1944

Dispõe sobre a organização da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso de suas atribuições:

Considerando que, de acordo com a decisão tomada pela I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, se realizará nesta capital, em agosto vindouro, a II Reunião, cuja organização compete a este Conselho providenciar, como patrocinador o certame;

Considerando o resultado dos entendimentos havidos pessoalmente com o secretário da Comissão de Cartografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, promotora das Reuniões Pan-Americanas em apêrço, o qual ora se acha nesta capital;

Resolve:

Art. 1.º — O Conselho Nacional de Geografia expressa vivos aplausos ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História, e em especial à sua Comissão de Cartografia, pela interessante e proveitosa iniciativa da realização das Reuniões Pan-Americanas de Consulta sobre Geografia e Cartografia, e pelo êxito da I Reunião havida em 1943 em Washington, e lhes manifesta seu agradecimento pela vinda do Dr.

André Simonpietri, secretário da Comissão, para tratar pessoalmente da organização da II Reunião, a realizar-se nesta capital em agosto vindouro.

Art. 2.º — Fica aprovado o anexo programa dos trabalhos da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia.

Art. 3.º — A Presidência do I. B. G. E. providenciará para que, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, se faça o convite oficial do Governo brasileiro aos países americanos, a fim de enviarem delegações técnicas à II Reunião.

Art. 4.º — Providenciará também a Presidência do I. B. G. E. para que seja aberto um crédito especial de Cr\$ 400 000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), destinados às despesas com a hospedagem dos delegados e à realização da II Reunião.

Art. 5.º — Competirá ainda ao presidente do I. B. G. E. promover a designação oficial da delegação que, sob sua presidência, representará o Brasil na II Reunião, cujos membros deverão

ser diretores de serviços especializados de Geografia e Cartografia da administração federal.

Art. 6.º — A volta do Brasil ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História, por intermédio do Conselho, deverá ter a possível solenização que o presidente do I. B. G. E. providenciará, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores, devendo o Conselho enviar ao México, antes de agosto, um delegado especial para o efeito da entrega da quota relativa ao ano de 1944.

Art. 7.º — Fica delegada ao Dr. André Simonpietri a missão de representar o Conselho Nacional de Geografia do Brasil nos entendimentos que, sobre a II Reunião Pan-Americana, efetuará pessoalmente com as autoridades técnicas dos países americanos.

Rio de Janeiro, 1 de abril de 1944, ano 8.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Laura de Moraes Sarmiento*, Secretário Assistente Interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia

PROGRAMA DOS TRABALHOS

Sumário:

Capítulo I: PREPARAÇÃO

- A — Introdução.
- B — Comissão Organizadora e Secretaria Executiva.
- C — Delegações.

Capítulo II: REALIZAÇÃO

- D — Programa.
- E — Comissões Técnicas e temas recomendados.

A — Introdução

1 — A realização da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia fundamenta-se na Resolução n.º 29 da I Reunião, levada a efeito em Washington, U.S. A., em outubro de 1943.

2 — A II Reunião terá lugar no Brasil, de 15 de agosto a 2 de setembro de 1944, compreendendo um primeiro período, de estudos, no Rio de Janeiro, e um segundo período, de excursão, no Estado de São Paulo.

3 — A II Reunião é promovida pela Comissão de Cartografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e organizada pelo Conselho Nacional de Geografia do Brasil.

4 — A II Reunião será constituída pelos delegados técnicos dos países americanos, inclusive o Canadá, cujos governos serão convidados pelo governo brasileiro a designá-los, e pelos diretores do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e membros da sua Comissão de Cartografia.

Na Reunião são consideradas oficiais as quatro línguas seguintes: portuguesa, inglesa, espanhola e francesa.

B — Comissão Organizadora e Secretaria Executiva

5 — A Comissão Organizadora da II Reunião é constituída de membros de honra, de membros efetivos e de assessores técnicos.

6 — São membros de honra o diretor executivo do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, eng. D. Pedro Sanchez, e o presidente da Comissão de Cartografia do mesmo Instituto, Dr. Roberto L. Randall.

7 — São membros efetivos os membros do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia do Brasil, a saber:

Dr. José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

Cel. aviador Lúcia Augusto Rodrigues, técnico do Ministério da Aeronáutica;

Eng.º Avelino Inácio de Oliveira, diretor da Divisão do Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura;

Dr. Carlos Delgado de Carvalho e

Dr. Fernando Antônio de Raja Gabaglia, professores de Geografia, do Ministério da Educação e Saúde;

Eng.º Ulpiano de Barros, diretor do Domínio da União, do Ministério da Fazenda;

Gal. José Antônio Coelho Neto, diretor do Serviço Geográfico e Histórico do Exército, do Ministério da Guerra;

Dr. Eugênio Vilhena de Moraes, diretor do Arquivo Nacional, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores;

Capitão de Fragata Antônio Alves Câmara Júnior, técnico do Ministério da Marinha;

Min. Leite Ribeiro, chefe da Divisão de Fronteiras, do Ministério das Relações Exteriores;

Cel. Renato Barbosa Pereira, consultor técnico da Divisão de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores;

Dr. Péricles de Melo Carvalho, técnico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;

Eng.º Joaquim Licínio de Sousa Almeida, técnico do Ministério da Viação e Obras Públicas;

Eng.º Carlos Soares Pereira, técnico da Prefeitura do Distrito Federal;

Dr. Heitor Bracet, técnico do Conselho Nacional de Estatística;

Eng.º Christovam Leite de Castro, secretário geral do Conselho Nacional de Geografia;

8 — São assessores técnicos os atuais membros efetivos da Comissão de Cartografia do Instituto Pan-Americano, a saber:

Dr. José Inácio Ruiz, chefe do Departamento Topográfico do Instituto Geográfico Militar e Cadastral, da República da Colômbia;

Eng.º Carlos A. Pinto, presidente da Comissão de Limites com el Perú, da República del Ecuador;

Eng.º Manuel Medina, chefe da Oficina de Geografia, do Ministério da Agricultura y Fomento, da República do México;

Eng.º Bernardino G. Vallenás, diretor do Serviço Geográfico del Ejército, da República del Perú;

Dr. Francisco Duarte, diretor da Oficina de Limites do Ministério das Relações Exteriores da República de Venezuela;

9 — A Comissão Organizadora terá uma "Secretaria Executiva", chefiada pelo secretário geral do Conselho Nacional de Geografia do Brasil.

10 — É membro nato da Secretaria Executiva o secretário da Comissão de Cartografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, Dr. André Simonpietri:

11 — A Secretaria Executiva compreenderá cinco comitês, a saber:

a) "Comitê de Recepção e Protocolo", que se encarregará das questões relativas às passagens, recepções, hospedagem, distintivos, preparo das solenidades e questões correlatas;

b) "Comitê da Exposição", que terá ao seu cargo as questões atinentes ao preparo das exposições anexas à II Reunião e a programação das reuniões que nelas terão lugar;

c) "Comitê de Transporte e Excursões", que organizará o serviço de transportes dos delegados em tôdas as suas modalidades e preparará as excursões previstas no programa oficial;

d) "Comitê de Expediente", que organizará os serviços de dactilografia e taquigrafia, de intérpretes e do expediente em geral;

e) "Comitê de Publicidade", que além do serviço de publicidade, em tôdas as fases do certame, se encarregará do preparo das publicações da II Reunião.

12 — Cada Comitê terá um diretor, designado pelo presidente da Comissão Organizadora, ouvido o secretário geral Executivo, e os auxiliares que este designar.

C — Delegações

13 — Cada país terá uma delegação, constituída de um ou mais membros, designados pelos respectivos governos.

14 — A delegação brasileira será formada de diretores dos serviços federais de Geografia e Cartografia, sob a chefia do presidente do Conselho Nacional de Geografia.

15 — Cada delegação terá o direito a um único voto.

16 — Cada delegação deverá apresentar a seguinte documentação:

a) notícia circunstanciada da organização geográfica e cartográfica do seu país, para constar dos Anais da II Reunião;

b) coleção de cartas e mapas, e de fotografias, que documentem o progresso das atividades geográficas e cartográficas, a fim de figurarem na Exposição anexa ao Certame;

c) comunicação sobre os problemas especiais que o trabalho geográfico e cartográfico do país oferecer, como contribuição a uma melhor conceituação pan-americana dos problemas especificados, e ao estudo de soluções mais satisfatórias.

d) contribuições ao estudo dos assuntos recomendados à consideração do certame.

D — Programa dos trabalhos

17 — O programa geral dos trabalhos da II Reunião será o seguinte:

14 de agosto — 2.^a feira, 15 horas: 1.^a sessão preparatória para a apresentação de credenciais, instruções, etc.

20 horas: jantar de confraternização.

15 de agosto — 3.^a feira, 10 horas: 2.^a sessão preparatória.

17 horas: sessão solene de abertura no Palácio Tiradentes, na qual se fará a eleição da Mesa Diretora da Reunião. (A Mesa Diretora será composta de: Presidente, 1.^o vice-presidente, secretário geral e secretário assistente).

16 de agosto — 4.^a feira, 9 horas: sessão plenária para a constituição das comissões técnicas e para que cada delegação faça sumariamente a sua apresentação e a entrega oficial das teses referentes aos problemas peculiares à geografia do seu país, e outras contribuições a serem estudadas pelas comissões técnicas.

14 ½ horas: visita oficial ao Presidente da República.

16 horas: visita à cidade do Rio de Janeiro e *cocktail* oferecido pelo prefeito da cidade.

17 de agosto — 5.^a feira, das 9 às 12 horas: duas reuniões de comissões técnicas (uma, das 9 às 10 ½, e outra, das 11 às 12 ½).

Das 14 ½ às 17 ½ horas: duas reuniões de comissões técnicas (uma, das 14 ½ às 16, e outra, das 16 às 17 ½).

18 horas: inauguração solene da Exposição de Geografia e Cartografia e da Exposição de Paisagens Brasileiras.

18 de agosto — 6.^a feira, 9 horas: sessão plenária.

14 ½ horas: visita oficial ao Conselho Nacional de Geografia.

18 horas: reunião no recinto da Exposição.

19 de agosto — sábado, das 9 às 12 ½ horas: duas reuniões de comissões técnicas (uma, das 9 às 10 ½, outra, das 16 às 17 ½).

18 horas: reunião no recinto da Exposição.

20 de agosto — domingo, 12 horas: almoço no Jôquei Clube (prêmio Geografia Pan-Americana).

21 de agosto — 2.^a feira, 9 horas: sessão plenária.

14 ½ horas: visita oficial a serviços técnicos.

18 horas: reunião no recinto da Exposição.

22 de agosto — 3.^a feira, das 9 às 12 ½ horas: duas reuniões de comissões técnicas (uma, das 9 às 10 ½ horas; outra, das 11 às 12 ½).

Das 14 ½ às 17 horas: duas reuniões de comissões técnicas (uma, das 14 ½ às 16).
18 horas: reunião no recinto da Exposição.

23 de agosto — 4.^a feira, 9 horas: sessão plenária.

14 ½ horas: visita oficial a serviços técnicos.

18 horas: reunião no recinto da Exposição.

24 de agosto — 5.^a feira, das 9 às 12 ½ horas: duas reuniões de comissões técnicas (uma, de 9 às 10 ½; outra, de 11 às 12 ½).

Das 14 ½ às 17 ½ horas: duas reuniões de comissões técnicas (uma, de 14 ½ às 16; outra, de 16 às 17 ½).

18 horas: reunião no recinto da Exposição.

25 de agosto — 6.^a feira, 9 horas: última sessão plenária.
17 horas: sessão solene de encerramento.
20 horas: banquete de encerramento.

26 de agosto — sábado, dia livre.

27 de agosto — domingo, 10 horas: partida para São Paulo em avião especial.
15 horas: visita ao interventor e à cidade de São Paulo.

28 de agosto — 2.^a feira, 10 horas: visita ao Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo.

29 de agosto — 3.^a feira, de manhã: excursão ao interior em trem especial.

1. de setembro — 6.^a feira, chegada de volta a São Paulo.

17 horas: reunião geral de despedidas e entrega das Resoluções aprovadas. — Pronunciamento da Comissão de Cartografia do I.P.G.H. sobre as Resoluções da Reunião.

2 de setembro — sábado, 10 horas: partida para o rio de Janeiro, em avião especial para os delegados que não queiram voltar aos seus países, de São Paulo).

18 — Em resumo, será observado o seguinte horário geral das reuniões de estudos, nos dias úteis no Rio de Janeiro:

Das 9 às 12½ horas: alternadamente, sessão plenária ou reunião das comissões técnicas. A sessão plenária ocupará toda a manhã. As reuniões de Comissão terão a duração de 1½ horas, não podendo haver duas reuniões ao mesmo tempo.

Das 12½ às 14½ horas: tempo reservado para o almoço.

Das 14½ às 17½ horas: alternadamente, reuniões das comissões técnicas ou visitas coletivas.

Das 18 às 19½ horas: reunião no recinto da Exposição onde haverá conferências, exibições de filmes, apresentação de paisagens típicas brasileiras, etc.

19 — É considerado particularmente importante a observância rigorosa do horário estabelecido, o que será indispensável à boa marcha dos trabalhos.

E — Comissões Técnicas e temas recomendados

20 — O estudo das questões técnicas será feito pelas quatro seguintes Comissões:

1.^a Comissão — “Geodésia e Astronomia de Campo”.

2.^a Comissão — “Topografia e Aerofotogrametria”.

3.^a Comissão — “Mapas Topográficos. Cartas Aeronáuticas, Hidrográficas e Outras”.

4.^a Comissão — “Toponímia. Terminologia. Assuntos Gerais”.

21 — Assuntos recomendados para o estudo de cada Comissão, em ordem de prioridade:

1.^a Comissão — Precisão. Triangulação continental; “Data” geodésicos para a América Central e do Sul.

Nivelamento geodésico de precisão.
Levantamentos hidrográficos.
Magnetismo.
Gravimetria.

2.^a Comissão — Processos mais indicados de levantamento, segundo a natureza e as condições dos terrenos.
Difusão da aerofotogrametria.

3.^a Comissão — Arquivos cartográficos nacionais.
Padronização cartográfica.
Intensificação da impressão de mapas.
O mapa oficial das Américas.

4.^a Comissão — Ortografia dos nomes geográficos.
Dicionário de termos técnicos.
A Geografia nos problemas do após-guerra.
Intercâmbio cultural.
Ensino da Geografia e da Cartografia.
Bibliografia geográfica.

22 — Além dos temas acima recomendados, poderão ser tratadas questões sobre outros assuntos relacionados com os trabalhos da II Reunião.

23 — Cada Comissão terá um presidente eleito na 1.^a sessão plenária, o qual designará um relator geral, dentre os membros da II Reunião, e um secretário administrativo, de acordo com a Secretaria Geral.

INSTRUÇÕES AOS DELEGADOS

1.^a) — Comunicar à Secretaria Executiva no Rio de Janeiro por carta aérea a designação oficial feita pelo Governo respectivo, para o efeito de receber instruções da Comissão Organizadora.

2.^a) — Preparar notícia, a mais circunstanciada possível, da organização geográfica e cartográfica do seu país, a fim de apresentar à II Reunião, em cujos anais figurará.

3.^a) — Preparar coletânea de mapas e cartas referentes ao território nacional e documentação fotográfica sobre serviços e aparelhagens, a fim de figurarem na Exposição anexa à II Reunião.

4.^a) — Preparar dados biográficos e bibliográficos referentes à Geografia nacional.

5.^a) — Preparar uma tese acerca dos problemas especiais que ofereça o trabalho geográfico e cartográfico do seu país, para que a II Reunião os examine, tendo em vista uma conceituação pan-americana dos problemas geográficos e cartográficos, e o estudo de soluções mais satisfatórias.

6.^a) — Providenciar para que o material destinado à Exposição de Geografia e Cartografia esteja no Rio de Janeiro até o dia 1.^o de agosto.

7.^a) — Estar no Rio de Janeiro até o dia 13 de agosto, domingo.

8.^a) — O único traje obrigatório é o destinado aos jantares e sessões solenes, que para os civis é um traje escuro (não “smoking”) e para os militares o uniforme equivalente.

9.^a) — No período de 15 de agosto a 2 de setembro a temperatura normal no Rio de Janeiro é de 24^o.2 C ao dia, 17^o.5 C à noite, e em São Paulo, onde haverá excursão de 27 de agosto a 2 de setembro, a temperatura normal é de 22^o.3 C ao dia e 13^o.4 C à noite.

10.^a) — É aconselhável trazer capa impermeável leve.

11.^a) — A passagem deve ser adquirida na agência da Pan American Airways ou empresa filiada, que concederá desconto mediante apresentação das credenciais oficiais.

12.^a) — Procurar, na Embaixada dos Estados Unidos da América, o adido militar, para tratar da prioridade na passagem que está sendo providenciada oficialmente.

13.^a) — As despesas de hospedagem e de excursões no Brasil, durante todo o período da II Reunião, ficarão a cargo do Governo brasi-

leiro, cabendo ao Governo de cada país somente o pagamento da passagem do seu delegado ao Rio de Janeiro, ida e volta.

14.^a) — Os delegados à II Reunião, na qualidade de hóspedes oficiais terão suas acomodações reservadas no novo e moderno "Hotel Serrador", sito à praça Getúlio Vargas, n.º 14.

15.^a) — No mesmo prédio do Hotel, haverá as reuniões plenárias e das comissões técnicas, bem como as Exposições de Geografia e Cartografia e de Paisagens Brasileiras.

★

Resolução n.º 155, de 18 de abril de 1944

Dispõe sobre uma missão cultural

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Resolve:

Art. 1.º — Fica o secretário do Conselho escolhido delegado especial do C.N.G., para a missão de entregar ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História, no México, a quota de adesão do Brasil relativa ao ano de 1944.

Art. 2.º — Fica-lhe, ao mesmo tempo, autorizada a aceitação do honroso convite do Governo dos Estados Unidos da América para ir àquele país, em missão cultural junto à Library of Congress.

Art. 3.º — O delegado especial, nas viagens de ida e volta, organizará itinerários propícios à realização, no maior número possível, de entendimentos com as autoridades e técnicos dos países americanos a respeito da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, e com os governos regionais do Brasil quanto à realização em setembro, em Belém, do X Congresso Brasileiro de Geografia.

Art. 4.º — Caberá ainda ao representante do Conselho entrar em entendimento com as

autoridades e técnicos norte-americanos sobre tudo quanto fôr de interesse para o desenvolvimento e boa marcha dos serviços da instituição e para o desempenho da sua missão, e bem assim adquirir material técnico, de acordo com as conveniências e possibilidades orçamentárias do C.N.G., devendo para isso lhe serem dados recursos financeiros, sob a forma de adiantamento, mediante prévia autorização do presidente do Instituto.

Art. 5.º — Ao Secretário do Conselho será dada uma ajuda de custo e atribuída uma diária, a serem fixadas pelo presidente do Instituto, em portaria.

Art. 6.º — Na ausência, o secretário perderá o direito a perceber as vantagens de gratificação de representação, que passam ao seu substituto no cargo.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 1944, ano 8.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Laura de Morais Sarmiento*, Secretário Assistente Interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publicado-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 156, de 18 de abril de 1944

Formula encarecido apêlo ao ministro da Educação e Saúde sobre o ensino superior da Geografia

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que se processam, no Ministério da Educação e Saúde, estudos sobre a reforma do ensino superior;

Considerando os interesses do ensino da Geografia, em face das necessidades atuais dos nossos serviços especializados;

Resolve:

Art. 1.º — O Conselho Nacional de Geografia formula encarecido apêlo ao senhor ministro da Educação e Saúde no sentido de ser estabelecida, na reforma do ensino superior em preparo, a separação dos cursos de Geografia e de História nas faculdades de filosofia, de modo a se possibilitar a formação de geógrafos habilitados convenientemente nos trabalhos

especializados, de gabinete e de campo, de que tanto carece a Geografia nacional, no seu aparelhamento atual.

Art. 2.º — O Conselho encarece também a conveniência de se estabelecer, na medida do possível, uniformidade dos currículos nos cursos de Geografia das faculdades de filosofia do país, de maneira que, mediante equilibrado conjunto de estudos teóricos e práticos, melhor e mais extensamente se atendam as necessidades dos meios técnicos.

Art. 3.º — Igualmente, salienta o Conselho a necessidade de ser restabelecido nas escolas de engenharia o curso de geógrafo, em virtude da falta desses técnicos no país, a criar-lhe embaraços no desenvolvimento dos trabalhos geográficos e sugere dar-se ao diplomado nesse curso o título de "engenheiro geodesta".

Art. 4.º — Por fim, o Conselho ressalta a absoluta necessidade de ser dado cunho prático aos cursos superiores de Geografia, por forma que os géógrafos formados pelas faculdades de filosofia e pelas escolas de engenharia sejam profissionais aptos e em condições de aproveitamento imediato e efetivo.

★

Resolução n.º 157, de 3 de maio de 1944

Promove o adiamento da realização da Assembléa Geral do Conselho relativo ao corrente ano

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que perduram, agravadas, as dificuldades de transporte e comunicações no país;

Considerando que, no corrente ano, a realização no Rio de Janeiro, em agosto vindouro, da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, sob a responsabilidade do Conselho, está exigindo de todos os seus órgãos a maior concentração possível de esforços;

Considerando ainda que a realização, em seguida, no mês de setembro, na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, do X Congresso Brasileiro de Geografia, sob o patrocínio do Conselho, sobrecarrega acentuadamente o programa das atividades do Conselho Nacional de Geografia no ano em curso;

Resolve:

Art. 1.º — É manifesto à Presidência do Instituto a conveniência da não realização no

Rio de Janeiro, 18 de abril de 1944, ano 8.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Laura de Moraes Sarmiento*, Secretário Assistente Interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

corrente ano da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia.

Art. 2.º — A Presidência do Instituto, se o Conselho Nacional de Estatística, pelo órgão competente, se manifestar também de acordo com a iniciativa —, providenciará para que, em decreto único, se determine o adiamento da realização das Assembléas Gerais dos dois Conselhos dirigentes do Instituto.

Parágrafo único — É recomendado que, no decreto, seja prevista a constituição duma comissão, composta de delegados estaduais, para a conveniente tomada de contas da instituição.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1944, ano 8.º do do Instituto. — Conferido e numerado. *Laura de Moraes Sarmiento*, Secretário Assistente Interino. — Visto e rubricado. *Fábio de Macedo Soares Guimarães*. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 158, de 18 de maio de 1944

Aprova a indicação do nome do Dr. Luís Palmier para integrar o Corpo de Consultores Técnicos do Estado do Rio de Janeiro

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pelo parágrafo 2.º do artigo 15 do Regulamento do Conselho;

Considerando os termos da proposta formulada pelo Diretório Regional do Conselho no Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da sua Resolução n.º 68, de 27 de dezembro de 1943;

Resolve:

Artigo único — Fica aprovada a indicação do nome do Dr. Luís Palmier formulada pelo

Diretório Regional do Conselho no Estado do Rio de Janeiro para integrar o Corpo de Consultores Técnicos assessorados àquele Diretório, constituído pela Resolução n.º 42, de 4 de setembro de 1942, do Diretório Central.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1944, ano 8.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Laura de Moraes Sarmiento*, Secretário Assistente Interino. — Visto e rubricado. *Fábio de Macedo Soares Guimarães*. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 159, de 19 de junho de 1944

Modifica um artigo da Resolução n.º 154, de 1.º de abril de 1944, referente à constituição da delegação brasileira à II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que a Resolução n.º 154, do Diretório Central, determina, em seu artigo 5.º, que os membros da delegação brasileira deverão ser diretores de serviços especializados de Geografia e Cartografia, da administração federal;

Considerando que são em pequeno número os referidos serviços especializados, ao pas-

so que há vantagens em constituir-se uma delegação mais numerosa;

Considerando que muitos técnicos de conhecida competência em assuntos geográficos ficariam impedidos de fazer parte da delegação brasileira, segundo o referido artigo 5.º, o mesmo se dando em relação a diretores de serviços geográficos estaduais, alguns com elevada soma de trabalhos realizados;

Resolve:

Art. 1.º — Fica modificado o artigo 5.º da Resolução n.º 154, de 1.º de abril de 1944, do Diretório Central, a cujos termos ficam acrescentadas as seguintes palavras: "bem como técnicos brasileiros de reconhecida competência em assuntos geográficos e cartográficos, pertencentes a serviços oficiais".

Parágrafo único — Fica conseqüentemente modificado o item 14 do programa dos trabalhos, anexo à referida Resolução, o qual terá a seguinte redação: "A delegação brasileira será formada de diretores dos serviços federais de

Geografia e Cartografia, bem como de técnicos brasileiros de reconhecida competência em assuntos geográficos e cartográficos, pertencentes a serviços oficiais, sob a chefia do presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística".

Rio de Janeiro, 19 de junho de 1944, ano IX do Instituto. Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Fábio de Macedo Soares Guimarães*, Secretário Geral Interino. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 160, de 19 de julho de 1944

Approva a proposta do orçamento do Conselho para 1945

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que, dada a feliz orientação atual da administração pública no sentido do estabelecimento duma planificação geral do desenvolvimento do país, cumpre dar à Geografia nacional um novo sentido de utilidade imediata, pela qual ela se torne eficiente meio de pesquisa, que permita aos estadistas enfrentarem os problemas nacionais com o indispensável conhecimento da Terra e do Homem brasileiros;

Considerando que, para atender com eficácia a tais finalidades, é necessário e urgente que os órgãos do Conselho Nacional de Geografia, em vez de se limitarem a trabalhos de compilação, intensifiquem os trabalhos de campo, seja adotando processos mais rápidos de levantamentos de cartas, especialmente com o uso da aerofotogrametria, seja aplicando de modo sistemático a moderna técnica de pesquisas de análise regional, que deverão progressivamente se estender a todas as zonas geográficas em que se divide o país;

Considerando que, tal como já fôra solicitado no ano anterior, é indispensável, para a realização dos referidos levantamentos, a aquisição de aparelhagem adequada, aquisição essa que, com grande probabilidade, já se tornará possível em 1945, em condições altamente vantajosas;

Considerando as resoluções e recomendações da I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, realizada em Washington em 1943 e na qual o Brasil se fez representar, por intermédio do Conselho Nacional de Geografia, pelas quais foi encarecida a necessidade de cada país do continente desenvolver e acelerar o levantamento de suas cartas geográficas e dar a maior eficiência aos seus serviços cartográficos;

Considerando que, para atender ao gênero de trabalhos a que se dedica o Conselho, cumpre contar com técnicos habilitados e em número suficiente, o que não poderá ser obtido sem justa remuneração do pessoal;

Considerando que, para a formação dum corpo especial de geógrafos altamente habilitados, é indispensável desenvolver os atuais cursos de aperfeiçoamento dos funcionários do Conselho e proporcionar a estes a possibilidade de adquirirem a mais adiantada técnica moderna em grandes centros científicos;

Considerando que, para atender aos pedidos, em número crescente, dos órgãos da administração pública e das instituições particulares, quanto a mapas e dados geográficos, é necessário ampliar as publicações do Conselho e especialmente proceder à impressão, já por sucessivos anos adiada, da Carta Geral do Bra-

sil, ao milionésimo, afim de que todos os trabalhos e pesquisas empreendidas pelo seu corpo técnico possam ser realmente utilizados pelos administradores e pelos estudiosos dos problemas nacionais;

Considerando o aumento geral do custo do material consumido, relativamente aos serviços já atualmente a cargo do Conselho;

Resolve:

Art. 1.º — A Presidência do Instituto, na proposta orçamentária que encaminhar ao Ministério da Fazenda, incluirá para este Conselho a dotação em 1945 de nove milhões e seiscentos mil cruzeros (Cr\$ 9 600 000,00).

Art. 2.º — Destina-se a referida dotação a atender às despesas previstas para o Conselho no ano vindouro, obedientes à discriminação:

VERBA I — PESSOAL

01 — Vencimentos do pessoal extranumerário do Conselho	Cr\$ 2 070 000,00
02 — Gratificação ao Secretário (Decreto-lei n.º 218)	Cr\$ 13 200,00
03 — Gratificações de diversas naturezas	Cr\$ 160 000,00
04 — Ajudas de custo e diárias	Cr\$ 30 000,00
05 — Auxílio para fardamentos	Cr\$ 8 400,00
TOTAL DA VERBA I ..	Cr\$ 2 281 600,00

VERBA II — MATERIAL

Consignação I — Material Permanente

01 — Livros, mapas, documentos, revistas e outras publicações especializadas	Cr\$ 40 000,00
02 — Móveis em geral, máquinas e utensílios de escritório	Cr\$ 250 000,00
03 — Filmes geográficos	Cr\$ 50 000,00
04 — Objetos para o Museu de Geografia do Brasil	Cr\$ 15 000,00

Consignação II — Material de Consumo

05 — Artigos de expediente, de desenho e congêneres, fichas e impressos	Cr\$ 250 000,00
---	-----------------

Diretórios Regionais

RIO DE JANEIRO

Íntegra das Resoluções n.ºs 1 a 5

Resolução n.º 1, de 17 de março de 1939

O Diretório do Conselho Brasileiro de Geografia no Estado do Rio de Janeiro, usando das suas atribuições, e

Considerando que, à Secretaria do D.R.G. compete a organização e superintendência dos serviços de expediente do mencionado D.R.G.;

Considerando que, para tal fim, necessário se torna a aquisição de material de expediente;

Considerando que, é dever da Secretaria do D.R.G. manter perfeitamente organizados e atualizados os múltiplos serviços a seu cargo;

Considerando que, indispensável se torna a designação de funcionários aptos a desempenhar as várias atribuições da Secretaria do D.R.G.,

Resolve:

Artigo único — Solicitar do governo do Estado, a abertura de um crédito de Rs. 20:000\$0000 para fazer face às despesas com a gratificação de funcionários, aquisição de material de expediente e outras despesas atinentes aos serviços da Secretaria do D.R.G.

Sala das Sessões do Diretório Regional de Geografia, em Niterói, 17 de março de 1939. — *Luis de Sousa*, Secretário do Diretório Regional de Geografia. — Publique-se. *Mário C. Paranhos*, Presidente do D.R.G.

★

Resolução n.º 2, de 17 de março de 1939

O Diretório do Conselho Brasileiro de Geografia no Estado do Rio de Janeiro, usando das suas atribuições; e

Considerando que, nos termos do art. 23 do Regulamento do Conselho Brasileiro de Geografia, compete ao D.R.G. tomar tôdas as medidas ao seu alcance, a fim de ser cumprido o que determina a Resolução n.º 14, de 17 de julho de 1937, da Assembléa Geral do Conselho Brasileiro de Geografia;

Considerando que, os serviços referentes à feitura definitiva da carta geográfica do Estado podem ser realizados pela Diretoria Técnica do Departamento de Engenharia;

Considerando que, para tanto, necessário se torna a organização de um corpo técnico especializado;

Considerando finalmente que, para cumprimento das atribuições expressas nos considerandos anteriores é indispensável a abertura de um crédito especial para fazer face às despesas das mesmas decorrentes;

Resolve:

Solicitar ao governo do Estado as seguintes providências:

1.º) — Seja aparelhada a Diretoria Técnica do Departamento de Engenharia, para que a

mesma possa organizar definitivamente a carta geográfica do Estado, com as suas divisas intermunicipais e inter-distritais;

2.º) — Seja aberto o crédito especial necessário, a fim de poder o D.R.G. fazer face aos encargos que terá de assumir com a organização definitiva da carta geográfica do Estado.

Sala das Sessões, em Niterói, 17 de março de 1939. — *Luis de Sousa*, Secretário do Diretório Regional de Geografia. — Publique-se. *Mário C. Paranhos*, Presidente.

★

Resolução n.º 3, de 17 de março de 1939.

O Diretório do Conselho Brasileiro de Geografia no Estado do Rio de Janeiro, usando das suas atribuições, e

Considerando que o Diretório Regional de Geografia, constituído por força do art. 12 do Regulamento do Conselho Brasileiro de Geografia baixado em virtude do art. 5.º do Decreto federal n.º 1 527, de 24 de março de 1937 e ratificado pelo Decreto estadual n.º 256, de 20 de setembro de 1937, não corresponde quanto à sua organização atual às nomenclaturas decorrentes das reformas administrativas operadas no Estado;

Considerando que, o art. 12 do mesmo Regulamento impõe normas sobre a qualidade funcional daqueles que devem constituir o Diretório Regional;

Considerando que, por essa causa os trabalhos se prejudicam, e que por semelhante circunstância faz-se mister reconstituir o Diretório Regional em face das denominações que passaram a ter as repartições cujos chefes são obrigatoriamente seus membros natos;

Considerando que membros do Diretório existem que se não encontram na situação do que o Regulamento considera claramente aptos ao exercício de tais cargos;

Considerando a necessidade de se reajustar ao espírito da lei e formação do Diretório,

Resolve:

Solicitar ao governo do Estado a expedição de um decreto nos seguintes termos:

Art. 1.º — São membros do Diretório Regional de Geografia os seguintes titulares da administração pública:

a) presidente; o secretário de Estado de Viação e Obras Públicas;

b) secretário e suplente do presidente; o diretor geral do Departamento de Engenharia;

c) os diretores técnicos do Departamento de Engenharia;

d) o diretor geral do Departamento do Interior e Justiça;

e) o diretor geral do Departamento Estadual de Estatística;

f) o diretor geral do Departamento Estadual de Administração dos Municípios;

g) De um professor de geografia, de livre nomeação do governo, e de três vogais também de sua privativa escolha.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Diretório Regional de Geografia, em Niterói, 17 de março de 1939. — *Luis de Sousa*, Secretário do Diretório Regional de Geografia. — Publique-se. *Mário C. Paranhos*, Presidente do D.R.G.

★

Resolução n.º 4, de 12 de outubro de 1939

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado do Rio de Janeiro, usando das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pelo art. 2.º da Resolução n.º 8, de 15 de julho de 1937, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando os termos da proposta enviada pelo Diretório Municipal de Entre Rios;

Resolve:

Artigo único — Fica aprovada a proposta formulada pelo Diretório Municipal de Entre Rios, para que os Srs. Antônio Vilela de Carvalho Júnior, Jacinto Francisco de Azevedo Sobrinho, Virgílio Tórno, João Medeiros Silva, José dos Santos Silva, Mário Reis, José Moreira da Rocha Macedo, José Ladeira Marques, José Antônio de Araújo, Álvaro de Oliveira Quintela, Adalberto Borges de Gouveia e Otávio Valadas Quintela constituam o Corpo de Informantes Municipais junto ao referido Diretório Municipal.

Niterói, 12 de outubro de 1939, ano IV do Instituto. — Conferido e numerado. *Murilo Guedes*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Luis de Sousa*, Secretário do D.R.G. — Publique-se. *Hélio de Macedo Soares e Silva*, Presidente do Diretório Regional.

★

Resolução n.º 5, de 12 de outubro de 1939.

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado do Rio de Janeiro, usando das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pelo art. 2.º da Resolução n.º 8, de 15 de julho de 1937, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando os termos da proposta formulada pelo Diretório Municipal de Pirai;

Resolve:

Artigo único — Fica aprovada a proposta formulada pelo Diretório Municipal de Pirai, para que os senhores Manuel Vitorino da Silva, Pedro Freitas Júnior, Otávio Calheiros, Eugênio Lourenço Correia, Antônio José da Silva, Manuel Eiras, José Guimarães, Manuel Soares Passais Antenor Cambrala, Hélio Dine de Sena, Antônio de Abreu Guimarães Cambrala Júnior e Renato Dine de Sena constituam o Corpo de Informantes Municipais junto ao referido Diretório Municipal.

Niterói, 12 de outubro de 1939, ano IV do Instituto. — Conferido e numerado. *Murilo Guedes*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Luis de Sousa*, Secretário do D.R.G. — Publique-se. *Hélio de Macedo Soares e Silva*, Presidente do Diretório Regional.

 Concorra para que o Brasil seja geôgraficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.